



Agricultura Familiar:

Pesquisa, Formação e Desenvolvimento

V. 17, nº 1 e 2, jan.-dez. 2023



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO AMAZÔNICO DE AGRICULTURAS FAMILIARES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRICULTURAS AMAZÔNICAS





Universidade Federal do Pará

Reitor

Emmanuel Zagury Tourinho

Vice-Reitor

Gilmar Pereira da Silva

**Instituto Amazônico de
Agriculturas Familiares**

Diretor-Geral

Luis Mauro Santos Silva

Diretora-Adjunta

Soraya Abreu de Carvalho

**Programa de Pós-Graduação em
Agriculturas Amazônicas**

Coordenadora

Monique Medeiros

Vice-Coordenador

César Augusto Martins de Souza

Editores e Editoras

Eduardo Justino Santana

Flávio Bezerra Barros

Gutemberg Armando Diniz Guerra

Iná Camila Ramos Favacho de Miranda

Kátia Barros Santos

Moacir José Moraes Pereira

Quimera de Moraes Peixoto

William Santos de Assis

Editor-Gerente

SEER/OJS

Cauã Victor Conceição da Silva

Revisão de Abstracts

Angela May Steward

Bibliotecária

Naiara Soraia Lisboa Lima

Conselho Editorial

Ademir Antônio Cazella / UFSC, Brasil
Alfio Brandeburg / UFPR, Brasil
Christophe Albaladejo / INRA, França
Delma Pessanha Neves / UFF, Brasil
Edna Maria Ramos de Castro / UFPA, Brasil
Eric Pierre Sabourin / CIRAD, França
Eros Mussoi / UFSC, Brasil
Jalcione Pereira de Almeida / UFRGS, Brasil
Leonildes Medeiros / UFRRJ - CPDA, Brasil
Lovois de Andrade Miguel / UFRGS, Brasil
Luís Mauro Santos Silva / UFPA, Brasil
Marcelo Carneiro / PPGCSOC/UFMA, Brasil
Márcia Muchagata / MMA, Brasil
Maria de Nazareth Baudel Wanderley / UFPE, Brasil
Paulo Fernando da Silva Martins / UFPA, Brasil
Philippe Léna / IRD, França
Pierre Teisserenc / Université Paris XIII, França
Ramonildes Alves Gomes / UFCG, Brasil
Roberto Busto Cara / UNDS, Argentina
Sérgio Roberto Martins / UFSC, Brasil



Agricultura Familiar:

Pesquisa, Formação e Desenvolvimento

RAF. v.17, nº 01 e 02 / jan-dez 2023, ISSN 1414-0810 / E-ISSN 2675-7710

Universidade Federal do Pará - UFPA
Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares – INEAF

Belém, PA
2024



Distribuição gratuita desde que citada a fonte.



Dados Internacionais de Catalogação- na-Publicação (CIP)
Biblioteca do INEAF/UFPA

Agricultura familiar: pesquisa, formação e desenvolvimento /
Universidade Federal do Pará, Instituto Amazônico de Agriculturas
Familiars, Programa de Pós-Graduação em Agriculturas
Amazônicas. – v.1, n.1(1996). – Belém: UFPA, INEAF, PPGAA.
Semestral
ISSN 1414-1810

1. Agricultura familiar – Aspectos econômicos – Amazônia. 2.
Agricultura familiar – aspectos ambientais – Amazônia. I.
Universidade Federal do Pará. Instituto Amazônico de Agriculturas
Familiars. Programa de Pós-Graduação em Agriculturas
Amazônicas.

CDD – 22 ed. 338.109811

Universidade Federal do Pará - UFPA
Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares - INEAF
Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas – PPGAA

Universidade Federal do Pará
Rua Augusto Corrêa, 01 - Campus Universitário do Guamá
CEP 66075-900 Belém-PA
Fone: (91) 3201 -8010 / 3201 -7913
<http://www.ppgaa.propesp.ufpa.br/>
<http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/agriculturafamiliar>
e-mail: ppgaa@ufpa.br / comunicaineaf@ufpa.br

Projeto Gráfico: Moacir José Moraes Pereira
Normatização: Naiara Soraia Lisboa Lima
Foto da capa: Acervo do MCP

EDITORIAL

Este número da Revista Agricultura Familiar - RAF tem um caráter reflexivo declarado no primeiro dos artigos que apresenta, intitulado *A organização do trabalho e produção nos territórios rurais: uma análise das pesquisas da Revista Agricultura Familiar pesquisa, formação e desenvolvimento*. A resistência, resiliência e permanência deste empreendimento vem aqui analisadas com dados que permitem uma visualização crítica dos seus principais interesses e os esforços feitos para continuar produzindo o periódico ao lado e por dentro do Programa de Pós-graduação do Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares - INEAF.

A RAF vem atendendo a critérios internacionais de divulgação e bibliometria, pretendendo com suas publicações manter um diálogo atualizado com os autores e leitores que produzem e refletem sobre a importância da Pesquisa, Formação e Ações de Desenvolvimento, em particular na Amazônia, sem excluir territórios em que se possa ter afinidades sobre este assunto. A propósito, a problematização e densidade do conceito de território é seminal ao grupo que se estabeleceu como INEAF, partindo-se de um fundamento que é a produção de conhecimento a partir da vivência de campo e interação com a literatura pertinente. Esse aspecto vem, na maioria dos textos, explicitado com a citação do espaço físico em que se realizam os estudos tanto quanto é possível a identificação e delimitação temporal se observados os conceitos utilizados em cada um deles, varrendo desde a Amazônia, em sua maioria na porção oriental e, principalmente, no Estado do Pará, passando pela Bahia e indo ao Rio Grande do Sul. Deve-se notar o artigo intitulado *Reconfiguraciones de las dimensiones sociales y espaciales de la producción y circulación de bienes y servicios*, de caráter comparativo e internacional e que amplia essa territorialidade para a França, Uruguai e Argentina. Essas delimitações espaciais vem explicitadas na maioria dos artigos que trazem os seguintes títulos reveladores do que é analisado enquanto temas e em recortes temporais da atualidade: *A experiência da cooperativa de produtores familiares rurais de Pacajá com o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE*; *Diversidade das organizações econômicas da Agricultura familiar: o caso de dois territórios baianos* e *Agricultura familiar no Município de Morro Redondo-RS: experiências com o Projeto Quintais Orgânicos de frutas*; *Produção e qualidade de feijões cultivados no Alto Juruá*; *A participação favorece a implantação de um sistema integrado de produção de alimentos na etnia Xerente, Amazonia Legal, Brasil*; *Caracterização do manejo sanitário de aves caipiras em Sistemas de produção da agricultura familiar no Sudeste do Pará*; *Cooperativas da Agricultura Familiar no Pará e Beneficiamento Agroindustrial: estratégias para o fortalecimento da participação nos mercados*; *O agente de Desenvolvimento Rural no Mercado de Trabalho na Amazônia Oriental* e, por fim, *Ações coletivas e práticas sustentáveis na Agricultura Familiar: Experiências no Nordeste Paraense*.

Outra característica da Revista Agricultura Familiar é que ela reflete a interdisciplinaridade na formação dos seus autores e abordagens tanto do ponto de vista espacial como das categorias trabalhadas, conforme se pode atestar nas qualificações e temas explorados por eles. Entre os 10 artigos, 1 relato de experiência e uma resenha, temos desenvolvidos desde aspectos produtivos, socio econômicos, políticos e culturais, demonstrando-se o aspecto amplo das abordagens, mas todas ancoradas em uma preocupação com o campesinato em suas diversas formas de expressão, quais sejam indígenas, posseiros, assentados, ribeirinhos e quilombolas.

A ligação com a organização do trabalho e da representação dos diversos produtores envolvidos nas pesquisas é uma marca que atravessa toda a história do Instituto e dos pesquisadores nele formados, engajados e afinados com o escopo da RAF. Nesse sentido, cooperativas, sindicatos, associações, assentamentos e outras modalidades se fazem presentes como atores e agentes dos processos descritos e analisados, como se pode atestar desde os títulos dos textos aqui exibidos.

Faz-se questão de chamar a atenção para o fato de que artigos envolvendo profissionais envolvidos em cursos de graduação e pós graduação revelam a preocupação e investimento na formação de massa crítica sobre as Agriculturas Familiares e o debate sobre o desenvolvimento ancorado nas perspectivas do campesinato organizado e ativo, elementos distintivos da essência do Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares desde os seus primórdios que remontam a quatro décadas. Boa leitura e disposição para os debates!

Os editores

*Eduardo Justino Santana
Flávio Bezerra Barros
Gutemberg Armando Diniz Guerra
Iná Camila Ramos Favacho de Miranda
Kátia Barros Santos
Moacir José Moraes Pereira
Quimera de Moraes Peixoto
William Santos de Assis*

SUMÁRIO

Artigos

A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO E PRODUÇÃO NOS TERRITÓRIOS RURAIS: UMA ANÁLISE DAS PESQUISAS DA REVISTA AGRICULTURA FAMILIAR PESQUISA, FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ————— 10

Tiago Corrêa Saboia, Richelly de Nazaré Lima da Costa, Anael Souza Nascimento

POLÍTICAS PÚBLICAS, AUTONOMÍAS TERRITORIALES Y EQUILIBRACIÓN - “RECONFIGURACIONES DE LAS DIMENSIONES SOCIALES Y ESPACIALES DE LA PRODUCCIÓN Y CIRCULACIÓN DE BIENES Y SERVICIOS” ————— 34

Pedro Carricart e Lilian Anabelle Ion

A EXPERIÊNCIA DA COOPERATIVA DE PRODUTORES FAMILIARES RURAIS DE PACAJÁ COM O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE ————— 58

Denise Reis do Nascimento, Alcilene Magalhães Cardoso, Thaynara Cavalcante Veloso

DIVERSIDADE DAS ORGANIZAÇÕES ECONÔMICAS DA AGRICULTURA FAMILIAR: O CASO DE DOIS TERRITÓRIOS BAIANOS ————— 71

Philippe Jean Louis Sablayrolles, Maria Lúcia da Silva Sodrê, Clarice Hortênciade Carvalho Almeida, Estêfnas Silva Dos Reis Conceição

AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE MORRO REDONDO-RS: EXPERIÊNCIAS COM O PROJETO QUINTAIS ORGÂNICOS DE FRUTAS

89

Paulo Sergio Wiegand, Maria Regina Caetano Costa, Rérinton Joabél Pires de Oliveira, Luis Eduardo Akiyoshi Sanches Suzuki

PRODUÇÃO E QUALIDADE DE FEIJÕES CULTIVADOS NO ALTO JURUÁ

115

Guiomar Almeida Sousa, Amauri Siviero, Emanuele Elisa Hernandes, Priscila Zaczuk Bassinello, Mauro César Celaro Teixeira, Eduardo Pacca Luna Mattar, Altemir da Silva Braga

A PARTICIPAÇÃO FAVORECE A IMPLANTAÇÃO DE UM SISTEMA INTEGRADO DE PRODUÇÃO DE ALIMENTOS, NA ETNIA XERENTE, AMAZÔNIA LEGAL, BRASIL ————— 135

Adriano Prysthon, Marcela Mataveli, Marta Eichenberg Ummus, Andrea Elena Pizarro Munoz

CARACTERIZAÇÃO DO MANEJO SANITÁRIO DE AVES CAIPIRAS EM SISTEMAS DE PRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO SUDESTE DO PARÁ ————— 156

Danillo Henrique da Silva Lima, Poliana da Silva Aquino, Romulo Gomes de Oliveira, Luiz Rodrigo Teixeira Magevski, Kaline da Silva Paz, Cláudio Costa Santana, Mariana Gomes de Oliveira

COOPERATIVAS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO PARÁ E BENEFICIAMENTO AGROINDUSTRIAL: ESTRATÉGIAS PARA O FORTALECIMENTO DA PARTICIPAÇÃO NOS MERCADOS ————— 176

Cleize Gonçalves Dias Ribeiro, Philippe Jean Louis Sablayrolles

O AGENTE DE DESENVOLVIMENTO RURAL NO MERCADO DE TRABALHO NA AMAZÔNIA ORIENTAL ————— 198

Adrya Rayssa Chaves Paixão, Philippe Jean Louis Sablayrolles

Relato de experiência

AÇÕES COLETIVAS E PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS NA AGRICULTURA FAMILIAR: EXPERIÊNCIAS NO NORDESTE PARAENSE ————— 220

Ludmila da Rocha Nogueira

Resenha

UM SEMEADOR NA FLORESTA DAS LETRAS ————— 226

Gutemberg Armando Diniz Guerra

RESUMOS DE DISSERTAÇÕES ————— 230

Ellen Patricia Marques do Carmo, Omar Machado de Vasconcelos, Mairon de Sousa Furtado, Lillian Lopes Guedes, Raul Teixeira de Andrade, Maura Cardoso de Sousa, Eduardo Justino Santana, Hilton Lucas Gonçalves Durão, Renata de Andrade Santos, Andrey Mendonça de Souza

RESUMOS DE TESES ————— 244

Laiane Bezerra Ribeiro e Luiz Carlos Neves da Fonseca



Agricultura Familiar:

Pesquisa, Formação e Desenvolvimento

RAF. v.17, nº 01 e 02 / jan-dez 2023, ISSN 1414-0810 / E-ISSN 2675-7710

A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO E PRODUÇÃO NOS TERRITÓRIOS RURAIS: UMA ANÁLISE DAS PESQUISAS DA REVISTA AGRICULTURA FAMILIAR PESQUISA, FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

THE ORGANIZATION OF WORK AND PRODUCTION IN RURAL TERRITORIES: AN ANALYSIS OF RESEARCH FROM THE REVISTA AGRICULTURA FAMILIAR RESEARCH, TRAINING AND DEVELOPMENT

Tiago Corrêa Saboia, Doutorando, PPGAA-UFPA, tsaboia@ufpa.br;

Richelly de Nazaré Lima da Costa, Mestre, PTDSA-UNIFESSPA, limacostarn@gmail.com;

Anael Souza Nascimento, Doutora, PPGAA-UFPA, eng.anael@gmail.com;

Resumo

Este estudo tem como objetivo analisar aspectos referentes à organização do trabalho e da produção nos territórios rurais e o papel das mulheres, a partir do levantamento da produção científica publicada na Revista Agricultura Familiar pesquisa, formação e desenvolvimento. Para isso, foi realizado a busca na base de dados da revista a partir de três descritores: “manejo de recursos”, “políticas públicas” e “mulheres”. Na etapa de busca foram considerados todos os volumes publicados entre os anos 1996 e 2021. A busca resultou em um total de 51 artigos de pesquisa referente aos descritores utilizados. Destes, foram selecionados 21 artigos que estavam alinhados com perspectiva de análise apresentada no presente estudo. A análise dos artigos fornece importantes elementos de discussão teóricos e, principalmente, práticos para construir compreensões acerca das diferentes estratégias de organização do trabalho e produção voltados à geração de autonomia da gestão da vida nos territórios rurais, dentre os quais, o trabalho coletivo configura como uma iniciativa para a superação das dificuldades impostas pelo capital.

Palavras-chave

Estado da arte. Políticas públicas. Manejo. Mulheres.

Abstract

This study seeks to analyze aspects relating to the organization of work and production in rural territories and the role of women, based on a survey of scientific literature published in the journal “*Agricultura Familiar pesquisa, formação e desenvolvimento*.” To do so, we conducted an analysis of the journal’s database using three keywords: “resource management”, “public policies” and “women”. The inquiry included all volumes published between 1996 and 2021. The search resulted in a total of 51 research articles relating to the above keywords. Of these, 21 articles were selected that align with this study’s objectives. The analysis provides important elements for theoretical and, above all, practical discussions to forge insights into the different strategies for organizing work and production and autonomy in rural territories, among which collective work is an initiative for overcoming the difficulties imposed by capitalistic frameworks.

Keywords

Current work. Public policies. Management. Women.

INTRODUÇÃO

Estudos envolvendo debates acerca das estratégias de organização do trabalho e da produção no contexto dos territórios rurais são importantes para compreensão da agricultura familiar a partir de uma perspectiva sócio produtiva. Nesse sentido, a ação coletiva tem como objeto as relações de trabalho no ambiente rural, é um desafio, visto que se trata de iniciativas complexas, mas passíveis de serem exercidas (Ostrom, 1990, Freeny *et al.*, 2001). Para tanto, é válido adentrarmos na esfera acadêmica que procura explicar distintas realidades, nos fornecendo elementos para interpretar as dinâmicas de trabalho na agricultura familiar.

No bojo dessas discussões, a partir do Estudo da arte, busca-se apresentar as contribuições das pesquisas científicas para a compreensão das estratégias de organização do trabalho e produção voltados à geração de autonomia da gestão da vida no território. Dessa forma, torna-se essencial buscar a articulação e a vinculação da discussão do trabalho nesses territórios com a discussão acerca das contribuições e limites das políticas públicas para o campo, do debate acerca do manejo de recursos e o papel das mulheres no trabalho nesses territórios.

Nesse sentido, tais discussões contribuem no debate para pensar as múltiplas relações das agriculturas de base familiar com o mercado sem afastá-las das características que vinculam o trabalho na terra à elementos da memória, tradição e identidades.

METODOLOGIA

Esse estudo caracteriza-se por uma pesquisa de cunho bibliográfico do tipo estado da arte do conhecimento de natureza qualitativa e analítica (Ferreira, 2002; Romanowski, Ens, 2006).

Para a construção do *corpus* de dados desse estudo, foi utilizada a base de dados do site da Revista Agricultura Familiar, pesquisa, formação e desenvolvimento (RAF). A revista é vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas (PPGAA) da Universidade Federal do Pará e tem como linhas de debate a sustentabilidade da Agricultura Familiar no território amazônico, bem como, discutir dinâmicas econômicas e socioambientais da agricultura familiar. Atualmente a RAF conta com 15 volumes publicados referente ao período de 1996 até 2021, totalizando 120 artigos de pesquisas científicas publicadas (Tabela 1).



Tabela 1: Volume de publicações da RAF no período de de 1996 até 2021

Ano	Volume/ número	Título	Nº de pesquisas
1996	v. 1, n. 1	Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e desenvolvimento	8
2000	v. 1, n. 2	A Construção Local dos Territórios da Agricultura Familiar (Amazônia - Nordeste)	5
2002	v. 1, n. 3	A Construção Local dos Territórios da Agricultura Familiar (Amazônia Oriental)	6
2004	v. 4, n. 4	Interdisciplinaridade para a compreensão da complexidade da Agricultura Familiar	14
2008	n. 5-8	Sem título	6
2009	n. 9	Sem título	6
2014	n. 10	Processos de Inovação Camponesa	6
2017	v. 11, n. 1	Indicadores multidimensionais e avaliação de agroecossistemas familiares: adaptação e aplicação do MESMIS em território brasileiro.	11
	v. 11, n. 2	Resistência de povos tradicionais	7
2018	v. 12, n. 1	Natureza, Agriculturas e Artes	8
	v. 12, n. 2	Sem título	6
2019	v. 13, n. 1	Sem título	6
	v. 13, n. 2	Sem título	12
2019	v. 14, n. 1	Sem título	9
	v. 14, n. 2	Sem título	9
2021	v. 15, n. 1	Dossiê - Alimentação escolar na América Latina: desafios contemporâneos	10
	v. 15, n. 2	Sem título	10
Total de artigos de pesquisa da revista			120

Fonte: Produzido a partir da base de dados da RAF.

Afim de evidenciar um panorama geral das pesquisas relacionados à organização do trabalho e da produção em territórios rurais suas tendências e suas principais considerações, optou-se pela utilização de três *descritores* para a busca na base de dados da RAF: i) *manejo de recursos*, ii) *políticas públicas* e iii) *mulheres*. Os descritores utilizados dialogam diretamente com a temática em questão e constituem-se elementos de grande importância no debate acerca da sustentabilidade e das dinâmicas sociais, econômicas e ambientais na Amazônia. Após a busca por meio dos descritores, realizou-se a etapa de pré-análise dos artigos na qual se avaliou, por meio dos títulos e resumos, se as pesquisas se alinhavam com os objetivos do presente estudo. Foram selecionados



artigos que dialogavam com estratégias de otimização das relações da agricultura familiar, privilegiando iniciativas de organização do trabalho e produção de forma coletiva. A busca na base de dados da revista a partir dos descritores resultou em 51 artigos e a partir destes foram selecionados 21 artigos, representando 17,5% do total das pesquisas publicadas pela RAF.

Na Tabela 2 é apresentado o quantitativo de artigos do resultado da busca na base de dados, bem como, o total de artigos resultado da etapa de pré-análise. Após a pré-análise seguiu-se a leitura de todos os artigos na íntegra com o objetivo de extrair informações referente ao contexto da pesquisa, tais como local no qual ela foi realizada e os atores envolvidos, bem como, as análises e implicações do contexto pesquisado para compreensão da organização do trabalho e da produção nos territórios rurais.

Tabela 2: Quantitativo de artigos de pesquisa por descritor.

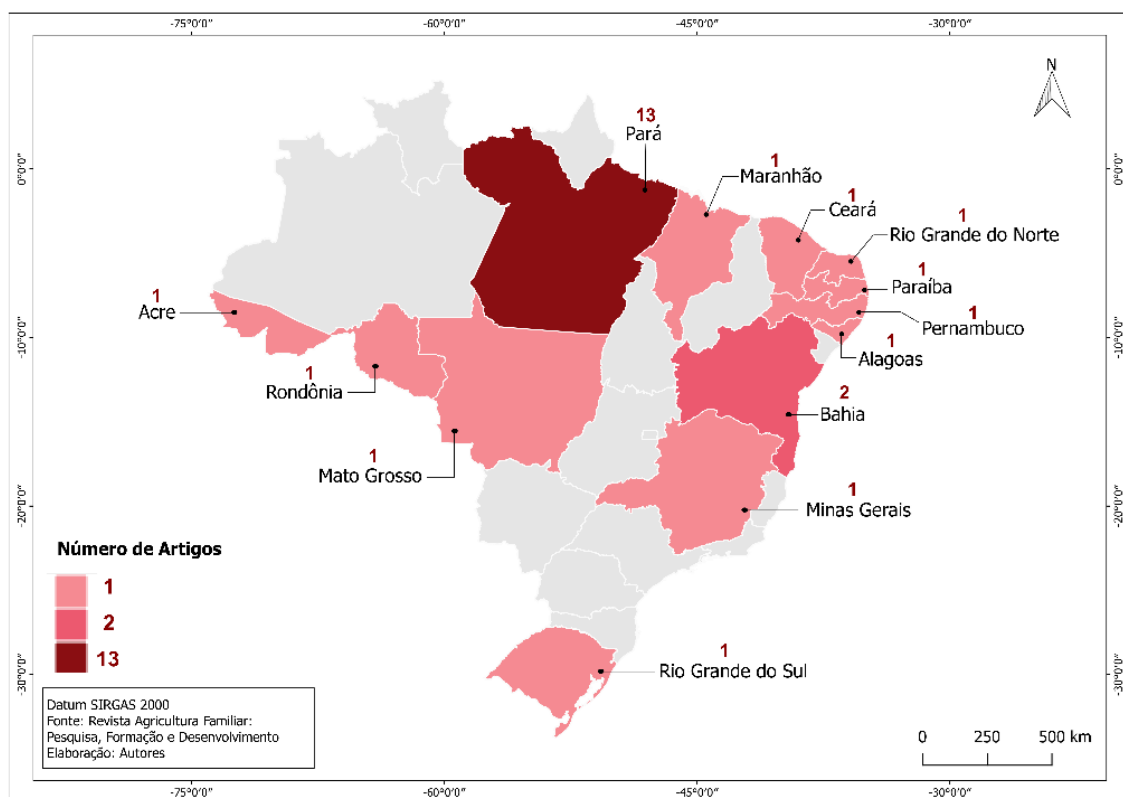
Descritor	Resultado da busca	Pré-análise
Manejo	19	6
Políticas públicas	24	9
Mulheres	8	6
Total	51	21

Fonte: Organizado a partir da base de dados da RAF.

Sobre os artigos analisados, importante destacar os diferentes contextos os quais as pesquisas foram desenvolvidas. Dos vinte e um (21) artigos selecionados na pré-análise, doze (12) são de pesquisas realizadas no Estado do Pará, quatro (4) de pesquisas realizadas na região nordeste do país (Maranhão, Bahia, Ceará), um (1) no centro-oeste (Mato Grosso) e uma (1) pesquisa na região sudeste (Minas Gerais).

A diversidade de contextos de pesquisa é fundamental para contribuir com os debates acerca da agricultura familiar a partir das diferenças regionais que marcam as relações sociais, culturais, ambientais e políticas em nosso país.

Figura 1 - Mapa com os locais de pesquisa dos artigos selecionados para análise.



Fonte: Elaborado a partir do banco de dados da RAF.

CARACTERIZANDO ALGUMAS EXPERIÊNCIAS ACERCA DA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO E DA PRODUÇÃO:

Neste tópico serão analisados os contextos de pesquisa dos artigos que buscaram discutir temáticas relacionadas ao manejo de recursos, políticas públicas e sobre a participação das mulheres na organização trabalho nos territórios rurais.

MANEJO COLETIVO DE RECURSOS

A pesquisa buscou contribuir para o conhecimento das práticas de manejo coletivo dos recursos naturais nos 6 (seis) artigos encontrados no banco de dados da Revista de “Agricultura Familiar, pesquisa, formação e desenvolvimento”. Nestes puderam ser identificadas iniciativas de manejo que estão em andamento, algumas obtendo mais sucesso que outras, mas todas no processo de construção/readaptação. Em relação ao descritor manejo coletivo a análise pauta-se nos fatores que motivam ou impossibilitam o

efetivo sucesso de extrativistas, pescadores e agricultores familiares em gerir os recursos naturais dos territórios as quais pertencem. De modo geral, os artigos abordam a relação que se tem entre instituições governamentais e moradores locais, sejam estas prósperas ou não.

No artigo de Ferreira (2017), que trata das dinâmicas da pesca na Reserva Extrativismo Marinha Caeté – Taperaçu - PA, a discussão é pautada nos problemas de manejo que a Resex tem encontrado, sobretudo devido os conflitos de apropriação do recurso pesqueiro a partir de relações/conexões sociais indesejadas (pescadores externos) no território. À princípio o texto aborda as dimensões implicadas na institucionalização da Resex e os direitos de ter um território reservado. Entre rios e mangues, são cerca de 42 mil hectares de área, que possuem regras tradicionais, as quais não estão escritas, mas que obedecem a um código de ética local em relação aos recursos naturais. No entanto, a expansão da pesca na localidade trouxe muitos conflitos haja visto que a atividade não é mais apenas executada por pescadores locais, outros atores sociais como, pescadores externos e grandes empresas começaram a explorar o recurso pesqueiro, acarretando em uma rápida diminuição da oferta de peixes. Atrelado a todas essas questões um dos maiores desafios está na organização participativa que faça sentido aos sujeitos sociais do território. Para garantir o controle sobre fatores externos, a atuação do Estado se articula de maneira fundamental, conforme abordado por Ostrom (1990).

A falha em não se ter um plano de manejo oficial e que atenda as realidades, ainda é uma lacuna na Resex, mais do que se ter um instrumento diretor, é preciso fortalecer a participação política formal que dialogue com os saberes, para que esses apontem para áreas mais frequentes de pesca, tipos de peixes e mariscos, apetrechos utilizados, ciclos lunares e de marés, necessidade de ajustes na organização social e etc. As populações locais conseguem fazer uma gestão dos recursos da pesca dentro da Reserva, no entanto, em se tratando de pescadores de fora o controle ao acesso a lugares livres fica mais difícil, pois são questões que remetem a recursos móveis (peixes e mariscos) que interessam a toda coletividade. Por se tratar de gestão compartilhada entre Estado (ICMBio) e a Associação local (ASSUREMACATA), muitos são os questionamentos de como essas instâncias podem defender os interesses coletivos.

Seguindo nessa mesma perspectiva temos o artigo de Tavares e Dias (2014), que analisa as modalidades de uso pesqueiros e os conflitos socioambientais existentes na



comunidade Pacuí de Baixo – Cametá – PA, e sua relação com os acordos de pesca, até então uma das principais estratégias de gestão. As queixas dos moradores locais quanto a diminuição da disponibilidade dos recursos iniciara bem antes da construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHT) na década de 80, pois a sobrepesca vinha sendo recorrente e com o grande projeto da UHT o problema ficou ainda mais acentuado. O comprometimento do meio ambiente ameaça diretamente a qualidade de vida das populações locais, pois em geral a biodiversidade é fonte de alimentação e renda.

Para tentar minimizar a problemática da descentralização da pesca e do modelo industrial que vinha se instaurando e afetando a comunidade, iniciativas foram tomadas primeiramente pelos próprios moradores, os quais usaram como estratégias acordos de pesca ou também chamados de acordos de preservação. Para o fortalecimento dessas regras, pescadores e instituições como o IBAMA apontaram normas de acesso, proibições de técnicas de pesca e divisão do recurso, estabelecendo assim formas participativas de manejo. Diferente da Resex Caeté – Taperaçu que possui algumas regras não escrita e sem plano de manejo, a comunidade Pacuí de Baixo tem construído um acordo que não é apenas para ser uma regulamentação, mas sim um sistema de gestão flexibilizado através de fóruns, tomadas de decisões, reuniões que atendam a cogestão entre IBAMA, ONGs e colônias de pescadores e incorporem aspectos sociais, culturais e econômicos.

Em contrapartida, durante a implementação do acordo de pesca em Pacuí de Baixo houve um período de crise, pois o receio de ficar sem o peixe ou se prejudicar com o “controle” do recurso era alto, o que gerou o efeito inverso ao objetivo do acordo de pesca, já que muitos ficaram estimulados a pescar mais e criou-se uma tensão, pois não respeitavam as regras construídas localmente. Todo o conflito instaurado durante o período de implementação do acordo gerou fragilidades e uma maior cobrança para o funcionamento dos órgãos de fiscalização e conscientização. A trama social continuou, mas também fez com que pescadores envolvidos se fortalecessem na organização e cooperação. Ostrom (1990) apresenta princípios fundamentais para o fortalecimento de instituições voltadas à gestão de Recursos Naturais (RN). Estes princípios, fundamentados em sua extensa pesquisa sobre os modelos de governança, oferecem diretrizes valiosas para a promoção da sustentabilidade e eficácia na administração de recursos compartilhados.

Os princípios propostos por Ostrom (1990) destacam a importância de estruturas institucionais que promovam a participação ativa dos envolvidos na tomada de



decisões relacionadas aos recursos naturais. Ela enfatiza a necessidade de considerar as particularidades locais e envolver as comunidades diretamente afetadas, reconhecendo que soluções eficazes muitas vezes emanam do conhecimento e envolvimento das partes interessadas locais.

O extrativismo animal praticado por diversos grupos sociais possui uma característica central, na qual o usufruto do recurso deve ser garantido a todos pertencentes do território ou de territórios vizinhos que estejam dentro dos acordos ou dos modos de vida representativos do local. Nesse sentido, são criadas regras e práticas sociais que corroborem com a dinâmica que é passada de geração em geração através da oralidade. No artigo de Pinto (2004), que discute a análise de incentivos institucionais no manejo participativo da fauna silvestre, sendo mais específico o caso do projeto Pé de Pincha, que visa assegurar o manejo extensivo de quelônios aquáticos em Terra Santa – PA, recurso primordial para as populações tradicionais, pois garante renda e é fonte de alimentação. O caso de Terra Santa, assim como o de Bragança e Cametá, vislumbrou chegar no acordo que discipline quanto ao uso coletivo dos pescados. O projeto “Pé de pincha” em apoio de ONGs, da prefeitura local, dos pescadores e da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) visava um acordo usando estratégias da educação ambiental e adotando regras que disciplinem o consumo e ainda procurem atender à necessidade dos grupos locais que tenham menor grau de desenvolvimento de atividades econômicas, que não seja em relação aos quelônios. As regras internas nas comunidades vão do manejo participativo, fiscalização, preservação, saneamento básico, saúde e coleta de lixo.

É perceptível que as fragilidades são muito parecidas entre os artigos, o estabelecimento da cogestão enfrenta crises por não ter algumas definições claras de quem pode efetivamente fiscalizar e de que modo atuar. Não existe uma estratégia de negociação formada e a repreensão em casos de descumprimento de regras sejam elas internas ou advindos de acordos formalizados não ultrapassam a advertência oral, na qual é explicada que o recurso deve ser usado com parcimônia, pois deles dependem para se reproduzir social, cultural e economicamente.

O artigo sobre manejo florestal comunitário na Amazônia brasileira de Manuel Neto (2004), discorre sobre a participação e valorização dos saberes de grupos locais na implementação de três projetos pilotos que ocorreram em Marabá – PA, Porto Dias – Ac e Rio Cautário – RO. As comunidades pertencentes ao projeto piloto de manejo possuem uma



organização social que culmina no uso sustentável dos recursos florestais, pois há grande preocupação em torno da alta atividade madeireira na região, por impactar negativamente o meio ambiente e estarem a margem da legislação florestal. O interesse acerca do recurso florestal disponível no território faz com que madeireiros tenham contato direto com os comunitários da região, em troca da madeira oferecem infraestruturas básicas como estradas, por exemplo. Portanto, essas relações são desfavoráveis ao grupo social local. A partir dessa recorrente exploração uma parceria foi criada entre organizações não governamentais e comunitários afim de criarem estratégias de conservação, e também como forma de pressionar o governo a criar um plano de manejo coletivo entre ribeirinhos, seringueiros e indígenas.

No caso do manejo florestal comunitário em Marabá - PA (3 comunidades), Assentamento Extrativista Porto Dias – AC e Reserva Extrativista do Rio Cautário - RO, os saberes locais não têm sido potencializados da forma que os grupos gostariam e afirmaram que apenas as questões técnicas e financeiras têm se sobressaído. Esses fatos acabam gerando desafios eminentemente sociais que precisam ser superados para não colocar em risco a sustentabilidade do projeto. Por isso, na discussão do artigo trata-se de exemplificar que as relações entre os interessados necessitam ser mais democráticas como conciliar os interesses dos envolvidos, a maior participação dos grupos locais em todas as fases do plano de manejo (elaboração, planejamento e avaliação das atividades), gestão dos recursos de acordo com as particularidades locais e o estabelecimento de mecanismos de gestão de conflitos na divisão de tarefas e benefícios. Dessa forma, haveria uma redução nas dificuldades de resultados a curto-médio prazo.

No artigo de Albadalejo e Veiga (2002), os autores discutem a questão das condições de implementação de uma gestão concertada dos recursos naturais na Amazônia Oriental, onde o projeto de manejo florestal é organizado por agricultores familiares e financiado pelo Ministério do Meio Ambiente, apoiado por professores da Universidade Federal do Pará e pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais de Marabá – PA. A abordagem de “gestão concertada de recursos” no projeto PDA, mostra que a inserção de técnicos, pesquisadores e agricultores no mesmo processo, implicou em coletas, análises e experiências empíricas singulares. E a partir daí conseguem fazer uma crítica ao modelo de desenvolvimento sustentável, pois é necessário ultrapassar as barreiras da insensibilidade e mostrar uma maior preocupação na viabilidade e execução do projeto dentro das realidades vivenciadas



no território. As condições precisam cerca-se de abordagens complementares para medir os contextos de violências e dominação nessa dinâmica social, para que assim consigam projetar a utilização dos recursos da natureza. O PDA seguiu ainda mostrando “defeitos” ao longo da trajetória sobretudo na deliberação participativa, mas que aos poucos foi mostrando capacidades adaptativas e novas relações foram sendo construídas, pois agora a própria comunidade consegue tomar decisões frente a “estranhos (técnicos)”.

POLÍTICAS PÚBLICAS E A AGRICULTURA FAMILIAR: SOBRE O QUE TRATAM AS PESQUISAS?

Até meados da década de 1990 a formulação de políticas públicas para a agricultura familiar com a sua diversidade cultural, social e econômica foi negligenciada em vistas à modernização da estrutura de produção agropecuária para atender demandas de mercado (Silva, 2012). Nesse sentido, no contexto dos modos de viver e produzir nos territórios rurais, o debate acerca do tema das políticas públicas torna-se extremamente relevante porque inclui na discussão o papel do Estado enquanto agente da garantia da cidadania. Considerar as formas de agir do Estado na organização do trabalho não significa reduzir os protagonismos das populações nesses territórios. Pelo contrário, é o reconhecimento da importância das políticas sociais na ampliação das lutas pela garantia da autonomia da vida nos territórios cuja as economias são fortemente caracterizadas por atividades rurais.

A busca realizada no banco de dados da revista a partir do descritor “política pública” relacionou um total de vinte e quatro (24) artigos. Após a pré-análise dos materiais, foram excluídas pesquisas que não tratassem diretamente sobre políticas públicas no contexto prático da organização da produção e do trabalho na agricultura familiar. A partir disso, foram selecionados 9 artigos organizados em quatro sub-categorias quanto a natureza da análise realizada na pesquisa: i) contexto de implementação; ii) Análise de impacto; iii) Análise de decisões e iv) Análise acerca da agenda política. A tabela 3 apresenta um panorama geral dos artigos acerca de temáticas relacionadas à políticas públicas que foram selecionados para este estudo.

Tabela 3: Síntese das informações nas pesquisas selecionadas após a pré-análise.

Subcategorias	Tema	Ano	Autores	Local da pesquisa
---------------	------	-----	---------	-------------------

Contexto de implementação	Programa Nacional de Alimentação Escolar	2021	Juliana Santos Mota, Daniele Wagner Silva, Daniela Pauletto	Santarém, PA
			Tanice Andreatta, Requiele Martins, Simone Bueno Camara, Elisangela Gelatti	Panambi-RS
			Isameriliam Rosalem Pereira da Silva, Andréa das Graças Ferreira Frazão, Ivanira Amaral Dias, Marcos Valério Santos da Silva, Claudia Daniele Tavares Dutra, Paula Valente Leão, Marcieni Ataíde Andrade	Nordeste paraense
Análise de impacto	PRONAF	2019	Maria Suzane Lavareda Oliveira, Luís Mauro Santos Silva	Tomé Açu – Pará
		2008	Luis Mauro Santos Silva, Sérgio Roberto Martins	Sudeste do Pará
		2019	Rejane Beatriz Mendes, Renato Linhares de Assis	Barão dos Cocais – MG
Participação em decisões		1996	Eric Sabourin, Pedro Carlos Gama da Silva, Patrick Caron	Juazeiro e Pintadas-BA e Tauá-CE

Fonte: Elaborado a partir do banco de dados da RAF

Sobre os artigos que discutem o contexto de implementação de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar destacam-se as pesquisas acerca do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Programa Nacional de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

As pesquisas de Mota *et al.* (2021), Andreatta *et al.* (2021) e Rousalem *et al.* (2021) foram publicadas no Dossiê *Alimentação escolar na América Latina: desafios contemporâneos* evidenciando a importância de discutir e problematizar do ponto de vista teórico, mas principalmente empírico, as políticas públicas que dizem respeito à agricultura familiar. As pesquisas trazem para o diálogo as potencialidades e limitações do PNAE em três diferentes contextos, mas que em linhas gerais apontam para as mesmas dificuldades de implementação. Tais dificuldades estão relacionadas a problemas de infraestrutura e transporte das mercadorias mesmo quando os arranjos institucionais se mostraram mais fortalecidos, como é o caso do contexto investigado por Andreatta *et al.* (2021) no Estado



do Rio Grande do Sul.

Sobre os arranjos institucionais, Andreatta *et al.* (2021) relatam a participação de 32 famílias vinculadas a Associação de Agroindústrias Familiares de Panambi (AGRIFAMI) que fornecem produtos para o Programa. Para que seja possível essa ampla participação, os autores destacam o papel fundamental da EMATER-RS, do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR-RS) e do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) na prestação de suporte técnico e organizacional para que os agricultores conseguissem acessar os mercados institucionais. A participação dos agricultores no contexto investigado mostra-se tão efetiva a ponto de os participantes mencionarem que o valor de R\$ 20.000,00 como valor máximo a ser comercializado por Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) poderia ser ampliado.

Resultados semelhantes foram encontrados por Mendes e Assis (2019). Os autores também destacam a importância da assistência técnica e extensão rural via EMATER-MG na promoção do acesso às políticas públicas dos diferentes níveis (federal, estadual e municipal) tais como: PAA, PNAE, PRONAF e o Programa Minas Sem Fome (MSF). As possibilidades de comercialização relacionadas com o acesso aos mercados institucionais têm gerado melhorias na qualidade de vida aos agricultores familiares, vínculos associativos e até mesmo o retorno desses familiares a atividade agrícola.

Por outro lado, as pesquisas de Mota *et al.* (2021) e Rousalem *et al.* (2021) evidenciam problemas na constituição dos arranjos institucionais e, conseqüentemente, maiores dificuldades da participação dos agricultores. A falta de articulação e diálogo entre os atores do processo e a pouca oferta de capacitações são consideradas pelos agricultores como importantes dificuldades enfrentadas.

Sobre o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) as pesquisas de Silva e Martins (2008) e Lavareda e Silva (2019) discutem de que forma o programa afetou a sustentabilidade dos agroecossistemas familiares nas regiões nordeste e sudoeste paraense.

Silva e Martins (2008) destacam a polissemia em torno do conceito de sustentabilidade assumida, inclusive, pelo Governo Federal. Nos documentos oficiais é possível perceber que compreensões pouco claras no que diz respeito a ideia de sustentabilidade e crescimento e, por vezes, o viés econômico mostra-se acima de demandas sociais e ambientais. A partir disso, apresentam uma análise aprofundada



acerca do acesso aos recursos do PRONAF comparando as diferentes regiões do Brasil, tamanho dos estabelecimentos e o processo de regularização fundiária. Destacam que naquela conjuntura, para que fosse possível conhecer os efeitos de políticas públicas como o PRONAF seria necessário compreender os seus impactos ou a partir de uma perspectiva econômica ou a partir de uma noção multidimensional. Na primeira, restringe-se a agricultura familiar às demandas de mercado, em contraste, na segunda o econômico é atrelado à aspectos sociais e ambientais na diversidade de agriculturas familiares.

O contraste apresentado por Silva e Martins (2008) é o ponto de análise central da pesquisa realizada por Lavareda e Silva (2019) na qual avaliaram a sustentabilidade em agroecossistemas que utilizaram a linha de crédito e agrossistemas que não acessaram nenhum tipo de financiamento. De modo geral, famílias que acessaram a linha de crédito conseguiram melhores resultados em termos de sustentabilidade em função da diversificação da produção, sendo os SAF'S a principal estratégia nesse sentido. No entanto, os autores destacam a contradição interna na concepção da política pública, uma vez que, linhas de crédito específicas incentivam a implementação de monocultivos em uma lógica voltada a mercados, como é o caso do PRONAF dendê.

As pesquisas apresentadas reforçam a importância do trabalho coletivo e do fortalecimento dos arranjos institucionais como estratégia de organização dos processos sócio produtivos na agricultura de base familiar. O acesso dos agricultores às políticas públicas de apoio e desenvolvimento da agricultura familiar mostrou-se mais efetivo quanto mais forte fossem os vínculos entre os atores envolvidos. Nesse sentido, Sabourin *et al.* (1996) destacam que a condição de organização dos produtores, a parceria e alianças firmadas, bem como, os espaços de participação para a tomada de decisões sobre o planejamento em políticas de desenvolvimento municipais são elementos fundamentais para alinhar os interesses coletivos.

Desta forma, mesmo que políticas públicas incentivem e promovam a participação das famílias em diferentes mercados para a geração de renda, os agentes públicos devem levar em consideração que a organização e reprodução social, política e econômica da agricultura familiar é compreendida e realizada enquanto modo vida e não meramente como padrão produtivo (Ghizelini, Araguão, 2019).

PARTICIPAÇÃO E IMPORTÂNCIA DAS MULHERES NA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO RURAL

No Brasil a agricultura de base familiar é responsável por cerca de 38% do valor bruto da produção de alimentos no país (Schneider, Silva, 2010). Dada essa importância, torna-se fundamental a compreensão da agricultura familiar como o estudo da família, pois é ela o núcleo das relações sociais que são construídas em torno da organização do trabalho e da produção. Nesse contexto de produção familiar o papel desempenhado pelas mulheres tem ganhado cada vez mais espaço nas pesquisas acadêmicas que buscam compreender a complexa rede de inter-relações que marcam os diferentes territórios rurais e, assim, compreender o que cerca esse cenário, o que contribui ou se destaca como obstáculo para gestão e autonomia de vida (Schneider, Silva, 2010).

Com o objetivo de fazer levantamento acerca das pesquisas que tratam sobre o trabalho das mulheres nos territórios rurais, optou-se pela utilização do descritor “mulheres” na ferramenta de busca do banco de dados da RAF. A etapa de busca a partir do descritor resultou em oito (8) artigos de pesquisa, dos quais, seis (6) foram selecionados após a pré-análise. Os artigos analisados apresentam relatos de pesquisa em diferentes regiões do estado do Pará e também, em estados da região Nordeste do Brasil (Tabela 4).

Tabela 4: Síntese das informações das pesquisas selecionadas após a pré-análise.

Elementos de análise	Ano	Autores	Local da pesquisa
Pluriatividades	2020	Marcelo Rodrigues Lopes, Monique Medeiros, Andréia Tecchio	Cametá-PA
	2019	Adrielly Albuquerque da Silva, Angela May Steward	Belém-PA
Geração de renda	2019	Maria Cristina Cordeiro Lopes Pontes, Angela May Steward	Moju-PA
Reprodução da tradição oral	2018	Délcia Pereira Pombo, Josebel Akel Fare	Ilha do Marajó-PA
	2008	Dalva Maria da Mota, Heribert Schimtz, Josué Francisco da Silva Júnior, Thiara Fernandes	Bahia, Pernambuco, Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte e Pará
Empoderamento Político	2004	Maria Regina Teixeira da Rocha	Região Médio Mearim-MA

Fonte: Elaborado a partir do banco de dados da RAF

As pesquisas que abordam o trabalho das mulheres nos territórios rurais convergem, principalmente, para discussões em torno da pluriatividade, sobre a importância na geração e complementação de renda, sobre o papel na reprodução da tradição oral e sobre empoderamento político. Tais elementos de convergência serão o fio condutor na análise discursiva desenvolvida neste tópico buscando o diálogo entre os estudos apresentados.

A pluriatividade marca frequentemente as discussões em torno do trabalho das mulheres. Silva e Steward (2019) em uma pesquisa realizada com mulheres da Ilha do Combu - Pará, identificam que as mulheres atuam no trabalho doméstico, em atividades rurais e atuação no turismo local atuando em trabalhos diversos em restaurantes locais, sem garantias previdenciárias. Além disso, situa que a pluriatividade costuma envolver as gerações com a transmissão das diferentes formas de trabalho das mães para as filhas.

As autoras descrevem a transformação do espaço rural incluindo a mulher em atividades anteriormente desempenhadas por homens, como atuação em toda a cadeia do açaí. Entretanto, mesmo contribuindo na composição econômica do grupo familiar, seu trabalho ainda é visto como “ajuda” ou “fora da atribuição” e mesmo diante desse novo momento, sua atuação ainda é invisibilizada. Um dos pontos fundamentais abordados na pesquisa, é a ausência de participação dessas mulheres em espaços de politização, como reuniões e associações, fato que contribui para a invisibilidade de seu trabalho.

Pontes e Steward (2019) encontraram resultados semelhantes em seu estudo realizado no contexto da mulher quilombola em Moju-Miri. A pesquisa descreve a pluriatividade das mulheres, operando nas tarefas domésticas, comércio local, instituições, como escola, posto de saúde, produção agrícola, como forma de complementação de renda. Mesmo participando ativamente das atividades produtivas, as mulheres apenas se identificam como responsáveis pelas suas propriedades e produção quando são mães solteiras ou na ausência da figura masculina na família, evidenciando a forte influência do patriarcado.

Em diálogo com o estudo de Silva e Steward (2019), o artigo de Pontes e Steward (2019) evidencia que o fortalecimento político e a ação coletiva por meio da participação de associações, por exemplo, mostra-se como uma possível estratégia para o enfrentamento da invisibilidade do trabalho dessas mulheres.

Trazendo exemplos factíveis, temos o estudo de Rocha (2004) que expõe o empoderamento da mulher através de lutas políticas e pelo território, fato que reverbera

diretamente sobre sua visibilidade diante da reprodução social e econômica do grupo familiar. O estudo demonstra que as mulheres ganham visibilidade quando assumem papel considerado masculino, como participação em reuniões, etc. Essa luta política protagonizada pelas mulheres, por considerarem os babaçus como bem comum, repercutiu diretamente sobre a reprodução social, política e econômica de suas famílias. A partir desse movimento elas conseguem organizar instrumentos para qualificação da produção, como associação, cooperativas, clube de mães, etc. Diante da necessidade de buscar alternativas econômicas, se debruçam sobre o manejo de roças orgânicas, atribuindo à terra um instrumento de sobrevivência e reprodução social e praticando manejo sustentável. No estudo, podemos perceber o quanto o empoderamento político é fundamental para a organização do trabalho e superação da invisibilidade do trabalho das mulheres rurais, pois reflete sobre a geração de renda familiar, reprodução social e práticas sustentáveis dos recursos naturais.

O protagonismo de atuação da mulher frente a organização do trabalho rural e geração de renda também é visto no estudo de Mota *et al.* (2008). Os autores situam o extrativismo da mangaba como uma atividade associada às mulheres devido a fatores econômicos, de sazonalidade e da delicadeza do manejo. Tais características impõem ao homem certo demérito quanto a sua masculinidade, caso assuma essa atribuição. A atividade de coleta da mangaba é realizada paralelamente às atividades domésticas e, apesar de complementarem a renda familiar de forma significativa, sua importância ainda é subjugada. A participação do homem se dá através da “ajuda” na comercialização. Interessante pontuar que neste caso, a “ajuda” do homem na atividade representa segurança e responsabilidade para a família. Nesse sentido, mesmo diante de seu papel de geração de renda, o trabalho da mulher é considerado como secundário no sustento da família. Fato que alimenta estereótipos da divisão de gêneros e contribui para a invisibilização do trabalho da mulher.

A pesquisa de Lopes, Medeiros e Tecchio (2020) dialogam com outra perspectiva do papel das mulheres nos territórios rurais. Atribuem certo protagonismo às mulheres que em função da renda adquirida a partir do Programa Bolsa Família, assumem o papel de gestora familiar de recursos econômicos. Essas mulheres que têm dupla jornada, doméstica e na produção agrícola, enquanto responsável gestora do benefício, passam a ter autonomia na gestão de suas vidas, apresentam mudanças materiais por poderem fazer



aquisições de eletrodomésticos que ajudam na complementação de renda e no bem estar da família. Prioritariamente utilizam o recurso para garantir segurança alimentar, porém, também utilizam no fomento a atividades produtivas, como por exemplo na aquisição de alimentos e pagamentos para os “convidados”, trabalhadores que realizam trabalho coletivo da roça. Dessa forma, a organização econômica possibilita ampliar a produção familiar e conseqüentemente, melhorar a renda e atribuindo maior visibilidade da atuação estratégica na produção agrícola familiar.

Pombo e Fares (2018) no artigo titulado “Vozes femininas no universo marajoara: experiências de vida em situações de cura” não são explícitos nas categorias levantadas, pois o objeto do estudo disserta sobre outros elementos, entretanto o papel das mulheres, enquanto personagem secundário foi destacado por trazerem elementos fundamentais para a pesquisa. Podemos identificar que mesmo diante das multitarefas assumidas pela mulher e sua importância na complementação de renda familiar, a invisibilidade ainda é marcante. Um dos fatores que contribuem para esse cenário é a forte presença do patriarcado, onde evidenciam a essencialidade da mulher para dar suporte à atividade dos homens na atuação de vaqueiros, já que compete a elas os cuidados destinados com a estrutura de organização da atividade dos homens, ainda assim seu papel é invisibilizado na sociedade rural. Além do suporte na atividade masculina, o estudo descreve o desempenho das mulheres na memória oral e nas práticas de cura, reproduzindo importantes sinais nas melhorias de condições de vida no campo.

Os artigos trazem de forma geral casos de mulheres que são invisibilizadas em função do patriarcado, da pluriatividade, trabalho pulverizado e sem reconhecimento. Relatam que enquanto algumas mulheres encontram-se em processo inicial de empoderamento e autonomia, outras estão organizadas para além do núcleo familiar e percebem valorização em seu trabalho. Atestamos que com o trabalho coletivo estruturado, elas conseguem romper com as amarras do patriarcado e colocar seu trabalho de forma visível para a comunidade, sendo valorizadas e tendo o empoderamento político como uma ferramenta vital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revisão dos artigos da revista “*Agricultura Familiar, pesquisa, formação e desenvolvimento*” que abordaram manejo coletivo dos recursos, inserção de políticas



públicas e participação efetiva das mulheres apontou uma diversidade de estratégias que otimizam as relações presentes no espaço rural com características que vinculam o trabalho na terra à elementos da identidade e diversidade presente nos territórios.

Considerando a diversidade de articulações entre os sujeitos sociais que estiveram presentes nos estudos, foi possível perceber que nos artigos relacionados ao manejo de recursos a vinculação com o Estado se fez presente de maneira significativa, mesmo com o enfraquecimento de determinados aspectos. A partir disso, vimos que as políticas e projetos sociais de cunho governamental mostravam disparidades no quesito relação (comunicação) entre instituição e grupo social, pois o primeiro culminava para projetos que não contemplavam de fato a realidade do grupo. Em contraponto os sujeitos sociais das Resex e demais territórios buscavam pela democratização da terra e da efetiva participação social na organização e preservação da biodiversidade.

Nesse sentido, apontavam falhas desde o planejamento até a execução de projetos e acordos de preservação, muitas vezes pensados por técnicos do IBAMA e ICMBio. Por isso, pescadores, agricultores e extrativistas, partiam de um movimento de cunho social e ambiental voltados ao manejo dos recursos pesqueiros e florestais, no intuito de apresentarem ao Estado critérios de participação eficiente nas formas de organização coletiva. É perceptível que as fragilidades são muito semelhantes, o estabelecimento da cogestão enfrenta crises por não ter algumas definições claras de quem pode efetivamente fiscalizar. Não existe uma estratégia de negociação formada e a repreensão em casos de descumprimento de regras sejam elas internas ou advindos de acordos formalizados.

No que se refere às pesquisas que tratam acerca das políticas públicas para os territórios rurais, as pesquisas apontam para a necessidade de grande engajamento dos atores sociais envolvidos nos arranjos institucionais por meio de associações. No bojo dessas discussões as pesquisas destacam também o papel do poder público no sentido de promoção de estratégias de assessoramento aos agricultores familiares para que estes consigam acessar mercados institucionais, por meio dos programas governamentais como o PNAE, PAA, PRONAF, dentre outros. Nesse sentido, evidencia-se a importância de pesquisas que articulem conhecimentos acerca da agricultura familiar a partir de dinâmicas multidimensionais.

No que se refere às pesquisas que abordam a participação das mulheres na organização do trabalho nos territórios rurais, as pesquisas analisadas auxiliam a



compreender que o trabalho é marcado pela pluriatividade, onde a mulher ao mesmo tempo em que exerce atividades no espaço doméstico, envolvem-se em outras atividades. No entanto, ainda enfrentam as diferentes marcas da invisibilização nos espaços produtivos, mesmo quando integram atividades majoritariamente masculinas. Dentre as marcas da invisibilização do trabalho, as pesquisas convergem para a compreensão que o espaço doméstico não é considerado produtivo, o que marca o papel das mulheres apenas como “ajudantes”. Embora estas tenham tantas habilidades e funções quanto os homens, essa invisibilidade sugere uma marginalização das mulheres no espaço rural. Por isso, os esforços de participação em espaço de discussão e, principalmente, quando organizadas de maneira coletiva, geram empoderamento político e são fundamentais na autonomia dessas mulheres e para a valorização do trabalho para além da simples “ajuda”.

REFERÊNCIAS

ALBALADEJO, Christophe; VEIGA, Iran. Condições e limites da gestão concertada dos recursos naturais a nível local. Reflexões sobre um projeto de manejo florestal na Amazônia Oriental. **Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**, v. 1, n. 3, p. 173-208, 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/agriculturafamiliar/article/view/4529>. Acesso em: 15 abr. 2022.

ANDREATA, Tanice *et al.* Efetividade do Programa Nacional de Alimentação Escolar sob a perspectiva dos agricultores familiares do município de Panambi-RS. **Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**, v. 15, n. 1, p. 135-155, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/agriculturafamiliar/article/view/9749>. Acesso em: 15 abr. 2022.

CASTILHO, Carolina Braz de; SCHNEIDER, Silva Sergio. Gênero, trabalho rural e pluriatividade. *In*: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide e MENEZES, Marilda (org.). **Gêneros e gerações em contextos rurais**. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2010. Disponível em: <file:///C:/Users/AWAW2/Downloads/genero%20e%20gera-o%20em%20contextos%20rurais.pdf>. Acesso em 26 abr. 2022.

FEENY, David; BERKES, Fikret; MCCAY, Bonnie J.; ACHESON, James M. A



tragédia dos comuns: vinte e dois anos depois. Trad. André de Castro C. Moreira.
In: DIEGUES, Antonio Carlos; MOREIRA, André de Castro C. (org.). **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: NUPAUB/LASTROP-USP, 2001, p. 17-42. Original: 1990. Disponível em: <http://www.bibliotecadocomum.org/files/original/a873a44977f1ac8d53b5fce6aa7912f1.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2022.

FERREIRA, N. S. A. Pesquisas denominadas estado da arte. **Educação & Sociedade**, Campinas, v.23, n. 79, p. 257-274, ago. 2002. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302002000300013>.

FERREIRA, Vilson Tadei Brito; MANESCHY, Maria Cristina; RIBEIRO, Tânia Guimarães. A dinâmica da pesca em território de uso comum: o problema do manejo nas reservas extrativistas marinhas. **Revista Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**, v. 11, n. 2, p. 49-56, 2017. Disponível em <https://periodicos.ufpa.br/index.php/agriculturafamiliar/issue/view/280/showToc>. Acesso em: 17 abr. 2022.

GADOTT, Moacir. Prefácio. Um olhar sobre gênero e meio ambiente. *In:* CASTRO, Mary; ABRAMOVAY, Miriam. **Gênero e meio ambiente**. 2. ed. [s.l.]: Cortez editora. 2005. Disponível em file:///C:/Users/AWAW2/Downloads/MARY%20GARCIA%20CASTRO%20E%20MIRIAM%20ABRAMOVAY%20-%20G%C3%8ANERO%20E%20MEIO%20AMBIENTE%20%20(1).pdf. Acesso em: 25 abr. 2022.

GHIZELINI, André Michelato; ARAGUÃO, Lucas. Campesinato e Agricultura familiar: divergências e convergências para o reconhecimento e fortalecimento da agricultura de base familiar. **Sinais Revista de Ciências Sociais**, Universidade Federal do Espírito Santo, v. 1 n. 23, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/sinais/article/view/28030>.

LOPES, Marcelo Rodrigues; MEDEIROS, Monique e TECCHIO, Andréia. Bolsa Família e a construção das capabilities entre agricultoras familiares quilombolas do Baixo Tocantins, Pará. **Revista Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**. Belém. v. 14, n. 2. p. 86-106. jul-dez 2020. Disponível em: <https://>



periodicos.ufpa.br/index.php/agriculturafamiliar/article/view/9255/6993. Acesso em: 21 abr. 2022.

MENDES, Rejane Beatriz; ASSIS, Renato Linhares de. Estratégias de políticas públicas para o fortalecimento da agricultura familiar: estudo de caso em Cocais, no município de Barão dos Cocais–MG. **Revista Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**, v. 13, n. 1, p. 62-82, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/agriculturafamiliar/article/view/7353>.

MOTA, Dalva Maria da; SCHIMTZ, Heribert; JÚNIOR, Josué Francisco da Silva; FERNANDES, Thiara. Divisão social do trabalho no extrativismo de mangaba no nordeste e norte do Brasil. **Revista Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**. Belém. n. 5/8, 2005/2008. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/agriculturafamiliar/article/view/4471/4231>. Acesso em: 21 abr. 2022.

MOTA, Juliana Santos; SILVA, Daniele Wagner; PAULETTO, Daniela. A inserção de produtos da Sociobiodiversidade na alimentação escolar no município de Santarém, PA. **Revista Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**, v. 15, n. 1, p. 92-114, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/agriculturafamiliar/article/view/9815>.

NETO, Manuel Amaral. Manejo florestal comunitário na Amazônia brasileira: considerações sobre participação e valorização de saberes de grupos locais na implementação de três projetos pilotos. **Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**, v. 4, n. 4, p. 139-164, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/agriculturafamiliar/article/view/4493>. Acesso em: 15 abr. 2022.

OLIVEIRA, Maria Suzane Lavareda; SANTOS SILVA, Luís Mauro. Impactos do PRONAF na sustentabilidade de agroecossistemas familiares da comunidade quilombola Nova Betel, Tomé Açu–Pará. **Revista Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**, v. 13, n. 2, p. 57-80, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/agriculturafamiliar/article/view/8709>.



OSTROM, Elinor. **Governing the commons**: the evolution of institutions for collective action. Cambridge, New York: Cambridge University Press, 1990. 280p.

PINHEIRO, José Bruno Santos *et al.* O plano de uso e o modo de vida na Reserva Extrativista Mapuá, município de Breves–Pará. **Revista Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**, v. 12, n. 2, p. 43-54, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/agriculturafamiliar/article/view/5511>. Acesso em: 17 abr. 2022.

PINTO, José Ribamar da Silva. Análise de incentivos institucionais no manejo de fauna silvestre: o caso do “projeto pé-de-pincha” no Nordeste do Estado do Pará. **Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**, v. 4, n. 4, p. 165-184, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/agriculturafamiliar/article/view/4494>. Acesso em: 17 abr. 2022.

POMBO, Délcia Pereira e FARES, Josebel Akel. Vozes femininas no universo marajoara: experiências de vida em situações de cura. **Revista Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**, Belém. v. 12, n. 1. p. 95 -110. jan-jun 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/agriculturafamiliar/article/view/6080>. Acesso em: 21 abr. 2022.

PONTES, Maria Cristina Cordeiro Lopes, STEWARD, Angela May. Invisibilidade da pluriatividade da mulher quilombola: o caso de MojuMiri. **Revista Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**. Belém. v. 13, n. 2. p. 186-207. jul-dez 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/agriculturafamiliar/article/view/8715/6226>. Acesso em: 21 abr. 2022.

ROCHA, Maria Regina Teixeira da. Babaçu livro e roça orgânica: a experiência das mulheres quebradeiras de coco babaçu do Maranhão na busca de formas alternativas de gestão dos recursos naturais. **Revista Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**. Interdisciplinaridade para a compreensão da complexidade da Agricultura Familiar. Belém. v. 4, n. 4, 2004. Disponível em <https://periodicos.ufpa.br/>



[index.php/agriculturafamiliar/article/view/4497](https://periodicos.ufpa.br/index.php/agriculturafamiliar/article/view/4497). Acesso em: 21 abr. 2022.

ROMANOWSKI, J. P.; ENS, R. T. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 6, p. 37-50, set./dez. 2006.

SABOURIN, Eric; DA SILVA, Pedro Carlos Gama; CARON, Patrick. Inovação institucional, planejamento municipal e organização dos produtores no Nordeste brasileiro: análise comparativa de três experiências. **Revista Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**, v. 1, n. 1, 1996. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/agriculturafamiliar/article/view/4552>.

SCHMITZ, Heribert; MOTA, Dalva Maria da; SILVA JÚNIOR, Josué Francisco. Gestão coletiva de bens comuns no extrativismo da mangaba no Nordeste do Brasil. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 12, n. 2., p. 273-293, jul.-dez. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/Fg4RLDLDCRFXZTckdqmT4bq/?lang=pt> . Acesso em 21 abr. 2022.

SILVA, Adrielly Albuquerque; STEWARD, Angela May. A valorização do trabalho das mulheres na comunidade do Igarapé Combu, Ilha do Combu-Pará. **Revista Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**. Belém-PA. v. 13, n. 2. p. 208-229. jul-dez 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/agriculturafamiliar/article/view/8716>. Acesso em: 21 abr. 2022.

SILVA, Isameriliam Rosalem Pereira da *et al.* Alimentação escolar e agricultura familiar: limitações e potencialidades de sua operacionalização no nordeste paraense. **Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**, v. 15, n. 1, p. 75-91, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/agriculturafamiliar/article/view/9193>.

SILVA, Luis Mauro Santos; MARTINS, Sérgio Roberto. Impactos das limitações epistêmicas sobre sustentabilidade nas ações do PRONAF na porção sudeste do Pará. **Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**, n. 5-8, p. 7-28,



2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/agriculturafamiliar/article/view/4469>.

SILVA, S. P. **Políticas públicas, agricultura familiar e desenvolvimento territorial: uma análise dos impactos socioeconômicos do PRONAF no Território Médio Jequitinhonha – MG.** Texto para discussão nº 1693. Brasília: (IPEA), 2012. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1013/1/td_1693.pdf.

TAVARES, Francinei Bentes; DIAS, Sara Corrêa. Conflitos em torno da emergência de inovações sócio-organizacionais: o caso do acordo de pesca na comunidade ribeirinha de Pacuí de baixo (Cametá-Pa). **Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**, n. 10, p. 87-100, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/agriculturafamiliar/article/view/4433> Acesso em: 16 abr. 2022.

WIENKE, Felipe Franz. A noção de agricultores familiares no direito Brasileiro: uma conceituação em torno de elementos socioeconômicos e culturais. **Juris**, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, v. 27, n. 1, p – 225 – 245. 2017.





Agricultura Familiar:

Pesquisa, Formação e Desenvolvimento

RAF. v.17, nº 01 e 02 / jan-dez 2023, ISSN 1414-0810 / E-ISSN 2675-7710

POLÍTICAS PÚBLICAS, AUTONOMÍAS TERRITORIALES Y EQUILIBRACIÓN - “RECONFIGURACIONES DE LAS DIMENSIONES SOCIALES Y ESPACIALES DE LA PRODUCCIÓN Y CIRCULACIÓN DE BIENES Y SERVICIOS”

PUBLIC POLICIES, TERRITORIAL AUTONOMY AND BALANCE: RECONFIGURATION OF THE SOCIAL AND SPATIAL DIMENSIONS OF THE PRODUCTION AND CIRCULATION OF GOODS AND SERVICES

Pedro Carricart, Doutor, UNS, pedrocarricart@gmail.com;

Lilian Anabelle Ion, Mestra, Universidad Nacional de La Plata, liontaibo@gmail.com;

Resumen

El presente artículo tiene como finalidad reflexionar sobre los procesos de cambios en la percepción de los alimentos, los hábitos alimentarios y cómo éstos llegan a generar nuevas formas de hacer y procesar las materias primas. Indagamos qué políticas públicas acompañan procesos de cambios en la generación de alimentos y cómo impactan sobre la autonomía de los consumidores y de los productores. Para ello, se analizan políticas públicas implementadas en Francia, Brasil, Uruguay y Argentina. Se movilizan conceptos vinculados a políticas públicas, autonomías y equilibración territorial y su relación con las dietas, la salud nutricional y la dinámica emergente entre los consumidores y los productores de alimentos. Se utilizaron fuentes de datos primarias, secundarias y se realizó una revisión bibliográfica y el análisis de documentos varios. Finalmente, discutimos si hay una tendencia a lograr una mayor autonomía por elección o por reacción de los actores; si realmente existe una tendencia a la ecologización y territorialización de las políticas públicas; y, por último, si se ha iniciado un proceso de equilibración de los intereses de los sectores involucrados.

Palabras claves

Consumidores. Productores. Producción y consumo sustentable. Políticas públicas.

Abstract

This article reflects on the processes of change in the perception of food, eating habits and how these have generated new ways of manufacturing and processing raw materials. We investigate which public policies accompany processes of change in food production and how they impact on the autonomy of consumers and producers. To this end, we analyzed public policies implemented in France, Brazil, Uruguay and Argentina, mobilizing concepts relating to public policies, autonomy and territorial balance and their relationship with food, nutritional health, and the emerging dynamics between consumers and food producers. We used primary and secondary data sources and carried out a bibliographical review and analysis of various documents. Finally, we discuss whether there is a tendency to achieve greater autonomy by choice or reaction of the actors; whether there really is a trend towards the greening and territorialization of public policies; and, finally, whether a process of balancing the interests of the sectors involved has begun.

Keywords

Consumers. Producers. Sustainable production and consumption. Public policies.

INTRODUCCIÓN

Los nuevos enlaces sociales y espaciales entre producción y consumo (Hebinck *et al.*, 2015) revaloriza diferentes procesos en los mercados locales que buscan beneficios de quienes dependen directamente de ellos, basados en la innovación y la cooperación dentro de redes construidas entre productores y consumidores, o incluso involucrando a otros actores (municipios, redes educativas y de salud), reconfigurando así las dimensiones sociales y espaciales de la producción y circulación de bienes y servicios (Heinisch, 2017).

El objetivo del presente artículo es reflexionar sobre los procesos de cambios en la percepción y los hábitos en la alimentación y a través de los mismos, como llegar a generar cambios en las formas de hacer y procesar los distintos alimentos. No pensar desde la producción y de los actores que la realizan, sino plantear el consumo, los consumidores y sus nuevas formas de alimentarse y vivir en sociedad.

Focalizando nuestro trabajo sobre los consumidores y sus vínculos con quienes generan los alimentos, los productores, rescatamos la necesidad de estudiar las políticas públicas que acompañan los procesos de proximidad, de empoderamiento, de identidad alimentaria, y analizar si son disparadores de un proceso de transición de cómo se producen los alimentos y, a su vez, ponga en cuestión las formas de cómo se generan los mismos. Nos preguntamos si: ¿impactarán para que los alimentos se generen de una manera ambientalmente más sustentable y productivamente más amigable con los recursos que se utilizan para producirlos? Pretendemos responder a: ¿qué políticas públicas acompañan procesos en la generación de alimentos distintos, que impacten sobre una mayor autonomía de los consumidores y de los productores? Con base a ello y si éstas fueren las tendencias de lograr mayores autonomías, nos preguntamos: en un contexto actual caracterizado por relaciones de dependencia desde lo económico, de hegemonías de las cadenas largas y de las pautas de consumos masivos, ¿la generación de autonomía territoriales sería un desafío de los tiempos por venir?

Se movilizan conceptos vinculados a políticas públicas, autonomías territoriales y equilibración de las dietas alimentarias, salud nutricional y nuevos diálogos entre los que consumen y quienes producen los alimentos.

Se analizan casos de políticas públicas implementadas en países, contextos y épocas diferentes, que fueron ejecutadas en Francia, Brasil, Uruguay y Argentina. En el marco de sus alcances y sentidos, ponemos en discusión sus impactos en las transformaciones



territoriales que permitan visualizar si estamos en presencia de una mayor autonomía territorial.

MARCO ANALÍTICO Y METODOLÓGICO

Centramos nuestra atención en “anclar” tres conceptos: Políticas públicas, Autonomías Territoriales y Equilibración.

POLÍTICAS PÚBLICAS

Para Martínez Nogueira (1995), la política pública se puede percibir como acciones o decisiones que brindan orientaciones y generan impactos, también puede ser la inacción gubernamental. La política es un proceso y producto, es un ciclo abierto, con actividades que movilizan valores, procedimientos y actores. En el análisis se puede considerar como un proceso lineal y secuencial; en la realidad aparece como un accionar dinámico, sujeto a acciones y reacciones, a consensos y conflictos entre los diferentes actores intervinientes.

Oszlak; O’donnell (1995) señalan que el Estado, al entenderlo como una relación social, se constituye en un espacio de negociación en el que intervienen fuerzas políticas o grupos sociales con capacidad de negociación en el ámbito político y donde cada sector social intenta imponer sus intereses. Definen como cuestión a todo asunto vinculado a una necesidad o demanda de la sociedad en que la política pública busca incidir, atraviesa un ciclo vital, que abarca desde su problematización hasta su resolución. En el proceso diferentes actores afectados positivamente o no por la cuestión toman posición sobre la misma, siendo difícil que todos los actores coincidan en la percepción sobre el problema social que se convierte en cuestión.

Oszlak; Odonell (1995) también señalan que las cuestiones involucran a actores y que éstos pueden hallarse objetiva o subjetivamente afectados por las mismas. No necesariamente tiene porque existir una correspondencia entre la situación del actor con relación a una cuestión y su propensión a movilizarse en su defensa o cuestionamiento. En ese sentido, son otros actores no afectados por la cuestión quienes deciden iniciarla o reivindicarla, toman posición y adoptan políticas que pueden influir en el proceso de resolución.

Para Lahera (2004), toda sociedad tiene un debate sobre sí misma y se debería educar a la ciudadanía en este ejercicio; considera que algunas personas y corporaciones

tienen mayor capacidad de incluir, jerarquizar y excluir temas en la discusión social. La agenda pública se constituye como un juego de poder, siendo la esencia de la democracia que los intereses particulares compitan y confluyan en la formación de las políticas públicas.

A partir de los aportes de Scharpf (1997) en Zurbriggen (2006), se construyó un nuevo enfoque para el estudio de las políticas públicas denominado “Institucionalismo centrado en los actores”. Este marco conceptual buscó alejarse de las teorías estado-céntricas o socio-céntricas, desarrollando así un modelo que permite explicar la interacción entre actores e instituciones en la elaboración e implementación de las políticas públicas. La autora establece que las interacciones entre los actores se desarrollan en un espacio estructurado por relaciones de poder.

AUTONOMÍAS TERRITORIALES

Es nuestro propósito contribuir a consolidar un concepto de territorio y los procesos de construcción de una mayor autonomía territorial estimulada por programas y políticas públicas que buscan una territorialidad distinta.

Schejtman, Berdegue (2003, p.54) conciben al “territorio no como un espacio físico ‘objetivamente existente’”, sino como “un conjunto de relaciones sociales que dan origen y a la vez expresan una identidad y un sentido de propósito compartidos por múltiples agentes públicos y privados”. Cabe señalar que dicha construcción implica muchas veces transitar por procesos de conflicto y negociación. Mientras que para vincularlo con autonomía movilizamos una teoría sobre los cambios territoriales propuesta por Raffestin (1987), que permite estudiar la población y las actividades rurales, más allá de los individuos que consiguen constituirse en actores sociales y sus actividades calificadas como rentables o innovadoras. Como consecuencias de las modificaciones territoriales, cambiaron las relaciones con la exterioridad y la alteridad, según el autor implicó nuevos condicionamientos a la autonomía y una progresiva preponderancia de las redes de información que gobiernan los sistemas y los procesos de innovación, difusión y obsolescencia.

Desde el punto de vista territorial, la autonomía reside en el control de las redes de comunicación y de información. Ésta última constituye la energía, el recurso esencial de las redes cada vez más complejas y diferentes. La teoría de la comunicación



comanda el sistema territorial y los procesos de territorialización, desterritorialización y reterritorialización que implica adquirir, perder y reencontrar espacios, autonomías e identidades. Las tensiones entre sostener o recuperar una autonomía, en este caso territorial, y ser parte de los procesos colectivos inmersos en las redes, presenta desafíos a la originalidad de no perder grados de libertad, o negociar los mismos en función de los intereses y prioridades colectivas (Raffestin, 1987).

La territorialidad humana, según Raffestin (1987), está expresada por la evolución de las fases de un doble ciclo, y es por esencia dinámica, hecha de continuidades y discontinuidades. Puede hablarse entonces de un ciclo de territorialidad, es decir, debe entenderse que las sociedades, así como los individuos, pasan por ciclos de territorialidad, condicionados por los sistemas de información y por los modelos que generan nuestras acciones. Desde esta perspectiva la territorialidad se define por el encuentro de dos procesos: uno territorial y otro informacional. Ambos se inscriben en una problemática relacional. Todo es relacional y nada puede existir fuera de los fenómenos de relación. La territorialidad aparece como la interacción de dos sistemas: uno espacial y otro informacional, en la perspectiva de asegurar la autonomía de una comunidad a través de tiempo. Estos cambios obligan a adaptaciones para mantener la autonomía de la colectividad. Precisamente la transformación de las cooperativas “estarían dominadas por esas señales vinculadas a las redes cada vez más jerarquizadas, por una parte, y a la profesionalización en sus conducciones por otra” (Carricart, 2012a, p. 48).

EQUILIBRACIÓN

La teoría de la regulación según Bustos Cara (2002) propone un marco interpretativo de crisis y estabilidad de los sistemas económicos como resultado de una compleja coordinación socio-institucional. Intenta abordar la trayectoria nacional de la regulación para explicar el proceso de adecuación de la oferta y la demanda social en periodos de largo plazo, analiza los cambios estructurales y los periodos de crecimiento rápido, buscando comprender las causas de las grandes crisis y proceder a una delimitación más precisa de las etapas del proceso de desarrollo económico y social.

Los modos de regulación a que se hace referencia se estructuran en tres niveles o escalas a considerar: Macro (que tiende a estructurarse y fijarse), Meso (inconclusa), Micro (regulación de proximidad) según lo expuesto por Gilly, Mollard y Pecqueur



en una comunicación inédita denominada «Fundamentos Sectoriales y espaciales de la regulación: Una aproximación meso-económica». Proponen asimismo identificar a las formas de articulación, confrontación y coordinación entre los niveles, por actores concretos, y que conducen a compromisos institucionales durables, como dispositivos regulatorios territoriales.

Bustos Cara (2001) define el concepto de «marcos estructurantes» como las totalidades conceptuales que dan sentido a colectivos sociales en su inserción espacio-temporal específica y que permiten valorizar el conjunto del patrimonio social de una comunidad territorial. Evitando la visión simplificadora de la sucesión lineal, se recurre al concepto de «sociedad», como complejo socio-espacio-temporal, donde pasado, presente y futuro, así como las diversas escalas, se determinan de manera dinámica. En países periféricos, definidos así pese a la creciente simultaneidad de las consecuencias de las formas de articulación global-local, los procesos de reestructuración y sus marcos estructurantes implican mayores determinaciones y consecuencias más extremas del cambio.

Desde este enfoque, estamos presenciando un proceso de construcción y de reconstrucción territorial, para nuestro caso en particular “las otras formas o maneras de producir, organizarse, comerciar y consumir” lo que implica que un territorio emerge mientras que otro queda en un segundo plano. No desaparece, sino que conviven, lo viejo con lo nuevo, cada uno con sus propias normas y convenciones, o lo que llama co presencia de modelos de desarrollo (Albaladejo; Cittadini, 2017).

Se puede decir que estaríamos en una incipiente nueva mudanza o de una modificación de los pactos. El pacto agrario para Albaladejo (2009) fue reemplazado por el pacto productivista, en la transformación territorial convivía un territorio rural disminuido con otro agropecuario realzado. El autor sostiene que prevalecían intereses sectoriales por sobre intereses locales, predominando formas empresariales sobre la agricultura familiar, con preponderancia de un territorio comercial de producción, de las firmas y los intereses fuertemente influenciados por las redes de tipo halo núcleo.

Estaríamos en el advenimiento de un nuevo pacto donde lo rural urbano y local adquieran otra visibilidad u otro lugar en los juegos del poder y en su capacidad para que emanen políticas públicas que los acompañen o le otorguen lugar en la agenda del desarrollo. Una vez más estamos en presencia de un territorio que se debilita, pierde



una parte de su hegemonía frente a otro que quiere ocupar un lugar de co presencia, donde la diversidad es más aceptada que las monocromías o los imperios. Todo lo que se alineaba con los intereses de las firmas y de las cadenas largas, fuertemente dominadas por la relación halo-núcleo, parece debilitarse y no estaría impregnado de esa aura de modernidad.

Los intereses de red por sobre los intereses de lugar, confrontan y emergen con distintos grados de dominancia, marcan los territorios, establecen o corren los límites definiendo las fronteras. Se instaló la necesidad de pensar y actuar en función de un eje global-local o red-lugar, donde los primeros términos se asociaron al mundo globalizado y los segundos, a lo local (Carricart, 2012a).

Si se utiliza los términos de actores y actantes, Croazier (1990), Latour (1998) permiten sostener que las sociedades fueron más actuadas que actuantes, donde la red se impuso sobre el lugar y en un territorio donde convivía una territorialidad anterior disminuida con otra territorialidad emergente, que predominó con sus fortalezas sin importar demasiado sus debilidades. Para Carricart (2012b), la red centra sus intereses en los resultados económicos, mientras que el lugar, donde viven las personas, centran sus intereses en los aspectos socio culturales, paisajístico y de sustentabilidad socio ambiental de los sistemas. La corriente de pensamiento neosmithsiana, de flexibilización y de no regulación, expuso el riesgo de la evolución social de cada región. Se produjo un proceso darwiniano, donde la eficiencia y la productividad justificaban la desestructuración socio territorial y la hegemonía de los intereses de red por sobre los intereses de lugar.

Desde lo territorial, se iniciaron procesos de deconstrucción y reconstrucción que conviven en el mismo territorio, y se solapa con lo que tíbiamente va emergiendo en un mismo tiempo y lugar. Una realidad fragmentada y desmigajada que se vuelve compleja, dispersa o contradictoria. Como sostiene Albaladejo (2009), un territorio en archipiélagos.

En la sociedad y en las organizaciones, se estaría iniciando una nueva etapa donde el péndulo se orienta hacia sistemas más regulados, con nuevas concertaciones entre los actores que abandonaron esas posturas de actuados, pasando a ser actores y más artífices de su propio destino. Quizás se esté en los albores de un cambio, que implica la construcción de nuevas normas y convenciones desde lo social, organizacional y económico. Un tránsito que genera expectativas, revive esperanzas de encontrar una sociedad y estilos organizacionales más justos, más equilibrado, es decir una nueva equilibración de actores



e intereses.

La presencia del Estado puede verse opacada o desdibujada por la discontinuidad de sus acciones o estrategias, por su inmovilidad o falta de intervención justa y equitativa. Cuando las funciones del Estado se reducen a los estadios primarios de la organización de un país, quedan en evidencia los desequilibrios sociales y territoriales de los sistemas menos desarrollados. La prevalencia de los intereses de los más grandes o de los más fuertes, evidencia un estilo darwiniano de organización. En este tipo de organizaciones, con un Estado al servicio de unos pocos y asociado a grupos corporativos integrados a redes internacionales, se profundizan los desequilibrios y se corre el riesgo de favorecer el desarrollo de relaciones similares a las utilizadas por las asociaciones transnacionales.

LOS CASOS SELECCIONADOS: FRANCIA, BRASIL, URUGUAY Y ARGENTINA

FRANCIA

Políticas públicas francesas que acompañan procesos de agroecologización de la actividad agropecuaria: Proyectos Agroambientales y Climáticas (PAEC), Proyecto Alimentario Territorial (PAT), Organización de Productores con Consumidores (AMAP) y Grupos de Interés Económicos y Ambientales (GIEE).

De estas cuatro políticas hemos seleccionado las que promueven la formación de Grupos de Interés Económicos y Ambientales por ser un terreno específicamente trabajado con la Dra. Marion Chamboneau. Los GIEE son grupos de agricultores federados alrededor de un proyecto compartido donde fomentan la transición de las explotaciones y la transformación de la agricultura a través de la etiqueta de proyectos colectivos. Promocionan las 3P: Performence económica, Performence ambiental y Performence social.

Cada grupo GIEE tiene tres Tiempos: Un tiempo de Etiqueta, Un tiempo para la Animación y Un tiempo de Capitalización.

Cada año hay un llamado a los grupos a Etiquetar. Para presentar proyectos deben reunir varios requisitos: en primer lugar, no deben estar muy alejados y presentar coherencia territorial. Por ejemplo: el grupo Agroseuad está presente en casi todo el departamento de los pirineos atlánticos (Aquitania)¹. Hay grupos muy grandes que

¹ En la región de Aquitania (2017) eran aproximadamente 80 GIEE y 420 en Francia. Cada GIEE tiene una



ocupan casi todo un departamento mientras que hay otros pequeños que los integran 3 o 4 vecinos. El segundo componente que debe tener un proyecto es correspondencia entre lo económico, ambiental y social, y presentar una performance adecuada y unificadora. Cada región tiene su comisión de elección y si bien las pautas son las mismas, los criterios son muy diversos. La interpretación del concepto de territorialización y de coherencia es muy diferente de una región a otra.

En la etapa de Animación deben hacer vivir el proyecto. El tipo de animación que pueden solicitar es muy diverso. Existen dos fuentes de financiamiento con aportes diferentes, fondos nación, en menor medida, y fondos region. La decisión del proyecto es en el territorio.

La última etapa es la de Capitalización. Es capitalizar toda esa experiencia y extrapolarla del grupo, llegar a la región y a nivel nacional. Puede traducirse como la etapa de vulgarización de la experiencia, de la innovación o del conocimiento.

Para cerrar esta parte de políticas públicas de Francia, la Dra M. Charboneau, sostiene que en nueva Aquitania “las Cooperativas de Utilización de Maquinaria Agrícola (CUMAS) han evolucionado en dos temas: por un lado, en las prácticas de conservación, y por otro, en la autonomía. En este sentido, han generado inversiones específicas como las maquinarias para la reducción de las labranzas y para la conservación de forrajes. Asimismo, señaló con respecto al tema de la energía que aproximadamente 20 proyectos de GIEE tienen involucrado este tema, que las CUMAS están involucradas y que estos proyectos están más vinculados al Desarrollo Rural. A modo ilustrativo, para instalar un proceso de metanización o de secado de pasto, deben intercambiar con las municipalidades, con los otros productores, o con un grupo de municipalidades.

BRASIL

Para el caso de Brasil movilizamos el Programa Nacional de Fortalecimiento de la Agricultura Familiar (PRONAF).

El PRONAF financia proyectos individuales o colectivos, que generen renta a los agricultores familiares y asentados de la reforma agraria. Tuvo una vigencia de 20 años y constituye un ejemplo de política pública y construcción participativa entre el gobierno, la

descripción del proyecto que se puede leer en el sitio del Ministerio de Agricultura. De su análisis puede visualizarse la diversidad de proyectos lebilizados, permitiendo observar como se ve la agroecología en Francia y en una región en particular.



sociedad y la academia. En este caso nos referimos a proyectos que en algunos territorios recuperan identidad, manejan ciertas escalas de información y emergen procesos emancipativos o de empoderamientos.

Bianchini (2015) sostiene que Brasil es uno de los pocos países del mundo que tiene un conjunto de políticas públicas para el desarrollo rural destinadas a reducir las desigualdades, la inclusión socioeconómica de los agricultores familiares en toda su diversidad y la seguridad alimentaria de toda la población. El PRONAF surgió en 1995 como una línea de crédito rural, y fue el resultado de la intensa participación de las organizaciones agrícolas familiares. El programa fue estructurado para llegar a las zonas rurales brasileñas en toda su diversidad. La producción y el lugar de vivienda son los dos principales destinos del crédito y de la asistencia técnica. El crédito es articulado por el Estado a través de los Bancos Oficiales, tiene dos vertientes, el de instalación, que colabora en la iniciación de los jóvenes agricultores, y otra, vinculada a los procesos de producción. La asistencia técnica constituye el otro componente básico del desarrollo territorial y sobre la cual el Estado Brasileiro ha descargado una porción importante de sus recursos.

En los últimos 20 años, el PRONAF ha invertido aproximadamente R\$ 160 mil millones en más de 26 millones de contratos, en diferentes modalidades y tipos de agricultores familiares. El Programa financió maquinarias agrícolas, vehículos de transporte y equipos para la agricultura familiar más estructurada, incluidas las microfinanzas para la agricultura familiar menos capitalizada².

En sus inicios, considerando el estado de Para como ejemplo, la actividad ganadera tenía mucha relevancia para luego evolucionar hacia la agricultura, el cultivo de hortalizas y aves de corral, mientras que en la actualidad hay una tendencia a reemplazar una parte de estas actividades por la fruticultura.

Asimismo, desde el punto de vista productivo, progresivamente se fue instalando, que la producción debe seguir una línea agroecológica, así como la presencia de la fruticultura emerge por dos componentes de sustento. Una producción diversificada y asociada a producciones tropicales nativas y un sistema de producción generador de

² Dos ejemplos muestran esta diversidad: More Food, una línea de inversión de PRONAF que ha financiado 50.000 tractores en los últimos 7 años; Agroamigo de BNB, que financió en los últimos diez años a través de PRONAF B, 2,4 millones de contratos, aplicando R \$ 5,6 mil millones, a familias por debajo del umbral de pobreza en la región semiárida. Actualmente, el 30% de los contratos de PRONAF son realizados por agricultores. En el llamado Agroamigo PRONAF B, esta participación alcanza el 50%.



trabajo a nivel de finca y de procesamiento luego de la etapa de producción.

La generación de los propios alimentos, la transformación de los mismos, la reforestación con especies nativas, así como la construcción de una infraestructura básica, como caminos, energía eléctrica, agua y escuelas, integran la base por donde se despliegan los principales dispositivos del Estado para acompañar, coordinar y animar el desarrollo territorial del norte brasileiro (Carricart, 2019).

Por otro lado el PRONAF financió un proceso que denominaron ATER (Asistencia Técnica y Extensión Rural). El objetivo de este programa fue brindar servicios de asesoramiento técnico, social y ambiental de la Reforma Agraria, con el objeto de implantar una acción descentralizada de apoyo a las familias de agricultores asentadas en los Proyectos de Asentamientos (PA). Fue una iniciativa del Gobierno Federal, coordinado por el Instituto Nacional de Colonización y Reforma Agraria (INCRA), junto a otras instituciones públicas y privadas, entidades de representación y coordinación de trabajadores rurales y ONG ligadas a la Reforma Agraria. Se orientó a unidades de producción estructuradas e insertas en forma competitiva en el proceso de producción, volcadas al mercado local e integradas a la dinámica de desarrollo municipal y regional, de forma ambientalmente sustentable. Complementariamente debían “aportar estrategias que sean garantizadoras de la soberanía alimentaria y nutricional de los asentados, mediante la formulación de Proyectos de Explotación Anual (PEA), en los planos de Desarrollo del Asentamiento o de Recuperación de Asentamiento”.

URUGUAY

Para el caso Uruguay ponemos en foco lo que fue el Proyecto Uruguay Rural (PUR). Se orientó a la temática de la pobreza rural³. La valorización de la producción familiar y de los asalariados rurales en las políticas públicas orientadas hacia estos sectores sociales a partir del año 2005⁴ es un punto de inflexión en el desarrollo rural.

El PUR apostó al apoyo socio organizacional, a las organizaciones de base de productores familiares, asalariados rurales y de pobladores rurales y al fortalecimiento

3 Surgió a partir de un segundo convenio entre el Estado Uruguayo y el Fondo Internacional de Desarrollo Agrícola (FIDA). Fue ejecutado entre los años 2001 – 2011. (Ion, 2017)

4 El cambio llegó con el Frente Amplio, por primera vez en la historia del país, ganó las elecciones presidenciales. “El PUR, reformuló las políticas y sus objetivos, las noveles autoridades del PUR y del MGAP fueron quienes colocaron a la pobreza rural como *cuestión* en la agenda de las políticas públicas y se ocuparon de visibilizar organizadamente a los sectores sociales excluidos del medio rural.” (Ion, 2017)



de los vínculos entre las organizaciones. El objetivo fue consolidar un proceso de descentralización participativo y representativo y promover organizaciones de base fortalecidas. Pretendió contribuir a desarrollar el ejercicio de la ciudadanía en las poblaciones rurales más excluidas en dos niveles: a) micro-social, en la contribución hacia una perspectiva de derechos: conocimiento, exigencia y satisfacción de derechos, b) macro social: promoción de organizaciones de base fortalecidas, con capacidad reivindicativa y de diálogo y negociación de los sectores con menor poder económico y simbólico con los sectores públicos y privados. (Ion, 2017)

El funcionamiento de la propuesta de desarrollo rural requería de espacios en donde los sectores sociales priorizados se pudieran integrar, opinar y decidir sobre las políticas. Considerando el territorio rural y las diversas ruralidades, los autores señalan que se concibió la descentralización y el proceso participativo, como instrumento para intercambiar, diseñar políticas y estrategias que trascendiera el pensamiento único y centralizado. (Vadell; Ion; Gonsalves; 2012)

En los territorios rurales donde se implementó el Proyecto, en la mayoría de los casos eran inexistentes las bases organizativas. La integración social, la generación de vínculos y relaciones de confianza, cimientos primarios para la construcción colectiva organizada, requirió la inserción de las disciplinas sociales para contribuir con la organización y el fortalecimiento del entramado social rural. Los agentes de terreno orientados al apoyo socio organizacional promovieron la participación en las diferentes etapas del proceso de intervención y en el abordaje a los territorios rurales: a) primero se conocían las particularidades, las necesidades e inquietudes locales y b) posteriormente con las organizaciones y/o comunidades rurales, se elaboraban en ámbitos colectivos las diferentes propuestas a implementar mediante metodologías que estimulaban el diálogo, la expresión y la participación. Se impulsaba valorizar a los sujetos silenciados y a la creatividad de las organizaciones y de las comunidades rurales para la acción y el desarrollo. Se pretendió consturir un sujeto activo que demandara soluciones y generara cambios en la dimensión cultural y simbólica, y que en la acción construyera una identidad asociada a la producción familiar. (Ion, 2017)

ARGENTINA

PROGRAMA PRO HUERTA

Para el caso argentino movilizamos el Programa Pro Huerta, se inició en el año 1990 a través de dos instituciones públicas: el Ministerio de Desarrollo Social de la Nación y el Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria (INTA). El objetivo inicial del Programa refirió al aporte de los técnicos de INTA para que los sectores más vulnerables tuviesen acceso a una alimentación adecuada, produciendo sus propios alimentos.

Esta política, brinda herramientas para un mejor abordaje de la realidad, que permiten generar más oportunidades, más inclusión y más arraigo, que se traduzca en una mejor calidad de vida de sus habitantes. Favorece la participación y la organización de las comunidades con las que trabaja en todo el territorio de Argentina, contribuyendo a que los participantes sean actores protagonistas de la gestión de los procesos de desarrollo local y territorial. Propone una amplia participación, independientemente de sus condiciones sociales, personales o culturales, con una mirada sistémica donde las diferencias de la diversidad le dan el valor agregado. El Programa Pro Huerta, uno de los más difundidos territorialmente en Argentina y se caracteriza por la diversidad de su accionar, respondiendo a las distintas realidades regionales. Sostiene como objetivos: a) Mejorar y diversificar la alimentación de las familias, escuelas, instituciones y organizaciones de la comunidad, b) Promover la participación comunitaria en la producción de alimentos, incentivando la formación y difusión de tecnologías apropiadas para la producción de cultivos, c) Multiplicar alternativas de comercialización que puedan integrarse en un mercado de economía social

Es uno de los programas sociales más importantes de producción y desarrollo que se conjuga con el rescate de valores e historias. Treinta años después de su creación el Pro Huerta interactúa con más de 3 millones de personas, articula en el territorio con más de 10 mil instituciones y organizaciones, y forma parte de más de 400 ferias agroecológicas. Promueve la mejora en los hábitos alimentarios, desarrolla tecnologías orientadas a la autoproducción de alimentos, fortaleciendo a familias, comunidades y organizaciones, impulsa una economía justa y solidaria, mejorando el hábitat y la ecología, e impulsa conciencia sobre los derechos ciudadanos. Cabe desatacar un aporte muy destacable del Programa, en línea con las políticas agroecológicas que promueven producciones más sustentables, es la generación y distribución de semillas orgánicas, generadas por



intermedio de un complejo de cooperativas primarias nucleadas en la Federación de Cooperativas Agropecuarias de San Juan (FECOAGRO), radicada en la provincia de San Juan de Argentina.

DISCUSIÓN

Las políticas públicas y los programas presentados junto a los procesos de territorialización o desterritorialización en contextos muy distintos como los casos movilizados nos llevan a preguntarnos ¿qué es lo que está en juego cuando se promueven estas políticas? ¿qué se logra cambiar? ¿qué empoderamientos sociales se producen? y ¿qué nuevos niveles de dependencia se instalan?

Cada política de las descritas ut supra aporta a la discusión central de este artículo, cuál es la emergencia de otras formas de producir, de comerciar, de organizarse y de consumir. Con cada una de ellas pretendemos abonar qué procesos de cambio de están produciendo, ya no sólo en las formas de producir, sino también otras formas de organizarse o de recrear la organización de los eslabones más elementales como ocurre en amazonia o en la población rural dispersa en departamentos que presentaban altos guarismos de pobreza rural en Uruguay. Con el caso francés parece nos paramos en otro nivel de organización, de trayectorias políticas, donde aparecen problemáticas como el cambio climático, el medio ambiente y otra forma de alimentación, más saludables, alimentos con trazabilidad y que socialmente se pueden mostrar cómo se hacen.

En primer término, consideramos las políticas públicas francesas, donde se pone de manifiesto que tipo de problemáticas contemplan y por donde pasan los acompañamientos o estímulos. Disminuir el impacto sobre el medio ambiente y una alimentación distinta parecen ser el norte hacia donde apuntan con los nuevos instrumentos. Alimentos más sanos provienen de sistemas de producción más amigables con el medio ambiente y de prácticas culturales que sean contables, transparentes en la forma como se hacen los mismos. No hablan los procesos de agroecologización sino de qué tipo de nutrición se desea y que tipo de diversidad de alimentos se disponen, así como la necesidad de demostrar que no se usa tanta energía en transportarlos (se producen cerca) ni se gasta demasiado agua para generarlos. Ecuaciones más simples, pero a su vez complejas como alimentarse mejor y cuidar el medio ambiente.

La territorialización de sus políticas públicas agrarias francesas están tendiendo



a la desconcentración y descentralización. Buscan restaurar poderes a los niveles administrativos inferiores, al tiempo que promueven la sectorización involucrando a diferentes actores del territorio, con ayudas para actores externos al mundo agrario, más la apertura de las instancias de debate y de decisiones. Asimismo, fomentan la multifuncionalidad de la agricultura y de los territorios con una lógica de acción participativa de los actores locales. La territorialización de las políticas agroecológicas tiene por dirección, atender los problemas ambientales que son incrustados con cuestiones sociales y decisiones políticas. Además, la inscripción de la política agroecológica en los territorios puede constituir una forma de estabilización y de institucionalización local de la agroecología. Este último aspecto no está para nada consolidado.

En el caso del norte brasileño, se trata de políticas que acompañan procesos de asentamientos y de territorialización de extensas zonas de la amazonia, pero que emerge la problemática ambiental por la deforestación y la producción de alimentos más básicos para poblaciones que emigraron de las márgenes de mega ciudades inmersas en profundos procesos de marginación y de olvido. La cooperativa de jugos tropicales que Carricart (2019) movilizara como un proceso de cambio de uso del suelo, de pinares a espacios de frutas tropicales, convertida en sabrosos jugos de una aerolínea árabe constituye un buen ejemplo de como con políticas bien orientadas puede lograrse el autosostenimiento de muchas familias campesinas, con una producción natural y respetuosa del medio ambiente.

Otra expresión lo constituye la política uruguaya del Proyecto Uruguay Rural, que priorizó atender a los distritos más pobres del país. Entre los objetivos del Proyecto estuvo lograr que esas comunidades de familias rurales pudieran sentirse y reconocerse como sujetos que tienen derechos con una serie de instrumentos de política públicas orientadas a: capacitación, asistencia técnica y financiamiento. Puede sostenerse que esta política se territorializó con agentes de terreno socio técnicos, que permitieron un empoderamiento social y organizativo de los pobres rurales del Uruguay. El PUR con los cambios implementados en el anclaje territorial de las políticas a través de equipos interdisciplinarios, promovieron dispositivos de abordaje que estimularon el intercambio y la reflexión colectiva, y la participación activa de los integrantes de las organizaciones. La implementación de metodologías participativas contribuyeron a percibir en los actores institucionales y sociales que es posible lograr métodos alternativos de trabajo en las

organizaciones públicas y de abordaje a las problemáticas rurales.

Oszlack; O'donnell (1995), señalan que puede no existir una correspondencia entre la situación de un actor en relación a una cuestión y su propensión a movilizarse en su defensa. En el caso de Uruguay, son otros actores, no afectados directamente por la cuestión, quienes deciden iniciarla y para ello adoptan políticas que pueden influir en el proceso de resolución. El PUR asumió el desafío inicial, partió de considerar a los sujetos de las políticas públicas como sujetos organizados activos y protagonistas para su construcción y evaluación. Pretendió alterar la relación representante – representado para que en el diseño e implementación de las políticas públicas se vertiera la expresión directa de estos sectores sociales. Se generaron cambios que modificaron sus trayectorias en relación al ejercicio de sus derechos, de ser sectores excluidos pasaron a estar integrados a la vida ciudadana. Las organizaciones sociales no se plantearon, alterar las relaciones de poder establecidas, sí, a partir de su reconocimiento como sujetos de derechos, se abocaron a reivindicar mejorar la calidad de vida, una identidad asociada simbólicamente en la acción, a la producción familiar y visibilidad en el mapa de actores locales y su legitimidad social.

El caso argentino pone en evidencia un programa original de acompañamiento iniciado bajo un régimen político neo liberal pero continuado en regímenes opuestos de regulación y de otras formas de acompañamiento a la marginación, a la pobreza, no solamente rural, sino también peri urbana y urbana.

Se rescata los componentes tecnológicos y sociales que involucra el Programa Prohuerta con la participación de animadores locales que construyen un entramado socio territorial de contención, de capacitación, y de asistencia técnica con la provisión de semillas agro ecológicas y pollitos de razas puras criollas.

Las distintas políticas presentadas, los grados organizativos alcanzados y los contextos específicos de cada lugar, nos permite plantear en esta discusión, una especie de escalera de tiempos distintos, pero también de trayectorias que enmarcan la emergencia de procesos de re territorialización de los alimentos, sobre todo los que se generan en las áreas peri urbanas.

No desconocemos que, en estas zonas, aparecen también dicotomías de una producción industrializada bajo inmensos techos de plásticos (el gran La Plata en Argentina, tiene más de 7000 ha bajo cubierta como ejemplo), frente a las unidades productivas



familiares que generan sobre todo verduras frescas producidas agroecológicamente en algunos casos y con menor presión de insumos sintéticos, en otros. Entonces nos planteamos hasta donde la mercantilización de las producciones son cautivas de circuitos largos con estandarizaciones ajenas a los intereses de los consumidores, con transacción caracterizadas por asimetrías muy marcadas, donde prevalen los intereses de las grandes superficies y los grandes procesadores.

La emergencia y consolidación de políticas públicas que acompañen, regulen, fomenten producciones más agroecológicas, circuitos de comercialización más gobernables por los actores locales, la recreación o creación de organizaciones que permitan una mayor gobernanza de los procesos de producción, comercio y consumo, favorecida por reglas de juego co construidas entre los actores, serían los emergentes de la construcción de nuevas formas de diseñar las políticas como las nuevas formas organizacionales surgidas.

CONCLUSIONES

Está en pleno auge la emergencia de miradas distintas sobre el uso del espacio rural relativamente cerca de las urbanizaciones, como generadores de alimentos, pero también sobre la necesidad de protección del medio ambiente y la preservación o re territorilización de una diversidad de actores y actividades. Aunque en la mayoría de los casos analizados revela muy débiles señales de diversificación y renovación agraria.

Si bien existe la planificación, hay poca coherencia territorial. Se generan Políticas Publicas que cuando se construyen los documentos básicos o fundacionales, en escasas ocasiones hay agricultores de las organizaciones de base, sólo hay representantes de ellos. Estos en muchos casos coinciden con los intereses de los urbanos y de los grandes productores, por lo que la representación de los más chicos que son la mayoría, se ve muy disminuida.

Consideramos que lo central debería ser la relación entre el Agricultura y la Ciudad es decir la relación agrociedad. Hay un paradigma en discusión entre lo que se piensa en la ciudad, con una presión social para que la agricultura sea de proximidad, de calidad, agroecológica y la realidad de los agricultores (Hasnaoui, 2018). En esta línea de pensamiento parece cada vez más importante conocer mejor como los agricultores van a dialogar con los habitantes de la ciudad, donde parecería necesario la emergencia de nuevos interlocutores y de nuevos espacios de mediación, no necesariamente desde el



estado, sino más bien en una co presencia de actores e intereses.

Por otro lado, si miramos el sector rural progresivamente hay menos productores, de lo cual una parte de ellos son más grandes, están en las cadenas y hacen alimentos industriales, son la mayoría. Igualmente surgen lo que algunos autores denominan “neo rurales” que tienen otras formas de hacer la producción, otras formas de vivir la ruralidad y otras formas de participar.

Como se promueve que se valore en los habitantes rurales hacer mejores alimentos, más agroecológicos. Y como dice Hasnaoui (2018) acompañarlos para que aprendan esta otra manera de producir, si en el espacio rural prevalece la producción en cantidad.

Retomando los conceptos teóricos del comienzo del artículo sostenemos que los consumidores muy parcialmente se movilizan o cuestionan como se hacen los alimentos, no hay tanta correspondencia mientras que desde los campos científicos y de los movimientos ambientalistas aparecen los actores que presentan los mayores cuestionamientos, reivindicando la necesidad de la instrumentación de políticas que estimulen otras formas de producir y no tanto otras formas de consumir.

Parecería que el tema tipos de alimentos y modo de consumo unido a como se generan, recién se está comenzando a jerarquizar en las capas sociales de mayor poder adquisitivo y que se expresa con más nitidez en aquellos países con sociedades con mejores niveles de ingresos y educativos, que en los países y regiones más pobres y con menor desarrollo humano.

Respecto a la equilibración, en el análisis de los casos que presentamos nos referimos a como algunos territorios recuperan identidad, manejan ciertas escalas de la información y emergen procesos emancipativos o de empoderamientos, como en amazonia. En la sociedad y en las organizaciones, se estaría iniciando una nueva etapa donde el péndulo se orienta hacia sistemas más regulados, con nuevas concertaciones entre los actores que abandonaron esas posturas de actuados, pasando a ser actores y más artífices de su propio destino. Quizás se esté en los albores de un cambio, que implica la construcción de nuevas normas y convenciones desde lo social, organizacional y económico. Un tránsito que genera expectativas, revive esperanzas de encontrar una sociedad y estilos organizacionales más justos, más equilibrado, es decir una nueva equilibración de actores e intereses.



Las Políticas públicas presentadas reflejan perfectamente contextos muy distintos donde en Francia y la Unión Europea presentan políticas más estratégicas y responden a sociedades más avanzadas en los temas presentados, entretanto en Brasil algunas de sus políticas parecen acompañar mejor los procesos de re territorialización y de presentar oportunidades a las clases más rezagadas. Entretanto en Argentina la política presentada ha buscado acompañar a ciertos sectores sociales en un contexto de discontinuidades, de asincronismos y de una sociedad cada vez más amenazada por la pobreza. En el caso de Uruguay fueron políticas que promovieron la asociación, la visibilización de sujetos silenciados, la territorialización y permanencia en el tiempo de organizaciones de la producción familiar a pesar de que el PUR fue un proyecto acotado en el tiempo y la mayoría de las veces se considera que la vida y continuidad de las organizaciones depende de la permanencia de las políticas públicas.

Como reflexión producto de la temática movilizada podemos señalar una tríade de conceptos que nos llaman a reconsiderar y replantear. Por un lado, nos preguntamos: ¿hay una tendencia a lograr una mayor autonomía por elección o por reacción de los actors, sean estos consumidores y/o productores?. Por otro, ¿hay realmente una tendencia a la ecologización y territorialización de las políticas públicas y tercero, ¿se ha iniciado un proceso de equilibración de actores e intereses?. Será el lector, quien con sus propias reflexiones podrá estar más o menos de acuerdo con las tendencias que planteamos.

REFERENCIAS

ALBALADEJO, Christophe. Innovations discrètes et re-territorialisation de l'activité agricole en Argentine, au Brésil et en France. *En*: ALBALADEJO, Christophe. & BUSTOS CARA, Roberto. (ed.). **Desarrollo local y nuevas ruralidades en Argentina** / Développement local et multifonctionnalité des territoires ruraux en Argentine. UNS Departamento de Geografía / IRD UR102 / INRA SAD / Univ. Toulouse LeMirail UMR Dynamiques Rurales, Bahía Blanca, Argentina, 2004. p. 413-456.

ALBALADEJO, Christophe. **Médiations territoriales locales et développement rural**. Vers de nouvelles compétences d'accompagnement de la 'activité agricole. Les familiales dans les transformations territoriales en Argentine au Brasil et en France. HDR. Habilitation a Diriger des Recherches Geographie et Aménagement. UFR.



Sciences Sociales Département de Géographie Dir, 2009. 304 p.

ALBALADEJO, Christophe; CITTADINI, Roberto. **El productor silencioso: destino del gran actor de la modernización de los años 1960-70 en la actual copresencia de agriculturas de la región pampeana argentina.** En PAMPA Revista Interdisciplinaria de Estudios Territoriales. Universidad Nacional del Litoral (Argentina) y Universidad de la República (Uruguay). Santa Fe, Argentina, v. 16, p. 9-34, julio-dic 2017.

BENKO, George. **La Ciencia regional.** EDI.UNS, 1999. 171 p.

BIANCHINI, Valter. **Vinte Anos do PRONAF, 1995-2015.** Avanços e Desafios. Brasília Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2015. 113 p.

BUSTOS CARA, Roberto. Los sistemas territoriales. Etapas de Estructuración. **Anales de Geografía de la Universidad Complutense.** Madrid, v. 22, p. 113-129, 2001.

BUSTOS CARA, Roberto. Cambios en los sistemas territoriales. Actores y sujetos entre la estructura y la acción. Propuesta teórico-metodológica. *En: II Jornadas Interdisciplinarias del Sudoeste Bonaerense.* Bahía Blanca, Argentina, p. 245, 2002.

CARRICART, Pedro. **Cooperativas rurales y territorios en la Región pampeana argentina.** Transformaciones sociales, económicas y organizacionales. Buenos Aires: La Comena, 2012a. 417 p.

CARRICART, Pedro, KEBAT, Claudia. Procesos de territorialización y desterritorialización en el mundo cooperativo. *En: VII Jornadas Interdisciplinarias de Estudios Agrarios y Agroindustriales,* Facultad de Ciencias Económicas, Universidad de Buenos Aires, 2011.

CARRICART, Pedro. Procesos de Territorialización y Desterritorialización en el mundo Cooperativo. **Revista Interdisciplinaria de Estudios Agrarios.** Argentina, v. 1, n. 36, p. 12-25, set. 2012b.



CARRICART, Pedro. Tensiones entre autonomía y acción colectiva. Análisis comparativo de casos de cooperativas de pequeños y medianos productores de Brasil, Argentina y Francia. **Brazilian Journal of Health Review**. San Pablo, v. 2, n. 4, p. 2778-2795, jul-ago 2019.

CHRISTALLER, Walter. **Central Places in Southern Germany**. Prentice Hall, Englewood Cliffs. New Jersey: Translated by Carlisle W. Baskin, 1966. 230 p.

COURTY, Sarah. **Étude des pratiques d'introduction de légumineuses chez des agriculteurs membres de CUMA: entre quête d'autonomie & transition agroécologique? Analyse des trajectoires et évaluation des effets liés aux changements de pratiques**. Mémoire de fin d'études présenté pour l'obtention du diplôme d'ingénieur agronome Spécialité: Systèmes Agricoles et Agroalimentaires Durables au Sud (SAADS) Option: Développement Agricole et Rurale au Sud (DARS) Parcours: Ressources, Systèmes Agricoles et Développement. RESAD. – Universidad, INRA-UMR Innovation Montpellier, 2016.

CROAZIER, Michel; FRIEDBERG, Erhard. **El actor y el sistema**. Las restricciones de la acción colectiva. México: Alianza Editorial, 1990. 367 p.

DUBAR, Claude. **La crise des identités**. L'interprétation d'une mutation. Paris: PUF, 2000. 239 p.

GARCIA VELAZCO, Aureli. **Accompagnement des collectifs 'agriculteurs en Cuma vers la transition agroécologique et l'atténuation du changement climatique'**. Etat des lieux et propositions pour un renforcement des actions du réseau Cuma. Mémoire de fin d'études. Présenté pour l'obtention du diplôme d'ingénieur agronome Spécialité: Agro-Ecologie, du Système de production au Territoire (AGREST), 2017. 50 p.

GASSELIN, Pierre. 2017. **Entrevistas personales**, UMR Innovation, INRA-SAD, Montpellier, Francia. 2019.



HASNAOUI AMRI, Nahuir. **La participation des agriculteurs à une politique territoriale.** Le cas de Montpellier Méditerranée Métropole. (Thèse de Doctorado: géographie) - Montpellier: Université Paul Valéry - Montpellier SupAgro, 2018.

HEBINCK, Paul; PLOEG, J. D. Van Der; DOUWE, Jan; SCHNEIDER, Sergio. **Desarrollo rural y construcción de nuevos mercados.** Londres: Routledge, 2015. 218 p.

HEINISCH, Claire. **Nouveaux circuits alimentaires de proximité dans les Andes:** contribution à la reconnaissance des paysanneries (PhD Thesis), Agrocampus Ouest. Rennes, Francia, 2017.

ION, Lilián. **El Proyecto Uruguay Rural y su anclaje territorial en el departamento de Rivera, en el período 2005-2010.** (Maestría en Procesos Locales de Innovación y Desarrollo Rural – PLIDER) – Facultad de Ciencias Agrarias y Forestales, Universidad Nacional de La Plata, 2017.

LAHERA, Eugenio. **Política y políticas públicas.** CEPAL Naciones Unidas. Santiago de Chile, Serie, n. 95, p. 32, 2004. (Políticas Sociales).

LATOURE, Bruno. De la mediación técnica: filosofía, sociología y genealogía. *En:* DOMENECH, Miguel; TIRADO, Francis J. (comp). **Sociología simétrica.** Barcelona: Gedisa Editorial, 1998. p. 249-301.

LOVIS TRENTIN, Irán. Análisis del programa nacional de fortalecimiento de la agricultura familiar. **Revista Verde.** Pombal, Paraíba, Brasil, v. 14, n. 4, p. 554-561, 2019.

LUCAS, Véronique; GASSELIN, Pierre. (2016). **La potenciación de los agricultores en Cuma: Entre el pragmatism económico, activación de los procesos ecológicos y pérdida de confianza, En Coloquio científico SFER LML.** 9 y 10 junio 2016. Campo agronómico Clermont En: Liberalización de las políticas públicas de los mercados



lecheros: Evolución de las políticas públicas, consecuencias y adaptación de los actores económicos.

LUCAS, Véronique. Quêtes d'autonomie et recompositions des organisations collectives d'agriculteurs en Cuma: des points d'appui pour la transition agroécologique?. *En: INRA-SAD, 10 èmes journées des doctorants du SAD*, 14-18 mars, 2016. p. 19.

MARITNEZ NOGUEIRA, Roberto. **Análisis de las políticas públicas**. Argentina: Instituto Nacional de Administración pública, Argentina, 1995. 48 p.

OSZLAK, Oscar. El rol del Estado: Micro - Meso – Macro. Aportes. Para el Estado y la administración gubernamental. **Revista de la Asociación de Administradores Gubernamentales**. Buenos Aires, n. 29, p. 83-97, 2012.

OSZLAK, Oscar. Implementación participativa de políticas públicas: aportes a la construcción de un marco analítico. *En: Alejandro Belmonte et al. Construyendo confianza: hacia un nuevo vínculo entre estado y sociedad civil*. Fundación CIPPEC, Subsecretaría para la Reforma Institucional y Fortalecimiento de la Democracia, Jefatura de Gabinete de Ministros, Presidencia de la Nación. Buenos Aires: v. 2, p. 9-48, 2009.

OSZLAK, Oscar; ODONELL, Guillermo. Estado y políticas estatales en América Latina: hacia una estrategia de investigación. **Redes**. Centro de Estudios de Estado y Sociedad. Quilmes, Buenos Aires, v. 2, n. 4, p. 99-128,1995.

PLOEG, J.D Van Der. **Peasants and the Art of Farming: a Chayanovian Manifesto**. Fernwood Publishing, Winnipeg, 2013.157 p.

PLOEG, J.D Van Der. **The new peasantries: struggles for autonomy and sustainability in an era of empire and globalization**. London: Earthscan, 2008. 356 p.

PUR, MGAP, FIDA. **Proyecto Uruguay Rural: Aportes a la construcción del desarrollo**



rural. Síntesis de resultados y lecciones aprendidas. Uruguay: PUR, DGDR, MGAP, 2011. 127 p.

RAFFESTIN, Claude. Repères pour une théorie de la territorialité humaine. **Cahier du Groupe Réseaux**. Francia, v. 1, n. 7, p. 263-279, junio 1987.

RIFKIN, Jeremy. **La era del acceso**. La revolución de la nueva Economía. C.A.B.A. Argentina: Paidós, 2004. 366 p.

SCHEJTMAN, Alexander; BERDEGUE. **Desarrollo Territorial Rural**. Debates y temas rurales n. 1. Providencia, Santiago de Chile: División América Latina y el Caribe del Fondo Internacional de Desarrollo Agrícola y el Departamento de Desarrollo Sustentable del Banco Interamericano de Desarrollo, 2003. p. 54.

SCHNEIDER, Sergio, NIEDERLE, Paulo André. **Resistance strategies and diversification of rural livelihoods: the construction of autonomy among Brazilian family farmers**. London, UK: The journal of peasant studies. - J PEASANT STUD, v. 37, n. 2, p. 379–405, 2010.

SUNKEL, Osvaldo; PAZ, Pedro. **El subdesarrollo latinoamericano y la teoría del desarrollo**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2004. 506 p.

VADELL, Antonio; ION, Lilián.; GONSALVES, Guillermo. Las Mesas de Desarrollo Rural implementadas por el Proyecto Uruguay Rural. *En: 1er. Congreso de Ciencias Sociales Agrarias*, Departamento de Ciencias Sociales, Facultad de Agronomía, Universidad de la República, 2012. 13 p.

ZURBRIGGEN, Cristinta. El institucionalismo centrado en los actores: una perspectiva analítica en el estudio de las políticas públicas. **Revista de Ciencia Política**, Universidad Autónoma del Estado de México. México, v. 26, n. 1, p. 67-83, 2006.



Agricultura Familiar:

Pesquisa, Formação e Desenvolvimento

RAF. v.17, nº 01 e 02 / jan-dez 2023, ISSN 1414-0810 / E-ISSN 2675-7710

A EXPERIÊNCIA DA COOPERATIVA DE PRODUTORES FAMILIARES RURAIS DE PACAJÁ COM O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE

THE EXPERIENCE OF THE COOPERATIVE OF RURAL FAMILY PRODUCERS IN PACAJÁ WITH THE NATIONAL SCHOOL LUNCH PROGRAM - PNAE

Denise Reis do Nascimento, Mestranda, UFRA, denisereis20@gmail.com;
Alcilene Magalhães Cardoso, Doutoranda, UFOPA, alcilene@ipam.org.br;
Thaynara Cavalcante Veloso, Bacharel, UFPA, thaynaraengflorestal@gmail.com;

Resumo

O Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE) trouxe oportunidades significativas de acesso a mercados para cooperativas de agricultura familiar no Brasil. O artigo tem como objetivo entender de que forma o PNAE contribui na gestão produtiva das famílias e na segurança alimentar. O estudo utilizou as seguintes metodologias: a) Pesquisa bibliográfica: através da análise de livros, artigos, relatórios; b) Pesquisa documental de materiais impressos e documentos relacionados às experiências da COOPROPAC; e c) Realização de entrevistas semiestruturadas com atores envolvidos no processo de venda e compra dos produtos mediante a chamada pública. O novo modelo de PNAE reforçou algumas estratégias de diversificação da produção e estimulou os agricultores a plantar e diversificar mais a produção. Diante da nova dinâmica da cooperativa, a assistência técnica precisa apoiar na organização da produção, na comercialização, na melhoria da qualidade dos produtos e principalmente, trabalhar a formação dos cooperados e gestores. A diversidade produtiva influenciou na alimentação das próprias famílias no campo e clientes da feira que passaram a incluir frutas e hortaliças nas refeições diárias.

Palavras-chave

Agricultura familiar. Produção. Mercados. Diversificação. Comercialização.

Abstract

The National School Lunch Program (PNAE) has brought significant market access opportunities to family farming cooperatives in Brazil. The article aims to understand how PNAE contributes to families' productive management and food security. The study used the following methodologies: a) Bibliographic research: through the analysis of books, articles, reports; b) Documental Research of printed materials and documents related to COOPROPAC experiences; and c) Conducting semi-structured interviews with actors involved in the process of selling and buying products through public entities. The new model of PNAE reinforced some strategies for diversifying production and encouraged farmers to plant and further diversify production. Faced with the new dynamics of the cooperative, technical assistance needs to support the organization of production, marketing, improving the quality of products and, above all, working on the training of cooperative members and managers. Productive diversity influenced the food of rural families and farmers' market customers who started to include fruits and vegetables in their daily meals.

Keywords

Family farming. Production. Markets. Diversification. Commercialization.

INTRODUÇÃO

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é popularmente conhecido como merenda escolar e foi criado como uma estratégia para que o governo federal estimulasse a agricultura familiar, enquanto que para as famílias produtoras é também uma grande oportunidade de geração de renda através da comercialização de seus produtos. A prefeitura municipal de Pacajá compra com recursos do FNDE/PNAE e recursos próprios, produtos alimentares da própria região para a merenda escolar, através da transferência de recursos financeiros, em caráter suplementar, aos estados e municípios brasileiros. Na conformidade da Lei nº 11.947, de 16/6/2009, 30% do valor repassado pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE deve ser investido na compra direta de produtos da agricultura familiar, medida que estimula o desenvolvimento econômico e sustentável das comunidades.

A história diz que a luta pelo direito à alimentação escolar vem da década de 50, mas foi com a constituição de 1988, que o direito à alimentação escolar gratuita e de qualidade para todos os alunos do Ensino Fundamental foi assegurado, sendo estendido também à educação infantil e às creches. Até 1993 o PNAE foi administrado pelo Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE) que centralizava a compra e distribuição dos alimentos. De 1993 a 1998, o Programa passou por transformações de descentralização e desburocratização, celebrando acordos com estados, distrito federal e municípios, desde então, coube a estes governos a responsabilidade de execução do programa de forma integrada com o governo federal visando maior benefício aos alunos de escolas públicas.

A comercialização de produtos da agricultura familiar por meio do mercado institucional é um fenômeno relativamente recente. As primeiras experiências dessa natureza foram localizadas, muitas vezes descontínuas no tempo e desenvolvidas por governos municipais e estaduais interessados em incentivar a agricultura familiar e a produção local de alimentos. Mas este processo é crescente e atualmente representa uma das possibilidades mais significativas de acesso a mercados pela agricultura familiar (UNICAFES, 2013).

O Programa Nacional de Alimentação Escolar é considerado um dos maiores programas na área de alimentação escolar no mundo e é o único com atendimento universalizado. O Programa contribui para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem, o rendimento escolar dos estudantes e a formação de hábitos alimentares



saudáveis, por meio tanto da oferta da alimentação escolar, quanto pela execução de ações de educação alimentar e nutricional.

Além de ser uma importante política pública, pois sua complexidade e heterogeneidade, ao mesmo tempo em que subsidia a geração de renda, possibilita a oferta de alimentos de qualidade, contribui para o resgate de valores da agricultura familiar e permite o desenvolvimento local. Outro ponto importante a ser analisado é o conceito da agricultura familiar, que de acordo com Wanderley (1996) a noção de “agricultura familiar” deve ser entendida de forma genérica como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo.

O artigo tem como objetivo entender de que forma o PNAE contribui na gestão produtiva das famílias e na segurança alimentar, considerando a diversidade de produtos e analisando as principais dificuldades para acessar a esse tipo de mercado. O trabalho contribui ainda para a sistematização da experiência da Cooperativa de Produtores Familiares Rurais de Pacajá (COOPROPAC) de forma a influenciar outros grupos de produtores, em especial, assentados da reforma agrária. Assim, mais produtores rurais poderão fornecer seus produtos para a alimentação escolar garantindo renda e contribuindo para uma alimentação mais saudável das crianças da rede municipal de ensino nos municípios onde atuam.

METODOLOGIA

A Cooperativa de Produtores Familiares Rurais de Pacajá analisada neste trabalho foi fundada em 14 de julho de 2017 por 42 agricultores produtores/feirantes da Feira da Produção Familiar de Pacajá e sua sede está localizada no município de Pacajá no Estado do Pará, na região da rodovia Transamazônica. O município de Pacajá limita-se com os municípios de Portel (ao norte), Tucuruí e Baião (ao leste), Novo Repartimento (ao sul) e Anapu (a oeste), ocupando uma área de aproximadamente 11.800Km², correspondendo a 4,72% da Região de Integração (RI) do Xingu e 0,95% do Estado do Pará. Pacajá fica a 600 km de Belém e a 217 km de Altamira.

Pacajá está situado na Mesorregião Sudoeste Paraense e Microrregião de Altamira, possuindo população estimada em 2021 de 49.110 munícipes e segundo o censo



do IBGE (2010) ela era de 39.979. Em relação a educação, 93% da população entre 6 a 14 anos possui escolaridades e tendo em 2020 8.275 alunos matriculados no ensino fundamental atendidos pela rede municipal de educação com 135 estabelecimentos de ensino regularmente funcionando (IBGE, 2020). Esses alunos são atendidos pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar e assim pela produção da agricultura familiar do município, como é o caso da COOPROPAC que vem desde 2019 ofertando produtos variados nas compras públicas por meio de participação nos chamamentos públicos da Secretaria Municipal de Educação de Pacajá - SEMED.

A proposta metodológica desta pesquisa pode ser compreendida no campo da abordagem qualitativa, sendo considerada como um estudo de caso que busca retratar uma determinada realidade e estudá-la a luz de fontes diversas de informação e adoção de metodologias participativas que gerem protagonismo dos produtores e produtoras rurais da feira de Pacajá e da Cooperativa de Produtores Familiares Rurais de Pacajá no processo de construção dos dados (Florentino *et al.* 2019).

Entre as técnicas de coleta e análise de dados o estudo utilizou diferentes abordagens metodológicas, tais como: a) Pesquisa bibliográfica: através da análise de livros, artigos, relatórios e demais produções que tratam as questões relativas aos mercados institucionais com destaque para a modalidade do PNAE; b) Pesquisa documental de materiais impressos e documentos relacionados às experiências da COOPROPAC, complementando os dados obtidos com a revisão bibliográfica e com as entrevistas com gestores públicos do município de Pacajá; e c) Realização de entrevistas semiestruturadas com atores envolvidos no processo de venda e compra dos produtos mediante a chamada pública Nº 001/2019-01 executada pela Secretaria Municipal de Educação de Pacajá.

Quanto aos recursos e materiais utilizados na pesquisa, tais como despesas com transporte e alimentação para as pesquisadoras, material didático e outros foram disponibilizados pelo Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) como componente de apoio para fomentar a pesquisa e extensão junto às famílias participantes da cooperativa. Os procedimentos metodológicos utilizados foram ainda orientados a buscar apoio nos trabalhos científicos, dissertações de mestrado e teses de doutorado que tratam dos temas políticas públicas, segurança alimentar e nutricional, mercados institucionais e agricultura familiar na Amazônia e com recorte na região em estudo.

Para informações qualitativas e quantitativas sobre o processo de implementação



do PNAE no município de Pacajá, e em especial, com a COOPROPAC, utilizamos informações a partir de coletas de dados realizadas no âmbito do projeto “Negócios Familiares Sustentáveis” que foi executado pelo Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) no período de 2018 a 2020. Nesse processo alguns instrumentos foram utilizados como o plano de uso da propriedade e a planilha de custos que cada produtor aplica para o monitoramento de sua produção e geração de renda.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Feira da Produção Familiar de Pacajá surgiu em 2016 a partir da execução de projetos do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) em parceria com a Fundação Viver, Preservar e Produzir (FVPP) em assentamentos rurais da região. Inicialmente, a feira funcionava sob tendas de lona (Figura 01), a cada dia 15 e contava com a participação de 25 famílias de produtores organizados em um grupo informal de comercialização de seus produtos direto aos consumidores. Após 04 anos de existência, a feira tem se mostrado uma excelente estratégia para o fortalecimento da agricultura familiar da região, gerando renda e trabalho para as famílias que vivem no campo. Esse espaço disponibiliza uma diversidade de produtos de origem vegetal e animal para a população que vive na área urbana do município de Pacajá, agregando parceiros da sociedade civil e de governos em prol de consolidar esta iniciativa geradora de renda e de consumo sustentável de alimentos vindos direto do campo. Os produtores rurais que são também feirantes e sócios da cooperativa atualmente comercializam seus produtos toda sexta-feira no novo galpão da feira (Figura 02) construído em 2020 com apoio do Projeto Negócios Familiares Sustentáveis em parceria com a prefeitura de Pacajá. As novas instalações garantiram aos produtores e consumidores um espaço com melhores condições de oferta dos alimentos e ampliação do leque de produtos a serem disponibilizados, bem como o aumento no volume de venda e consequente de renda para os membros que em 2020 já eram em número de 48 produtores/feirantes

A cada feira são comercializados em média 100 tipos de produtos diferentes, como mostra o quadro 01 a seguir, podendo variar conforme a sazonalidade e o calendário produtivo das famílias, o que está previsto nos planos de uso da produção de cada agricultor membro da cooperativa. A diversidade e assiduidade no fornecimento dos produtos ajuda a atrair os consumidores e fidelizar as compras tanto no espaço da feira



Figura 1 - Feira acontecendo na tenda montada na rua



Fonte: Autoras

Figura 2 - Feira acontecendo no galpão



Fonte: Autoras

quanto as realizadas por encomendas de clientes e mesmo abrindo o leque de outros mercados como as compras institucionais junto ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) quanto o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Quadro 1 - Principais produtos comercializados na feira de Pacajá.

CATEGORIAS	COMPONENTES
Frutas in natura	Banana, acerola, mamão, murici, coco, maracujá, goiaba, graviola, pupunha, cupuaçu, melancia, abacaxi, abacate, manga, tangerina, lima limão, cacau, jaca, jabuticaba e laranja.
Legumes	Pimenta de cheiro, pimenta amarela, pimentinha verde, quiabo, pimentão, feijão verde, abóbora, pepino, maxixe e tomate.
Processados	Polpa de frutas (açai, abacaxi, açai, acerola, bacuri, cacau, caju, carambola, cupuaçu, goiaba, graviola, manga, maracujá, murici, taperebá), farinha de mandioca, farinha de tapioca, goma de tapioca, bejú, tucupi, coco ralado, caldo de cana, café moído, colorau, açafrao, derivados do leite (queijo, requeijão doce de leite, iogurte e manteiga de garrafa), farinha de babaçu, bolos, doces, pão caseiro, biscoito de polvilho, pamonha, galinha abatida, abóbora cortada, banha de porco.
Hortaliças	Cheiro verde, cebolinha, alface, chicória, carirú, jambu, vinagreira, rúcula e couve-flor.
Raízes	Macaxeira in natura, cará, batata doce, inhame e amendoim, gengibre.
Grãos	Milho, arroz e feijão caupi.
Proteína animal	Galinha caipira viva, ovos caipira, peixe e carne suína.
Castanhas	Castanha do Brasil, castanha de babaçu.
Óleos vegetais	Copaíba, andiroba, babaçu, coco da praia, cupuaçu.

Os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) oferecidos nos últimos anos pelo IPAM e parceiros como: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) também influenciam no aumento da qualidade e quantidade de produtos ofertados a cada feira, bem como para o aprimoramento do sistema de gestão e de monitoramento para

os ajustes necessários ao melhor funcionamento desses espaços de comercialização e mesmo das unidades produtivas de agricultores cooperados.

Diante da diversidade de produtos, a cooperativa visualizou uma nova oportunidade de comercialização através do PNAE. Um primeiro passo dado pela cooperativa foi a realização de reuniões com a nutricionista e a responsável pelo setor da merenda escolar da Secretaria Municipal de Educação de Pacajá - SEMED para apresentação do potencial produtivo e da diversificação dos produtos dos cooperados, em especial os produtos que ainda não constavam na lista da SEMED e que poderiam ser inseridos no cardápio. A proposta foi bem aceita e foram introduzidos os seguintes produtos: farinha de mandioca branca, quiabo, colorau, inhame, batata doce e feijão caupi.

O Município de Pacajá tem feito um esforço de avançar com as compras institucionais em especial para o PNAE na modalidade de compra da agricultura familiar e isso vem incentivando os produtores rurais a se organizar para acessar esse mercado como foi o caso da cooperativa. A seguir os dados dos anos de 2019, 2020 e 2021 no quadro 02 mostram que mesmo em anos de pandemia esse movimento de comprar de um dos setores da economia mais afetados pela Covid 19, que foi a agricultura familiar, continuou e cresceu em volume de recurso se consideramos os Projetos de Venda da COOPROPAC.

Quadro 2 – Projetos de Venda da COOPROPAC (2019 a 2021).

Data de apresentação do Projeto	Valor do Projeto de Venda (R\$)
19/03/2019	505.068,00
20/08/2020	143.650,00
13/05/2021_1	339.558,01
31/08/2021_2	429.558,35

A SEMED de posse do mapeamento dos produtos da agricultura familiar orienta a elaboração dos cardápios da alimentação escolar o que é realizado pelo profissional nutricionista responsável. O cardápio deverá utilizar alimentos básicos, respeitando as referências nutricionais, a cultura alimentar local e levando em conta a diversidade agrícola da região. Além de ser possível elaborar um cardápio mais condizente com a realidade

das escolas da região amazônica e, portanto, a promoção da alimentação saudável no ambiente escolar, os profissionais ligados a esse setor devem estar atentos a sazonalidade de oferta dos alimentos, equilíbrio e proporcionalidade nas ofertas semanais assim como garantindo a soberania alimentar das crianças em especial dos Povos e Comunidades Tradicionais os chamados PCTs em acordo com a legislação atual.

Compete observar que para o correto cumprimento do objetivo das diretrizes da alimentação escolar, é necessário o envolvimento de diversos atores na execução do PNAE: os produtores rurais, os conselhos de alimentação escolar, os secretários de educação, os nutricionistas, os diretores das escolas, os professores, os manipuladores de alimento e os próprios estudantes. Dentre esses atores, destacam-se o nutricionista e também os manipuladores de alimentos, responsáveis pelo correto desenvolvimento de práticas alimentares saudáveis e pela coordenação das ações de educação alimentar e nutricional (MAPA/SAF, 2019).

Com a publicação da chamada pública Nº 001/2019-01 do PNAE pela SEMED de Pacajá em 18 de março de 2019, a COOPROPAC participou da primeira chamada pública para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e empreendedor familiar rural do município de Pacajá. O processo iniciou-se pela habilitação dos documentos dos empreendimentos, seguindo os critérios de classificação, e sendo a cooperativa um grupo formal teve prioridade diante dos outros concorrentes, na conformidade do que dispõe a Resolução No. 06/2020 do FNDE e ainda a Lei No. 11.326 de 24 de julho de 2006, com redação alterada pela Lei No. 12.512/2011.

Tendo concorrido e se classificado no chamamento público, a cooperativa teve o seu projeto de venda selecionado somando um total de R\$ 505.068,00 (Quinhentos e cinco mil e sessenta e oito reais) e os produtos inseridos no projeto de venda de acordo com o cardápio elaborado pela nutricionista foram os seguintes: alface, abóbora, abacaxi, batata doce, cheiro verde, couve, inhame, melancia, macaxeira, polpa de frutas, colorau, farinha de mandioca, feijão caupi e banana.

Com a obrigação de se ter um nutricionista como responsável técnico pela operacionalização do PNAE, foi publicada a Resolução CFN nº465/2010, que atualiza as atribuições previstas na rotina deste profissional, em consonância com as normativas federais em vigor, inserindo atividades técnicas obrigatórias que vão além da elaboração do cardápio. A ampliação das atribuições dos nutricionistas que atuam no PNAE permitiu



tornar os cardápios mais fidedignos ao perfil dos estudantes atendidos, a partir de diagnósticos e acompanhamento do estado nutricional (MAPA/SAF, 2019).

A participação da Secretaria Municipal de Agricultura de Pacajá nesse processo foi importante mesmo ainda sendo necessário um trabalho mais estruturado e orquestrado entre as duas secretarias de forma a incentivar os produtores rurais do município a ofertarem nos editais de chamada pública do PNAE e assim contribuírem para que o município atinja o percentual comprado da agricultura familiar que é hoje de no mínimo 30% e mesmo que possa superar esse valor como já é o caso de alguns municípios no Brasil.

A entrega dos produtos contratados acontece de acordo com o cronograma repassado à Cooperativa pelo setor da merenda escolar dentro da Secretaria Municipal de Educação do município e são realizadas de duas formas. Na primeira modalidade os agricultores são divididos de acordo com a proximidade com as escolas e na segunda onde os agricultores fazem a entrega diretamente no posto de coleta do município. As entidades receptoras se responsabilizam pelo armazenamento, conservação, preparo e distribuição dos produtos nas escolas da rede municipal tanto da área urbana quanto rural.

No que se refere à logística, no início houveram algumas dificuldades, pois, a quantidade de produtos a serem entregues não compensava as despesas do deslocamento do produtor rural de suas áreas de produção até os centros de entrega na cidade. Essa dificuldade foi superada a partir do planejamento da logística e diversificação dos produtos que poderiam ser ofertados, assim como os arranjos entre os cooperados para acompanhar essa produção diversa e contínua durante os períodos de safra e entressafra. Tão importante quanto produzir é organizar essa produção, seu beneficiamento e comercialização, elementos estes que precisam estar dentro do processo de ATER e capacitação em gestão de negócios familiares como foi o caso da cooperativa. O gerenciamento e o bom planejamento garantem a adoção de estratégias que baixam custos, diminui desperdício e assim melhoram a renda.

Com a necessidade de aumentar e diversificar a produção, os produtores rurais de Pacajá ligados à COOPROPAC estão intensificando seus plantios nas áreas já abertas, não tendo necessidade de desmatar novas áreas de florestas. Nesse sentido os cooperados também têm buscado por mais capacitação em novas tecnologias sociais produtivas assim como em gestão de empreendimentos familiares com apoio de organizações chaves



no território como SEBRAE, SENAR e secretarias municipais de agricultura e meio ambiente. A diversificação produtiva, o cooperativismo produtivo, o fortalecimento dos empreendimentos e sua gestão são apostas que podem transformar a forma de produzir e consumir alimentos na Amazônia sendo o caso da COOPROPAC um exemplo dessa possibilidade e realidade.

Dentre inúmeros aspectos, uma alimentação saudável compreende a utilização de alimentos variados e seguros e referencia-se no respeito à cultura, aos hábitos e tradições alimentares, ao uso de produtos locais sociobiodiversos, valorizando a produção regional, resgatando hábito e culturas alimentares, fortalecendo as comunidades tradicionais e diversificando a alimentação nas escolas na perspectiva da segurança alimentar e nutricional (MAPA/SAF, 2019).

CONCLUSÕES

O baixo fornecimento de produtos pelos agricultores familiares nos mercados institucionais e compras públicas dá-se muitas vezes pela conjunção de vários fatores, tais como, a falta de informação, o medo de assumir um compromisso formal com órgãos públicos, a falta de assistência técnica especializada para assessoramento e emissão de documentos, em especial a declaração de aptidão ao PRONAF-DAP, hoje também chamado de Cadastro da Agricultura Familiar - CAF para acesso às chamadas públicas. Esse cenário mudou com a intervenção de ATER conjunta e diferenciada do IPAM, SEBRAE e SENAR no município de Pacajá, embora muito ainda se precise avançar com vários grupos de produtores rurais. A participação e sensibilização da equipe técnica da SEMED, em especial de nutricionistas e o contato desses com os agricultores familiares foi decisivo para a construção de uma relação de confiança e de fluidez das informações de forma a desmistificar esse tão importante instrumento de fortalecimento da agricultura familiar que é o mercado institucional.

Essa parceria que se construiu no município foi um elemento importante também para o fortalecimento da COOPROPAC como um potencial fornecedor ao PNAE, tanto de produtos diversos quanto de alimentos saudáveis e de boa procedência. A aquisição direta da agricultura familiar tornou-se um compromisso dos atores locais envolvidos diretamente para a implementação de uma estratégia visando aumentar o número de produtores rurais acessando o programa, em especial superando os desafios dessa região.



A informação ainda é uma das ferramentas mais poderosas nessa missão de trazer a agricultura familiar para a venda direta, sem atravessadores e intermediários, ao PNAE e para isso a divulgação junto às comunidades rurais e o estabelecimento do diálogo mais próximo dos produtores se faz importantíssimo e poderá abrir um leque de opções.

Esse novo modelo de mercado trouxe melhorias para os agricultores, mas também grandes desafios. O PNAE reforçou algumas estratégias de diversificação da produção e estimulou os agricultores a plantar e diversificar sua atividade agrícola. Assim foi possível verificar a grande diversidade de produtos fornecidos e distribuídos pelo programa, incluindo vários produtos da sociobiodiversidade e do extrativismo, tais como amêndoa de coco babaçu, azeite de babaçu, massa de coco babaçu por exemplo. Atualmente, a partir da nova dinâmica em que a cooperativa se encontra, a assistência técnica precisa apoiar na organização da produção, na comercialização, na melhoria da qualidade dos produtos e principalmente, trabalhar a formação dos cooperados e gestores.

A diversidade produtiva influenciou, segundo os produtores, também na alimentação das próprias famílias no campo e clientes da feira familiar que passaram a incluir frutas, legumes e hortaliças nas refeições diárias. Essas modificações na alimentação criam mecanismos para aumentar a segurança alimentar e nutricional em especial das crianças, diminuindo a ingestão de alimentos industrializados e ricos em conservantes e condimentos, além de exercer papel de destaque no aproveitamento e rendimento escolar, pois crianças bem alimentadas comprovadamente aprendem mais e melhor em sala de aula e na interação em sociedade

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos produtores e produtoras rurais familiares da COOPROPAC por nos permitir obter resultados tão maravilhosos com a prestação de assistência técnica rural (ATER) prestada pelo IPAM e seus parceiros técnicos na região. Agradecemos ao IPAM pelo apoio financeiro, logístico e técnico para realização das atividades. Agradecemos a Eletronorte financiadora do Projeto. Agradecemos aos parceiros do Projeto (SEBRAE, SENAR e FVPP).

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de



Agricultura Familiar e Cooperativismo. **Amazônia à mesa: receitas com produtos da sociobiodiversidade para a alimentação escolar.** Brasília, DF: MAPA/SAF, 2019. 120 p.

FLORENTINO, G.D; MARTORANO, L.G.; MIRANDA, I.P.A.; MORAES, J.R.S.C.; BELDINI, T.P. **Dynamics of Space and Time of the Production Chain of the Ceramic Industry Production Center of Iranduba, Amazonas, Brazil.** MDPI. Sustainability, 2019.

UNICAFES. União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária. **Estratégias de Acesso a Mercados para Agricultura Familiar.** Brasília, DF: 2013. 34 p.

WANDERLEY, M. de N. B. A Ruralidade no Brasil Moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural. *In:* GIARRACCA, Norma. (comp.). **Una nueva ruralidad en América Latina**, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, 2001.





Agricultura Familiar:

Pesquisa, Formação e Desenvolvimento

RAF. v.17, nº 01 e 02 / jan-dez 2023, ISSN 1414-0810 / E-ISSN 2675-7710

DIVERSIDADE DAS ORGANIZAÇÕES ECONÔMICAS DA AGRICULTURA FAMILIAR: O CASO DE DOIS TERRITÓRIOS BAIANOS

DIVERSITY OF THE ECONOMIC ORGANIZATION OF FAMILY FARMERS: THE CASE OF TWO BAHIAN TERRITORIES

Philippe Jean Louis Sablayrolles, Doutor, UFPA, philippejean@ufpa.br

Maria Lúcia da Silva Sodré, Doutora, UFRB, mlsodre@ufrb.edu.br

Clarice Hortência de Carvalho Almeida, Bacharel, UFRB, clarialmeida01@gmail.com

Estéfanas Silva Dos Reis Conceição, Bacharel, UFRB, estaphy@hotmail.com

Resumo

O trabalho apresenta e analisa a diversidade das organizações econômicas da agricultura familiar voltadas para a comercialização, enquanto instrumentos potenciais de qualificação da oferta de produtos alimentares de qualidade. Propõe uma curta revisão sobre a cooperação entre agricultores no campo da comercialização, apresentando a organização juridicamente formalizada como uma das opções a ser avaliada. As características efetivas dessas organizações são relacionadas às práticas de comercialização dos agricultores vigentes, em dois territórios do estado da Bahia (Recôncavo e Sisal), marcados por contextos ecológico e agrário diferentes, descritos com dados secundários. Entrevistas semi-diretivas foram realizadas com 29 organizações em 12 municípios dos territórios considerados. São analisados os serviços de comercialização que efetivamente ofertam, e as dificuldades que enfrentam, considerando os níveis diferentes de complexidade das organizações. O trabalho permite propor recomendações para políticas de consolidação da oferta de alimentos de qualidade por agricultores familiares, notadamente no campo da assistência técnica voltada para organizações.

Palavras-chave

Organizações rurais. Agricultura familiar. Comercialização. Bahia.

Abstract

This paper presents and analyzes the diversity of economic organization of family farmers who market their products, as potential tools for qualifying the supply of food products. It proposes a short review on farmer cooperation in sales, presenting the legally formalized organization as one of the options to be evaluated. The effective characteristics of these organizations are related to the marketing practices of farmers in two territories of the state of Bahia (Recôncavo and Sisal), marked by different ecological and agrarian contexts, described with secondary data. Semi-structure interviews were conducted with 29 organization representatives in 12 municipalities of the territories considered. Analysis of the marketing services they effectively offer, and the difficulties they face, considering the different complexities of these organizations. This study allows us to propose guidelines for policies to consolidate the supply of quality food products produced by family farmers, notably, modes of technical assistance directed to these organizations can be proposed.

Keywords

Rural organizations. Family farming. Commercialization. Bahia.

INTRODUÇÃO

A comercialização pela agricultura familiar de alimentos de qualidade contribui para a segurança alimentar e nutricional, além de consolidar o desenvolvimento local dos territórios rurais (Grisa, Porto, 2015). A comercialização direta de alimentos por agricultores familiares à procura de autonomia corresponde à consolidação da soberania alimentar, reconectando atores, recursos e valores culturais do sistema alimentar, atualmente fragmentado pelas lógicas dos mercados globalizados (Ploeg, 2008). Por outro lado, a demanda da sociedade favorece a comercialização de produtos alimentares de qualidade por parte dos agricultores familiares.

Desde 2009, através da Lei 11.947, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) obriga a compra direta de no mínimo de 30% do repasse do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) em produtos da agricultura familiar, oferecendo produtos de “melhor qualidade nutricional, ambiental e cultural para os escolares” (Triches, 2015, p. 183), consolidando localmente a produção de alimentos e favorecendo um modelo agroalimentar mais sustentável. A política brasileira de abertura de mercados institucionais para a agricultura familiar apresenta resultados consistentes e reconhecidos internacionalmente (Arias *et al.*, 2013). No entanto, as práticas de comercialização dos agricultores familiares continuam pouco organizadas, e dificultam maiores benefícios em termos de preços, de quantidade, de qualidade, tanto para os agricultores como para os consumidores.

Existe o consenso, entre os cientistas sociais e os formuladores de política pública, que a participação dos agricultores em organizações formais, com responsabilidade jurídica, cooperativa ou associação, permite ampliar suas capacidades de desenvolvimento, notadamente na questão da comercialização (Chayanov, 2017; Sabourin, 1999; Long, 2003; Dugué *et al.*, 2012). Pode-se esperar, portanto, a ocorrência maior de Organizações Econômicas da Agricultura Familiar (OEAF) nos locais onde a agricultura familiar está mais consolidada, comercializando um maior volume de produtos. Se, por um lado, a formalização jurídica da organização abre novas perspectivas, por outro lado, apresenta uma versão mais complexa e custosa de cooperação, envolvendo um dispositivo mais exigente de regras e penalidades para os associados (Friedberg, 1995). Este investimento só faz sentido para os agricultores quando resulta em ganhos crescentes (sociais, econômicos, ambientais), consolidando sua autonomia enquanto atores sociais.



No Brasil, e particularmente no Nordeste, as OEAF de comercialização juridicamente formalizadas são pouco numerosas. Sendo a Declaração de Aptidão ao PRONAF Jurídica (DAPJ) uma das condições para a OEAF atuar em mercados públicos, é um indicador razoável da ocorrência de OEAF efetivamente atuando na comercialização. Através de um levantamento realizado em janeiro de 2018, a Secretaria Especial de Agricultura familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) registrou na Bahia 1.228 associações e cooperativas com DAPJ ativa, totalizando 69.275 sócios (comunicação pessoal), envolvendo, portanto, menos de 10% dos 762.620 estabelecimentos recenseados no estado pelo último Censo Agropecuário (IBGE, 2018).

Este número reduzido de OEAF formais questiona, por um lado, até que ponto os serviços de comercialização que oferecem são vantajosos do ponto de vista do agricultor associado, e por outro, se justificam enfrentar as dificuldades e os custos da cooperação juridicamente formalizada.

Para investigar esta temática, num primeiro momento, deve-se identificar as práticas efetivadas de cooperação para a comercialização entre os agricultores, entre elas as organizações formalizadas, suas modalidades e serviços ofertados, e as dificuldades que enfrentam. Num segundo momento, pode-se estabelecer recomendações para orientar políticas públicas, notadamente no âmbito do PNAE, e modalidades da assistência técnica para a consolidação das OEAF na comercialização.

O trabalho utiliza os dados do Projeto Mais Mercado, implementado pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), e financiado desde 2017 pela Secretaria Especial de Políticas da Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário (SEAD). O projeto visa ampliar as compras dos produtos da agricultura familiar no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), em escala municipal em três territórios da Bahia (Recôncavo, Sisal, Portal do Sertão). A equipe do projeto levantou em 2017 o potencial global de produção municipal da agricultura familiar nestes territórios, estimando o volume e a diversidade de produtos alimentares comercializados, notadamente através das OEAF. O levantamento aconteceu nos 39 municípios dos 3 territórios¹ onde a compra dos produtos da agricultura familiar pelos gestores municipais do PNAE estava, no período 2013 - 2015, abaixo de 30% do repasse do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), mínimo estabelecido por lei (Sablayrolles, 2018).

¹ Os 3 territórios abrangem 56 municípios no total.



Escolheu-se a metodologia de amostras intencionais para escolher os territórios e os municípios analisados. Optou-se por analisar dois territórios bem diferenciados em termos ecológicos e agrários: o Recôncavo, beneficiado por um regime pluviométrico relativamente favorável e onde dominam estabelecimentos de pequena dimensão, e o Sisal, onde domina o semiárido, a pecuária, e estabelecimentos com áreas maiores. O Portal do Sertão apresenta uma situação de transição, e não foi considerado nesta análise.

Nestes dois territórios, a partir de dados secundários, apresenta-se primeiramente o contexto agrário e a ocorrência local de OEAF. Entrevistou-se uma amostra de OEAF nos municípios selecionados para identificar seu posicionamento nos canais de comercialização e o volume comercializado, com foco nos produtos alimentares. Analisaram-se os serviços efetivamente oferecidos por estas organizações, indicadores das prioridades dos agricultores para a cooperação formal no campo da comercialização, e as dificuldades que enfrentam. Os elementos reunidos sobre práticas de comercialização e serviços efetivos das OEAF em determinados contextos permitem formular recomendações visando consolidar a atuação das OEAF na comercialização

AS PRÁTICAS DE COMERCIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR

O modelo de sociedade camponesa, proposto por Mendras (1995), descreve sua relação com o mercado como sendo de autarquia relativa. Os camponeses, na concepção de Mendras organizam sua produção priorizando o consumo familiar, e vendem as sobras para conseguir o mínimo necessário de unidades monetárias para comprar as mercadorias que consideram essenciais. O desenvolvimento dos capitalismo levou à ampliação e ao aprofundamento da esfera mercantil e monetária da economia rural, obrigando os camponeses a adotar, na maioria dos casos, formas mais abrangentes de integração ao mercado.

No entanto, o caráter familiar desses agricultores se manteve, assim como sua estratégia de busca constante por autonomia em relação à sociedade envolvente. Cada sociedade camponesa apresenta um modo específico de inserção aos mercados, orientado pela autonomia e a reprodução social do grupo familiar (Wanderley, 2003). Localmente, este modo de inserção pode variar conforme os diferentes tipos de agricultores e mercados:

Cotidianamente os agricultores desenvolvem uma série de estratégias para modificar, neutralizar, resistir e, por vezes,



até acelerar os resultados da mercantilização, de acordo com a condição socioeconômica da unidade familiar. (Schneider *et al.*, 2008, p. 999)

Existem, portanto, condições diferenciadas de inserção ao mercado, avaliadas como custo de transação, remuneração e riscos, que os agricultores levam em conta na sua estratégia mercantil, em função dos meios que dispõem e da percepção do seu ambiente. As práticas de comercialização adotadas pelos agricultores familiares variam em função das condições de produção e de troca às quais estão efetivamente submetidos. A estratégia voltada para a autarcia e o autoconsumo continua a mais racional quando os custos de transportes e de abastecimento, e mais amplamente, os custos e riscos de transação, são considerados elevados. É o caso das agriculturas amazônicas das frentes de expansão, ou ribeirinhas, afastadas das estradas e das principais vias de transporte. Os sistemas de produção agroextrativistas estão neste caso amplamente diversificados para satisfazer ao longo do ano as necessidades de consumo familiar.

Além da relação entre remuneração e custos de transação proporcionada pelas condições de mercado, os agricultores familiares também analisam o risco (agroecológico, econômico, no que se refere tanto à variação de preço como ao risco contratual) e as relações de parcerias institucionais e de políticas públicas envolvidas na sua estratégia comercial (Kairós; Capina, 2013). Também desenvolvem estratégias específicas de comercialização, aproveitando a demanda crescente de produtos alimentares de qualidade, através dos circuitos curtos (feiras municipais, feiras agroecológicas / orgânicas, grupos de consumo) ou da certificação de componentes diversos de qualidade (Darolt, 2013).

Quando as condições de comercialização são mais favoráveis e quando os agricultores dispõem de meios de produção suficientes, em terra, trabalho e capital, uma parte suplementar da produção excedente pode ser comercializada. Recorrer ao mercado pode então suprir as necessidades de consumo doméstico e de insumos, através da monetarização crescente da economia familiar. Quando as condições de preços relativos favorecem as especulações comerciais, mesmo as famílias minifundiárias podem se especializar em produções mercantis (Dufumier, 1986).

Em certos contextos, os agricultores podem optar por uma ação coletiva em matéria de comercialização, visando melhorar as condições de mercado (Dugué *et al.*, 2012). E nesse sentido, podem cooperar para beneficiar, armazenar, transportar produtos,



conseguir preços de venda ou condições contratuais mais favoráveis, etc. Quando os volumes comercializados aumentam e as condições de comercialização são consideradas favoráveis e relativamente estáveis, organizações econômicas podem ser formalizadas pelos agricultores familiares, mediante criação de associações especializadas ou cooperativas (Chayanov, 2017; Dugué *et al.*, 2012).

Para caracterizar suas práticas de comercialização de produtos alimentares, observou-se, num primeiro momento, a contribuição global dos agricultores familiares nestes mercados, somando todos os canais de comercialização. Num segundo momento, o número de OEAF posicionadas localmente, sua pauta de produtos e seu tamanho econômico, permitem avaliar o interesse dos agricultores nesse segmento de mercado.

Entre os 23 municípios analisados nos territórios do Recôncavo e do Sisal pelo Projeto Mais Mercado, escolheu-se 12 municípios representativos de contextos agrários bastante diferenciados em termos do peso local da agricultura familiar e dos estabelecimentos minifundiários. Repartiu-se os 12 municípios em 3 categorias de contexto agrário. Os 11 municípios restantes, por apresentar contextos intermediários, foram retirados da análise.

Na primeira categoria de contexto agrário o número de estabelecimentos minifundiários supera os dois terços do número total dos estabelecimentos. A legislação define o estabelecimento minifundiário quando sua área não permite a subsistência da família nem a absorção da força de trabalho familiar disponível. As atividades agrícolas de pouca proporção que desenvolvem devem ser complementadas por outras atividades para viabilizar a reprodução familiar. Utilizou-se como limite superior de área de minifúndio, a Fração Mínima de Parcelamento (FMP). A FMP é definida como o módulo de área viável para a atividade agrícola mais intensiva no local considerado: abaixo deste limite de área, nenhuma atividade agrícola permite gerar uma renda familiar suficiente (Landau *et al.*, 2013).

A segunda categoria é caracterizada pela importância territorial da agricultura familiar não minifundiária, quando é superior a dois terços da área agrícola total. São locais de agricultura familiar consolidada, relativamente à categoria anterior. Identificou-se como agricultura familiar não minifundiária os estabelecimentos possuindo uma área entre a FMP e a área máxima definindo a agricultura familiar, 4 módulos fiscais conforme a Lei 11.326 de 24/07/2006.



A terceira categoria é caracterizada pela importância territorial da agricultura patronal, quando a proporção da área agrícola detida por estabelecimentos acima de 4 módulos fiscais supera dois terços da área agrícola do município. Nestes locais, a agricultura familiar é relativamente marginal na economia local.

O quadro seguinte apresenta indicadores das práticas e canais de comercialização de produtos alimentares pelos agricultores diretamente ou através de suas organizações, nos municípios analisados nas 3 categorias de contexto agrário.

Quadro 1: Práticas e canais de comercialização de produtos alimentares da agricultura familiar nos territórios do Recôncavo e do Sisal na Bahia (2017)

Município (Território)	Nº total Estab. (1)	FM P (2)	4 MF (2)	OEAF DAPJ válidas (3)	Canais principais por Importância (4)	Produtos alimentares comercializados pelas OEAF (4)
Municípios onde predomina o minifúndio (contexto agrário 1)						
Cabaceiras do Paraguaçu (Recôncavo)	3.199	2	120	3	Atravessador, feiras locais	Grãos, mandioca, hortigranjeiros
Muritiba (Recôncavo)	1.731	2	120	4	Feiras locais, atravessador	Principalmente laranja, limão, e vários grãos, hortaliças, outras frutas
Governador Mangabeira (Recôncavo)	2.450	2	120	5	Feiras locais, atravessador, PAA – PNAE	Principalmente laranja, limão, e vários grãos, derivados de mandioca, hortaliças, outras frutas
Serrinha (Sisal)	4.485	3	200	9	PNAE, outros canais	Grãos, derivados de mandioca, confeitaria, hortaliças, frutas
Total	11.865			21	Relação de 1 OEAF para 565 estabelecimentos	
Municípios onde predomina a agricultura familiar não minifundiária (contexto agrário 2)						
Quijingue (Sisal)	4.813	3	200	11	PNAE, feiras locais	Grãos, derivados de mandioca, hortaliças, frutas
São Felipe (Recôncavo)	2.856	2	120	9	Feiras locais, atravessador	Grãos, derivados de mandioca, hortaliças, frutas
Monte Santo (Sisal)	8.516	3	200	19	PNAE e PAA	Principalmente polpa de fruta e diversidade de grãos, hortaliças, frutas
Ichu (Sisal)	647	3	240	3	PNAE, feiras locais	Hortigranjeiros, confeitaria
Barrocas (Sisal)	1.750	3	200	3	PNAE, feiras locais	Principalmente polpa de fruta e diversidade de grãos, derivados de mandioca, hortaliças, frutas

Total	18.482			45	Relação de 1 OEAF para 413 estabelecimentos	
Municípios onde domina a agricultura patronal (contexto agrário 3)						
Santo Amaro (Recôncavo)	908	2	120	7	Feiras locais, atravessador, PAA	Principalmente hortigranjeiros, e vários grãos, frutas, mandioca
Cachoeira (Recôncavo)	2.315	2	120	13	Sem dados	Sem dados
Dom Macedo Costa (Recôncavo)	449	2	120	0	Feiras locais, atravessador	Principalmente mandioca e coco da Bahia, e vários hortigranjeiros, produtos animais.
Total	3.672			20	Relação de 1 OEAF para 184 estabelecimentos	

Fontes: As estatísticas de estabelecimentos e áreas agrícolas (1) foram elaboradas a partir do Censo Agropecuário de 2006 (IBGE); As Frações Mínimas de Parcelamento (FMP) e os Módulos fiscais (MF) (2) se encontram em LANDAU et al. (2013); o número de OEAF com DAPJ válidas por município (3) foram coletadas no site do SEAD (<http://www.mda.gov.br/>), dia 27/11/18; a importância relativa dos canais de comercialização e a diversidade dos produtos alimentares comercializados (4) são extraídos dos relatórios internos do Projeto Mais Mercado (29 OEAF foram entrevistadas no total).

Exceto dois casos (Serrinha e São Felipe), há uma relação entre o contexto agrário e o território: os municípios onde predominam o minifúndio e a agricultura patronal estão localizados no Recôncavo, os municípios onde domina a agricultura familiar não minifundiária estão localizados no Sisal. O município de Cachoeira (Recôncavo) apresenta uma forte concentração de minifúndios (71% dos estabelecimentos têm área abaixo da FMP) e uma forte importância da agricultura patronal (67% das terras pertencem a estabelecimentos acima de 4 módulos fiscais). O contexto agrário nos territórios decorre de condições históricas e agroecológicas diferenciadas, cuja análise foge do propósito deste artigo².

A ocorrência das OEAF nos municípios é relacionada ao contexto agrário. A relação entre o número de estabelecimentos e o número de OEAF com DAPJ válidas varia de 1 OEAF para 565 estabelecimentos nos municípios onde domina o minifúndio, a maior parte no Recôncavo, até 1 OEAF para 413 estabelecimentos (média 27% menor) nos municípios onde domina a agricultura familiar não minifundiária, a maior parte no Sisal, 1 OEAF para 184 estabelecimentos nos municípios onde domina a agricultura patronal (situados no Recôncavo). A situação mais favorável parece caracterizar os municípios onde domina a agricultura patronal: este aparente paradoxo pode ser explicado pela importância

2 Ver Sablayrolles *et al.*, 2018 para uma apresentação sintética destes elementos no Recôncavo..



do setor de hortigranjeiros em pequenas localidades de Santo Amaro e Cachoeira, com estabelecimentos de pequena dimensão e fortes organizações que comercializam sua produção em escala regional. Em síntese, a ocorrência de OEAF varia com a consolidação econômica da agricultura familiar, um resultado esperado.

Para ter informações sobre as práticas de comercialização (canais de comercialização e produtos), o Projeto Mais Mercado entrevistou uma amostra de 29 OEAF efetivamente comercializando nos municípios analisados. Algumas das OEAF não tinham DAPJ válidas no momento da entrevista, portanto, não eram identificadas no site da SEAD. No Sisal, onde o número de OEAF por município é maior, priorizou-se a entrevista das maiores organizações. Estimou-se o valor anual dos produtos alimentares comercializados: em todos os casos, somente as OEAF entrevistadas comercializam um valor acima dos 30% do repasse do FNDE destinado por lei à compra de produtos da agricultura familiar no âmbito do PNAE.

Os agricultores preferem escoar seus produtos alimentares diretamente nas feiras locais, das próprias comunidades ou das sedes municipais, antes de recorrer a intermediários (atravessadores). Em alguns municípios do Recôncavo, como Muritiba, Governador Mangabeira, São Felix, os agricultores comercializam em mais de uma feira, realizadas em sedes municipais próximas. Nestes casos, os preços oferecidos pelos atravessadores são regulados pelos preços praticados nas feiras.

Mesmo se o volume comercializado atende à demanda do PNAE nestes municípios, os mercados institucionais só adquirem importância enquanto canal de comercialização nos municípios do Sisal. Este fato pode ser explicado neste território pela atuação antiga de um forte movimento social camponês, apoiado pela sociedade civil organizada. A importância dos mercados institucionais nas estratégias de produção e comercialização dos agricultores familiares é, portanto, mais relacionada à densidade da sua rede de relações institucionais, que lhe facilita o acesso às políticas públicas, do que a seu potencial produtivo, que por si só não garante esta inserção.

Em síntese, nos territórios analisados, a agricultura familiar comercializa produtos alimentares em quantidade suficiente para abastecer os mercados locais, preferencialmente mediante a venda direta. Tende a se organizar em associações e cooperativas quando dispõe de maior capital produtivo (agricultura familiar não minifundiária) e de maior capital social (acesso às políticas públicas).



OS SERVIÇOS DE COMERCIALIZAÇÃO OFERECIDOS PELAS OEAF

As entrevistas realizadas pelo Projeto Mais Mercado junto às OEAF permitiram também analisar os serviços de comercialização efetivamente oferecidos aos sócios.

Para identificar e qualificar estes serviços, Dugué *et al.* (2012) listam seus principais objetivos:

Realizar economias de escala (compras ou vendas conjuntas, beneficiamento de volumes maiores); aumentar o poder de negociação com outros atores da cadeia (preços, regularidade); maior segurança no acesso aos mercados (contratos de médio prazo, etc.); reduzir ou compartilhar os custos de transação (compartilhando a identificação de parceiros comerciais, a busca de informações, o acompanhamento dos contratos, etc.) (Dugué *et al.*, 2012, p. 90, tradução livre)

Na amostra de OEAF entrevistadas, existem níveis de complexidade crescente entre os serviços ofertados.

O uso da documentação legal da OEAF (CNPJ, certidões e documentação fiscal, DAPJ) é o primeiro serviço procurado pelo sócio, uma vez que parte dos canais de comercialização, além da venda direta e com maiores volumes demandados, não compram de pessoas físicas. Os mercados institucionais, mesmo se permitem teoricamente a compra de produtos de agricultores individuais ou de grupos informais, favorecem de fato a compra através de organizações, exigindo destas uma documentação extensa e a DAPJ. O uso desta documentação envolve a responsabilidade jurídica do sócio, mas não o obriga a operar a comercialização de forma coletiva: neste caso, os sócios vendem, transportam e efetuam suas movimentações financeiras de forma individual (Conceição, 2018).

Somente parte das OEAF opera a comercialização de forma coletiva, permitindo socializar e reduzir os custos relacionados entre os sócios interessados: agrega os volumes de produtos comercializados ou comprados, elabora contratos, intermedia a venda em mercados institucionais, transporta, beneficia, realiza a gestão financeira, etc.

A tabela seguinte mostra a repartição das OEAF nos municípios selecionados, a ocorrência de OEAF de comercialização individual e/ou coletiva, indicando para cada uma, o serviço de comercialização oferecido.

Quadro 2: Serviços de comercialização ofertados por OEAF em municípios do Recôncavo e do Sisal na Bahia (2017)

Município (Território)	OEAF DAPJ válidas (3)	OEAF entrevistadas (4)	OEAF com comercialização individual e serviço oferecido (4)	OEAF com serviços coletivos de comercialização e serviço oferecido (4)
Municípios onde predomina o minifúndio				
Cabaceiras do Paraguaçu (Recôncavo)	3	0	Sem dados	Sem dados
Muritiba (Recôncavo)	4	5	2 (somente fornecem documentos)	3 (agregação de volume): 2 com grupos informais de venda direta, 1 compra coletiva de insumos
Governador Mangabeira (Recôncavo)	5	8	4 (somente fornecem documentos)	2 (agregação de volume): banco de semente, compras coletivas 2 (mercados institucionais): PAA, PNAE
Serrinha (Sisal)	9	2	Não há	1 é uma federação de 42 cooperativas singulares atuando em mercados institucionais e efetuando a gestão financeira. 1 é uma cooperativa singular atuando em mercados institucionais (PNAE)
Municípios onde predomina a agricultura familiar não minifundiária				
Quijingue (Sisal)	11	1	Não há	1 (agregação de volume): compras, vendas, elaboração de contratos, mercados institucionais (PNAE)
São Felipe (Recôncavo)	9	1	1 somente fornece documentos	
Monte Santo (Sisal)	19	1	Não há	1: agregação de volume, contratos, mercados institucionais (PAA, PNAE), gestão financeira
Ichu (Sisal)	3	1	Não há	1: agregação de volume, contratos, mercados institucionais (PAA, PNAE), gestão financeira
Barrocas (Sisal)	3	2	Não há	2: agregação de volume, contratos, mercados institucionais (PAA, PNAE), transporte
Municípios onde domina a agricultura patronal				
Santo Amaro (Recôncavo)	7	8	5 (somente fornecem documentos)	2: agregação de valor, infraestruturas, contratos, mercados institucionais (PAA) 1: agregação de valor e contratação
Cachoeira (Recôncavo)	13	0	Sem dados	Sem dados



Dom Macedo Costa (Recôncavo)	0	0	Sem ocorrência	Sem ocorrência
Total	86	29	12	17

Fontes: O número de DAPJ válidas por município (3) foram coletadas no site do SEAD (<http://www.mda.gov.br/>), dia 27/11/18; a informação sobre as OEAF entrevistadas e os serviços de comercialização que oferecem (4) são extraídos dos relatórios internos do Projeto Mais Mercado (29 OEAF entrevistadas no total).

O primeiro nível de complexidade, as OEAF que se limitam a oferecer sua documentação para a comercialização individual, somente foi encontrado no território do Recôncavo. Parte da explicação decorre da amostragem intencional no Território do Sisal que privilegiou nos municípios com forte ocorrência de OEAF (Serrinha, Monte Santo, Quijingue) as mais complexas (federações), maiores em faturamento e número de sócios. Nestes municípios, o viés amostral ampliou a proporção de OEAF ofertando serviços coletivos diversificados. No entanto, nos outros municípios do Sisal (Barrocas, Ichu), observa-se a mesma situação. No Sisal, todas as 7 OEAF entrevistadas oferecem uma série de serviços coletivos de comercialização, e somente a metade das entrevistadas no Recôncavo apresentam este caráter (12 das 22 entrevistadas). Desta forma, o nível de complexidade das OEAF segue sua importância numérica. Os locais de agricultura familiar consolidada tendem a apresentar um número maior de OEAF, e OEAF de maior complexidade.

A oferta pela OEAF de serviços para operação coletiva da comercialização constitui um segundo grau de complexidade. O serviço mais comum é a agregação de volume para as compras (de insumos ou mantimentos) ou para as vendas de produtos, visando economias de escala e maior poder de negociação. Em certos casos, a OEAF possui infraestrutura de armazenamento e pode adquirir um meio próprio de transporte, para facilitar à logística. Este serviço é pouco citado nas entrevistas: na maior parte das situações, os veículos são dos sócios ou alugados, não se verificando entre as entrevistadas o “mito do caminhão” observado por Kairos e Capina (2013). Quando a OEAF consolida sua interlocução com seus parceiros comerciais, procura interferir no planejamento produtivo dos sócios fornecedores, em função da negociação, do estabelecimento dos contratos e do seu acompanhamento. As práticas de agregação de volume, mesmo se envolvem certas adequações na esfera da produção, mesmo se exigem tempo de reuniões,

acabam não interferindo tanto na autonomia dos sócios, e constituem o serviço coletivo mais procurado pelos agricultores: de forma recorrente, o fluxo de entrada e saída de sócios ativos nas OEAF varia em função da efetivação dos contratos, por exemplo, no âmbito dos mercados institucionais.

Na maior parte das situações os pagamentos dos compradores são realizados diretamente para os sócios fornecedores, sem passar pelas contas bancárias das OEAF. A atuação das OEAF na gestão financeira dos contratos de comercialização constitui um terceiro nível de complexidade, caracterizando as organizações maiores e mais antigas. O fato que os sócios decidam realizar a gestão financeira através da OEAF, facilitando a gestão contratual da comercialização, representa uma mudança na relação entre a organização e seus sócios: a gestão financeira centralizada facilita a identificação dos custos e seu pagamento, mas exige, em contrapartida, uma transparência maior por parte dos diretores.

Na prática, a solução de entregar para um contabilista contratado as tarefas administrativas (documentação, lançamentos, elaboração dos relatórios, obrigações tributárias), encontra rapidamente seus limites, pois, não garante um controle eficiente e regular dos fluxos financeiros, nem possibilita para a diretoria e menos ainda para os sócios um entendimento suficiente da economia da organização. A tomada de decisão fica desta forma fragilizada. Mesmo se certas tarefas podem ser terceirizadas, a OEAF deve criar competências internas de contabilidade e gestão, de forma a registrar, elaborar e socializar em tempo hábil a informação útil para as esferas de decisão. A implantação de um sistema de contabilidade eficiente acaba interferindo no conjunto dos procedimentos operacionais e administrativos da organização, e necessita a presença na OEAF de profissionais minimamente capacitados. Desta forma a gestão financeira constitui uma linha divisória para a atuação das OEAF, e demanda um período significativo de preparação, treinamento e maturação para ser viabilizada.

POLÍTICAS PÚBLICAS E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DIRECIONADA PARA A COMERCIALIZAÇÃO NAS OEAF

O levantamento realizado permite discutir propor recomendações para a assistência técnica, o PNAE e outras políticas públicas, relevantes para apoiar as OEAF engajadas em serviços de comercialização.



No momento da identificação da demanda de assistência técnica para uma OEAF, existente ou a ser criada, é necessário caracterizar as práticas vigentes de comercialização entre os agricultores de sua área de atuação. As situações retratadas acima mostram que os agricultores sempre implementam diversas opções de comercialização (circuitos curtos, mercados institucionais, vendas para intermediários ou empresas), e modificam o peso relativo de cada uma em função da evolução do contexto. Um diagnóstico inicial deve, de um lado, avaliar e comparar os canais praticados do ponto de vista dos agricultores (remuneração, custos, riscos, parcerias envolvidas, perspectivas, etc.), e do outro, identificar e qualificar a contribuição que novos serviços de OEAF podem oferecer. Estes elementos iniciais são necessários para delimitar os propósitos de atuação da OEAF, o quadro de sócios potencialmente interessados, e finalmente sua oferta potencial de produtos para o PNAE.

As entrevistas mostram uma ampla diversidade de atuação das OEAF no campo da comercialização. Uma parte atua somente disponibilizando a documentação jurídica para facilitar a operação individual de comercialização pelos sócios. No caso dos mercados institucionais, a OEAF pode apresentar como proposta de venda na chamada pública a soma de propostas individuais de venda de um grupo de sócios, deixando a cargo de cada um deles operacionalizar sua parte do contrato e receber os pagamentos. As OEAF podem utilizar sua capacidade de agregação de volume para obter condições mais favoráveis de comercialização (preços, garantias, condições logísticas, etc.), disponibilizar infraestruturas para beneficiamento, armazenamento, e veículos para transportar os produtos, de formar a diminuir os custos através de economias de escala gerados pelos serviços coletivos (Chayanov, 2017).

Do ponto de vista da assistência técnica, é necessário num primeiro momento identificar as funções efetivadas pela organização, sua racionalidade do ponto de vista das estratégias de comercialização dos agricultores e da OEAF, seus resultados técnicos e econômicos. Somente é possível propor, desenhar melhoras, inovações, ou novos serviços, após esta análise das práticas efetivas: não existem soluções padronizadas, ou ferramentas obrigatórias que as OEAF devam assimilar para contribuir na comercialização.

Em particular, o instrumental de contabilidade e gestão comum nas empresas, cuja adoção representa um forte investimento organizativo para as OEAF, como indicado acima, não é recomendável em qualquer situação. As entrevistas mostram que boa parte

das OEAF realizam sua gestão financeira de forma rudimentar sem maiores problemas, rateando os custos, o essencial dos fluxos permanecendo nas mãos dos sócios, terceirizando o relatório contábil. A adoção de um sistema formal de contabilidade torna-se necessário quando a OEAF passa a ser a beneficiária efetiva dos contratos de comercialização, e deve gerenciar diretamente fluxos financeiros crescentes. Neste caso, o sistema deve permitir, de um lado, a gestão eficiente de operações mais complexas, e do outro, produzir uma informação transparente para a prestação de conta, interna e externa. A exigência da prestação de conta em linguagem adequada para os sócios, meta às vezes esquecida nos enfoques tecnicistas de assistência técnica, é uma das condições de viabilidade a médio-longo prazo da OEAF.

O reforço da cooperação na agricultura familiar para a comercialização de produtos alimentares de qualidade exige uma política pública mais abrangente que a política vigente (e parcialmente sucedida) de acesso a mercados institucionais. A oferta de uma assistência técnica adequada para a diversidade de situações encontradas nas OEAF é o ponto atualmente deficiente do dispositivo público e da sociedade civil. Os elementos apresentados esclarecem as problemáticas vivenciadas pelos agricultores e suas organizações na comercialização.

No entanto, as modalidades de assistência técnica adequadas para as OEAF também dependem de enfoques e metodologias renovadas. Diferentemente das empresas, as OEAF constituem, na verdade, conjuntos de vários atores autônomos, inclusive os próprios sócios, representativos de olhares e interesses parcialmente divergentes sobre a organização (Friedberg, 1995). A assistência técnica deve então tomar todos os cuidados, na análise e na intervenção, para construir na OEAF os consensos necessários à implementação das inovações.

Uma política integrada, apresentando facilidades para abertura de mercados, assistência técnica e capacitação, investimentos em equipamentos, em contextos geográficos e situações organizativas variados, somente terá viabilidade num cenário institucional onde as organizações de agricultores assumem um forte protagonismo na sua definição e implementação.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C. H. C. **Produção e comercialização da Agricultura Familiar: um estudo comparativo nos Territórios do Recôncavo e do Sisal.** (Trabalho de Conclusão Curso) - Bacharelado em Agronomia, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cruz das Almas, 2018.

ARIAS, P.; HALLAM, D.; KRIVONOS, E.; *et al.* **Smallholder integration in changing food markets.** Roma: FAO, 2013.

CHAYANOV, A. **A teoria das cooperativas camponesas.** Tradução Regina Vargas. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017 [1926]. (PGDR Estudos Rurais)

CONCEIÇÃO, E. S. R. **Práticas de comercialização das organizações da agricultura familiar: o caso do território do Recôncavo e do Sisal.** (Trabalho de Conclusão de Curso) - Tecnólogo em Gestão de Cooperativas, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cruz das Almas, 2018.

DAROLT, M. R. Circuitos curtos de comercialização de alimentos ecológicos: reconectando produtores e consumidores. *In.*: NIEDERLE, P. A., ALMEIDA, L. de, VEZZANI, F. M. (org.) **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura.** Curitiba: Kairós, 2013. p. 139–170.

DUFUMIER, M. **Les politiques agraires.** Paris: P.U.F., 1986.

DUGUÉ, M.-J. ; PESCHE, D. ; COQ, J.-F. **Appuyer les organisations de producteurs.** Wageningen, Versailles, Gembloux: Quae; CTA; Presses agronomiques de Gembloux, 2012. (Agricultures tropicales en poche).

FRIEDBERG, E. **O poder e a regra: dinâmicas da acção organizada.** Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

KAIRÓS; CAPINA (org.). **Práticas de comercialização: uma proposta de formação**



para a economia solidária e a agricultura familiar. São Paulo: Instituto Kairós, 2013.

GRISA, C.; PORTO, S. I. Dez anos de PAA: As contribuições e os desafios para o desenvolvimento rural. *In*: GRISA, C.; PORTO, S. I (org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p. 155–180.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2017**. Resultados preliminares. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2018.

LANDAU, E.C. *et al.* **Geoespacialização de indicadores cadastrais rurais no Brasil**. Sete Lagoas, MG: Embrapa Milho e Sorgo, 2013.

LONG, N. **Development sociology: actor perspectives**. London; New York: Routledge, 2003.

MENDRAS, H. **Les Sociétés paysannes: éléments pour une théorie de la paysannerie**. Paris: Gallimard, 1995. (Folio Histoire).

PLOEG, J. D. V. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Trad. Rita Pereira. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

TRICHES, R. M. Repensando o mercado da alimentação escolar: novas institucionalidades para o desenvolvimento rural. *In*: GRISA, C.; PORTO, S. I (org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p. 181–200.

SABLAYROLLES, P. (org.). O Projeto Mais Mercado, uma proposta inovadora de extensão universitária. *In*: **Extensão universitária na UFRB**. Cruz das Almas - BA: UFRB, 2018. v.2.



SABLAYROLLES, P.; SANTANA DOS SANTOS, J. A questão agrária no Recôncavo da Bahia: uma problematização. **Revista Extensão**, v. 14 n.1, p. 81–94, 2018.

SABOURIN, E. Ação coletiva e organização dos agricultores no Nordeste semiárido. *In*: 37. CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL: o agronegócio do Mercosul e a sua inserção na economia mundial. Brasília-DF: SOBER, 1999, v. 37, p. 11.

SCHNEIDER, S.; NIEDERLE, P. A. Agricultura familiar e teoria social: a diversidade das formas familiares de produção na agricultura. *In*: FALEIRO, F. G. FARIAS NETO, A. L. de (ed.). **Savanas**: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais. Planaltina-DF, Embrapa Cerrados, p. 989–1014, 2008.

WANDERLEY, M. N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos sociedade e Agricultura**, v. 21, p. 42–61, 2003.





Agricultura Familiar:

Pesquisa, Formação e Desenvolvimento

RAF. v.17, nº 01 e 02 / jan-dez 2023, ISSN 1414-0810 / E-ISSN 2675-7710

AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE MORRO REDONDO-RS: EXPERIÊNCIAS COM O PROJETO QUINTAIS ORGÂNICOS DE FRUTAS

FAMILY FARMING IN “MORRO REDONDO” CITY: EXPERIENCES WITH THE PROJECT ORGANIC FRUIT BACKYARDS

Paulo Sergio Wiegand, Licenciado, UFPel, p.s.wiegand@hotmail.com

Maria Regina Caetano Costa, Doutora, UFPel, reginna7@yahoo.com.br

Rérinton Joabél Pires de Oliveira, Doutor, UFPel, rerinton@yahoo.com.br

Luis Eduardo Akiyoshi Sanches Suzuki, Doutor, UFSM, dusuzuki@gmail.com

Resumo

O presente estudo é parte do trabalho de conclusão de curso em Geografia (Licenciatura) do primeiro autor, que teve como objetivos caracterizar o Projeto Quintais Orgânicos de Frutas e os agricultores familiares de Morro Redondo-RS participantes do projeto, e analisar os impactos do projeto na vida destes agricultores. Contou-se com uma pesquisa qualitativa, coletando informações de seis propriedades a partir de questões norteadoras. De acordo com os dados obtidos através da pesquisa de campo identificou-se a motivação dos envolvidos em cultivar seus quintais, associado com outras atividades de fonte de renda externa, demonstrando um perfil de pluriatividade. Também constatou-se a potencialidade dos quintais orgânicos para produção de alimentos para o autoconsumo, bem como de pessoas ligadas aos beneficiários e comercialização do excedente, assim como os benefícios resultantes da atividade de cultivo nos mesmos, como o bem-estar, a intensificação da relação familiar.

Palavras-chave

Agricultura Familiar. Pluriatividade. Quintais Orgânicos. Fruticultura.

Abstract

The present study is part of the first author's course conclusion work in Geography, that aimed to characterize the Organic Fruit Backyards Project and the family farmers from Morro Redondo-RS that participate of the project, and to analyze the impacts of the project on the lives of these farmers. A qualitative research was carried out, collecting information from six farms based on guiding questions. According to the data obtained through field research, the motivation of those involved in cultivating their backyards, associated with other activities of external income source, was identified, showing a pluriactivity profile. It was also verified the potential of organic backyards for the production of food for self-consumption, as well as people linked to the beneficiaries and commercialization of the surplus, as well as the benefits resulting from the cultivation activity in them, such as well-being, the intensification of family relationship.

Keywords

Family Farming. Pluriactivity. Organic Backyards. Fruticulture.

INTRODUÇÃO

Em se tratando da produção de alimentos, existe um intenso debate referente ao uso de agrotóxicos e a agricultura orgânica, sendo esses temas recorrentes, tanto no meio acadêmico como no meio social, especialmente pelo risco de contaminação ambiental que engloba todo o ecossistema, e os estudos que demonstram os perigos para a saúde humana devido ao consumo de alimentos contaminados com produtos químicos, conforme apresentado por Bombardi (2017). Há um crescimento mundial por uma alimentação com maior qualidade, representada pelos produtos orgânicos (Gonçalves *et al.*, 2016; Lima *et al.*, 2020), indo ao encontro deste trabalho.

Nesse sentido, o Projeto Quintais Orgânicos de Frutas, idealizado na Embrapa Clima Temperado em 2003, visando atender o Programa Fome Zero, contribui para a promoção da segurança alimentar e para a produção em pequenos espaços, assegurando o suprimento de alimentos durante todo o ano (com produção em diferentes épocas e diversidade de variedades) para um público diverso (agricultores familiares, indígenas, quilombolas, escolas, outros), especialmente nas condições da região Sul do Brasil.

Essa ação da Embrapa Clima Temperado tem como objetivo contribuir com a sustentabilidade social, econômica e ambiental de públicos em situação de risco social, econômico e alimentar, principalmente agricultores familiares, assentados da reforma agrária, comunidades indígenas, quilombolas, alunos de escolas rurais e urbanas e instituições assistenciais. Privilegia os princípios da produção de base ecológica, abordando questões culturais, étnicas, ambientais, alimentares, econômicas e de saúde pública.

Em 2016, a iniciativa foi reconhecida e incluída na Plataforma de Boas Práticas para o Desenvolvimento Sustentável, da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), atingindo três Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): Erradicar a pobreza (ODS 1); Erradicar a fome (ODS 2) e Saúde de qualidade (ODS 3) (EMBRAPA CLIMA TEMPERADO, s.d.).

Um dos poucos negócios de base familiar que ainda tem posição ativa na economia brasileira é a agricultura familiar, e apesar da falta de incentivos públicos e governamentais, é uma economia que vem demonstrando reiterado crescimento, em especial no Brasil, onde esta condição de agricultura tem destaque. No Censo Agropecuário 2017, 3.897.408 estabelecimentos atenderam aos critérios da lei e foram classificados como agricultura



familiar, o que representa 77% dos estabelecimentos agropecuários levantados pelo censo. Ocupavam uma área de 81 milhões de hectares, ou seja, 23% da área total dos estabelecimentos agropecuários brasileiros. Em relação ao uso da terra, dos 80,89 milhões de hectares da agricultura familiar, 48% eram destinados a pastagens, enquanto que as áreas com matas, florestas ou sistemas agroflorestais ocupavam 31% das áreas, e por fim, as lavouras permanentes e temporárias, que ocupavam 15,5% (IBGE, 2017). No mesmo censo, especificamente para o município de Morro Redondo, localizado na região sudeste do Rio Grande do Sul, onde foi realizado o presente estudo, dentre os 485 estabelecimentos agropecuários, 165 deles recebem assistência técnica, enquanto 318 não, demonstrando a carência e a necessidade deste tipo de atenção que pode vir a ser parcialmente suprida pelo Projeto Quintais Orgânicos de Frutas.

Dada a importância do Projeto Quintais Orgânicos de Frutas¹ para a segurança alimentar e o suprimento de alimentos durante todo o ano, em cultivos em pequenos espaços, este trabalho teve como objetivos: i) caracterizar o Projeto Quintais Orgânicos de Frutas e os agricultores familiares de Morro Redondo-RS participantes do projeto; e ii) analisar os impactos do projeto na vida destes agricultores.

METODOLOGIA

O presente trabalho, foi realizado com sete famílias de agricultores familiares do município de Morro Redondo, Rio Grande do Sul, município localizado na região sudeste do Rio Grande do Sul, com uma área territorial de 244.645 km² em 2020 (IBGE, 2021a), e uma população estimada de 6.609 pessoas em 2020 (IBGE, 2020).

Para desenvolver o presente trabalho, fez-se uso de pesquisa qualitativa com o método exploratório. Segundo Gil (2002), a pesquisa exploratória irá proporcionar maior familiaridade com o problema, podendo envolver levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas (individual ou coletivo). Esta pesquisa contou com uma fase de reconhecimento dos locais e das famílias para o estudo, e posteriormente elaborou-se um roteiro de questões norteadoras para a pesquisa.

¹ Este trabalho foi desenvolvido para a conclusão de curso de Licenciatura em Geografia. Em 2018, o pesquisador foi convidado para integrar a equipe do Projeto Quintais Orgânico de Frutas desenvolvido pela Embrapa - Estação Experimental Cascata (EEC). No primeiro momento, como estagiário sem funções definidas e, em um segundo momento como responsável geral de viveiros de mudas e assistente de orientação técnica. Desde então, o pesquisador passou a incorporar dentro das suas atividades de trabalho, a observação participante para desenvolver sua pesquisa acadêmica.



Para estruturar a fase da pesquisa de campo, escolheu-se quatro localidades (Colônia São Domingos, Colônia São Pedro, Colônia Santa Bernardina e Colônia Afonso Pena) das quinze existentes, e destas localidades, escolheu-se sete propriedades participantes do projeto “Quintais Orgânicos de Frutas”. Os participantes foram selecionados de acordo com a disponibilidade para participar do estudo, engajamento com o projeto, conversas informais, e se havia manutenção e conservação dos quintais durante o contato entre pesquisador e participantes do projeto. Os participantes deste estudo são agricultores familiares, que vivem no meio rural e que tem a agricultura como fonte de renda principal ou complementar.

No período em que foi desenvolvida a pesquisa de campo para a coleta de informações nas propriedades, iniciou a pandemia de Covid-19. Este cenário alterou a dinâmica da pesquisa e o contato que seria presencial em todas as famílias, passou a ser virtual. Utilizou-se as mídias sociais para o envio das questões e estes retornaram através de áudio e texto seus relatos sobre a pesquisa. Das sete propriedades escolhidas, seis fizeram a devolução das questões.

Depois de receber as reflexões dos pesquisados, realizou-se as transcrições dos áudios e as sistematizações e extrações de falas, agrupamentos de temas específicos procurando buscar semelhanças do conteúdo analisado, partindo de temas pertinentes aos objetivos propostos. Na transcrição dos áudios, manteve-se a linguagem original dos agricultores entrevistados. Além disso, para preservar a identidade dos agricultores, substitui-se seus nomes por árvores frutíferas, sendo elas: Uvaieira, Romãzeira, Figueira, Cerejeira, Videira e Pessegueiro.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO E SEUS PARTICIPANTES

Este item busca responder o primeiro objetivo do trabalho, que é caracterizar o Projeto Quintais Orgânicos de Frutas e os agricultores familiares de Morro Redondo-RS participantes do projeto.

O município de Morro Redondo possui 485 estabelecimentos agropecuários (IBGE, 2017), e conta com 68 quintais orgânicos implantados e participantes do projeto, e um total de 306 beneficiários (incluindo todos os componentes do núcleo familiar). Para a composição dos quintais são usados três exemplares de 20 espécies frutíferas, que



incluem pêssego, figo, laranja, amora-preta, cereja-do-rio-grande, araçá-amarelo, araçá-vermelho, goiaba, caqui, pitanga, romã, tangerina, limão, guabiju, araticum, uvaia, uva, jaboticaba, guabiroba e butiá, selecionadas por suas características produtivas e funcionais. Em 2018 foram incluídos feijão, milho, batata doce e a forrageira BRS Kurumi, além de doze espécies de plantas medicinais, totalizando 36 espécies cultivadas em cada quintal (EMBRAPA CLIMA TEMPERADO, s.d.).

No contexto do município de Morro Redondo, ele possui 118 estabelecimentos com culturas permanentes, 384 temporárias e 1 para cultivo de flores. As culturas permanentes incluem amora, banana, figo, goiaba, laranja, limão, maçã, pêssego, tangerina, bergamota, mexerica, uva, abóbora, moranga, jerimum, destacando-se a produção de pêssegos, com 4.623 toneladas produzidas (IBGE, 2017). Os quintais orgânicos são constituídos por 20 espécies frutíferas, o que demonstra uma grande diversidade de culturas em uma mesma área.

CARACTERIZANDO AS FAMÍLIAS PESQUISADAS

Neste item pretendemos fazer uma caracterização das famílias pesquisadas (Quadro 1). Nesse sentido, quanto a forma de obtenção da propriedade, duas são arrendadas, sendo uma em regime de parceria; três foram adquiridas pela família através de compra e uma foi herdada (Quadro 1). De acordo com o censo agropecuário de 2017 (IBGE, 2017) o município de Morro Redondo possuía 485 estabelecimentos agropecuários, sendo 417 proprietários, 3 aguardando titulação definitiva, 21 arrendatários, 14 parceiros, e 30 comodatários.

Quadro 1 – Caracterização das famílias pesquisadas.

Propriedade	Uvaieira	Romãzeira	Figueira	Cerejeira	Videira	Pessegueiro
Localização (Colônia)	Afonso Pena	São Pedro	São Domingos	Afonso Pena	Santa Bernardina	São Pedro
Área	5 ha	4,5 ha	2,4 ha	4 ha	8,5 ha	4 ha
Situação da terra	Arrendamento	Arrendamento em regime de parceria	Comprada	Comprada	Comprada	Herança

Moradores	Homem (57 anos) e mulher (19 anos)	Mulher (39 anos) e homens (11 e 13 anos)	Mulheres (16, 44, 45 e 70 anos) e homens (38, 42 e 68 anos)	Mulheres (33, 58 anos) e homens (2, 7, 27, 35 e 58 anos)	Homens (56 e 75 anos) e mulheres (33 e 75 anos)	Homens (6 e 43 anos) e mulher (29 anos)
Vínculo familiar	Pai e filha	Mãe e filhos	Pai, mãe, filhos, genro, nora e neta	Pai, mãe, filhos, avós e amigo	Dois casais sem parentesco	Pai, mãe e filho
Tempo de participação no projeto	7 anos	2 anos	3 anos	2 anos	7 anos	5 anos
Frutas	Uvaia, Araçá, Caqui, Pêssego, Laranja, Tangerina, Cereja do Rio Grande, Uva, Amora, Limão, Guabijú, Butiá, Guabiroba, Pitanga, Figo, Pêra, Ameixa, Maçã	Romã, Pitanga, Araçá, Figo, Pêssego	Figo, Araçá, Amora, Romã, Uvaia, Caqui, Pêssego, Laranja, Uva, Limão, Guabiroba, Goiaba, Jabuticaba, Pitanga, Cereja do Rio Grande	Araçá, Figo, Pitanga, Pêssego	Uva, Amora, Guabijú, Pitanga, Araçá, Uvaia, Caqui, Pêssego, Laranja, Limão, Guabiroba, Jabuticaba, Cereja do Rio Grande, Tangerina, Goiaba, Araticum	Pêssego, Amora, Pitanga, Araçá, Caqui, Laranja, Limão, Tangerina, Figo, Romã, Goiaba

Fonte: Elaborado pelos autores.

A extensão das áreas varia de 2,4 ha a 8,5 ha, o que tem propiciado às famílias a produção para o autoconsumo e, em alguns casos a comercialização do excedente.

Observamos que o número de pessoas que compõem o núcleo familiar vem ao longo dos anos sofrendo alterações. As famílias rurais já não são numerosas como no passado. Dentre os pesquisados, o número de filhos encontra-se entre um ou dois filhos por família, e um total de 26 beneficiários diretos (moradores nas propriedades). Cintra e Bazotti (2012) chamaram a atenção que na maioria das famílias rurais no sul do Brasil, que inclui os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, o número de membros

encontra-se reduzido, e isso implica na dificuldade em dar continuidade e transmitir os saberes nos estabelecimentos agropecuários.

Quanto ao sexo dos componentes da família, o percentual de homens é maior (58%) comparado ao percentual de mulheres (42%). De acordo com o IBGE (2017), em relação ao sexo, 421 (87%) estabelecimentos agropecuários do município de Morro Redondo estão sob a responsabilidade do sexo masculino, e 62 (13%) do sexo feminino. Em um estudo em algumas regiões do Rio Grande do Sul, Brumer (2004) mostrou a ocorrência de uma migração rural-urbana mais acentuada de mulheres do que de homens, associada especialmente às desigualdades de gênero, onde as mulheres têm uma posição subordinada na estrutura familiar, além das menores perspectivas profissionais e motivação para permanecer no meio rural do que os homens, associados ainda as oportunidades de emprego parcial ou total fora da agricultura.

Em relação a idade dos membros da família, 43% encontra-se em idade inferior a 18 anos. Outros 43% com idade de 33 a 43 anos, e apenas 12% estão acima de 65 anos.

Quanto aos tipos de famílias, encontrou-se o casal e o(s) filho(s), e duas propriedades monoparental, uma delas (propriedade Uvaieira) o homem (pai), é responsável pelo sustento econômico familiar, e na outra (propriedade Romãzeira) a mulher (mãe) é a única provedora do núcleo familiar. Esta condição supera o modelo tradicional, tendo na figura masculina o homem como provedor da casa. Ainda cabe ressaltar que a composição desta família, mãe e filhos, revela a jornada de trabalho excessiva, deixando para a mulher a responsabilidade com a casa, com a propriedade, com os filhos e consigo.

Em um estudo com 17 mulheres rurais do município de Arvorezinha/RS, que exercem atividades não agrícolas no âmbito da agricultura familiar, este tipo de atividade agregou ganhos sociais e econômicos para grande parte das mulheres entrevistadas, tais como renda própria, maior poder de decisão dentro da propriedade; maior valorização da atividade não agrícola e do seu trabalho (Spanevello *et al.*, 2019).

Outro aspecto importante refere-se as novas configurações de vínculos de moradia; a propriedade Cerejeira tem uma composição familiar tradicional, mas observou-se uma nova configuração de vínculos de moradia, o compartilhamento do núcleo familiar com um amigo que trabalha em parceria com a família. Verificou-se também, na propriedade Videira, condição semelhante, tendo a composição de dois casais na mesma propriedade. Ambos os casais têm filhos, mas estes residem na cidade. O que reúne os casais viver em



um mesmo espaço, é o vínculo de amizade, tendo como consequência, a parceria para dividir as atividades que demandam trabalho na propriedade.

FONTE DE RENDA DAS PROPRIEDADES

Analisando os relatos dos pesquisados, quanto a fonte de renda, observa-se que para 50% dos agricultores, a agricultura é a principal fonte de renda, destacamos as propriedades Pessegueiro, Uvaieira e Videira, que desenvolvem atividades referentes a produção de pêssego, ameixa, morango, uva, milho, feijão, mel, pecuária de leite e corte.

A pluriatividade é um tema atuante e crescente na agricultura familiar. Em parte, para a complementação da renda com atividades não agrícolas, em outra, para manter a família na propriedade mesmo que algum integrante trabalhe fora durante certo período. Mesmo não sendo um tema novo é cada vez mais utilizado entre os agricultores familiares com o objetivo ou a necessidade de ampliar a renda.

Para Marafon (2006) a pluriatividade não deve ser considerada um fenômeno novo, mas uma característica histórica relevante de agricultores familiares, que muitas vezes, com a ideia de ampliar a renda, desenvolveram atividades não agrícolas.

Essas atividades não agrícolas exercidas dentro ou fora da propriedade, no meio rural ou não, são alternativas encontradas para complementação de renda para as famílias, seja por dificuldades na produção, dificuldades econômicas ou por ampliação de atividades. Nas narrativas das propriedades, como na Figueira, se projeta no quintal a possibilidade de aumentar a renda familiar, e na propriedade Romãzeira que se percebe a autossuficiência em alimentos associada a formação de renda familiar.

Em uma comunidade rural no norte do estado do Espírito Santo, os principais fatores que influenciaram no ingresso das famílias na pluriatividade foram as questões relacionadas à geração de renda extra e a mão de obra ociosa devido ao tamanho das propriedades que não empregam toda a mão de obra familiar, além das tecnologias que reduzem a necessidade de mão de obra e a sazonalidade dos tratos culturais das culturas agrícolas (Fernandes *et al.*, 2018). Corroborando com este estudo, na região Sul do Brasil o ingresso na pluriatividade é associada às dificuldades econômicas dos produtos gerados pelas atividades agropecuárias e a ocupação da força de trabalho reduzida pela modernização agrária (Anjos, 2003).

Em mais da metade das propriedades pesquisadas notou-se como fonte de renda



complementar os serviços assalariados, seja por trabalhos temporários ou fixos, públicos ou privados. Em 2019, o salário médio mensal no município de Morro Redondo era de 2,0 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total no município era de 20,7%. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 32,9% da população nessas condições (IBGE, 2021b). Para Almeida e Riedl (2000) não é raro encontrar no meio rural uma ou mais pessoas de uma propriedade que façam trabalhos temporários, como os ‘duplo-ativos’. Trata-se de pessoas com domicílio rural que possuem um ‘trabalho principal’, ou aquele considerado indispensável, com outras formas de ocupação ou de obtenção de renda, como ‘bicos’ ou trabalhos temporários e ocasionais, mas também trabalhadores que, de fato, possuem duas ocupações (Almeida; Riedl, 2000).

Outro aspecto relevante, refere-se ao turismo rural, Segundo Teixeira e Souza (2012) o turismo rural vem com uma demanda crescente na atualidade, os turistas querem procurar lugares mais tranquilos e até mesmo para aliviar o stress da rotina diária, Observou-se em uma das propriedades (Cerejeira) o turismo rural como principal fonte de renda da família. Tendo atividades alternativas aos visitantes, dentre elas: práticas de cultivo, experiências gastronômicas, atividades culturais, circuitos ecológicos, práticas de educação ambiental do Pampa, permacultura. As caminhadas contam com visita a arroios, cascatas, observação de formações rochosas, paisagem nativa, cursos d’água, além das hortas, lavouras e pomares. Os insumos para abastecer o restaurante são oferecidos pelo entorno, vizinhos parceiros. Além das atrações já existentes na propriedade, existe a perspectiva de implantação do projeto “colhe e pague”, no quintal existente na propriedade. O referido projeto, iniciativa do produtor, viria para reduzir custos ao produtor e ao consumidor, ou seja, não existe atravessador nesse trâmite e reduz custo de mão de obra, além de amenizar a falta de mão de obra no meio rural. O consumidor escolhe o produto que quer levar, colhe e paga por ele. Já o excedente o produtor pode transformar em geleias, sucos e outros produtos.

Na propriedade Romãzeira, constatou-se a produção e comercialização de produtos naturais, como: fitoterápicos, aromaterápicos, cosméticos naturais, ervas e chás naturais em geral. Os produtos são comercializados na Feira Virtual da Associação Bem da Terra².

2 A Feira Virtual Bem da Terra é um mecanismo de comercialização de produtos de empreendimentos de economia solidária para consumidores previamente organizados em núcleos de consumo responsável.



No Brasil, é prática comum o uso de plantas medicinais, sendo incorporada inclusive em órgãos da saúde como o SUS (Sistema Único de Saúde) (BRASIL, 2006; BRASIL, 2012; PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS, 2018; RIO GRANDE DO SUL, 2021) e por outras instituições (Tavares *et al.*, 2015). Na maioria das vezes, o uso de plantas medicinais é o primeiro recurso no autocuidado. Tal fato também pode ser observado com os entrevistados:

“Sempre que possível se recorre as plantas medicinais, para depois recorrer a medicina tradicional”. (Pessegueiro)

“Sempre que possível se recorre a produtos naturais, conhecimentos empíricos sempre foram usados pelos nossos ancestrais, cada dia fica mais difícil, pois até as plantas medicinais estão sendo contaminadas, mas sempre é o primeiro recurso”. (Videira)

“No que diz respeito a saúde, tudo que aprendemos com nossos pais e avós a gente segue à risca, além de repassar esses aprendizados para os mais novos (filhos e vizinhos), não podemos deixar de lado o conhecimento empírico. Do quintal tiramos muitas folhas de chás, quando tem uma dor de cabeça por exemplo a folha da laranjeira é excelente remédio, a casca da romã serve pro estômago, entre outras, praticamente toda planta tem sua função medicinal. Ir pro médico ou pro postinho só depois de esgotadas todas opções de conhecimento dos mais velhos”. (Uvaieira)

“Nós em nossa casa, evitamos ao máximo os métodos da medicina dita convencional, fizemos uso da fitoterapia, homeopatia, técnicas alternativas como a massoterapia, acupuntura, entre outras. Em casos que não existe outra alternativa apelamos aos métodos alopáticos e chamados convencionais. Acreditamos que a forma como estamos socialmente lidando com a saúde é uma repetição da forma como estamos lidando com nossa política, nossa agricultura, nossa educação, é uma abordagem sistêmica em si doente, da qual não estamos de acordo, pois, fere nosso sistema como um todo, estamos tratando os sintomas e não a própria doença, usamos máscara para poder aplicar veneno no alimento que vamos ingerir no nosso corpo, nosso combustível, na saúde estamos fazendo a mesma coisa, máscara nos sintomas e não tratamos as doenças, hoje grande parte dos problemas que temos de saúde já são provenientes desse sistema organizacional, mas também acreditamos que hoje temos muitos avanços tecnológicos que sendo bem usados podem sim ser bons e efetivos, o problema é a maneira como usamos esses recursos”. (Romãzeira)

O uso dessas plantas é muito comum em grande parte das casas; pela cultura de seus antepassados, conhecimento empírico, sabedoria popular e até mesmo pela facilidade de acesso, pois, é comum ver próximo as casas ou no quintal um vaso ou canteiro de plantas medicinais. Embora seja desconhecido por parte da população, existe uma regulamentação sobre a política de plantas medicinais. O Decreto nº 5.813, de 22 de junho de 2006, sobre a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, tem como algumas de suas diretrizes garantir e promover a segurança, a eficácia e a qualidade no acesso a plantas medicinais e fitoterápicos, promover e reconhecer as práticas populares de uso de plantas medicinais e remédios caseiros e promover a adoção de boas práticas de cultivo e manipulação de plantas medicinais e de manipulação e produção de fitoterápicos.

A fala do agricultor da Propriedade Videira, “não pensei em comércio”, justifica-se pelo fato de a família ter como renda principal a aposentadoria. Em Morro Redondo, observa-se a presença de aposentados ou pensionistas da Previdência Social, que contribui para que famílias mantenham-se vivendo no meio rural. Em 50% das propriedades pesquisadas existia no mínimo uma pessoa por propriedade com o benefício de aposentadoria e/ou pensão. A previdência social tem um papel importante no combate à pobreza e na redistribuição de renda na atualidade, como destaca Barbosa (2005). Segundo o autor, a concessão de benefícios previdenciários aos idosos rurais tem um peso significativo no conjunto de recursos manejados pelas famílias rurais, com efeitos expressivos para o combate à pobreza.

Outro aspecto que precisa ser reforçado na intenção dos participantes, refere-se a contemplar outras pessoas com a colheita das frutas. Foi recorrente nas falas: “não pensando só na família, mas também nos vizinhos e amigos, pois são muitos os beneficiados”, como foi identificado na narrativa da propriedade Uvaieira.

COMÉRCIO VIRTUAL: ESTRATÉGIAS DE COMERCIALIZAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19

Considerando que a pandemia Covid-19 trouxe mudanças significativas na vida dos participantes do projeto, este tópico buscou caracterizar essas mudanças, como a pandemia afetou esses agricultores e as estratégias por eles buscadas para enfrentar este desafio.

As primeiras medidas restritivas decorrentes do início do processo pandêmico



(em 2020) paralisou as atividades das feiras presenciais em alguns municípios, a exemplo do ocorrido em Pelotas e Morro Redondo. Essa medida fez com que os agricultores familiares precisassem recorrer a outras alternativas de venda e distribuição dos seus produtos, sendo a venda virtual uma das possibilidades encontradas.

Uma alternativa adotada pelos produtores e cooperativas foram as vendas online (via Facebook e WhatsApp) que, apesar de terem aumentado, foram insuficientes. A estimativa, em alguns casos, é de uma redução de 50% das vendas dentre algumas organizações. Contribuiu para isso, a suspensão das feiras da agricultura familiar em algumas cidades da região ou a queda do número de consumidores nesses espaços, decorrente da diminuição das interações sociais no atual contexto. Por outro lado, entre as organizações de agricultores que já adotavam mecanismos de comercialização via aplicativos ou redes sociais antes da crise sanitária do Covid-19, há relatos de aumentos substanciais na demanda por esses produtos (OBSERVATÓRIO DA PROBLEMÁTICA DA SECA E DO COVID-19 DA REGIÃO SUL DO RIO GRANDE DO SUL, 2020).

Definir a plano de comercialização e distribuição na agricultura familiar, muitas vezes é um problema para os núcleos familiares que enfrentam dificuldades em seguir uma estrutura de comercialização, que fará com que o produto chegue ao seu destino e arcar com as despesas de distribuição. Alguns agricultores acreditam e recorrem as cooperativas, encontra-se na economia solidária, que se caracteriza por relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica. Esta nova prática de produção e consumo privilegia a autogestão, a justiça social, o cuidado com o meio ambiente e a responsabilidade com as gerações futuras.

Identificou-se duas propriedades participantes do projeto que encontraram na economia solidária uma estratégia de manutenção e reprodução social. A propriedade Romãzeira além da produção de frutíferas também trabalha com beneficiamento de plantas curativas e criou uma marca para a sua linha de produção, a Flores de Chico. Todos os produtos são comercializados na Feira Virtual Bem da Terra. A propriedade Cerejeira, além das refeições (almoço e café colonial) também vende o seu excedente na Feira Virtual Bem da Terra.

Em relação aos impactos da pandemia de Covid-19, a maioria dos participantes da pesquisa responderam com o mesmo raciocínio de que a pandemia está tendo seus



reflexos mais tardios na agricultura, com aumento dos preços ocasionados pela inflação e falta de produtos devido as políticas adotadas pelos diferentes setores públicos. Com boa parte das indústrias não produzindo ou produzindo em pequena escala é natural que comece a faltar produtos e, faltando produtos a procura aumenta e o preço dispara.

Segundo o agricultor da Propriedade Cerejeira, os decretos municipais elaborados em Pelotas e Morro Redondo, restringiram por um determinado período as feiras livres. Aqueles que realizam feiras nos dois municípios precisaram recorrer a outras estratégias e novamente aparecem as vendas virtuais. Observa-se que agricultores familiares que possuem acesso a ferramentas digitais, e participam de redes de economia solidária, conseguem recorrer a outras alternativas de comercialização, além dos mecanismos tradicionais de venda.

“A pandemia influenciou muito no trabalho, como nosso principal viés de comercialização eram feiras, ficamos muito prejudicados em relação a comercialização. Se adaptar as novas formas também tem sido uma dificuldade, mas por outro lado tivemos mais tempo disponível para estudar e desenvolver nossas atividades”. (Romãzeira)

“A pandemia influenciou no financeiro, pois boa parte da renda na propriedade vem do turismo, além do aumento do preço dos produtos de consumo diário”. (Cerejeira)

“A pandemia não trouxe grandes consequências na família, no geral a inflação. A pandemia só nos mostrou que viver no campo é a melhor escolha”. (Figueira)

No que se refere a pandemia, “graças à Deus não afetou a família diretamente, sempre tomamos todos os cuidados necessários e continuamos tomando (...) e o fato de morar no interior ajuda muito, aqui nunca estamos ajuntados”. (Uvaieira)

“Pra nós a pandemia está sendo muito dolorosa, mesmo se cuidando muito, se afastando praticamente de tudo, tomamos todos os cuidados, o vírus continua se multiplicando, mesmo assim tivemos a (perca) de um filho, trouxe esse problema pra gente, mas a gente sabe que a vida continua, que a gente tem que dar a volta por cima, muita fé no pai do céu que tá nos levantando a cabeça, pedi a ele que não deixe acontecer com as outras pessoas, pedir proteção aos outros filhos, noras, netos, aos amigos e as pessoas, pedir que as pessoas se vacinem pra que não aconteça mais essas tragédias”. (Videira)

IMPACTOS DO PROJETO NA VIDA DOS AGRICULTORES

Este tópico busca responder o segundo objetivo do trabalho, que é analisar os impactos do projeto na vida destes agricultores. Quando nos referimos aos impactos na vida dos agricultores, consideramos uma ampla abordagem, permeando as esferas econômica, social, saúde, ambiental e cultural.

A REPRESENTAÇÃO DOS QUINTAIS: O SIGNIFICADO DOS LUGARES, DOS ALIMENTOS, DA RENDA E DESTINO DA PRODUÇÃO

“Pra nós o quintal representa um grande agregado a nossa saúde e bem estar, por podermos ter autonomia em relação as frutas, saber estar consumindo e oferecendo produtos de qualidade. Ainda representa uma grande quantidade de matéria prima para produção de fitoterápicos e a possibilidade de extração também do óleo essencial a partir das folhas”. (Romãzeira)

“Tudo, pra todo mundo se deliciar! Chega meus filhos e se encanta... minha irmã quando vem vai direto pro quintal pra ver o que tem de fruta e comer. Adora quando tem essas frutas menos conhecidas e sentir o sabor diferenciado”. (Uvaieira)

“O quintal representa tudo de bom, além de resgatar frutas nativas que só destruíamos! Além das frutas, planto nas entrelinhas em sistema de consórcio variedades de porte menor e algumas não convencionais, como feijão, inhame, mandioca, batata cará entre outras. Convencional todo mundo tem: pêssego, ameixa, citrus.... Precisamos diversificar”. (Videira).

Acima apresentamos alguns relatos dos entrevistados sobre o que o quintal (Projeto Quintais Orgânicos) representa para eles. É possível perceber a satisfação em participar do projeto e o quintal como meio de produção de alimentos e lazer.

O lugar é onde a vida acontece, é a referência da propriedade. A vida resume ao lugar, tanto no rural como no urbano, no entanto, em uma propriedade rural a identificação com o lugar é maior, pela vivência diária da unidade familiar, um exemplo disso é a continuidade das gerações na propriedade que ocorria até recentemente.

Para Santos (2021), “cada lugar é, à sua maneira, o mundo”. O lugar se relaciona ao sentimento de identificação pessoal com determinada área e de pertencer a este espaço, além de significar muito mais do que simplesmente uma localização geográfica, ele está relacionado aos diversos tipos de experiência e envolvimento com o mundo. De acordo



com Santos (2021) “cada lugar, irrecusavelmente imerso numa comunhão com o mundo, torna-se exponencialmente diferente dos demais. A uma maior globalidade, corresponde uma maior individualidade”. Uma localidade possui suas próprias características que, em conjunto, definem o lugar com uma identidade própria e cada indivíduo que convive com o lugar, com ele se identifica, assim, o lugar mantém a situação de singularidade. Cada parcela do espaço geográfico com a qual cada pessoa está inserida e interage compõe o seu lugar. Cada indivíduo terá um lugar diferente do outro. Além disso, o lugar possui também relação direta com os aspectos culturais que marcam cada comunidade ou organização.

Tratando do quintal enquanto lugar, no período colonial, o quintal nasceu simultaneamente com a casa brasileira e tornou-se parte inseparável dela. Foi trazido pelos portugueses e sofreu miscigenação, do mesmo modo que o colono, somando influências indígenas e africanas. Foi espaço aberto sempre presente na habitação de ricos e pobres, na moradia urbana e rural, mas tinha algumas particularidades: na versão urbana, figurava sempre nos fundos, protegido no interior dos quarteirões. No modelo rural, envolvia geralmente a casa, criando um espaço de transição entre o edifício e as terras agricultáveis ou paisagens, nos arredores (Dourado, 2004).

De acordo com Dourado (2004) o quintal era a base da casa, além de produzir frutos e sombra, era utilizado também como abrigo para as pessoas e os animais da família. Segundo o autor, entre os séculos XVI e XVIII, no quintal havia e fazia-se de tudo, a começar pela cozinha, disposta sob suas árvores ou telheiro. Pode-se chamar propriamente de extensão da casa, sendo um espaço inclusive para cultivo de plantas para diversas finalidades, como exemplo, as alimentares, medicinais, ornamentais, “protetoras do lar” entre outras (Cultrera, 2008).

Isso mostra que, além de produzir uma diversidade de alimentos, o quintal também é o espaço das atividades de lazer das famílias, e o espaço dedicado aos animais domésticos e das pequenas criações, podendo ser considerado uma extensão da própria casa. O Projeto Quintais Orgânicos de Frutas representa um resgate dessa tradição, construída há séculos e que, com o passar do tempo, foi se descaracterizando por diversos motivos, conforme caracterizado e discutido nos tópicos anteriores, como: o êxodo rural, a falta de incentivo à permanência dos jovens no campo, e o conseqüente envelhecimento da população remanescente, e o encolhimento das dimensões das propriedades da



agricultura familiar.

Cultrera (2008) ressalta o envolvimento familiar na manutenção do quintal, com dedicação diferenciada entre os membros da família. As plantas são cultivadas nesta área tanto pelos homens quanto pelas mulheres, havendo uma dedicação diferente de acordo com o tipo da planta. Geralmente as mulheres se dedicam às ornamentais, medicinais, protetoras/religiosas e algumas alimentares. Homens se dedicam mais às plantas alimentares que também são cultivadas na roça, como mandioca, batata doce e banana. Frutíferas e hortaliças parecem ter a dedicação de ambos. É comum a criação de animais domésticos, principalmente aves, que fornecem carne e ovos para subsistência e em alguns casos para a venda.

Na pesquisa de campo, confirmou-se o que a literatura tem revelado sobre o lugar, as relações de proximidade e afetividade dos indivíduos se entrelaçam, sobretudo as do cotidiano. É onde as pessoas constroem referências afetivas e o sentimento de pertencimento com aquele lugar. Nos relatos dos pesquisados, observou-se a satisfação pelo que fazem, é visível os produtores quando instigados sobre o lugar que residem sempre tem uma resposta direta como: “onde nasceram nossos filhos, os educamos, cresceram... foram estudar fora, hoje estão formados... voltaram para casa depois de se formarem...”. Já para outros, o lugar lembra os antepassados: “foi herança, queremos manter a tradição deles, continuar aqui e esperar que os filhos também continuem”.

Esta narrativa, além de mostrar o vínculo que a família tem com o lugar, nos remete a reflexão sobre a vontade que o pesquisado externa, talvez sem perceber, em assegurar um sucessor para a propriedade. Costa (2006) analisando a sucessão hereditária em Morro Redondo, diagnosticou que o tema era considerado um assunto interno, com restrições a divisão de critérios de decisão com estranhos. Além disso, a escassez de terra e a crescente redução dos filhos por núcleo familiar, surgiam como limitadores do modelo de produção agrícola.

O tema sucessão, além de ser gerador de conflitos, remete a pensar na morte dos provedores da família. Neste sentido, considerando a pandemia associada aos relatos de perdas de familiares, decidiu-se nesta pesquisa, respeitar o luto das famílias e não perguntar aos pesquisados sobre sucessão hereditária.

Ainda sobre as reflexões dos pesquisados sobre o lugar, obtivemos a resposta “viver no campo sempre foi e sempre será o melhor lugar de viver”. Com a implantação dos



quintais os participantes da pesquisa identificam melhorias na propriedade, em especial no quesito da qualidade de vida, saúde e bem-estar relacionadas a atividade de cultivo em seus quintais. Ainda percebem que o cultivo proporciona uma maior variedade de alimentos para o consumo cotidiano. Desta forma, todos os participantes da pesquisa pretendem dar continuidade a produção em seus quintais, alguns ainda pretendem aumentar alguma variedade de frutífera para produção em escala comercial. Um entrevistado aumentou a produção de pessegueiros na propriedade e já faz a comercialização dos produtos.

AUTOCONSUMO

Sugerindo aos pesquisados refletirem sobre o que representam os quintais para as famílias e quais os motivos que os levou a participação no projeto, algumas respostas, dentre outros aspectos, apresentaram o resgate da autonomia alimentar: plantar, cuidar e colher sem precisar ir ao comércio comprar o necessário. Poder consumir alimentos saudáveis, sem uso de agrotóxicos e que o excedente (quando tiver) pode ser beneficiado de diversas formas, assim, não só fazer uso dos produtos na época da colheita, mas sim em todas épocas do ano.

A produção para autoconsumo na unidade produtiva familiar apresenta-se como um mecanismo de sobrevivência dos agricultores, podendo gerar excedentes que ao interagir com o mercado fortalecem a base de recursos e diminuem a dependência do meio externo. As experiências pautadas com foco na segurança alimentar, juntamente com o escoamento dos produtos agrícolas através de circuitos curtos e descentralizados, configuram-se como uma estratégia para fortalecer a agricultura familiar, e camponesa diante do contexto do mundo globalizado (Carmo, 2018).

Produzir o alimento para o autoconsumo desprende-se em alguma medida da lógica capitalista em que o alimento passa a ser mercadoria. Outro fato importante a ser analisado é a necessidade de deslocamento. Em localidades mais afastadas dos centros urbanos, onde o comércio tende a estabelecer-se na cidade ou próximo delas, dificulta aos moradores mais afastados terem acesso fácil aos produtos, em especial os perecíveis como: frutos, verduras, legumes. No caso de Morro Redondo, nota-se que nas propriedades pesquisadas, os agricultores buscam nessa produção ter o suporte necessário dessas frutas em casa. Assim, não necessitando o deslocamento para a cidade ou a algum comércio próximo que possa ter os produtos, ou ainda esperar o feirante que passa com produtos



que procedem de centrais de abastecimento. A Propriedade Figueira, das pesquisadas, é a mais próxima da cidade. Quem precisa se deslocar, percorre em torno de 2 quilômetros para ir à cidade. Já a Propriedade Uvaieira, a mais longe, o deslocamento calculado é de 12 quilômetros até a cidade.

INTERESSE DOS PESQUISADOS NA PARTICIPAÇÃO DO PROJETO

Abaixo transcrevemos alguns relatos dos entrevistados sobre o interesse deles em participar do projeto Quintais Orgânicos de Frutas.

“O interesse pelo projeto se deu por ser de forma gratuita e dessa forma conseguir produzir diversas variedades de frutas sem precisar comprar as mudas e os insumos necessários para implantação, pois não tinha nada na propriedade antes”. (Pessegueiro)

“O interesse se deu por ver os quintais em outras propriedades e conhecer pela Embrapa onde fiz estágio”. (Cerejeira)

“O interesse em participar do projeto quintais que foi implantado no ano de 2018 aconteceu pela possibilidade de produzir alimentos mais saudáveis e num futuro próximo complementar renda”. (Figueira)

“Nos interessamos, pois além de termos o sonho de sermos autossuficiente em alimentação a possibilidade de agregar renda a família, além de trabalharmos com a fitoterapia e aromaterapia, além de ter na fruta uma possibilidade de renda as folhas também nos servem de matéria prima para produção de produtos”. (Romãzeira)

“O interesse em participar do projeto se deu pela oportunidade de ter mais frutíferas na propriedade, não pensando só na família, mas também nos vizinhos e amigos, pois são muitos os beneficiados, mais de 20”. (Uvaieira)

“Uma das coisas que mais me interessou pelo quintal foi a diversidade de frutas nativas que fazem parte do projeto, não pensei em comércio, mas principalmente na natureza, nos animais”. (Videira)

Percebe-se que o interesse pelos quintais nas propriedades passa pela autossuficiência em produzir frutas diversas e saudáveis e na complementação de renda. Outro ponto relevante é o enquadramento do projeto como de finalidade social, sem ônus ao agricultor.

ASPECTOS POSITIVOS E NEGATIVOS QUANTO AOS QUINTAIS

Optou-se como questão final, solicitar aos participantes do projeto que identificassem aspectos positivos e negativos, de uma maneira geral, sobre o projeto.

Entre os aspectos positivos, uma das respostas foi “viver no campo sempre foi e sempre será o melhor lugar de viver”. Com a implantação dos quintais, os participantes da pesquisa identificam melhorias na propriedade, em especial no quesito da qualidade de vida, saúde e bem-estar relacionadas a atividade de cultivo em seus quintais. Ainda percebem que o cultivo em seus quintais proporciona uma maior variedade de alimentos para o consumo cotidiano. Desta forma, todos os participantes da pesquisa pretendem dar continuidade a produção em seus quintais, alguns ainda pretendem aumentar alguma variedade de frutífera para produção em escala comercial e um agricultor aumentou a produção de pessegueiros na propriedade e já faz a comercialização dos produtos.

Quanto aos aspectos negativos destaca-se: a dependência do clima, e por falta de recursos, a dificuldade em adquirir um sistema de irrigação artificial de qualidade. Além disso, a perda de parte do quintal implantado, a dificuldade de manuseio devido à carência de técnicas e produtos necessários para manutenção de forma orgânica.

Salientamos que o desafio da agricultura familiar se encontra muitas vezes na distância geográfica deste público para comercialização da produção. Deste modo, surge a necessidade de reflexão do Projeto Quintais Orgânicos de Frutas acerca da qualidade de vida dos agricultores familiares, no que tange a oferta de produtos de forma regular.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo pretendeu apresentar a experiência vivida por agricultores familiares do Município de Morro Redondo-RS, participantes do “Projeto Quintais Orgânicos de Frutas”.

A produção de alimentos para o autoconsumo é uma prática clássica de reprodução social da agricultura familiar. Além de abastecer a família, garantindo a segurança dos alimentos, pode ser visualizada como fonte de renda, pois os alimentos produzidos deixam de ser comprados de terceiros. Com o processo de desenvolvimento tecnológico e a chamada “modernização da agricultura”, várias transformações podem ser verificadas no interior do Município objeto do presente estudo. A adoção dos novos modelos produtivos, centrados na prática de monocultura, mecanização de lavouras e aquisição de insumos



externos (muitos dos quais importados), provocam, muitas vezes, o abandono do quintal, da horta e até das lavouras, antes destinadas ao autoconsumo. A consequência imediata é a criação da dependência, destas famílias, da compra de produtos básicos no comércio local ou em municípios do entorno.

Além de produzir diversidade de alimentos como frutas, hortaliças, flores, plantas medicinais, o quintal também é o espaço das atividades de lazer das famílias, espaços de confraternização com amigos, vizinhos e de acolhimento de visitantes. É ainda, o espaço dedicado aos animais domésticos e das pequenas criações, podendo ser considerado uma extensão da própria casa. O Projeto Quintais Orgânicos de Frutas representa um resgate dessa tradição, construída há séculos e que, com o passar do tempo, foi se descaracterizando por diversos motivos, como: o êxodo rural, a falta de incentivo à permanência dos jovens no campo, e o conseqüente envelhecimento da população remanescente, e o encolhimento das dimensões das propriedades da agricultura familiar.

Todas as propriedades pesquisadas em diferentes localidades do município de Morro Redondo-RS, demonstraram a preocupação e o comprometimento na produção orgânica. Além disso, foi possível notar que o prazer e o gosto de produzir em casa faz parte da realidade de todos os pesquisados.

Dentre as motivações das famílias em participar do projeto dos quintais, uma das respostas mais encontradas foi a busca pela autossuficiência na produção de frutas orgânicas da propriedade. Esta produção e o reconhecimento da procedência, associada à distribuição da disponibilidade durante as várias estações do ano, influencia nos resultados da economia familiar, reduz os gastos mensais, além de contribuir com a socialização, dado que permite e facilita as trocas entre vizinhos e o conjunto da sociedade mais próxima. No âmbito interno das famílias, fica nítida a preocupação com os benefícios da produção de alimentos orgânicos nos quintais, à medida em que proporcionam uma dieta mais diversificada e saudável, além da aproximação do indivíduo com a natureza. Em paralelo, os produtores relatam a preocupação com a preservação do meio ambiente, a recuperação de plantas nativas (algumas inclusive ameaçadas de extinção). Outro ponto a ressaltar é o enquadramento do projeto como de finalidade social, sem ônus ao agricultor. Implantar um quintal para a família significa o comprometimento com o bem-estar, incluindo dos amigos, vizinhos e parentes. A manutenção do pomar requer muitos cuidados, disponibilidade, e o acompanhamento permanente das etapas do desenvolvimento da



planta até chegar ao momento do consumo por parte das famílias. É um trabalho que exige dedicação da família, mas proporciona satisfação a quem cultiva.

A produção de frutas, grãos e tubérculos é, prioritariamente, destinada para autoconsumo, não descartando a possibilidade da existência de produtos excedentes, que são encaminhados para o processamento, nas formas de sucos, geleias, frutas desidratadas e cristalizadas. Pequena parte desta produção se destina à comercialização.

Outra questão evidenciada diz respeito às famílias terem algum membro da família vinculado a atividades não agrícolas, ou recebimento de recursos provenientes da previdência social.

Analisando a agricultura familiar ao longo do tempo, percebe-se que os agricultores precisam recorrer a diversas estratégias que possibilitem a sua reprodução social. Foram identificadas algumas delas nesta pesquisa: tendo o número de membros das famílias reduzidos, o trabalho voluntário de amigos e visitantes nas propriedades podem ajudar nas tarefas rotineiras. A proposta de colhe e pague também aparece como uma alternativa para a redução de trabalhadores.

As informações apresentadas neste trabalho não pretendem esgotar o tema, mas podem servir de aporte para futuros estudos e também contribuir para a formulação de estratégias de desenvolvimento local, adequadas às necessidades e realidades dos agricultores e agricultoras familiares de Morro Redondo-RS.

AGRADECIMENTOS

Aos agricultores que contribuíram para a realização deste trabalho. À EMBRAPA pelo apoio e suporte na condução do trabalho.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Joaquim Anécio; RIEDL, Mário. (org.). **Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento**. Bauru: EDUSC, 2000. 264 p. (Coleção Turis)

ANJOS, Flávio Sacco dos. Pluriatividade e desenvolvimento rural no sul do Brasil.

Cadernos de Ciência & Tecnologia, v. 20, n. 1, p. 11-44, 2003. Disponível em: https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/AI-SEDE/24557/1/v20n1_11.pdf



BARBOSA, Rômulo Soares. Direitos sociais dos trabalhadores rurais no Brasil: a previdência social em questão. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 12., 2005, Belo Horizonte. **Anais [...]** Belo Horizonte, 2005. 26 p.

BOMBARDI, Larissa Mies. **Geografia do uso de agrotóxicos no Brasil e conexões com a União Europeia**. São Paulo: FFLCH-USP, 2017. 296 p. Disponível em: <https://conexaoagua.mpf.mp.br/arquivos/agrotoxicos/05-larissa-bombardi-atlas-agrotoxico-2017.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2022.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS. DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA. **A fitoterapia no SUS e o Programa de Pesquisa de Plantas Medicinais da Central de Medicamentos**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 148 p. (Série B. Textos Básicos de Saúde). Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/fitoterapia_no_sus.pdf. Acesso em: 27 jan. 2024.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE. DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO BÁSICA. **Práticas integrativas e complementares: plantas medicinais e fitoterapia na Atenção Básica**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. 156 p. il. (Série A. Normas e Manuais Técnicos) (Cadernos de Atenção Básica; n. 31). Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/praticas_integrativas_complementares_plantas_medicinais_cab31.pdf. Acesso em: 27 jan. 2024.

BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Estudos Feministas**, v. 12, n. 1, p. 205-22, 2004. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2004000100011>

CARMO, Mayara Santiago do. **O potencial dos quintais produtivos numa comunidade quilombola no território do recôncavo da Bahia**. 2018. 72 f. Trabalho de conclusão de curso (Tecnologia em Agroecologia) - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cruz das Almas, 2018. Disponível em: <https://docplayer.com.br/205715006->



O-potencial-dos-quintais-produtivos-numa-comunidade-quilombola-no-territorio-do-reconcavo-da-bahia.html. Acesso em: 12 ago. 2022.

CINTRA, Anael Pinheiro de Ulhôa; BAZOTTI, Angelita. População rural, agricultura familiar e transmissão do saber na região sul. **Caderno IPARDES**, v. 2, n. 1, p. 80-94, 2012. Disponível em: https://ipardes.emnuvens.com.br/cadernoipardes/user/setLocale/pt_BR?source=%2Fcadernoipardes%2Farticle%2Fview%2F485

COSTA, Maria Regina Caetano. **Agricultura familiar e sucessão hereditária: estudo de caso no município de Morro Redondo-RS**. 2006. 124 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Agronomia, Universidade Federal de Pelotas, 2006. Disponível em: <http://guaiaca.ufpel.edu.br:8080/handle/prefix/4858>. Acesso em: 12 ago. 2022.

CULTRERA, Mirella. **Estudo etnobotânico de plantas alimentares cultivadas por moradores da periferia de Santo Antônio de Leverger**. 2008. 110 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Ciências Agronômicas, Universidade Estadual Paulista, 2008. Disponível em: <https://www.livrosgratis.com.br/ler-livro-online-32954/estudo-etnobotanico-de-plantas-alimentares-cultivadas-por-moradores-da-periferia-de-santo-antonio-de-leverger-mt>. Acesso em: 12 de ago. de 2022.

DOURADO, Guilherme Mazza. Vegetação e quintais da casa brasileira. **Paisagem Ambiente: ensaios**, n. 19, p. 83-102, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2359-5361.v0i19p83-101>

EMBRAPA CLIMA TEMPERADO. **Quintais orgânicos de frutas**. s.d. Disponível em: <https://transforma.fbb.org.br/tecnologia-social/quintais-organicos-de-frutas>. Acesso em: 18 jul. 2020.

FERNANDES, Rôner de Souza; SILVA, Alessandra Maria da; FALCÃO, Rayane Pagung. A pluriatividade como fator de geração de renda para a agricultura familiar de córrego primavera, rio bananal, Espírito Santo, Brasil. **Extensão Rural**, v.



25, n. 2, p. 52-72, 2018. Disponível: <https://biblioteca.incaper.es.gov.br/digital/bitstream/123456789/3588/1/pluriatividadecomofatordegeracaoderenda-alessandra.pdf>

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo_C1_como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf. Acesso em: 12 ago. 2022.

GONÇALVES, Flávio de Oliveira; ROLIM, Maria de Fátima Sobreira; ROSA, Thiago Mendes. **Motivações para o consumo de alimentos orgânicos - Possibilidades do Distrito Federal**. Brasília: Companhia de Planejamento do Distrito Federal – Codeplan, 2016. 20 p. Disponível em: https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/images/agencia_brasilia/2016/Marco/estudo-motivacoes-para-consumo-de-alimentos-organicos.pdf. Acesso em: 27 jan. 2024.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Área territorial brasileira 2020**. Rio de Janeiro: IBGE. 2021a. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rs/morro-redondo.html>. Acesso em: 20 out. 2021.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário de 2017**. 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/morroredondo/pesquisa/24/76693>. Acesso em: 20 out. 2021.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. DIRETORIA DE PESQUISAS. COORDENAÇÃO DE POPULAÇÃO E INDICADORES SOCIAIS. **Estimativas da população residente com data de referência 1o de julho de 2020**. 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rs/morro-redondo.html>. Acesso em: 20 out. 2021.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Salário médio mensal dos trabalhadores formais: IBGE, Cadastro Central de Empresas 2019**. Rio de Janeiro: IBGE. 2021b. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/morro-redondo/panorama>. Acesso em: 20 out. 2021.



LIMA, Sandra Kitakawa; GALIZA, Marcelo; VALADARES, Alexandre; ALVES, Fabio. **Produção e consumo de produtos orgânicos no mundo e no Brasil**. Texto para discussão/Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2020. 44 p. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9678/1/TD_2538.pdf. Acesso em: 27 jan. 2024.

MARAFON, Gláucio José. Agricultura familiar, pluriatividade e turismo rural: reflexões a partir do território fluminense. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, v. 1, n. 1, p. 17-60, 2006. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11776/6891>

OBSERVATÓRIO DA PROBLEMÁTICA DA SECA E DA COVID-19 NA AGRICULTURA FAMILIAR DA REGIÃO SUL DO RIO GRANDE DO SUL. Informe no 01. 2020. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/dcsa/observatorio-do-dcsa/informes/informe-no-01/>. Acesso em: 14 ago. 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS. **Plantas medicinais – cartilha**. Campinas, 2018. 52p. Disponível em: https://saude.campinas.sp.gov.br/assist_farmaceutica/Cartilha_Plantas_Medicinais_Campinas.pdf. Acesso em: 27 jan. 2024.

RIO GRANDE DO SUL. SECRETARIA DA SAÚDE. DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO PRIMÁRIA E POLÍTICAS DE SAÚDE, DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA. POLÍTICA INTERSETORIAL DE PLANTAS MEDICINAIS E FITOTERÁPICOS DO RIO GRANDE DO SUL. **Cartilha das plantas medicinais da Política Intersectorial de Plantas Medicinais e Fitoterápicos do Rio Grande do Sul: Projeto APLPMFITO/RS**. Porto Alegre : ESP/SES/RS, 2021. 16 p. il. Disponível em: <https://saude.rs.gov.br/upload/arquivos/202112/23154715-cartilha-das-pm-da-pipmf-projeto-aplpmfito-rs-2021.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2024.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2021. 392 p. (Coleção Milton Santos)



SPANEVELLO, Rosani Marisa; DOEGE, Ana Maria Nunes; DREBES, Laila Mayara; LAGO, Adriano. Mulheres rurais e atividades não agrícolas no âmbito da agricultura familiar. **Desenvolvimento em Questão**, n. 48, 250-265, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.21527/2237-6453.2019.48.250-265>

TAVARES, Selma Aparecida; BARBOSA, Maria do Carmo dos Santos; CAMPOS, Carlos Alberto Camargo; LUCENA, Ailton Guilherme de. **Plantas medicinais**. Brasília, DF: EMATER-DF, 2015. 50 p. il. Disponível em: https://www.emater.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/06/cartilha_plantas_medicinais_menor.pdf. Acesso em: 27 jan. 2024.

TEIXEIRA, Andressa Ramos; SOUZA, Marcelino. A valorização da ruralidade a partir do turismo: roteiro turístico caminhos rurais, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. **Turismo & Sociedade**, v. 5, n. 1, p. 231-251, 2012. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/tes.v5i1.25253>





Agricultura Familiar:

Pesquisa, Formação e Desenvolvimento

RAF. v.17, nº 01 e 02 / jan-dez 2023, ISSN 1414-0810 / E-ISSN 2675-7710

PRODUÇÃO E QUALIDADE DE FEIJÕES CULTIVADOS NO ALTO JURUÁ

PRODUCTION AND QUALITY OF BEANS GROWN IN ALTO JURUÁ

Guiomar Almeida Sousa, Doutora, IFAC, guiomar.sousa@ifac.edu.br

Amauri Siviero, Doutor, UFAC, amauri.siviero@embrapa.br

Emanuele Elisa Hernandez, Mestra, UTFPR, emanuele.hernandes@ifac.edu.br

Priscila Zaczuk Bassinello, Doutora, Embrapa, priscila.bassinello@embrapa.br

Mauro César Celaro Teixeira, Doutor, Embrapa, mauro.teixeira@embrapa.br

Eduardo Pacca Luna Mattar, Doutor, UFAC, eduardo.mattar@ufac.br

Altemir da Silva Braga, Doutor, UFAC, altemir.braga@ufac.br

Resumo

O objetivo deste trabalho foi avaliar aspectos da produção e qualidade de feijões cultivados na região do alto Juruá, Acre. Nesta pesquisa foram analisados os sistemas de produção e a qualidade nutricional de seis variedades de feijão comum (*Phaseolus vulgaris*) e oito de feijão caupi (*Vigna unguiculata*) coletadas na região. As entrevistas de campo foram realizadas analisando as variedades, calendário agrícola, mão de obra, uso de tecnologia e comercialização de grãos. Foram analisadas as variáveis: biometria do grão, umidade, proteína, lipídios, cinzas, fibra bruta e antocianinas. A produção de feijões no alto Juruá é tipicamente familiar com venda do excedente para o mercado. O feijoeiro comum é cultivado em terra firme no sistema abafado e o feijão caupi nas várzeas. Existe alta variabilidade genética entre os feijões avaliados para características nutricionais, revelando material genético rico em proteínas e antocianinas.

Palavras-chave

Composição centesimal. *Phaseolus vulgaris*. *Vigna unguiculata*. Amazônia.

Abstract

The objective of this study was to evaluate aspects of production and quality of beans grown in the Alto Juruá region, Acre. In this research, the production systems and nutritional quality of six varieties of common bean (*Phaseolus vulgaris*) and eight of cowpea species (*Vigna unguiculata*) collected in the region were analyzed. Field interviews were conducted analyzing varieties, the agricultural calendar, labor, use of technology, and marketing of grain. The following variables were analyzed: biometry, moisture, protein, lipids, ash and crude fiber. Bean production on the Alto Juruá is typically familiar with selling the surplus to the market. Common bean is grown on dry land in the muffled system and cowpea in the floodplains. High genetic variability was observed among the evaluated beans for nutritional characteristics, revealing genetic material rich in proteins and anthocyanins.

Keywords

Proximal composition. *Phaseolus vulgaris*. *Vigna unguiculata*. Amazon.

INTRODUÇÃO

A Amazônia brasileira, famosa pela sua biodiversidade, traz consigo o encanto dos tamanhos, cores e formas das variedades de espécies alimentares como o feijão comum (*Phaseolus vulgaris*) e o feijão de corda ou caupi (*Vigna unguiculata*). O feijão é fundamental como alimento para todo povo brasileiro como fonte de proteínas, vitaminas e carboidratos importantes para a dieta e assumindo importância ainda maior para os habitantes das regiões norte e nordeste onde ocorrem populações vulneráveis nutricionalmente (Filgueiras *et al.*, 2009).

O vale do rio Juruá se destaca como importante centro de conservação e diversidade de variedades de feijoeiro comum e caupi na Amazônia. O Acre apresenta alta diversidade de variedades feijões crioulos considerando o feijoeiro comum e o feijão caupi. As variedades de feijões no Acre estão distribuídas por todo estado, no entanto a maior riqueza de variedades e de sistemas de produção está concentrada na região do Alto Juruá. Este fato é fruto do isolamento geográfico e da heterogeneidade de agricultores familiares tradicionais e indígenas locais. Na região do Alto Juruá foram relatadas 38 variedades de feijões (Mattar *et al.* 2017; Sousa *et al.*, 2021).

Diversos estudos têm sido publicados sobre os sistemas de cultivo e da riqueza de variedades de feijões relevando ser a região do alto Juruá um importante centro de diversidade e conservação *on farm* de variedades de feijões da Amazônia e de sistemas de produção peculiares (Lima *et al.*, 2014a; Mattar *et al.*, 2016; Siviero *et al.*, 2017a; Sousa *et al.*, 2021).

Lima *et al.* (2014) destacaram a importância nutricional dos feijões crioulos do Juruá para as comunidades amazônicas, sendo uma rica fonte de proteína vegetal e de carboidrato de baixo custo, pobre em gorduras e acessível ao cultivo na propriedade.

As antocianinas são compostos orgânicos de cores variadas que vão do vermelho ao azul utilizados como corantes naturais. As antocianinas apresentam também atividades como antioxidantes e sequestrantes de radicais livres associadas à prevenção de doenças degenerativas devido ao estresse oxidativo como doenças cardíacas, câncer e Alzheimer (Harborne; Grayer, 1988). A concentração deste flavonoide em feijão varia conforme as condições de crescimento e colheita das plantas e seus frutos podendo ocorrer nos grãos em concentrações que variam de 10 a 10.000 μg^{-1} (Chiaradia *et al.*, 2000).

Os feijões crioulos cultivados localmente têm sido valorizados não somente



pelas suas propriedades nutricionais e nutracêuticas. Araújo e Kubo (2017) relataram a importância da segurança alimentar e da geração de renda para as populações tradicionais e indígenas no Acre descrevendo o sucesso do processo de comercialização de feijões produzidos pela comunidade indígena Ashaninka do Alto Rio Envira junto ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

A literatura é ainda escassa em informações sobre sistemas alternativos de produção e aspectos nutricionais dos feijões cultivados pelos agricultores familiares ao longo do rio Juruá. Desta forma, o objetivo deste trabalho foi analisar aspectos da produção e da qualidade nutricional de variedades de feijão comum (*Phaseolus vulgaris*) e de feijão caupi (*Vigna unguiculata*) cultivadas na região do Alto Juruá, Acre.

METODOLOGIA

A realização desta pesquisa foi possível após a obtenção do consentimento prévio dos agricultores familiares locais para realização das entrevistas e autorização do órgão competente que regulamenta o acesso ao Patrimônio Genético através do cadastro ABDC504 realizado junto ao Sistema Nacional de Gestão do Patrimônio Genético e do Conhecimento Tradicional Associado – SisGen.

A pesquisa de campo que visou entender os sistemas de produção de feijões na região e as variedades de feijões foi realizada entre 2020 e 2021 através de expedições científicas realizadas aos locais de cultivo de feijões localizados dentro e no entorno do Parque Nacional da Serra do Divisor (PNSD) e da Reserva Extrativista Alto Juruá (REAJ). As visitas técnicas foram realizadas junto aos agricultores familiares moradores das margens do rio Juruá e os seus principais afluentes como, Breu, Tejo e Amônia situados no município de Marechal Thaumaturgo.

As entrevistas de campo foram do tipo semiestruturadas, utilizando-se um questionário com perguntas direcionadas aos responsáveis pela produção de feijões selecionados previamente por técnicos da Cooperativa Sonhos de Todos – Coopersonhos que agrega agricultores familiares locais. Os temas das perguntas envolveram questões como: gênero, variedades cultivadas, origem da semente, área de cultivo, calendário agrícola, tratos culturais, fitossanidade, produtividade, colheita, secagem, beneficiamento, armazenamento e comercialização. Foram entrevistados 14 agricultores familiares, com idade entre 25 e 65 anos envolvidos diretamente nas atividades da cadeia produtiva de



feijões na região.

Os estudos sobre a qualidade nutricional dos feijões foram realizados com seis variedades de *P. vulgaris*: Peruano Amarelo, Gurgutuba Vermelho e Gurgutuba Branco; Peruano Vermelho, Enxofre e Preto de Arranque (Figura 01) e oito variedades de caupi *V. unguiculata*: Quarentão, Manteiguinha Roxo, Manteiguinha Branco, Corujinha Vermelho, Corujinha Preto, Arigozinho, Preto de Praia e Costela de Vaca (Figura 02).

Figura 1 - Aspecto das variedades de feijoeiro comum (*P. vulgaris*) coletados no Alto Juruá, Acre, 2022.



Fonte: Autores, 2021

Figura 2 - Aspecto das variedades de feijão caupi (*V. unguiculata*) coletados no Alto Juruá, Acre, 2022



Fonte: Autores, 2021

Amostras de um quilograma de cada variedade de feijão recém-colhido foram identificadas, acondicionadas em sacos de polietileno, transportadas e mantidas em Rio Branco/AC visando realização das análises em laboratório. As amostras dos grãos das 14 variedades de feijões foram adquiridas diretamente dos agricultores entre setembro de 2020 e outubro de 2021.

Para as análises dos feijões inicialmente foi realizada a determinação da umidade dos grãos registrando-se em seguida dados biométricos dos grãos de feijões como: comprimento, largura, espessura em paquímetro digital com precisão de 0,001mm. A massa de 100 grãos foi determinada em balança analítica. A umidade dos grãos foi quantificada por secagem direta em estufa a 105 °C sendo expressa em porcentagem. As medidas biométricas, massa de 100 grãos e a umidade das amostras seguiram a metodologia descrita no manual da RAS - Regras de Análise de Sementes (BRASIL, 2009).

As análises de composição centesimal dos grãos de feijão como: teor de proteína, fibra bruta, extrato etéreo, carboidratos e cinzas foram realizadas no Laboratório de Bromatologia da Embrapa Acre. As análises de lipídios das amostras foram realizadas no Laboratório de físico-química da Unidade de Tecnologia de Alimentos pertencente à Universidade Federal do Acre – Ufal/Ufac. Para a realização das análises químicas, amostras das variedades foram trituradas em moinho de facas tipo Willey, modelo SL-31, com peneira de 20 *mesh* acoplada ao equipamento com abertura de 0,841 mm.

A quantificação de proteínas foi realizada pelo método de Kjeldahl (fator de conversão 6,25). A análise do extrato etéreo foi realizada através do método de extração direta em Soxhlet. A quantidade de cinzas foi obtida após a incineração dos resíduos em mufla a 600°C. As análises físico-químicas foram realizadas de acordo com as normas analíticas do Instituto Adolfo Lutz (2008), com resultados expressos em g.100g⁻¹. Todos os resultados foram corrigidos com base na matéria seca à 105 °C.

A quantificação de fibra bruta foi detectada de acordo com AOCS Approved Procedure Ba 6^a e os resultados expressos em g.100g⁻¹ (AOCS, 2004), com resultado expresso em g.100g⁻¹. Os teores de carboidratos das amostras foram calculados por diferença, por meio da fórmula: carboidratos = 100 – (umidade + proteína + cinzas + lipídios). Todas as análises laboratoriais foram realizadas em triplicata visando o tratamento estatístico dos resultados. O valor energético, expresso em Kcal.g⁻¹, foi obtido



pela multiplicação dos valores de carboidratos por 4,0, proteínas por 4,0 e dos lipídios por 9,0 de acordo os coeficientes de Atwater descritos em Watt; Merrill (1963).

As análises dos teores de antocianinas totais das amostras de feijões foram realizadas no Laboratório de Grãos e Subprodutos da Embrapa Arroz e Feijão. A metodologia empregada na determinação dos teores de antocianinas em grãos foi aquela descrita por Abdel-Aal *et al.* (2006). O delineamento dos experimentos em laboratório foi inteiramente casualizado constando de 14 variedades e três repetições. Os dados foram tratados por meio do programa operacional Rstudio 4,05, sendo aplicado análise de variância e teste de F. Para verificação da significância entre as médias foi aplicado o Teste de Tukey ($P < 0,05$).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com os as entrevistas realizadas, o perfil dos agricultores familiares que cultivam feijões em Marechal Thaumaturgo, Acre é composto por pessoas de ambos os sexos com 22 a 58 anos de idade, baixa escolaridade e moram na área há mais de 15 anos em média. As operações de abertura de áreas em terra firme e plantio nas várzeas são geralmente feitas por homens. As tarefas de capinas e sucessivas colheitas, notadamente, do caupi plantado nas várzeas é realizado por homens, mulheres e crianças.

Foram identificados dois sistemas locais de produção de feijões. O primeiro denominado de abafado é aquele onde se utilizam apenas variedades do feijoeiro comum (*P. vulgaris*) do tipo quatro, composto por plantas de crescimento indeterminado e trepador. Neste sistema a planta continua produzindo vagens e folhas por um longo período. O sistema abafado ocorre exclusivamente na terra firme usando o feijoeiro comum. As plantas de feijão crescem apoiando-se nas estacas deixadas propositalmente em áreas de mata secundária.

A época do plantio de feijoeiro comum inicia-se no mês de março, abril até maio dependendo do regime de chuvas. A colheita tem início nos meses de julho e agosto. O plantio dos grãos é feito a lanço em área de capoeira com três anos de pousio. A vegetação é parcialmente derrubada preservando-se estacas para o tutoramento das plantas de feijão. Neste sistema são gastos até 35 kg de sementes por hectare em média.

A cobertura morta do solo evita o crescimento de ervas daninhas e conserva a umidade do solo. No entanto o objetivo maior desta prática agrícola adotada na região



é evitar respingos de água do solo na tentativa de isolar esporos de *Thanatephorus cucumeris*, fungo causador da mela do feijoeiro, a mais destrutiva doença da cultura na Amazônia (Siviero *et al.*, 2017b).

O segundo sistema de cultivo de feijão adotado pelos agricultores na região é denominado cultivo de feijão de praia sendo mais adaptado a produção de variedades de caupi (*V. unguiculata*). Cada agricultor semeia pelo menos duas variedades do feijoeiro comum e quatro tipos de feijão caupi na praia. Todos os entrevistados cultivam pelo menos dois tipos de feijão em áreas de até 1,0 ha em cada ambiente.

Para feijão caupi, o plantio acontece normalmente entre maio e junho quando os rios estão com suas águas baixando, e a colheita se inicia em agosto podendo se estender até outubro, quando acaba a estação seca e o rio volta a subir novamente. O feijoeiro caupi é semeado nas praias e barrancos dos rios em covas que são abertas com auxílio de enxadas ou matraca em pequenas áreas, aproveitando-se a fertilidade dos solos pelos nutrientes depositados pelas cheias na época chuvosa.

A colheita é feita semanalmente operando-se até 15 colheitas durante o ciclo de vida da planta. A rusticidade, facilidade no cultivo e a produtividade do feijão caupi faz com que os agricultores tenham elevado as áreas de cultivo. Todos os tratos culturais na produção, colheita e secagem dos grãos de ambos os feijões são realizados manualmente sem uso de maquinário pesado desde a abertura de covas até a operação de secagem ao sol em terreiros próximos as residências.

As sementes utilizadas para o plantio em terra firme e na várzea são mantidas e trocadas entre os agricultores locais, sendo a troca de variedades uma prática agroecológica comum entre os produtores de feijão. Essa rede de troca de sementes entre os agricultores observada no local contribui para a conservação genética das variedades e da manutenção da agrobiodiversidade local dos feijões.

Após a secagem natural ao sol, os grãos de feijões das duas espécies são embalados em sacos plásticos e envolvidos com outra embalagem de rafia com capacidade de 50 kg. Na unidade de armazenamento da Coopersonhos, os grãos são acondicionados em recipientes plásticos com capacidade de 200 kg. As garrafas plásticas com capacidade de armazenar dois litros são usadas para guardar as sementes que serão destinadas ao próximo plantio ou grãos para o consumo das famílias.

A comercialização da produção de feijões na região se dá por escambo, cooperativa,



intermediários, mercados locais ou pela venda direta ao consumidor junto a feira de produtos agropecuários no município de Marechal Thaumaturgo. O preço de venda da produção de feijões é altamente variável a cada safra e depende do volume e qualidade do produto ofertado. Nos últimos anos, o preço pago ao agricultor pelo quilo de feijão variou de R \$ 3,00 a R \$ 5,00, o que nem sempre remunera o custo de produção.

Biometria dos grãos e qualidade nutricional dos feijões do Juruá: Os resultados do estudo da biometria dos grãos de feijões quantificando largura, comprimento, umidade e a massa de 100 grãos e a umidade dos grãos estão demonstrados na Tabela 1.

Tabela 1 - Biometria, cor, umidade e massa de 100 grãos de seis variedades do feijoeiro comum e oito de feijão caupi cultivados em Marechal Thaumaturgo, Acre.

Variedades	Cor	Umidade (%)	*M 100 grãos (g.)	Comprimento (mm)	Largura (mm)	Espessura (mm)
<i>Phaseolus vulgaris</i>						
Peruano Amarelo	Amarelo	11,58 ^a *	29,68	10,13±0,80	6,40±0,55	5,46±0,69
Gurgutuba Vermelho	Vermelho	10,43 ^b	44,91	14,45±0,98	7,13±0,41	5,29±0,47
Gurgutuba Branco	Branco	11,53 ^a	49,83	14,92±1,12	7,45±0,45	5,56±0,56
Peruano Vermelho	Vermelho	11,74 ^a	32,34	11,19±0,93	7,04±0,39	5,77±0,41
Enxofre	Amarelo	9,45 ^b	24,84	11,35±0,74	6,25±0,33	4,75±0,39
Preto de Arranque	Preto	9,85 ^b	20,89	9,69±0,62	6,19±0,35	4,53±0,33
<i>Vigna unguiculata</i>						
Manteiguinha Branco	Branco	13,01 ^a	7,39	5,84±0,33	4,55±0,26	4,39±0,21
Manteiguinha Roxo	Roxo	10,94 ^c	10,74	6,40±0,56	5,51±0,34	5,42±0,26
Quarentão	Branco	11,28 ^{bc}	30,05	11,09±0,73	7,52±0,43	4,79±0,35
Arigozinho	Roxo	8,74 ^d	15,27	8,30±0,71	6,23±0,49	4,92±0,41
Corujinha Vermelho	Vermelho BICOLOR	11,56 ^{bc}	13,63	7,82±0,40	5,97±0,30	5,27±0,26
Corujinha Preto	Preto bicolor	11,85 ^b	18,41	8,48±0,51	6,32±0,25	4,93±0,25
Preto de Praia	Preto	11,77 ^b	13,43	6,91±0,86	6,19±0,44	5,14±0,34



Costela de Vaca	Branco	11,96 ^b	17,87	8,60±0,72	6,37±0,41	4,39±0,30
-----------------	--------	--------------------	-------	-----------	-----------	-----------

*M 100 = massa de 100 grãos em gramas. * Letras minúsculas diferentes nas colunas indicam diferença estatística pelo teste de Tukey (P<0,05).

De acordo com os resultados da Tabela 01, verificou-se que para umidade o maior valor encontrado para variedades da espécie *P. vulgaris* foi de 11,74% (Peruano vermelho) e não se diferenciando das demais como variedades Peruano Amarelo e Gurgutuba vermelho. Os menores valores médios de umidade foram detectados nas variedades Gurgutuba vermelho (10,43%), Preto de Arranque (9,85%) e Enxofre (9,45%).

No caso do feijão caupi, o maior valor de umidade foi 13,01% para a variedade Manteiguinha Branco diferindo dos demais resultados. O menor quantitativo encontrado foi de 8,74% na variedade Arigozinho. De acordo com as Regras para Análise de Sementes, o percentual recomendado para armazenamento deve estar entre 11 e 13% visando reduzir o processo respiratório garantindo a qualidade dos grãos. O registro da umidade dos grãos é condição necessária para o trabalho de biometria pois grãos mais úmidos apresentam medidas e massa maiores.

As avaliações da massa de 100 grãos em grãos de feijoeiro comum revelaram valores variando de 20,89 g para a variedade Preto de Arranque e 49,83 g para a Gurgutuba Branco (Tabela 01). Siviero *et al.* (2017a) reportaram valores de massa de 100 grãos para as variedades de feijoeiro comum: Gurgutuba Branco (58,90 g) e Gurgutuba Vermelho (47,34 g) coletados em mercado público. Nesta pesquisa verificaram-se inconsistências na massa de 100 grãos para as variedades Gurgutuba Branco e Gurgutuba vermelho quando comparadas aos resultados obtidos por Siviero *et al.* (2017a), fato que pode ser atribuído à maior percentagem de quantidade de umidade dos grãos.

As medidas da massa de 100 grãos para variedades de caupi demonstradas na Tabela 01 variaram entre 7,39 g para a variedade Manteiguinha Branco e 30,05 g para a Quarentão. Siviero *et al.* (2017a) reportaram valores de massa de 100 sementes em feijão caupi variando de 6,96 g para a variedade Manteiguinha Branco a 33,75 g para o feijoeiro Quarentão, com valores de umidade entre 12,0% e 13,6% próximos aqueles desta pesquisa.

Os resultados dos ensaios biométricos demonstram que os grãos das variedades de feijoeiro comum Gurgutuba Branco e Gurgutuba vermelho apresentaram maiores valores



em comprimento, largura e espessura dos grãos. As demais variedades apresentaram dimensões menores, no entanto os resultados obtidos para a variedade Preto de Arranque foram os menores deste grupo (Tabela 01).

Siviero *et al.* (2017) revelaram valores de $15,67 \pm 0,21$, $8,18 \pm 0,08$ e $6,25 \pm 0,08$ para comprimento, altura e largura para grãos do feijão Gurgutuba Vermelho respectivamente, valores maiores para a mesma variedade neste estudo. Outras variedades tiveram resultados semelhantes como a Peruano amarelo, cujos valores encontrados para as três medidas foram, respectivamente: $10,89 \pm 0,11$, $6,66 \pm 0,06$ e $6,13 \pm 0,06$, valores similares aos do presente estudo.

Os resultados das análises das proteínas, lipídios, cinzas, fibras, carboidratos, valor energético e teores de antocianina dos grãos das variedades de feijões coletados no Alto Juruá, safra 2020/2021, estão demonstrados na Tabela 02.

Tabela 2 - Resultados das análises físico-químicas das variedades de feijões comum e caupi cultivados no Alto Juruá, Acre, safra 2020/2021. Valores em g.100g⁻¹

Variedades	Proteínas	Lípidios	Cinzas	Fibras	Carboi- dratos	** VE	Antocianinas
<i>Phaseolus vulgaris</i>							
Peruano Amarelo	23,04 ^{b*}	1,67 ^a	3,78 ^b	3,75 ^a	59,69 ^c	346,91 ^b	5,19 ^d
Gurgutuba Vermelho	23,29 ^b	1,26 ^b	4,28 ^a	3,64 ^a	60,74 ^{bc}	347,50 ^b	36,69 ^b
Gurgutuba Branco	26,45 ^a	1,52 ^a	3,79 ^b	4,31 ^a	56,44 ^d	346,32 ^b	3,55 ^d
Peruano Vermelho	24,93 ^a	1,60 ^a	4,13 ^{ab}	3,71 ^a	57,35 ^d	344,50 ^b	10,48 ^c
Enxofre	23,02 ^b	1,30 ^b	3,87 ^b	3,20 ^a	62,35 ^{ab}	353,25 ^a	1,44 ^d
Preto de Arranque	20,18 ^c	1,58 ^a	3,83 ^b	3,27 ^a	64,56 ^a	353,17 ^a	420,35 ^a
<i>Vigna unguiculata</i>							
Manteiguinha Branco	27,82 ^a	1,71 ^a	3,43 ^{abc}	5,76 ^a	53,76 ^f	342,83 ^d	5,26 ^c
Manteiguinha Roxo	24,58 ^d	1,33 ^c	3,62 ^{ab}	5,19 ^a	59,29 ^b	348,40 ^{bc}	8,51 ^c
Quarentão	24,91 ^d	1,62 ^{ab}	3,20 ^c	3,49 ^a	58,74 ^{bc}	350,16 ^b	0,00 ^c
Arigozinho	24,93 ^d	1,55 ^{ab}	3,68 ^{ab}	3,84 ^a	61,09 ^a	358,08 ^a	29,00 ^c

Corujinha Vermelho	26,45 ^{bc}	1,49 ^{bc}	3,62 ^{ab}	5,02 ^a	56,62 ^{de}	346,73 ^{bc}	15,37 ^c
Corujinha Preto	27,13 ^{ab}	1,64 ^{ab}	3,35 ^{bc}	4,50 ^a	55,76 ^c	347,42 ^{bc}	246,10 ^b
Preto de Praia	25,49 ^{cd}	1,51 ^{bc}	3,38 ^{abc}	4,43 ^a	57,60 ^{cd}	346,96 ^{bc}	1173,18 ^a
Costela de Vaca	25,04 ^{de}	1,60 ^{ab}	3,72 ^a	4,45 ^a	57,42 ^{cd}	345,27 ^{cd}	0,00 ^c

* Letras minúsculas diferentes nas colunas indicam diferença estatística pelo teste de Tukey ($P < 0,05$). ** Valor energético expresso em Kcal.g⁻¹. *** valores em µg.g⁻¹.

Analisando os resultados de proteínas na Tabela 02, observa-se que os feijoeiros comuns e caupi se diferenciam entre si. As maiores médias encontradas foram 26,45 g.100g⁻¹ para a variedade de feijão comum Gurgutuba Branco e 24,93 g.100g⁻¹ para o feijão Peruano Vermelho. As demais variedades se posicionaram abaixo destes valores.

Os valores encontrados são considerados altos para todas as variedades de feijão quando comparados com dados da Tabela de Composição Brasileira de Alimentos – TACO que sugere um valor padrão de proteína em 20,00 g.100g⁻¹ para o feijão carioca e 21,30 para o feijão preto (Taco, 2011).

Em estudo realizado por Gomes *et al.* (2012) envolvendo as proteínas dos feijões do Juruá foram relatados valores proteicos de 25,22 g.100g⁻¹ e 24,21 g.100g⁻¹ para as variedades Gurgutuba Branco e Peruano Vermelho, respectivamente. Lima *et al.* (2014), trabalhando com feijões do Juruá, encontraram um valor proteico de 18,02 g.100g⁻¹ para a variedade Preto de Arranque, valor abaixo daquele detectado nesta pesquisa. Santalla *et al.* (2004) esclarecem que grãos de feijões crioulos podem ser altamente proteicos chegando até 35,20 g.100g⁻¹ de proteínas, enquanto feijões comerciais podem atingir 28,7 g.100g⁻¹ (Sathe, 2002).

Para variedades de feijão caupi foram encontrados valores altos. As variedades Manteiguinha Branco e Corujinha Preto apresentaram 27,82 g.100g⁻¹ e 27,13 g.100g⁻¹ de Gomes *et al.* (2012) analisaram os teores de proteínas em feijões crioulos coletados em mercados de Cruzeiro de Sul detectando valor de 23,12 g.100g⁻¹ de proteína na variedade Manteiguinha Branco, valor sensivelmente abaixo daquele detectado nesta pesquisa. Anjos *et al.* (2016) encontraram valores de 28,52 g.100g⁻¹. Soares Júnior *et al.* (2012) encontraram de 16,23 a 22,14 g.100g⁻¹ desse nutriente em variedades de feijão crioulo



orgânico cultivado em Goiânia-GO.

Lima *et al.* (2014), pesquisando feijões do Juruá coletados em mercado público, relataram um valor proteico de 22,65 g.100g⁻¹ para a variedade Corujinha Preto, resultado inferior ao encontrado na presente pesquisa. As inconsistências ocorridas entre dados de pesquisas distintas do mesmo genótipo podem estar associadas à origem, época de colheita e idade das amostras.

Os valores de proteína para as oito variedades de *Vigna unguiculata* testadas nesta pesquisa são considerados altos para o feijão caupi, quando comparado o valor médio 20,20 g.100g⁻¹ para variedades de caupi previsto na Tabela de Composição Brasileira de Alimentos (Taco, 2011). Lima *et al.* (2014) encontraram valores de 21,56 g.100g⁻¹ e 21,38 g.100g⁻¹ para as variedades Manteiguinha Roxo e Arigozinho, respectivamente, em amostras de feijão caupi coletadas em mercados.

A diferença para maior nos teores de proteínas nos feijões crioulos do Alto Juruá pode ser explicada em parte como resultado de um cultivo realizado em solos férteis com muito material orgânico resultante da decomposição das florestas no sistema abafado e da deposição de sedimentos das águas nas áreas de várzeas conforme sugerem de Jesus *et al.* (2017).

Analisando os resultados das análises de lipídios demonstrados na Tabela 2 observa-se que as variedades dos feijoeiros comum e caupi se diferenciam entre si e dentro dos dois grupos para esta variável. Os maiores resultados das análises de lipídios em amostras de grãos de feijão comum desta pesquisa foram: 1,67; 1,60; 1,58 e 1,52 g.100g⁻¹ para as variedades Peruano Amarelo, Peruano Vermelho, Preto de Arranque e Gurgutuba Branco, respectivamente.

Lima *et al.* (2014) estudando a composição centesimal das variedades de feijão comum do Acre nas variedades Peruano Branco, Preto de Arranque, Carioca, Enxofre e Rosinha relataram percentuais de lipídios variando de 1,82 a 2,18 g.100g⁻¹. Gomes *et al.* (2012) pesquisaram teores de lipídios nas variedades de feijão comum Gurgutuba Branco, Gurgutuba Vermelho, Peruano Amarelo e Mudubim de Vara, relatando valores de 1,85 a 2,23 g.100g⁻¹. Soares Júnior *et al.* (2012) encontraram de 2,31 a 3,36 g.100g⁻¹ em feijão comum.

Analisando os teores de lipídios das variedades de feijão caupi estudadas observa-se que o feijão Manteiguinha Branco obteve o maior valor de 1,71 g.100g⁻¹. Os valores de



lipídios auferidos pelas demais variedades igualaram-se estatisticamente entre si. Lima *et al.* (2014) detectaram teores de lipídios nas variedades de feijão caupi do Alto Juruá variando de 1,84 a 2,21 g.100g⁻¹.

O teor de cinzas representa o seu conteúdo de minerais que são importantes para a nutrição humana regulando a atividade de enzimas e mantendo o equilíbrio acidobásico e a pressão osmótica de membranas e manutenção da irritabilidade nervosa e muscular (Mahan; Raymond, 2018). Observando-se os teores de cinzas das amostras de feijões, verificou-se que não houve diferenças significativas entre e dentro dos grupos de feijões pesquisados conforme Tabela 02. Os valores totais variaram entre 3,20 e 4,28 g.100g⁻¹ entre todas as variedades de feijões testados.

Os melhores valores de cinzas de variedades de *P. vulgaris* encontrados nesta pesquisa foram da variedade Gurgutuba Vermelho com 4,28 g.100g⁻¹ igualando-se apenas ao Peruano Vermelho (4,13 g.100g⁻¹). Gomes *et al.* (2012) pesquisaram teores de cinzas em variedades de feijão comum do Juruá revelando valores de 3,18 a 3,98 g.100g⁻¹ de matéria mineral bastante próximos daqueles encontrados nesta pesquisa. A Taco indica que os valores médios para os teores de cinzas ou minerais estejam na faixa entre 3,5 e 3,8 g.100g⁻¹, para feijão carioca e preto, respectivamente (Taco, 2011).

Todas as variedades de feijão caupi apresentaram valores de conteúdo de cinzas semelhantes. Os maiores valores para esta variável foram encontrados nas variedades: Costela de Vaca 3,72 g.100g⁻¹; Arigozinho 3,68 g.100g⁻¹; Corujinha vermelho 3,62 g.100g⁻¹ e Manteiguinha Roxo 3,62 g.100g⁻¹.

Pesquisas em grãos de feijão da variedade de caupi Arigozinho revelaram valor de 2,87 g.100g⁻¹ conforme publicado por Lima *et al.* (2014), valor inferior ao revelado nesta pesquisa (3,68 g.100g⁻¹). Gomes *et al.* (2012) pesquisaram o conteúdo de cinzas ou matéria mineral nas variedades de feijão caupi do alto Juruá revelando valores que vão de 3,18 g.100g⁻¹ a 3,98 g.100g⁻¹, ou seja, corrobora com os resultados desta pesquisa. Oliveira (2018) encontrou em genótipos de feijão caupi, tipo fradinho melhorado, valores de 3,34 a 3,79 g.100g⁻¹. O feijão é considerado fonte de minerais como cálcio, ferro, zinco, dentre outros. A riqueza em minerais dessas variedades pode ser atribuída à forma de cultivo, clima e solo, já que procedem de uma área isolada, com formas de cultivo peculiares àquela região (Mattar *et al.*, 2016).

Para o quantitativo de fibra bruta em feijão comum e caupi, observou-se que as



variedades não se diferenciam umas das outras, apresentando valores entre 3,20 g.100g⁻¹ e 4,31 g.100g⁻¹, para feijão comum e de 3,49 g.100g⁻¹ a 5,76 g.100g⁻¹ para o feijão caupi. Gomes *et al.* (2012) encontraram valores de 5,02 g.100g⁻¹ para o Peruano Amarelo e 5,23 g.100g⁻¹ para Gurgutuba Branco. Lima *et al.* (2014b) evidenciaram teores de 5,13 g.100g⁻¹ para a variedade Preto de Arranque e 4,37 g.100g⁻¹ para o Enxofre, valores maiores que os encontrados neste estudo.

Para variedades de feijão caupi Manteiguinha branco Gomes *et al.* (2012) encontrou 4,85 g.100g⁻¹, valor menor que a atual pesquisa (5,76 g.100g⁻¹), encontrando também para a variedade Quarentão (4,22 g.100g⁻¹) valor aparentemente maior que a atual pesquisa (3,49 g.100g⁻¹). A quantidade de nutrientes de um grão é influenciada pelo local de plantio, clima e solo e podem ser alterados de um ano para o outro como destaca Pereira *et al.* (2011) no seu estudo com diversidade e teor de nutrientes em grãos de feijão crioulo.

Quanto aos valores para carboidratos, a variedade de feijão comum que apresentou maiores teores foi Preto de Arranque com 64,56 g.100g⁻¹. As variedades como Gurgutuba Branco e Peruano Vermelho apresentaram os menores valores, igualando-se entre estatisticamente (Tabela 02), resultados que não levam em consideração o teor de fibras, já que estes Os valores de referência para carboidratos em feijão comum são 61,20 g.100g⁻¹ para o feijão carioca e 58,80 g.100g⁻¹ para o feijão preto (Taco, 2011).

Dentre as variedades de *V. unguiculata* testadas nesta pesquisa, verificou-se que apenas a variedade Arigozinho apresentou o melhor resultado para carboidratos com 61,09 g.100g⁻¹. O valor de referência que consta na Taco (2011) é 61,2 g.100g⁻¹ de carboidratos para o feijão caupi, semelhante ao valor encontrado neste estudo. Valores parecidos são encontrados em variedade também identificada como Costela de Vaca (62,30 g.100g⁻¹) (Pereira *et al.*, 2011).

Para os resultados do valor energético de feijão comum calculados, destacam-se as variedades Enxofre e Preto de Arranque com os maiores valores (353,25 g.100g⁻¹ e 353,17 g.100g⁻¹). O restante das amostras apresentou valores iguais entre si, de acordo com a avaliação estatística. Quanto às variedades de caupi, verifica-se que Arigozinho 358,08 g.100g⁻¹ é a variedade com maior percentual, se diferenciando de todas as outras. A literatura destaca valor energético de 342,17 g.100g⁻¹ para o genótipo de feijão caupi Costela de Vaca (Bezerra *et al.*, 2019).

As antocianinas em variedades de feijão comum tiveram resultados que variaram



entre 3,55 e 420,35 $\mu\text{g.g}^{-1}$, a variedade de maior concentração é o feijão Preto de Arranque com 420,35 $\mu\text{g.g}^{-1}$, como é conhecido, quanto mais escuro é o feijão, maior a quantidade desse pigmento, Lin *et al.* (2008) na pesquisa sobre conteúdo de polifenóis em dez variedades de feijão comum destaca a presença das antocianinas nas variedades de feijão de coloração preto e vermelho. As antocianinas apresentam atividades antioxidantes e sequestrantes de radicais livres associadas à prevenção de doenças degenerativas devido ao estresse oxidativo como doenças cardíacas, câncer e Alzheimer (Harborne; Grayer, 1988).

O feijão caupi obteve resultado mais expressivo para a variedade Preto de Praia, (1.173,18 $\mu\text{g.g}^{-1}$) diferenciando-se de todas as demais. Outra variedade com quantidade significativamente diferente das demais foi a Corujinha Preto (246,10 $\mu\text{g.g}^{-1}$), sendo que outras variedades se igualaram com valores menores, e no caso das variedades de feijão Quarentão e Costela de Vaca, de coloração branca, tiveram quantidades não detectadas do nutriente.

Essa informação corrobora com os resultados da pesquisa de Lin *et al.* (2008) quanto a presença do antioxidante em feijões escuros, porém ressalta a presença de antioxidantes como os ácidos hidroxicinâmicos em todas as variedades de feijão do seu estudo. Esse composto é identificado na literatura como eficiente no combate ao câncer de pulmão (Silva Neta, 2017), além estar associado também a redução percentual de gorduras (Rodrigues, 2016), e ao combate de doenças crônicas (Oliveira, Bastos, 2011).

A concentração de antocianinas no feijão varia conforme as condições de crescimento e colheita das plantas e seus frutos (Chiaradia; Gomes, 1997). Pesquisas com diversos vegetais relataram que as quantidades de antocianinas em espécies variadas estão na faixa de 10 a 10.000 $\mu\text{g.g}^{-1}$, e para sua manutenção no alimento devem ser controlados fatores como a luz, temperatura, oxigênio e pH, pois as antocianinas são instáveis e afetadas por esses fatores (Lopes *et al.* 2007). Ressalta-se que, na atual pesquisa a quantificação das antocianinas foi feita em feijão cru e novos estudos devem ser realizados para verificar a estabilidade após o cozimento das variedades.

CONCLUSÃO

A produção de feijões no alto Juruá é tipicamente familiar ocupando áreas de até um hectare, baixo emprego de tecnologia e venda do excedente da produção para o



mercado. A produção dos feijões é comandada por uma pessoa de meia idade de ambos os sexos. O feijoeiro comum é produzido em terra firme no sistema abafado que facilita controle fitossanitário de doenças do solo. O feijoeiro caupi é cultivado em solos de várzeas enriquecidos naturalmente pelas enchentes anualmente. Observou-se alta variabilidade genética entre os feijões estudados para características nutricionais, revelando material genético rico em proteínas e antocianinas.

REFERÊNCIAS

ABDEL-AAL, E.S.M.; YOUNG, J. C.; RABALSKI, I. Anthocyanin composition in Black, blue, Pink, purple, red cereal grains, **J. Agric. Food Chem.**, v. 54, n. 13, p. 4696-4704. 2006.

AKANDE, S.R. Genotype by Environment interaction for cowpea seed yield and disease reactions in the forest and derived savanna agro-ecologies of South-West Nigeria. **American-Eurasian Journal of Agricultural & Environmental Science**, v. 2, p. 163-168. 2007.

ANJOS, F. D., VAZQUEZ-ANON, M., DIERENFELD, E. S., PARSONS, C. M., & CHIMONYO, M. Chemical composition, amino acid digestibility, and true metabolizable energy of cowpeas as affected by roasting and extrusion processing treatments using the cecectomized rooster assay. **The Journal of Applied Poultry Research**, v. 25, n. 1, p. 85-94, 2016.

AOCS Approved Procedure Ba 6^a, p. 23 - 26. ANKOM Technology Method 7. 2004.
ARAÚJO, M. de L. L de; KUBO, R. R. Segurança alimentar e nutricional e povos indígenas: a experiência dos Asheninkas do Alto Rio Envira com o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, v. 38, n. 132, p.195-210, jan./jun. 2017.

BEZERRA, J. M.; VIEIRA, M. M. da S.; SANTOS, A. F. dos; FARIAS, E. T. do R. LOPES, M. F.; SOUZA A. dos S. Composição química de oito cultivares de feijão-caupi. **Revista Verde**. Pombal, PB, v. 14, n.1, jan.-mar, p.41-47, 2019.



BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Secretaria de Defesa Agropecuária (ACS). **Regras para análise de sementes (RAS)**. Brasília: MAPA, 2009. 399 p.

CHIARADIA, A. C. N.; GOMES, J. C.; STRINGHETA, P. C. Caracterização de antocianinas de feijão preto. **Revista Brasileira de Corantes Naturais**, v. 4, p. 91-96, 2000.

FILGUEIRAS, G. C; SANTOS, M. A. S; HOMMA, AKO; REBELLO, F. K; CRAVO, M. S. Aspectos socioeconômicos. In: ZILLI J.E., VILARINHO A.A., ALVES J.M.A. (eds.). **A cultura do feijão-caupi na Amazônia brasileira**. Boa Vista: Embrapa Roraima; 2009.

GOMES F.A; LIMA, M. O; MATTAR, E. P. L; FERREIRA, J. B; DO VALE, M. A. D. Aspectos nutritivos de feijões crioulos cultivados no vale do Juruá, Acre, Brasil; **Enciclopédia Biosfera**, Centro, Centro Científico Conhecer, Goiânia v. 8, n.14; p. 85-, 2012.

HARBORNE, J. B.; GRAYER, R. J. The anthocyanins. *In.*: **The Flavonoids: Advances in Research Since 1980**; HARBORNE, J. B., Ed.; Chapman and Hall: London, U.K., 1988. p. 1–20.

INSTITUTO ADOLFO LUTZ. **Procedimentos e determinações gerais**, *In.*: Métodos físico-químicos para análise de alimentos, 4. Ed. São Paulo cap. 4, 2008.

JESUS, J. C. S. de; OLIVEIRA, E. de; MATTAR, E. P. L.; ARAÚJO, M. L.; SIVIERO, A. **Sistemas produtivos utilizados no Vale do Juruá**. *In.*: MATTAR, E. P. L; OLIVEIRA, E. de.; SANTOS, R. C. dos; SIVIERO, A. (org.). Feijões do Vale do Juruá. Ed. IFAC, 336 p. Rio Branco, 2017.

LIMA, M. O; GOMES, F.A; MATTAR, E. P. L; RIBEIRO, O. A. S; FERREIRA, J. B. Aspectos nutricionais de feijões crioulos cultivados na Amazônica ocidental, Acre,



Brasil. **Enciclopédia Biosfera, Centro Científico Conhecer**, Goiânia, v.10, n.19, 2014.

LOPES, T. J.; XAVIER, M. F. X.; QUADRI, M. G. N.; QUADRI, M. B. Antocianinas: uma breve revisão das características estruturais e da estabilidade. **R. Bras. Agrociência**, Pelotas, v.13, n.3, p. 291-297, jul-set, 2007.

MAHAN, L. K.; RAYMOND, J. L. **Krause: alimentos, nutrição e dietoterapia**. 14. ed. São Paulo: Roca, 2018.

MATTAR, E. L. P.; JESUS, J. C. S.; SIVIERO, A.; ARAUJO, M. L.; OLIVEIRA, E. Creole beans production systems of Juruá valley, Amazon, Brasil. **Indian Journal of Traditional Knowledge**, v. 54, p. 619-624, 2016.

MATTAR, E. P. L.; OLIVEIRA, E. de.; ARAÚJO, M. L.; de JESUS, J. C. S de. Breve histórico da biodiversidade de feijões no Vale do Juruá (org.). **Feijões do Vale do Juruá**. Rio Branco: Ed. IFAC, 336 p. 2017.

OLIVEIRA D. M.; BASTOS D. H. M. 2011. Biodisponibilidade de ácidos fenólicos. Phenolic acids bioavailability. **Química Nova**, v. 34, n. 6, p. 1051-1056.

OLIVEIRA, J. M. de S. **Composição centesimal e mineral de genótipos de feijão-caupi tipo fradinho**. 79 f. Dissertação (Mestrado em Alimentos e Nutrição). Universidade Federal do Piauí, Teresina-Pi 2018.

PEREIRA, T.; MEDEIROS, C. C. M.; SANTOS, J. C. P. dos; BOGO, A.; MIQUELLUTI, D. J. Diversidade no teor de nutrientes em grãos de feijão crioulo no Estado de Santa Catarina. **Acta Scientiarum**. Agronomy, Maringá, v. 33, n. 3, p. 477-485, 2011.

RODRIGUES, B. A. **Efeitos das antocianinas, ácidos hidroxicinâmicos e vitamina C sobre a biometria corporal e qualidade óssea de ratos obesos e eutróficos**. 78 f. Dissertação (Mestrado em Medicina Veterinária). Universidade Estadual Paulista,



Jaboticabal, 2016.

SANTALLA, M.; SEVILLANO, M. C. M.; MONTEAGUDO, A. B.; RON, A. M. Genetic diversity of Argentinean common bean and its evolution during domestication. *Euphytica*, v. 135, n. 1, p. 75-87, 2004.

SATHE, S. K. Dry bean protein functionality (Review). *Critical Reviews in Biotechnology*, v. 22, n. 2, p. 175-223, 2002.

SILVA NETA, M. das N. **Influência dos ácidos hidroxicinâmicos na proliferação e ciclo celular do câncer de pulmão: uma revisão.** 85 f. Monografia (Bacharelado em Farmácia). Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2017.

SIVIERO, A.; SANTOS, V. B. dos; SANTOS, R. C. dos; MARINHO, J. T. de S. Caracterização das principais variedades locais de feijão comum e caupi do Acre. *In: MATTAR, E. P. L.; OLIVEIRA, E. de.; SANTOS, R. C. dos.; SIVIERO, A. (org.). Feijões do Vale do Juruá.* Rio Branco: Editora IFAC, 2017.

SIVIERO, A.; MATTAR, E. L. P.; BORGES, V.; SANTOS, R. C. Feijão-comum e feijão-caupi cultivados nas comunidades ribeirinhas e indígenas do Acre. *In: DIAS; EIDT; UDRY, C. 2017 (org.). Coleção Povos e Comunidades Tradicionais.* 2. ed. Brasília: Embrapa, v. 2, p. 247-260. 2017b.

SOARES JÚNIOR, M. S.; CALIARI, M.; BASSINELLO, P. Z., M. S.; FERNANDES, P. M.; BECKER, F. S. Características físicas, químicas e sensoriais de feijões crioulos orgânicos, cultivados na região de Goiânia-GO. *Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável*, v. 7, n. 3, p. 109-118, 2012.

SOUSA, G. A.; HERNANDES, E. E.; DAMASCENO, S. S; MATTAR, E. P. L.; SIVIERO, A. Qualidade de feijão-caupi crioulo do Alto Juruá armazenado em embalagem a vácuo. *Revista Conexão na Amazônia*, v. 2, n. edição especial VI Conc&t, 2021. ISSN 2763-7921.



TACO - **Tabela brasileira de composição de alimentos** / NEPA – UNICAMP. 4. ed. rev. e ampl. Campinas: NEPA/UNICAMP, 2011. 161 p.

TIMBERLAKE, C. F. The biological properties of anthocyanins. **Quarterly Information Bulletin**, NATCOL. n. 1, p. 4-15, 1988.

WATT, B.; MERRILL, A. L. Composition of foods: raw, processed, prepared. **Agricultural Research Service**. Washington, DC: Consumer and Food Economics Research Division, 1963. 198 p. (Agriculture Handbook, 8).





Agricultura Familiar:

Pesquisa, Formação e Desenvolvimento

RAF. v.17, nº 01 e 02 / jan-dez 2023, ISSN 1414-0810 / E-ISSN 2675-7710

A PARTICIPAÇÃO FAVORECE A IMPLANTAÇÃO DE UM SISTEMA INTEGRADO DE PRODUÇÃO DE ALIMENTOS, NA ETNIA XERENTE, AMAZÔNIA LEGAL, BRASIL

PARTICIPATORY WAYS LEADS FRAMING AN INTEGRATED FOOD PRODUCTION SYSTEM IN THE ETHNICIAN XERENTE, LEGAL AMAZON, BRAZIL

Adriano Prysthon, Mestre, Embrapa, adriano.prysthon@embrapa.br;
Marcela Mataveli, Doutora, Embrapa, marcela.mataveli@embrapa.br;
Marta Eichemberger Ummus, Mestra, Embrapa, marta.ummus@embrapa.br;
Andrea Elena Pizarro Munoz, Mestra, Embrapa, andrea.munoz@embrapa.br;

Resumo

Visando construir um modelo integrado de produção de alimentos, realizou-se um mapeamento participativo com a brigada de incêndio da etnia Xerente, região central do Tocantins. O mapeamento revelou a rotina, os hábitos alimentares, as práticas extrativistas e agrícolas, assim como a possibilidade de novas cultivares em um sistema integrado de produção chamado “Sistemão”. Utilizaram-se técnicas como: Matriz de avaliação, relógio de rotina, Diagrama de Venn, entrevistas e uma Devolutiva. A dinâmica auxiliou os Xerentes a priorizar o cultivo de peixes, bananas e hortas como alternativa para a produção de alimentos, preservando o conhecimento tradicional e os hábitos alimentares. O período de dezembro a maio foi o mais recomendado para a implantação do “Sistemão”. A participação gerou uma maior integração entre a equipe técnica e o público-alvo, favorecendo um clima de confiança e contribuindo para o fortalecimento da governança e busca coletiva de melhores políticas públicas voltadas às etnias indígenas no Tocantins e na Amazônia Legal.

Palavras-chave

Segurança alimentar. Sistemão. Participação.

Abstract

Aiming to build a integrated model of food production a participatory mapping was carried out with members of Xerente’s fire brigade, central region of Tocantins. The mapping revealed the routine, food habits, extractive and agricultural practices and the possibility for integrated agricultural/aquaculture production system called “Sistemão”. Participatory techniques such as Evaluation Matrix, Routine Clock, Venn Diagram, interviews and Feedback was carry out. The dynamics bring Xerente’s brigade to choose and prioritize the aquaculture (natives fish), bananas and community-based gardens as integrated food production and recognizing traditional knowledge from Xerente’s food habits. The findings reveals december to may was the most recommended for the “Sistemão” execution. The participatory process has generated greater integration between the staff and Xerentes, making better behavior of trust among the participants. Finally, the mapping also contributed to the strengthening of governance with regard to collective construction and looking forward to better public policies aimed at indigenous ethnic groups in Tocantins and the Legal Amazon.

Keywords

Food security. Sistemão. Participation.

INTRODUÇÃO

A população indígena brasileira foi estimada em aproximadamente 800 mil em 2021 e na Amazônia legal estão contemplados 98% das terras indígenas (IBGE, 2022). O estado do Tocantins possui quatorze terras indígenas, dentre as quais a etnia Xerente, localizada no município de Tocantínia, abrange um território de aproximadamente 200 mil hectares (FUNAI, 2020). Os Xerente são pertencentes à família linguística Jê e são classificados como Jê Centrais. Essa classificação também é compartilhada com o povo Xavante e Xacriabá (Schmidt, 2011).

Os Xerentes possuem um modo de vida cuja alimentação é baseada em frutos do cerrado, caça e pesca. No entanto, estas práticas estão ameaçadas por grandes empreendimentos, que transformam os territórios causando danos ambientais e socioeconômicos consideráveis (Venâncio; Chelotti, 2016) e pela incidência de incêndios florestais, cujo manejo integrado do fogo pelos Xerentes tem diminuído sua severidade em terras indígenas (Xerente; Oliveira, 2021). Os impactos antrópicos e climáticos têm influenciado na segurança alimentar desta etnia, principalmente pela redução da proteína animal oriunda da caça e da pesca. Outra forte influência é o aumento do consumo de alimentos processados pelos Xerentes (Rocha *et al.*, 2015), diminuindo os plantios e interferindo negativamente, pois os ritos desse povo apresentam o alimento em seu contexto (Silva; Grácio, 2020). Para os Xerente a comida é cultura, faz parte de tradição cultural e está relacionada com sua cosmologia (Schmidt, 2011).

Porém, em comunidades tradicionais, a substituição por produtos industriais ultraprocessados, apesar do fácil acesso e baixo custo, favorece o aparecimento de doenças crônicas relacionadas a estas dietas como diabetes e câncer (Popkin, 2006; Piperata *et al.*, 2011; Pollan, 2008). Portanto, é cada vez mais necessário resgatar a cultura alimentar destes povos, favorecendo não apenas os hábitos alimentares tradicionais, mas também incorporando novas formas integrativas e participativas de cultivos, garantindo a segurança alimentar a partir de alimentos tradicionalmente utilizados por esse povo, e gerando excedente de produção e renda para manter o processo produtivo.

Neste sentido, modelos como o “Sisteminha Embrapa”, cujo modelo inspirou o “Sistemão”, integram diferentes culturas, oportunizando aos seus beneficiários o acesso à tecnologia para produção de aves, peixes, hortaliças e outros alimentos, de modo prático, suprimindo integralmente necessidades alimentares conforme o que está ao seu



alcance (Guilherme, 2019). O Sistema Integrado para Produção de Alimentos (Sisteminha Embrapa) é um processo que, por meio da miniaturização e escalonamento da produção, tem o propósito de gerar retorno rápido e se apresenta de forma versátil e multiplicável, oportunidades para que o indivíduo possa se alimentar com o que produz, utilizando estruturas simples, e partilhar ou mesmo negociar seus produtos com vizinhos e a comunidade, ampliando benefícios econômicos e sociais (Guilherme, 2019). Apesar de inovador, ele tem alguns gargalos como o fato de não gerar excedente de produção que possa ser utilizado para custear a aquisição de ração e insumos e nem ser adaptado a uma comunidade.

Um ponto importante a se destacar com relação à utilização de modelos de produção é a possibilidade de redução dos impactos da sazonalidade na produção de alimentos contribuindo com a saúde indígena, principalmente, de crianças, gestantes e idosos, pela disponibilidade de alimentos durante todo o ano. Nesse contexto, de construção de um modelo de produção integrado para uma comunidade, o mapeamento participativo das demandas é fundamental para que o sucesso do deste modelo de produção reflita as reais necessidades do público-alvo, no que se refere, principalmente, nas cultivares e qual modelo de produção será escolhido e executado pelos Xerentes.

O mapeamento participativo prévio aqui é visto como a criação de espaços de discussão e planejamento para a construção coletiva. Esses fatores são chave para o desenvolvimento organizacional (Kalikoski *et al.*, 2009; Brown., 2005). Do contrário, projetos com pouca ou nenhuma participação fracassam devido ao baixo capital social envolvido, já que políticas são deliberadas, ao nível de estado, sem a participação efetiva das comunidades (Cunha, 2009). Os espaços de discussão coletivos ampliam a participação em diferentes estágios de construção de políticas do setor, como na formulação, implantação e fiscalização (Vos; Tatenhove, 2011).

Portanto, objetiva-se aqui descrever as demandas dos Xerentes, participativamente, das possíveis cultivares para a implantação de um sistema integrado de produção agrícola e aquícola no território Xerente, e de como esta definição é fundamental para o sucesso de etapas posteriores.

METODOLOGIA

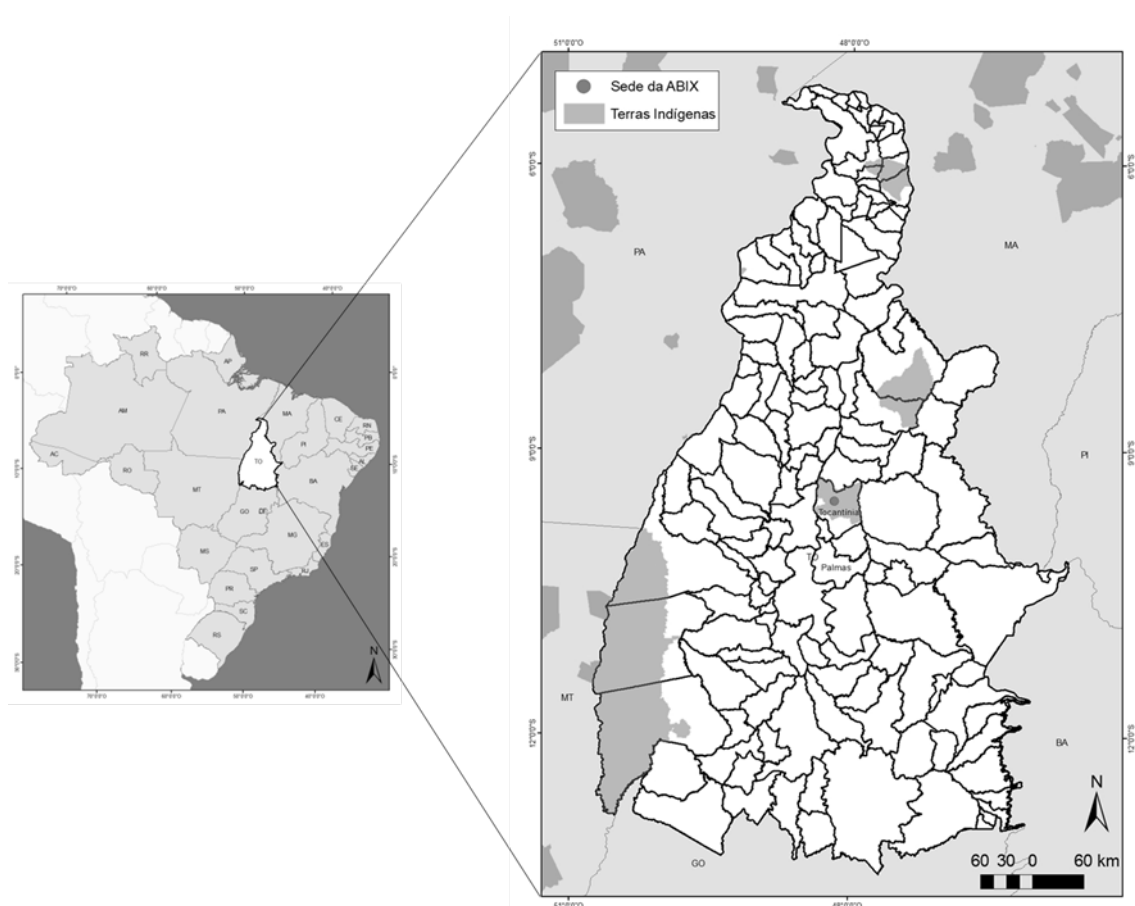
O levantamento participativo de demandas foi realizado na terra indígena Xerente,



mais precisamente na sede da Brigadas de incêndio do Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (Prevfogo), pertencente ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA (Figura 1), em agosto de 2022. O público-alvo foram os brigadistas que estavam de plantão. O grupo é composto por homens e mulheres da etnia Xerente, oriundos de diversas aldeias do território. Porém, estão agrupados institucionalmente na “Associação dos Brigadistas Akwe Xerente de Prevenção e Controle das Queimadas e Combate a Incêndios- ABIX”.

A equipe técnica que participou do mapeamento de demandas foi multidisciplinar (Engenheiro de Pesca, Geógrafa, Economista, Zootecnista, Design gráfico, agrônomo).

Figura 1 - Mapa de localização do Território Xerente (Tocantínia–TO) com destaque à Sede da ABIX/Ibama.



Fonte: Embrapa (Imagem: Marta Eichemberger Ummus).

Esta diversidade disciplinar é fundamental para uma visão mais ampliada e integrada das demandas, seja tecnológica, ambiental, econômica ou social. Tal fato enriqueceu as

discussões para a busca de possíveis soluções nas etapas seguintes do projeto. Importante salientar que este mapeamento foi uma das etapas prévias à instalação do projeto “Modelo integrado de produção de pescado, banana, açaí e outras culturas agrícolas visando segurança alimentar e incremento de renda de uma aldeia Xerente em Tocantínia–TO - SISTEMÃO”, cujo objetivo é validar um modelo integrado de produção de alimentos visando à segurança alimentar e geração de excedente de produção para comercialização.

O mapeamento de demandas foi resultado de uma reunião chamada de “Oficina de Integração Xerente”, onde um conjunto de técnicas participativas gerou informações junto aos membros da ABIX (Tabela 1). As técnicas foram escolhidas baseadas nos objetivos do mapeamento, ou seja, levantar quais hábitos alimentares e cultivares seriam as mais adequadas para compor o SISTEMÃO, assim como conhecer a rotina sazonal do grupo de brigadistas e a disponibilidade futura em executar e manter o projeto. Outro aspecto importante foi conhecer as relações institucionais da ABIX com outras entidades citadas pelo grupo. As técnicas utilizadas foram referenciadas em boletins, manuais, livros e relatórios de atividades de campo participativas (Prysthon *et al.*, 2021; Cordioli, 2010; Bunce *et al.*, 2000; Geilfus, 2002; FAO, 2001).

Tabela 1 - Conjunto de técnicas participativas aplicadas no mapeamento de demandas do SISTEMÃO.

Atividades/ ferramentas	Objetivo	Tempo estimado	Material utilizado
Apresentação individual e pacto de objetivos.	Conhecer cada membro e seu papel no grupo (nome, idade e aldeia.)	15 min	Painel de cortiça, tarjetas, alfinetes, canetas tipo piloto.
Lista de culturas/ hábitos alimentares X Lista de desejos (com priorização)	Conhecer as culturas/ hábitos alimentares bem como elencar e selecionar as culturas desejáveis.	30 min	Painel de cortiça, tarjetas, alfinetes, canetas tipo piloto, papel A0.
Relógio de rotina sazonal	Conhecer a rotina do grupo durante os períodos de menor e maior demanda de trabalho na brigada.	1h	Painel de cortiça, tarjetas, alfinetes, canetas tipo piloto, papel A0.

Matriz de avaliação das culturas/extrativismo	Conhecer os atributos das principais culturas (alimentares e de conservação).	1h	Painel de cortiça, tarjetas, alfinetes, canetas tipo piloto, papel A0.
Calendário sazonal das culturas	Conhecer a sazonalidade das principais culturas agrícolas/extrativistas dos Xerente.	1h	Painel de cortiça, tarjetas, alfinetes, canetas tipo piloto, papel A0.
Diagrama de Venn (jogo das bolas).	Entender as relações da ABIX com as diferentes instituições.	1h	Painel de cortiça, alfinetes, canetas tipo piloto, papel A0 e Giz.
Devolutiva	Apresentar, discutir e validar informações geradas.	2h	Recursos eletrônicos visuais (projeção)

Fonte: Elaborado pelos Autores.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O levantamento da Oficina 29 pessoas, sendo 7 da equipe técnica e 22 brigadistas Xerente (1 mulher e 22 homens). Os brigadistas têm em média 31 anos, sendo o mais novo com 22 e o mais velho, 41 anos. O território Xerente é dividido em 67 aldeias. No entanto, os participantes da Oficina representaram 13 aldeias da etnia Xerente (20% do total), a saber: Baixa Funda, Bela Vista, Brejo do Ouro, Cachoeirinha, Funil, Maracujá, Nascente, Nova Aliança, Porteira, Salto, Santa Cruz, Santa Fé e Vão Grande. Importante salientar que o grupo presente nesta Oficina foi apenas uma parte da brigada de incêndio (aproximadamente metade). A outra parte estava em revezamento de descanso quinzenal. Ou seja, possivelmente há mais aldeias representadas na ABIX do que os participantes da Oficina.

Com relação aos hábitos alimentares tradicionais e a sazonalidade dos principais recursos cultivados em suas aldeias, o feijão (andu, trepa-pau e fava), mandioca (brava e mansa) e o arroz são os mais cultivados em termos de volume de produção, sinalizado pela quantidade de pontos vermelhos atribuído pelo grupo na Matriz (Figura 2). Outras cultivares também são importantes, mas em menor quantidade como milho, abóbora,



banana, batata-doce, inhame (branco e roxo), melão e quiabo.

Os Xerente não dispõem mais do milho na variedade Crioula, só o milho-verde safrinha, que dura 3 meses após colhido. Por isso precisa ser consumido logo, diferentemente do feijão que pode ser estocado para consumo ao longo do ano. Iniciativas da Embrapa (Moreira *et al.*, 2001) buscaram recuperar sementes crioulas de milho, em bancos de germoplasma, em terras indígenas no Tocantins desde a década de 1970 e podem constituir uma alternativa em futuras ações.

A mandioca é cultivada parte em roça de toco e parte mecanizada e demora 1 ano até estar pronta para ser colhida e processada. O beneficiamento da farinha é feito na própria terra indígena. Na mesma roça são misturadas variedades de uma mesma planta para fortalecer a cultura e prevenir pragas. Com relação à sazonalidade das culturas, foi citado que a melhor época de plantio é em outubro e novembro e, preferencialmente nos períodos de lua cheia. No entanto, a colheita é variável, sendo as mais curtas em fevereiro (milho, abóbora e quiabo, por exemplo) e as mais longas, em 12 meses, como a mandioca. A mandioca também foi eleita como o cultivo mais trabalhoso, no sentido de esforço de plantio, colheita, e processamento manual até se transformar em farinha. O plantio de arroz e a atividade de caça também foram considerados com alto grau de trabalho para o grupo (Figura 2).

A proteína animal mais consumida tradicionalmente é a carne de caça, sendo a anta, paca, tatu e veado, alguns exemplos (Figura 2). Nos meses de junho, julho e agosto aumenta a frequência de caça, época em que os animais aparecem de dia atrás de frutas silvestres da estação. Dentre os recursos naturais disponíveis são explorados e comercializados o buriti (principal), bacaba e murici, com diferentes formas de colheita, processamento, venda e destino do produto (Figura 3). O principal destino da produção é Tocantínia e municípios vizinhos (Miracema e Lageado). Estes recursos são ampla e tradicionalmente explorados pelos Xerente ao longo do ano.

A colheita destes recursos naturais obedece a ritos e o conhecimento típicos dos Xerentes. Ou seja, modelos de produção como o Sistemão devem considerar aspectos tradicionais e formas de comercialização já utilizados. Porém, o consumo de carne bovina, frango e peixe são a base de proteína dos brigadistas em serviço na base do Prevfogo/IBAMA e são adquiridos em compras quinzenais da ABIX, pois ainda não há uma regularidade de produção própria para atender as demandas dos associados/brigadistas.

Os itens das compras quinzenais são semelhantes aos da cesta básica e adquiridos na capital Palmas, contendo além das proteínas supracitadas outros alimentos processados como óleo, cuscuz, arroz, sal, café, açúcar, temperos, macarrão, café e leite (Figura 3).

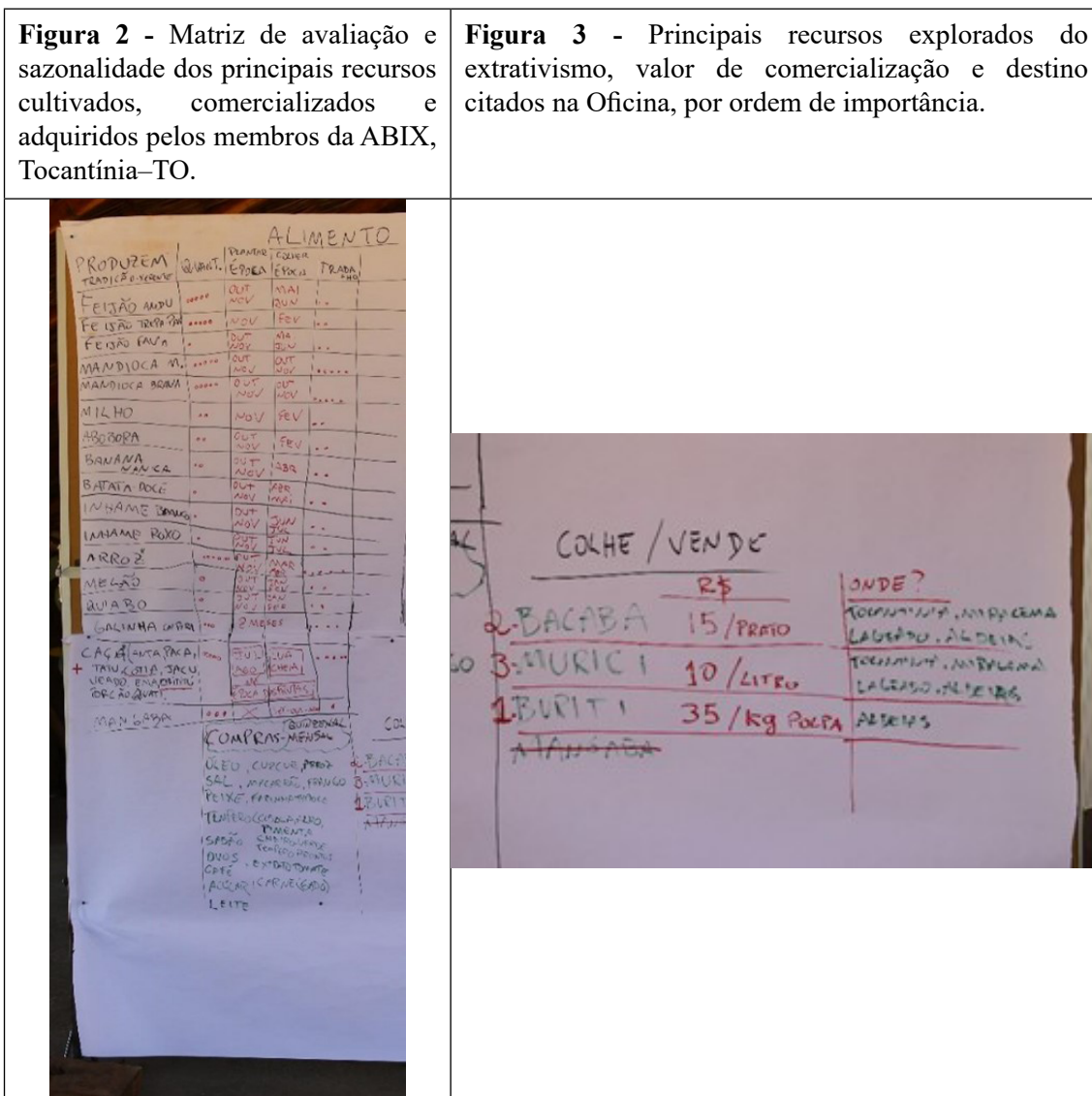
Mesmo estes alimentos sendo considerados parte da dieta não-indígena, ainda fazem parte do consumo diário. No entanto, Xerente (2019) identificou que estes itens fazem parte, inclusive da alimentação escolar dos Xerentes em Tocantínia, podendo gerar futuros agravos alimentares na saúde, entre eles o Diabetes tipo 2. Este autor também conclui que a alimentação ofertada para grupos diferenciados culturalmente precisa considerar a valorização do patrimônio alimentar. Outro problema de saúde que acomete a etnia Xerente é a Hipertensão Arterial Sistêmica-HAS, que também está relacionada à alimentação e à mudança no estilo de vida que ocasiona medo e ansiedade diante do desconhecido (Rodrigues; Santos, 2016).

Na Amazônia, na etnia Parkatêjê (também povo Jê) foi observado sobrepeso na população adulta, principalmente na população feminina (Capelli; Koifman, 2001). Assim como outros estudos indicam o surgimento de patologias como diabetes tipo II e doenças cardiovasculares em alguns grupos indígenas, devido ao acelerado processo de alteração de padrões socioeconômicos e culturais, tais como meios de subsistência, dieta e padrões de atividade física (Santos; Coimbra Jr., 1996; Vieira Filho, 1996).

Os recursos extrativos são ampla e tradicionalmente explorados pelos Xerente ao longo do ano. A colheita destes recursos naturais obedece a ritos e o conhecimento típicos dos Xerentes. Valorizar este conhecimento é criar modalidades ambientalmente sustentáveis e propor reflexões sobre as vivências entre o homem e a natureza e reconhecer que essas comunidades devem ter direitos e acessos ao ambiente em que vivem e trabalham (Oliveira *et al.*, 2011; Zanirato; Ribeiro, 2007). Ou seja, modelos de produção como o Sistemão devem considerar aspectos tradicionais e formas de comercialização já utilizados.

Após um panorama sobre as principais cultivares e sazonalidades ocorrentes com os brigadistas xerentes, foi priorizada uma lista de desejos. Os participantes decidiram que a criação de peixes (caranha, tambaqui, piau, pintado e piabanha) é prioritária, sendo importante fonte de proteína animal. Em seguida, o cultivo de banana (nanica e comprida) foi elencado. Em terceiro lugar, os Xerente destacaram a horta (coentro, cebola, alface, cenoura, pimenta, tomate e pimentão) como importantes na alimentação, seguido pelo

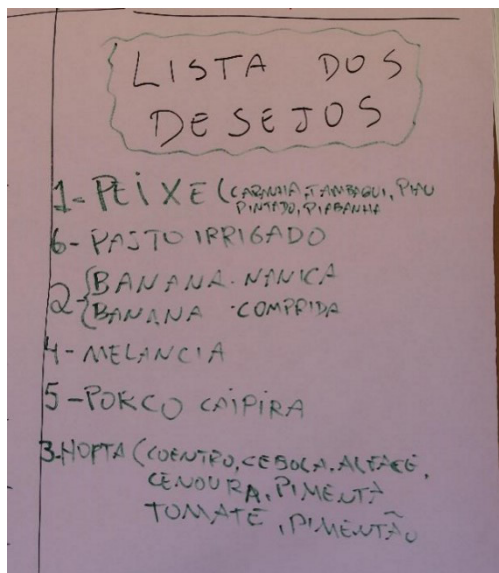
cultivo de melancia, porco caipira e pasto irrigado (Figura 4).



Fonte: Elaborado pelos Autores.



Figura 4. Lista participativa de desejos/culturas, eleita pelos Xerentes brigadistas, por ordem de prioridade.



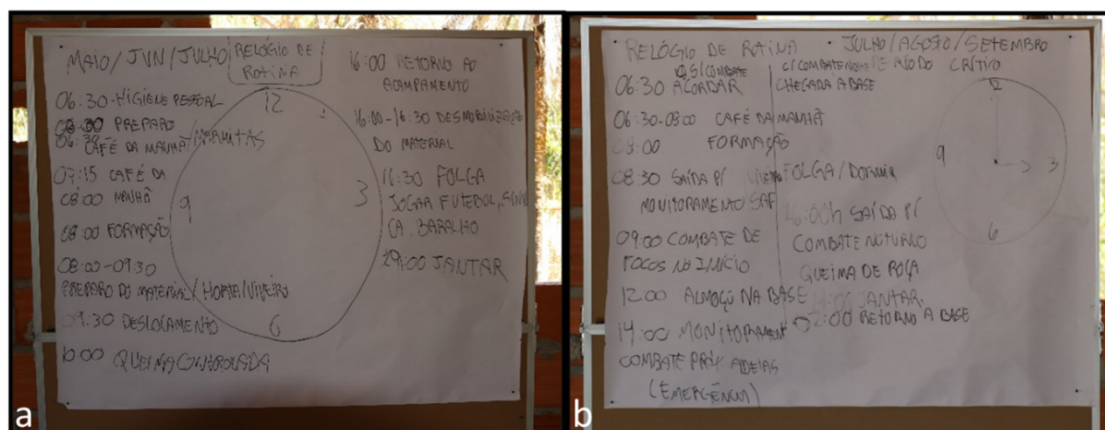
Fonte: Elaborado pelos Autores.

Com relação à rotina dos membros da brigada, foi importante conhecer como funcionam as atividades em épocas de combate a incêndio mais intensos, assim como também na época, e que haveria mais tempo de dedicação a outras atividades como o Sistemão, por exemplo, no qual necessitará de tempo e dedicação às culturas escolhidas.

Com relação à rotina dos membros da brigada, foi importante conhecer como funcionam as atividades em épocas de combate a incêndio mais intensos, assim como também na época em que haveria mais tempo de dedicação a outras atividades como o Sistemão, por exemplo, no qual necessitaria de tempo e dedicação às culturas escolhidas.

O contrato de trabalho dos brigadistas é de junho a novembro anualmente. Nesse período, foram identificadas duas épocas em que a rotina se difere pela natureza das atividades: nos meses de maio/junho/julho normalmente há uma rotina melhor definida, sendo desenvolvidas as atividades preventivas, como a construção de aceiros e a queimada controlada em algumas regiões. Já nos períodos de julho/agosto/setembro, os brigadistas atendem às demandas de combate às queimadas, não tendo uma jornada de trabalho com horários bem definidos, dependendo sempre das ocorrências a serem atendidas (Figura 5).

Figura 5 – Representação esquemática da rotina de trabalho dos brigadistas (Relógio de Rotina) para os períodos maio/junho/julho (a) e julho/agosto/setembro (b).



Fonte: Elaborado pelos Autores.

Em ambas as épocas, os brigadistas trabalham em esquema de plantão, ficando 10 dias em trabalho e 10 dias em descanso, sendo que sempre uma equipe se desloca para campo e a outra permanece na base. No período de maio/junho/julho há poucas ocorrências de queimadas e incêndios florestais, possibilitando uma rotina bem definida e há um cronograma bem definido da rotina diária (Tabela 2).

Tabela 2 – Detalhamento das atividades realizadas pelos brigadistas no período de maio/junho/julho.

maio/junho/julho		
Hora	Atividade	
	Acampamento	Campo
6h	Despertar	
6h às 8h	Higiene Pessoal/ Café da manhã	
8h	Formação/ Ordem Unida	
8h às 9h	Preparação do material para campo/ comida para levar	
9h às 10h	Cuidar da horta/viveiro/ manutenção de equipamentos.	Queima prescrita e Construção de aceiros.
12h	Almoço no acampamento.	
10h às 16h	Cuidar da horta/ viveiro/ manutenção de equipamentos.	

16h às 16h30	Desmobilização do material	Retorno ao acampamento e desmobilização do material.
16h30 às 19h	Lavar roupas, atividades de lazer.	
19h	Jantar.	
21h	Recolhimento.	

Fonte: Elaborado pelos Autores.

Os brigadistas costumam dormir no próprio acampamento, em barracas ou redes. Acordam por volta das 6h30, realizam a higiene pessoal e preparam coletivamente o café da manhã. Pontualmente às 8h há a formação da ordem unida para nivelamento e informes sobre as atividades que devem ser realizadas ao longo do dia, bem como a definição das equipes que permanecem na base do acampamento e as que vão a campo. A partir das 8h30 inicia-se a mobilização do material que vai a campo. A equipe já mapeia os pontos onde ocorrem queimadas recorrentemente, e nessas áreas fazem a queimada controlada para diminuir o material potencialmente combustível, bem como abrem os aceiros ao redor das aldeias. A equipe que vai a campo desenvolver essas ações costuma ficar o dia inteiro fora e retornar ao acampamento por volta das 16h, seguindo a programação com quem ficou na base.

A equipe que fica na base faz normalmente a manutenção de equipamentos, cuida das plantações, do viveiro de mudas e das galinhas. Com a chegada da equipe de campo, as equipes se juntam e fazem a desmobilização do material de campo. A partir das 16h30 os brigadistas ficam livres para as atividades de lazer. Costumam jogar sinuca ou futebol, bem como lavar as roupas, montar as barracas. Às 19h horas é servido o jantar. A preparação do jantar de segunda a sexta-feira é realizada por uma pessoa contratada e custeada pelos próprios brigadistas. Aos finais de semana o preparo dos alimentos é feito pela equipe. Há também uma pessoa contratada para auxiliar nos cuidados com a horta, viveiro e galinhas, um ex-brigadista que recebe uma ajuda de custo.

No período crítico de queimadas (agosto, setembro e outubro) há a divisão de equipes também que ficam na base e que saem para campo. As atividades da base continuam semelhantes às da época de menos incêndios, porém há a inclusão de novas atividades, como a necessidade de ir a pontos de observação para mapear as queimadas



que estão ocorrendo (Tabela 3). Os pontos de observação são escolhidos em função da visão panorâmica da terra indígena, e nele os brigadistas identificam o local de ocorrência da queimada e a intensidade da mesma. Caso o local seja próximo a alguma aldeia, equipes de brigadistas são deslocadas imediatamente para o combate. Caso seja em área de vegetação, monitora-se sua expansão ao longo do dia e deslocam-se as equipes no final da tarde para o combate. Muitas vezes os brigadistas passam a noite inteira combatendo o fogo e retornam ao acampamento pela manhã.

Portanto, entender a rotina se faz necessário para prever alternativas de manejo mais adequadas em função da disponibilidade de tempo dos usuários. No bioma Caatinga, por exemplo, Barreto *et al.* (2020), utilizaram o relógio de rotina para identificar uma intensa carga horária de trabalho feminino no sertão baiano, com reflexos diretos no bem-estar das mulheres.

Tabela 3. Detalhamento participativo das atividades realizadas pelos brigadistas no período de agosto/setembro/outubro.

agosto/setembro/outubro/novembro		
Hora	Atividade	
	Acampamento	Campo
6h30	Despertar	Chegada ao acampamento.
6h30 às 8h	Higiene Pessoal/ Café da manhã	
8h	Ordem Unida	
08h30 às 9h30	Saída para monitoramento nos pontos de observação	Queima de roça/ descanso.
9h30 às 12h	Cuidar da horta/viveiro / Combate de focos iniciais de incêndio	
12h	Almoço no acampamento	
14h	Monitoramento / Combates de emergência	Descanso.
16h às 17h	Desmobilização/ manutenção do material de campo	Saída para o combate noturno.
19h	Jantar no acampamento	
21h	Recolhimento	

Fonte: Elaborado pelos Autores.

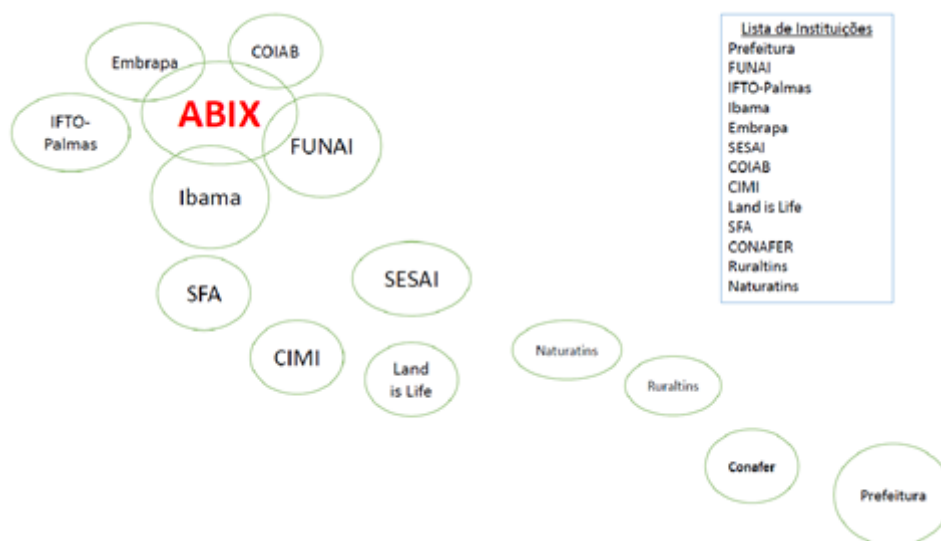
Por fim, para entender as relações entre a ABIX com outras instituições, o Diagrama de Venn (Jogo das bolas) indicou o quanto a ABIX entende, por exemplo, a importância da prefeitura de Tocantínia para o povo Xerente.

O tamanho dos círculos desenhados pelos Xerentes determinou a sua importância, comparada ao círculo central representando a ABIX. A distância em relação ao círculo da ABIX significa o grau de proximidade. Foram citadas as instituições: Prefeitura (Tocantínia), FUNAI (Fundação nacional do Índio), IFTO Palmas (Instituto Federal do Tocantins), IBAMA, EMBRAPA, SESAI (Serviço de Saúde Indígena), COIAB (Coordenação de Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira), CIMI (Conselho Indigenista Missionário), *Land is Life* (ONG norte-americana), SFA (Serviço Florestal Americano), CONAFER (Confederação Nacional de Agricultores Familiares), RURALTINS (Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins) e NATURATINS (Instituto Natureza do Tocantins).

As instituições representadas com maior importância e maior proximidade na relação com a ABIX foram FUNAI e IBAMA. Estas, em conjunto com o SESAI foram citados como fundamentais até mesmo pela criação da brigada de incêndio e do PrevFogo e a manutenção das tradições indígenas, assim como órgãos estaduais (RURALTINS e NATURATINS) que apesar de citados como importantes, ainda fazem um trabalho aquém do esperado pela ABIX. Ainda, associações internacionais foram citadas como importantes para os Xerentes como a organização *Land is Life*. Apesar da prefeitura ter uma grande importância, o grupo citou que continua muito distante do apoio que esperam, representado pela bola mais distante do centro (ABIX) (Figura 6). Outras instituições de ensino e pesquisa foram valorizadas pelo grupo como importantes e atuantes, comprometidas com o desenvolvimento do povo Xerente. Instituições indígenas também foram citadas como apoiadoras e valorizadas por sua importância (COIAB e CIMI).

O diagrama de Venn é amplamente usado e traz não apenas a identificação das instituições importantes, mas o entendimento para facilitar e construir coletivamente a comunicação entre técnicos e agricultores tradicionais (Franco *et al.*, 2018; Santos *et al.*, 2015; Kummer, 2007).

Figura 6 - Representação esquemática da relação da ABIX com as instituições que interagem com os Xerentes (Jogo das bolas), realizado na Oficina de mapeamento de demandas.



Fonte: Elaborado pelos Autores.

Por fim, a Devolutiva realizada após o mapeamento e consolidação das informações foi um momento de destaque (Figura 7). A exposição e validação das informações geradas pelos próprios brigadistas, oportunizou um ciclo virtuoso de debates e empoderamento com o poder público local (prefeituras, secretarias, vereadores(as), extensão rural, ONGs e demais *stakeholders* da agricultura familiar indígena no território. A partir desta experiência foi possível manter o diálogo para uma base sólida de governança dos indígenas Xerentes. Este processo é fundamental para o constante aprimoramento e ajustes não apenas para a implantação do Sistemão, mas de melhores políticas públicas a este público (Prysthon *et al.*, 2022). Ainda, a Devolutiva é tratada também como questão ética e o modo de se relacionar com a produção do conhecimento em pesquisa-intervenção (Almeida *et al.*, 2018).

Figura 7 - Devolutiva de apresentação das informações geradas no mapeamento participativo (Imagem: Jefferson Christofolletti).



CONCLUSÃO

Considerando as características do público-alvo e do tempo disponível para as atividades na Oficina, foi possível concluir que o mapeamento participativo das demandas favoreceu:

- Uma melhor escolha das culturas para o Sistemão por parte dos brigadistas Xerentes, e teve como prioridade o peixe, a banana e a horta. Tal escolha facilitará a tomada de decisão quanto à capacitação, integração e sazonalidade dos cultivos por parte da equipe técnica;
- A indicação de que os melhores períodos de dedicação ao Sistemão seriam entre dezembro e maio, época em que não há combate a incêndios. Como segunda opção, o período de maio a julho também é propício, com limitações, de dedicação ao Sistemão. Por último, sugere-se que o período de agosto/setembro/outubro seja o de menor dedicação ao Sistemão devido à alta demanda de combate a incêndios;
- Uma melhor mobilização, principalmente dos brigadistas, sobre a importância do trabalho em conjunto;
- A geração de informações importantes sobre as atividades executadas pelos brigadistas,

seus hábitos alimentares e cultivares e do quanto estas informações serão úteis na execução do projeto, uma vez que o conhecimento tradicional será considerado nas etapas seguintes;

- Uma maior integração entre a equipe técnica e os Xerentes, favorecendo um clima de confiança entre os participantes;
- Momentos de valorização e validação das informações com a Devolutiva. A cultura de devolutivas deve ser permanente, como predizem os projetos de cunho participativo. A participação considerada neste estudo (i) elevou a corresponsabilidade dos Xerentes na busca de estratégias de desenvolvimento, diminuindo as expectativas com relação aos resultados e definindo claramente o papel de cada ator no processo; (ii) incorporou os saberes tradicionais para melhorar as condições de tomadas de decisão e; (iii) aperfeiçoou, em algum grau, as formas de articulação e representação de interesses, principalmente de aldeias ou atores da cadeia produtiva que são mais excluídos;

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, U.R. *et al.* 2018. A devolutiva como exercício ético-político do pesquisar. *Fractal: Revista de Psicologia* [online]. 2018, v. 30, n. 2 pp. 204–213. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/1984-0292/v30i2/5527>. Acesso em: 13 out. 2022. EPUB may-aug. 2018. ISSN 1984-0292. <https://doi.org/10.22409/1984-0292/v30i2/5527>.

BARRETO, R.M.F.; BIANCHINI, P.C.; GOMES, C.F.; D'ALBUQUERQUE, J.H.A.; SEGUNDO, J.V. J.; DE ALMEIDA, M.I.P. Relógio da Rotina Diária das Mulheres em Comunidades Fundo de Pasto do Sertão Baiano: importância do trabalho das mulheres para a renda familiar. *Cadernos de Agroecologia*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA, 11., 2020, São Cristóvão, Sergipe. *Anais [...]*. v. 15, n. 2. ISSN 2236-7934.

BROWN, D; STAPLES D.; FUNGE -SMITH, S. **Mainstreaming fisheries co-management in the Asia-Pacific**. In: Apfic regional workshop on mainstreaming fisheries co-management in Asia-Pacific siem rep Cambodia, 9-12 aug. 2005, Cambodia. *Proceeding Cambodia: APFIC*, 2005.



BUNCE, L., TOWNSLEY, P., POMEROY, R., POLLNAC, R. **Socioeconomic manual for coral reef management**. Global Coral Reef Monitoring Network, NOAA, IUCN, 2000. 180 p.

CAPELLI, J.C.S.; KOIFMAN, S. Avaliação do estado nutricional da comunidade indígena Parkatêjê, Bom Jesus do Tocantins, Pará, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 433-437, mar-abr, 2001.

CORDIOLI, S. Enfoque participativo no trabalho com grupos. *In*: BROSE, M. **Metodologias participativas: uma introdução a 29 instrumentos**. 2. ed. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2010. p. 21 - 42.

CUNHA, E. J. **Políticas públicas e capital social para o desenvolvimento local da pesca e da aquicultura no Vale do Piancó - Paraíba (2003– 2007)**. 2009. 81 f. Dissertação (Mestrado) - Extensão Rural e Desenvolvimento, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2009.

FAO. **Análisis Socioeconómico y de género: m anual para el nivel de campo**. Roma, Itália, 2001, 140 p.

FRANCO, F.P.; TAVEIRA, M.H.; MORALES, V.; CORTEZ, M.T.J.; GALVÃO, L.O.; SANTOS, V.P. Construção coletiva do conhecimento por meio da utilização do Diagrama de Venn: enfoque em extensão agroecológica. *Cadernos de Agroecologia*. *In*: 6. CLAA, 10. CBA, 5. SEMDF. **Anais [...]**, v. 13, n. 1, jul. 2018. ISSN 2236-7934.

FUNAI (Fundação Nacional do Índio). **Terras Indígenas Parque do Araguaia e Xerente**. Fundação Nacional do Índio. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-nobrasil/terras-indigenas>. Acesso em: 13 jul. 2020.

GEILFUS, F. **80 Herramientas para el Desarrollo Participativo: diagnóstico, planificación, monitoreo, evaluación**. IICA, San Jose, Costa Rica, 2002. 217 p.



GUILHERME, L. C. **Sisteminha Embrapa - UFU – FAPEMIG: Sistema Integrado de Produção de Alimentos**. Módulo1: Luiz Carlos Guilherme, Robério dos Santos Sobreira e Valdemir Queiroz de Oliveira. Tanque de peixes . Teresina: Embrapa Meio-Norte, 2019. 63 p. (Documentos; 259). ISSN 0104-866X.

IBGE. 2022. Censo demográfico 1991/2010. Disponível em: <https://indigenas.ibge.gov.br/graficos-e-tabelas-2.html>. Acesso em: 18 out. 2022.

KALIKOSKI, D; NETO, J.D; THÉ, A.P.G; RUFFINO, M.L; FILHO, S.M. **Gestão compartilhada do uso sustentável de recursos pesqueiros: refletir para agir**. Brasília, DF: IBAMA, 2009. 184 p.

KUMMER, L. **Metodologia Participativa no meio rural: uma visão interdisciplinar, conceitos, ferramentas e vivências**. Salvador: GTZ, 2007. 155 p.

MOTA, D. M. da; SCHMITZ, H.; FREITAS, M. N. Pesquisa e agricultura familiar: contribuição para o debate. **Raízes**, Campina Grande, v. 26, n. 1-2, p.128-139, 2007.

OLIVEIRA, D.; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. Produzindo novidades na agricultura familiar: agregação de valor e agroecologia para o desenvolvimento rural. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**. v. 28, n. 1, p. 17-49, jan./abr. 2011.

MOREIRA, L., REATTO, A., de ANDRADE, L. R. M.; Martins, E. D. S. **Diagnóstico indígena participativo. Aldeia Pedra Branca terra indígena Krahô Itacajá-Tocantins**. 2001. 40 p. (Documentos; Embrapa Cerrados, 40). ISSN 1517-5111.

PIPERATA, B. A., IVANOVA, S. A., GLORIA, P., VEIGA, G., POLSKY, A., SPENCE, J. E., & MURRIETA, R. S. S. Nutrition in transition: Dietary patterns of rural amazonian women during a period of economic change. **American Journal of Human Biology**, v. 23, p. 458–469. 2011.

POPKIN, B. M. Global nutrition dynamics: The world is shifting rapidly toward a diet



linked with non-communicable diseases. **American Journal of Clinical Nutrition**, v. 84, p. 289–298. 2006.

POLLAN, M. **Em defesa da comida**: um manifesto. Rio de Janeiro: Intrínseca. 2008. 272 p.

PRYSTHON, A.; UMMUS, M. E.; TARDIVO, T. F.; PEDROZAFILHO, M. X.; CHICRALA, P. C. M. S.; KATO, H. C. de A.; DIAS, C. R. G.; PAZ, L. R. de. **A pesca artesanal no rio Araguaia, Tocantins, Brasil**: aspectos tecnológicos e socioeconômicos. Rio de Janeiro: e-Publicar, 2022. 94 p. il.

ROCHA, T. E. S.; COSTA, N. M. S. C.; NASCIMENTO, M. M.; SILVA, R. P. Identificação da alimentação atual, do povo Xerente, nas aldeias indígenas do Estado do Tocantins. **Investigação Qualitativa em Saúde**, v.1, p. 594-599, 2015.

RODRIGUES, K. N.; SANTOS, N. de S. S. A Percepção do Indígena Xerente sobre a hipertensão arterial sistêmica, no Tocantins. **Rev. Pesquisa Cuidado é Fundamental online**. v. 8, n. 2, p. 4549-4562, 5 abr, 2016. Disponível em: <http://seer.unirio.br/cuidadofundamental/article/view/5032>. Acesso em: 25 ago. 2022.

SANTOS, A. R. S.; NASCIMENTO, W. L. N.; FELIZARDO, A. O.; MODESTO, J. C. V.; BENJAMIN, A. M. Diagrama de Venn uma ferramenta norteadora para identificar as relações que integram a Associação Agroecológica de Produtores e Produtoras no Município de Salinópolis, PA. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA, 9. set.-out 2015, Belém. **Resumos [...]**. Cadernos de Agroecologia, v. 10, n.3, 2015. ISSN 2236-7934.

SANTOS, R. V.; COIMBRA Jr., C. E. A. Socioeconomic differentiation and body morphology in the Surui of Southwestern Amazonia. **Current Anthropology**, v.37, p. 851-856, 1996.

SCHMIDT, R. **“Nossa cultura é pequi, frutinha do mato”**: um estudo sobre as



práticas alimentares do povo akwê. 128 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011.

VENÂNCIO, M.; CHELOTTI, M. C. Efeitos socioespaciais de grandes empreendimentos: o caso da barragem de lajeado sobre o povo xerente no estado do Tocantins. **Espaço em Revista**, Goiânia, v. 18, n. 1, 2017. DOI: 10.5216/er.v18i1.42247. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/espaco/article/view/42247>. Acesso em: 18 ago. 2022.

VIEIRA FILHO, J. P. B. Emergência do diabetes melito tipo II entre os Xavante. **Revista da Associação Médica Brasileira**. v.42, n.61. 1996.

VOS, B.; TATENHOVE, J.P.M.V. Trust relationships between fishers and government: new challenges for the co-management arrangements in the Dutch flatfish industry. **Marine Policy**, n.35, 218– 225, 2011.

XERENTE, W.G.M. **Alimentação escolar nas escolas indígenas Xerente**. 27 f. Monografia (Graduação). Curso de Nutrição. Universidade Federal do Tocantins. Palmas, 2019.

ZANIRATO, S.H.; RIBEIRO, W.C. Conhecimento tradicional e propriedade intelectual nas organizações multilaterais. **Ambiente e Sociedade**. v.10, n.1 p. 39-55. jan-jun 2007.





Agricultura Familiar:

Pesquisa, Formação e Desenvolvimento

RAF. v.17, nº 01 e 02 / jan-dez 2023, ISSN 1414-0810 / E-ISSN 2675-7710

CARACTERIZAÇÃO DO MANEJO SANITÁRIO DE AVES CAIPIRAS EM SISTEMAS DE PRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO SUDESTE DO PARÁ

CHARACTERIZATION OF THE SANITARY MANAGEMENT OF CAIPIRA BIRDS IN FAMILY FARMING PRODUCTION SYSTEMS IN SOUTHEASTERN PARÁ, BRAZIL

Danillo Henrique da Silva Lima, Doutor, IFPA, danillo.lima@ifpa.edu.br;
Poliana da Silva Aquino, Graduanda, IFPA, polianaaquino19@gmail.com;
Romulo Gomes de Oliveira, Bacharel, FEA, romulojvb@hotmail.com;
Luiz Rodrigo Teixeira Magevski, Graduando, UFPA, luizmagevskicta2021@gmail.com;
Kaline da Silva Paz, Estudante de Curso Técnico, IFPA Campus Rural de Marabá, kalinesilvapaz0108@gmail.com;
Cláudio Costa Santana, Graduado, IFPA Campus Rural de Marabá, claudio.costa@ifpa.edu.br;
Mariana Gomes de Oliveira, Professora, IFPA Campus Rural de Marabá, mariana.gomes@ifpa.edu.br;

Resumo

O presente trabalho teve como objetivo caracterizar o manejo sanitário de aves caipiras em propriedades da agricultura familiar localizadas em Marabá e São João do Araguaia, sudeste do Pará. Foram visitadas 29 propriedades para aplicação de questionário semiestruturado. O sistema de produção predominante foi o semiextensivo. Quanto a vacinação, 55,17% das propriedades relataram executar esta prática, principalmente contra Newcastle, Boubas Aviária, Cólera e Tifo e 79,31% relataram praticar vermifugação. Em 17,24% das propriedades foram relatadas altas mortalidades com ocorrência no período chuvoso. As enfermidades relatadas com maior ocorrência foram Boubas aviária, Tifo/Salmonelose e Verminose. Estruturas e materiais como cortina, enfermaria, cama de aviário, campânula e círculo de proteção não foram observadas em mais da metade das propriedades e nenhuma apresentou pedilúvio. Estas informações são importantes para contribuir na elaboração de programa de manejo sanitário de aves caipiras para a região do sudeste paraense.

Palavras-chave

Avicultura. Saúde animal. Estado do Pará. Amazônia.

Abstract

The present work aimed to characterize the sanitary management of free-range birds in family farming properties located in Marabá and São João do Araguaia, southeast of Pará. Twenty-nine properties were visited for the application of a semi-structured questionnaire survey. The predominant production system was the semi-extensive. As for vaccination, 55.17% of the properties reported implementing this practice, mainly against Newcastle disease, Avian Poxvirus, Cholera, and Typhus, and 79.31% reported practicing deworming. In 17.24% of the properties, high mortality rates were reported during the rainy season. The diseases reported with the highest occurrence were Avian pox, Typhus/Salmonellosis, and Verminosis. Structures and materials such as curtains, infirmaries, poultry bedding, heating, and brooder rings were not observed in more than half of the properties, and none had a footbath. This data contributes to the development of a health management program for free-range birds in the southeastern region of Pará.

Keywords

Poultry farming. Animal health. Pará state. Amazon.

INTRODUÇÃO

O Brasil se destaca como o maior exportador e o 2º maior produtor de carne de frango do mundo, com 14,3 milhões de toneladas produzidas, sendo 69% para o consumo interno, que representa 45,3 kg por habitante. Mesmo nos momentos críticos durante a pandemia COVID-19, devido as alterações das cadeias globais de mercado, a oferta de frango para o consumidor brasileiro cresceu 2% e representou a proteína mais acessível à população (ANUÁRIO DA AVICULTURA INDUSTRIAL, 2021; ABPA, 2021).

O Pará está entre os 10 maiores estados abatedouros de frango do país, em frigoríficos inspecionados pelo sistema federal. Entretanto, o estado é responsável por apenas 0,77% dos abates de frangos no Brasil (ABPA, 2021). Em 2019, os produtos oriundos da carne de frango cresceram 23%, superando a marca de 1 milhão de toneladas (AGÊNCIA PARÁ, 2020).

A avicultura comercial faz parte da economia de 28 municípios do Pará. A produção está concentrada na Região Metropolitana de Belém, em parte do nordeste paraense e no Baixo Amazonas (ADEPARÁ, 2019a; Nascimento *et al.*, 2018).

A criação de galinhas caipiras é uma prática comum na agricultura familiar, que propicia às famílias produtoras: renda extra, diversificação de renda e produção de proteína de qualidade para a subsistência (Albuquerque *et al.*, 2021). Por outro lado, boa parte da avicultura desenvolvida na agricultura familiar, em especial no sul e sudeste paraense, é precária, pouco profissionalizada, com escassez de tecnificação e assistência técnica (Machado, 2009; Santos *et al.*, 2021).

A ausência de procedimentos sanitários simples, expõem tanto os animais, quanto os humanos a um grande risco de contaminação por doenças infecciosas e ainda representa um sinal de alerta para a avicultura (Carvalho *et al.*, 2021).

Nos últimos anos, tem sido observada mudança no perfil dos consumidores que incentivam cada vez mais a adoção dos sistemas de produção alternativo na avicultura (Vieites *et al.*, 2016; Gênero *et al.*, 2020). Porém, estudos sobre a ocorrência das enfermidades que afetam aves criadas nesses sistemas são escassos, sendo abordado em sua maioria apenas uma doença específica (Gomes Filho *et al.*, 2014). Estudo retrospectivo em galinhas coloniais no Rio Grande do Sul verificou que as principais causas de morte foram as parasitoses mistas, seguida das salmoneloses (tifo aviário e pulorose) (Zamboni *et al.*, 2021).



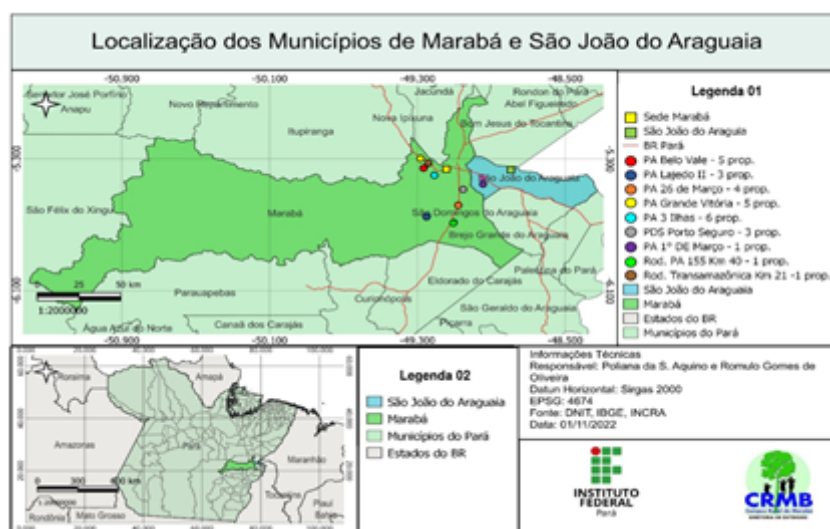
Pesquisas sobre as enfermidades e/ou sobre a caracterização do manejo sanitário em aves caipiras no estado do Pará não foram encontradas na literatura. Adicionalmente, o Pará não possui uma definição oficial das enfermidades que ocorrem na criação de galinhas e não há um programa de vacinação específico para a realidade do estado, especialmente para aves caipiras, sendo empregadas apenas as diretrizes do Programa Nacional de Sanidade Avícola (PNSA) por meio do Programa Estadual de Sanidade Avícola (Pesa) (ADEPARÁ, 2019b), que aborda sobre prevenção, controle e vigilância de enfermidades como influenza aviária, new castle, micoplasmoses e salmoneloses.

Diante do exposto, o presente trabalho teve como objetivo realizar a caracterização do manejo sanitário de aves caipiras em sistemas de produção da avicultura familiar no sudeste do estado do Pará, de modo a contribuir com ações que promovam informações com dados regionais para que os produtores e técnicos tenham fácil acesso e possibilidade de desenvolver as estratégias de produção e de manejo adaptadas para a realidade local.

METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada nos municípios de Marabá e São João do Araguaia (Figura 1), os quais pertencem a mesorregião do sudeste do Pará. No primeiro município, a Secretaria de Agricultura tem fomentado a atividade avícola através da capacitação de produtores e doação de kits de avicultura para a produção principalmente em Projetos de Assentamento (PA).

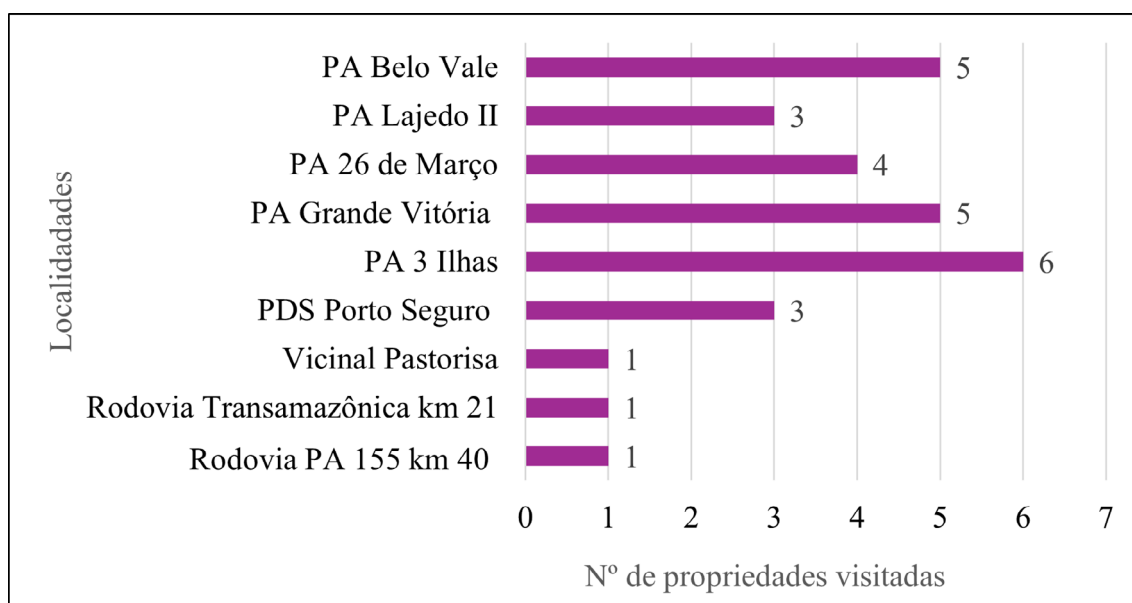
Figura 1 - Mapa de localização dos municípios de Marabá e São João do Araguaia.



Fonte: Elaborado pelos autores

Para a caracterização do manejo sanitário na criação de galinhas e frangos caipiras produzidos em propriedades da agricultura familiar foram visitadas 29 propriedades, sendo 28 localizadas no município de Marabá e 1 no município de São João do Araguaia. A maioria das propriedades estavam localizadas em PA (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Distribuição do número de propriedades visitadas na criação de aves caipiras nos municípios de Marabá e São João do Araguaia, Pará.



Legenda: Número de propriedades visitadas por localidades.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Foi realizada uma visita em cada propriedade para a aplicação de questionário semiestruturado com perguntas abertas e fechadas sobre aspectos socioeconômicos, manejo sanitário, manejo nutricional e instalações. As visitas ocorreram entre os meses de junho a setembro de 2022 (Figura 2)

Todas as informações foram sistematizadas em Excel. Para avaliar a influência do tamanho da propriedade e a quantidade de aves foi realizada a correlação de Pearson através do BioState 5.3 (Ayres *et al.*, 2007).

Figura 2 - Imagens diversas das visitas realizadas nas propriedades de avicultores para aplicação do questionário de caracterização do manejo sanitário e para a realização de orientações técnicas nos municípios de Marabá e São João do Araguaia, Pará.



Fonte: Elaborado pelos autores

RESULTADOS E DISCUSSÃO

ABORDAGEM SOCIOECONÔMICA

As propriedades visitadas apresentaram valores médios e desvio padrão de 29,92 \pm 29 hectares (ha) e 98,83 \pm 76 cabeças de aves, o que mostra uma variação alta entre os tamanhos das propriedades e o total de aves relatadas. Não houve correlação entre tamanho das propriedades com o total de aves (Tabela 1).

Tabela 1- Tamanho das propriedades visitadas e número de aves presentes no plantel nos municípios de Marabá e São João do Araguaia, Pará.

	Máximo	Mínimo	Média e desvio padrão
Tamanho da propriedade (ha)	86,64	0,05	29,92 \pm 29
Total de aves (cabeças)	320	5	98,83 \pm 76
Correlação Pearson			R ² 0,09

Em razão da atividade ser a criação de pequenos animais, não há necessidade de terras em grande quantidade para que a avicultura seja atrativa e com potencial para

geração de renda. Em alguns locais visitados as aves eram criadas em pequenos quintais e isto contribuiu para o elevado desvio padrão tanto no tamanho das propriedades quanto na quantidade de animais criados.

Quanto a caracterização da mão de obra das propriedades visitadas, observou-se predominância do tipo familiar e não houve propriedade com utilização de pessoa contratada exclusivamente para as atividades da avicultura (Tabela 2). Isto é semelhante ao verificado por Machado (2009) ao estabelecer fatores limitantes à criação de galinhas caipiras em propriedades da agricultura familiar em Marabá.

Tabela 2: Distribuição do tipo de mão de obra nas atividades com avicultura nas propriedades visitadas nos municípios de Marabá e São João do Araguaia, Pará.

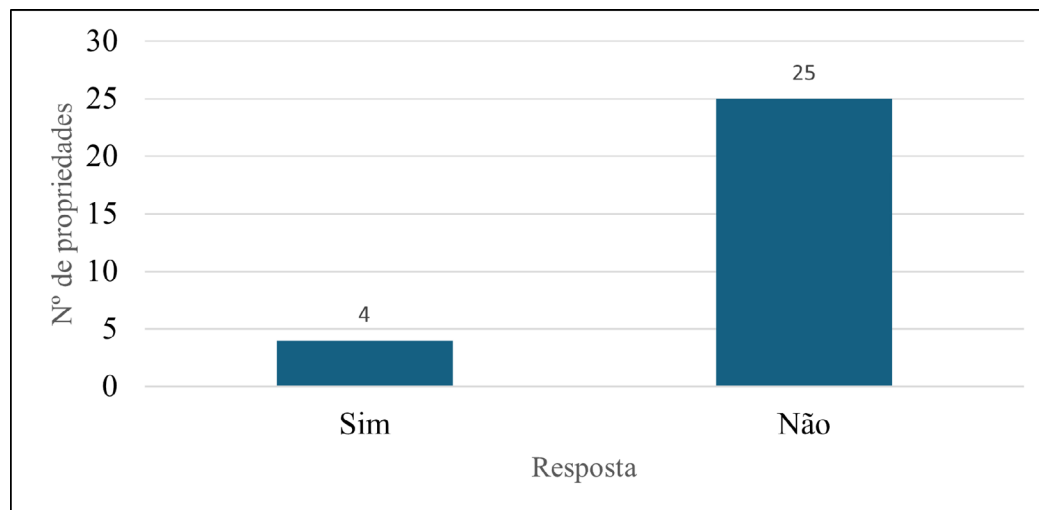
Tipo de mão de obra	Nº de propriedades	%
Familiar	27	93,10
Contratada	0	0,00
Mista (familiar e contratada)	2	6,90

A maioria das propriedades não apresentou a atividade de avicultura como principal fonte de renda (Gráfico 2). A atividade geradora de renda mais relatada foi a aposentadoria, seguida da horticultura. Outras atividades relatadas foram bovinocultura de leite e de corte.

Esse resultado também foi encontrado por Albuquerque *et al.* (2021), que observou que apesar da avicultura ter resultados positivos, não é a atividade principal das famílias, mas podendo se encaixar como complemento de renda.

O que pode afetar a ampliação dessa atividade como renda principal nas pequenas propriedades, entre os entraves, pode ser a mão-de-obra vista que os resultados apontam para a mão-de-obra familiar. Para Tosetto *et al.* (2013) a mão-de-obra familiar, tempo e disponibilidade de capital, são fatores determinantes para a permanência ou não dos animais na propriedade.

Gráfico 2 - Número de propriedades que apresentaram ou não a avicultura como a principal fonte de renda nos municípios de Marabá e São João do Araguaia, Pará.



Legenda: Avicultura como principal fonte de renda.

Fonte: Elaborado pelos autores.

O principal objetivo de produção de aves caipiras segundo os entrevistados foi para o consumo próprio (subsistência) (Tabela 3).

Tabela 3 – Principais objetivos da produção de aves caipiras nos municípios de Marabá e São João do Araguaia, Pará.

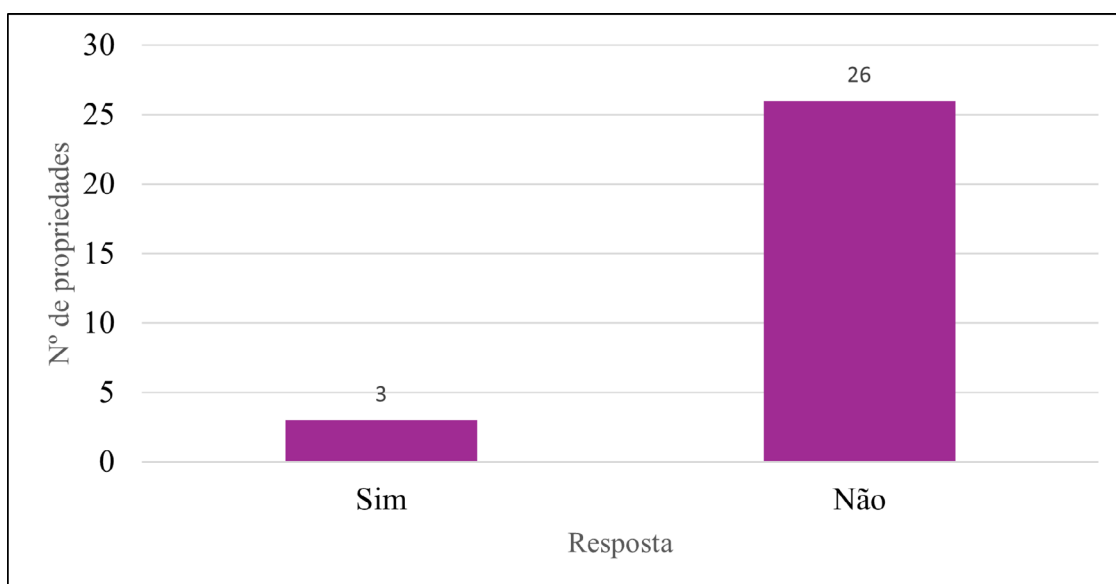
Principal objetivo da produção	Nº de propriedades	%
Consumo próprio (subsistência)	13	44,83
Venda de ovos	6	20,69
Venda de galinhas e/ou frangos vivos	9	31,03
Venda de galinhas e/ou frangos abatidos	0	0,00
Venda de matrizes e/ou reprodutores melhorados geneticamente	0	0,00
Outro	1	3,45

Verificou-se que um pequeno número de propriedades relatou receber assistência técnica (Gráfico 3). Segundo os produtores, este serviço foi realizado pela Secretaria de Agricultura de Marabá (SEAGRI).

Parte dos produtores que informaram receber assistência técnica provavelmente se confundiram com as ações da SEAGRI para entrega dos pintinhos para produção nas propriedades. Essa pouca assistência técnica, ou quase nenhuma encontrada nos resultados, mostra a fragilidade em que os agricultores estudados se encontram.

A assistência técnica é de grande importância ao homem do campo para a implantação de novas tecnologias, a carência de assistência recebida, pode levar ao declínio da estrutura financeira e social das famílias (Milhomem *et al.*, 2018).

Gráfico 3 - Propriedades que receberam ou não algum tipo de assistência técnica nos municípios de Marabá e São João do Araguaia.



Legenda: Assistência técnica.

Fonte: Elaborado pelos autores.

DESCRIÇÃO DOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO

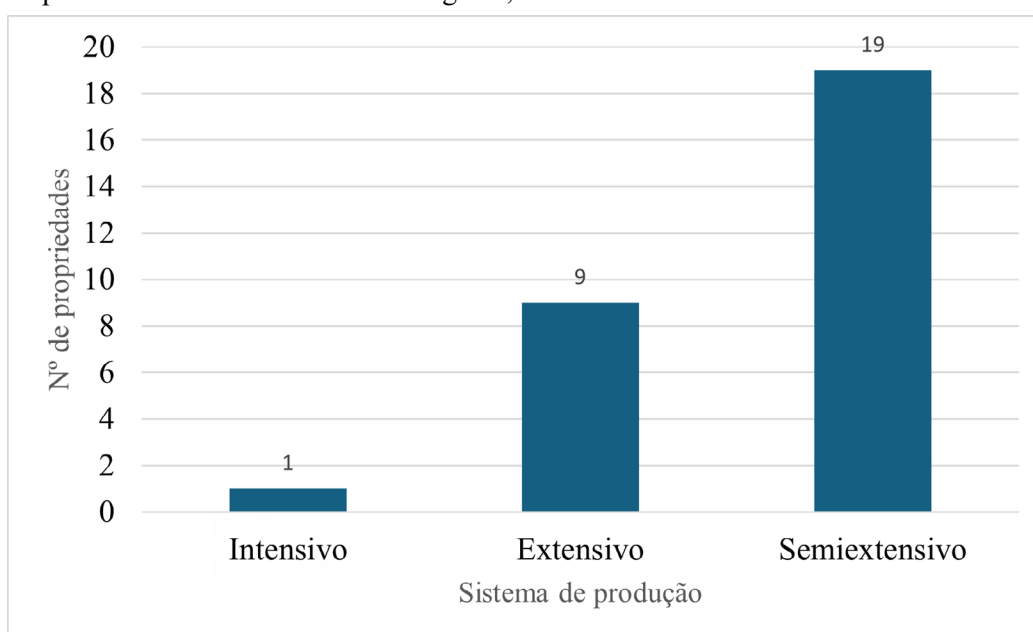
Os sistemas de produção observados foram: extensivo, semiextensivo e intensivo. O sistema de produção predominante foi o semiextensivo, onde as aves são criadas em aviário com acesso a piquetes ou quintais (Gráfico 4).

Os tipos de sistema de produção encontrados devem ser observados e analisados também a partir de fatores como clima, temperatura e umidade. Para De Araujo *et al.* (2017), o bioclima na região sudeste do estado do Pará deverá ser modificado e/ou controlado para oferecer um conforto adequado, para que os animais possam expressar o

seu máximo potencial genético. Para isso a escolha do melhor sistema de produção se faz necessário.

Associado ao sistema de produção foi possível observar as linhagens produzidas, na qual destacaram-se a Mestiça (11/29), também chamada regionalmente de Caipira e o Caipirão (4/25). Outras linhagens foram informadas com menor frequência como o Pescoço Pelado (3/29) e o Índio Gigante (2/25).

Gráfico 4 - Distribuição dos sistemas de produção de aves caipiras das propriedades visitadas nos municípios de Marabá e São João do Araguaia, Pará



Legenda: Sistema de produção de aves caipiras.

Fonte: Elaborado pelos autores.

CARACTERIZAÇÃO DO MANEJO NUTRICIONAL E SANITÁRIO

Verificou-se que a alimentação das aves caipiras foi predominantemente a base de ração comercial (Tabela 4). A alimentação representa cerca de 70 % do custo da produção aves, com isso é importante buscar fontes alternativas de alimentos (Barbosa *et al.*, 2007).

Tabela 4 - Perfil do tipo de alimentação de aves caipiras nos municípios de Marabá e São João do Araguaia, Pará.

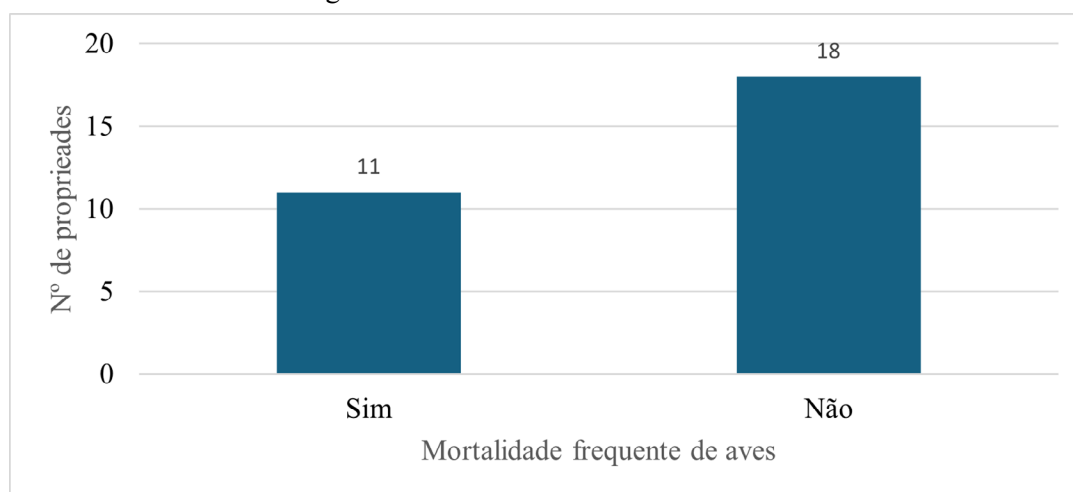
Tipo de alimentação	Nº de propriedades	%
Ração comercial	19	65,5

Ração comercial + resto de comida + ambiente (pastagem, quintal, pomar etc.)	6	20,6
Resto de comida + ambiente (pastagem, quintal, pomar etc.)	1	3,45
Ração preparada na propriedade	3	10,3

Sobre os aspectos sanitários da criação de aves caipiras, verificou-se que cerca de 38% (11/29) informou que tem morrido aves com frequência na propriedade (Gráfico 5).

Praticamente metade dos produtores entrevistados, 51,72% (15/29), informaram fazer uso da cama de frango no aviário, sendo a maravalha e a palha de arroz os principais materiais utilizados para esta finalidade. Entretanto, constatou-se durante as visitas, que boa parte dos aviários não possuíam material para ser utilizado como cama nas instalações, o que, segundo Sagrilo *et al.* (2003), é indispensável para o conforto das aves e para evitar a formação de calos nos pés e lesões no peito.

Gráfico 5 - Propriedades com ou sem frequência de mortalidade de aves caipiras nos municípios de Marabá e São João do Araguaia.



Legenda: Frequência de mortalidade de aves caipiras.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Em 17,24% (5/29) das propriedades foram relatadas alta mortalidade de aves, principalmente no período chuvoso entre dezembro de 2021 a março de 2022. Um produtor informou que morreram 110 aves adultas de um total de 125. Outro produtor relatou que chegou a ter uma mortalidade de 30 pintinhos por mês. Em quatro propriedades foi comum o relato de alta mortalidade de animais adultos a ponto de durante alguns dias ter

que usar carrinho de mão para retirar os animais mortos do aviário. Segundo Andreatti Filho *et al.* (2020), enfermidades como Doença de Newcastle, Influenza Aviária e Tifo Aviária podem ocorrer de maneira aguda e ser responsáveis por altas taxas de mortalidade.

Diante das preocupações com a mortalidade das aves, destaca-se o aspecto sanitário na indústria avícola. Há que se pesar a importância do assunto como a saúde pública, pois os consumidores finais de produtos avícolas podem ser acometidos por enfermidades causadas por patógenos, principalmente bactérias, presentes nesses produtos (Sesti, 2000). Esta preocupação é evidenciada na tabela 3, a qual demonstra que o principal objetivo da produção é o consumo próprio. Quanto a vacinação, 55,17% (16/29) das propriedades informaram realizar esta prática de manejo, principalmente contra Newcastle, Bouda Aviária, Cólera e Tifo. Já em relação a vermifugação, 79,31% (23/29) das propriedades executam esta prática, onde é realizada principalmente a cada 3 meses. Esta frequência de vermifugação chama atenção para o risco de resistência anti-helmíntica e para a possibilidade de não respeitar corretamente o período de carência dos vermífugos. Para diminuir o risco comentado é importante que os produtores passem a utilizar métodos alternativos de vermifugação, como por exemplo, o pseudocaula da bananeira (Kunzler *et al.*, 2016).

Para compreender o conhecimento dos produtores sobre as principais enfermidades das aves, verificou-se que Bronquite Infecciosa, Bouda Aviária, Influenza Aviária e Verminose foram relatadas com maior frequência (acima de 50%) como sendo de conhecimento dos entrevistados. Por outro lado, enfermidades como Doença de Marek, Newcastle, Gumboro, Salmonelose e Coccidiose foram relatadas como desconhecidas ou que não tinham ouvido falar pela maior parte (acima de 50%) dos entrevistados (Tabela 5).

Tabela 5 - Enfermidades de aves que os produtores já tinham ou não ouvido falar nos municípios de Marabá e São João do Araguaia, Pará.

Já ouviu falar nas enfermidades abaixo?	Sim	%	Não	%
Bouda aviária (“gogo de caroço”)	26	89,66	3	10,34
Bronquite infecciosa (“gogo”)	25	86,21	4	13,79
Verminose	23	79,31	6	20,69
Influenza aviária	15	51,72	14	48,28

Newcastle (“roda”)	12	41,38	17	58,62
Salmonelose	9	31,03	20	68,97
Coccidiose	8	27,59	21	72,41
Doença de Marek	6	20,69	23	79,31
Gumboro	6	20,69	23	79,31

Em relação à pergunta “Quais as doenças de maior ocorrência na sua criação?”, verificaram-se diferentes padrões de respostas. Ora havia citação do nome da enfermidade, ora havia citação de sinal clínico inespecífico. Neste sentido, as enfermidades mais frequentemente relatadas foram Boubá aviária, Tifo/Salmonelose, Verminose, Coccidiose e Bronquite infecciosa (Tabela 6).

Tabela 6 - Enfermidades de maior ocorrência em propriedades de aves caipiras segundo relatos dos produtores nos municípios de Marabá e São João do Araguaia, Pará.

Enfermidade de maior ocorrência	Nº de propriedades	%
Boubá aviária	5	35,71
Tifo/Salmonelose	3	21,43
Verminose	2	14,29
Coccidiose	2	14,29
Bronquite infecciosa	2	14,29

Os principais sinais clínicos relatados, foram: gogo, peito seco, febre e tristeza (Tabela 7). Como evidenciado na própria tabela, gogo foi o sinal clínico que mais se repetiu nas respostas dos produtores. Importante destacar que tal manifestação clínica pode ocorrer em doenças como aspergilose, singamose, coriza infecciosa, pulorose, pneumonia etc. (Albino *et al.*, 2014).

Tabela 7 - Sinais clínicos relatados como de maior ocorrência nas propriedades visitadas nos municípios de Marabá e São João do Araguaia, Pará.

Sinal clínico relatado	Nº de propriedades	%
Gogo	10	33,33
Peito seco	3	10,00
Febre	3	10,00

Tristeza	3	10,00
Pescoço torto/caído	2	6,67
Diarreia	2	6,67
Hipotermia	1	3,33
Asas caídas	1	3,33
Morte súbita	1	3,33
Enfraquecimento das pernas	1	3,33
Queda de penas	1	3,33
Canela "seca"	1	3,33
Catarro	1	3,33

Outro aspecto de destaque quanto a Tabela 7 é com relação a utilização de termos regionais (“gogo”, “peito seco”, “canela seca”, “catarro”, entre outros), o que revela o saber local no dia a dia do manejo das aves caipiras realizado pelos produtores da agricultura familiar. O aprofundamento de pesquisas futuras sobre a utilização destes termos enriquecerá a compreensão das práticas de manejo, bem como, proporcionará o diálogo entre a ciência animal aplicada e as etnociências das comunidades locais.

As fases do manejo da avicultura em propriedades familiares são essenciais e devem ser seguidas corretamente para garantir um bom controle de crescimento e sanidade no galinheiro, visando, o alcance dos resultados desejados (Silva, 2016). As características edafoclimáticas de Marabá e região, localidades estas inseridas no bioma amazônico, podem influenciar nas condições epidemiológicas para a ocorrência de enfermidades avícolas. Pois temperaturas anuais que variam entre 23,3 e 32,7 ° C e precipitação anual acima de 1.900 mm (Wanzeler *et al.*, 2015) fazem parte do cotidiano regional estudado. Estas condições são favoráveis a presença de patógenos que desafiam a saúde das aves, o que reforça a necessidade da adoção de práticas de manejos adaptadas para a avicultura familiar praticada no contexto estudado.

CARACTERIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS DOS AVIÁRIOS

Sobre o tipo de instalação da criação, verificou-se predomínio de aviário de madeira (Tabela 8), que também foi observada por Machado (2009) em estudo realizado na microrregião de Marabá.

Tabela 8: Tipos de instalações nas propriedades visitadas nos municípios de Marabá e São João do Araguaia, Pará.

Tipo de instalação	Nº de propriedades	%
Aviário de alvenaria	7	24,14%
Aviário de madeira	21	72,41%
Aviário de barro	0	0,00%
Outro (cercado de telha e terreiro)	1	3,45%

Os itens círculo de proteção, piquete para pastejo, comedouro infantil, campânula, depósito para medicamentos, cama de aviário, enfermaria/quarentenário, bebedouro de pressão e cortina foram observados em menos de 50% das propriedades (Tabela 9). Já os itens observados com maior frequência nas propriedades, ou seja, acima de 50%, foram ninho, espécies frutíferas, mureta/elevação de proteção, bebedouro pendular, poleiro, depósito de ração, comedouro tubular, área de parque e tela de proteção. Nenhuma propriedade apresentou pedilúvio, o que indica a pouca importância dada a este equipamento por parte dos produtores e/ou até mesmo desconhecimento de sua existência e sua função de prevenir a contaminação do aviário por microrganismos diversos.

Tabela 9 – Equipamentos e materiais básicos utilizados para avicultura presentes nas propriedades visitadas nos municípios de Marabá e São João do Araguaia, Pará.

Equipamento/material	Nº de propriedades	%
Tela de Proteção	24	82,76
Área de parque	21	72,41
Comedouro Tubular	20	68,97
Depósito para ração	19	65,52
Poleiro	19	65,52
Bebedouro Pendular	18	62,07
Mureta/elevação de proteção	18	62,07
Espécies frutíferas	17	58,62
Ninho	17	58,62
Cortina	13	44,83
Bebedouro de Pressão	10	34,48
Enfermaria/quarentenário	10	34,48
Cama de aviário	9	31,03

Depósito para medicamentos	9	31,03
Campânula	8	27,59
Comedouro infantil	7	24,14
Piquete para pastejo	6	20,69
Círculo de proteção	5	17,24
Pedilúvio	0	0,00

Segundo Campos *et al.*, (2005), estes equipamentos e materiais são essenciais para o sucesso da avicultura caipira. O pequeno produtor pode não ter recurso financeiro para adquirir tais materiais e equipar seu aviário como deveria, mas existem muitas alternativas que possibilitem reduzir significativamente os custos com investimento, como por exemplo, a confecção de bebedouros de garrafa pet, comedouro de cano PVC, ninho de madeira disponível na propriedade, campânula com bacia de alumínio entre outros.

UTILIZAÇÃO DE TRATAMENTOS ALTERNATIVOS

Em relação a pergunta sobre utilização de remédios caseiros e/ou plantas medicinais para o tratamento de aves doentes, verificou-se que 62% das propriedades utilizam esta prática (Tabela 10), principalmente com alho, limão e pimenta do reino no combate ao gogo e a folha de bananeira e bucha paulista contra enfermidades que cursam com diarreia.

Tabela 10 – Utilização de remédio caseiro e/ou plantas medicinais para tratamento de aves nas propriedades visitadas nos municípios de Marabá e São João do Araguaia, Pará.

Utilização de remédio caseiro e/ou planta medicinal em aves doentes	Nº de propriedades	%
Sim	18	62,07%
Não	11	37,93%

Conduas como estas contribuem para o fortalecimento de práticas agroecológicas nas propriedades, corroborando com as ações verificadas por Sales *et al.*, (2015), ao caracterizar a criação de galinhas caipiras em propriedades de produção agroecológica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As propriedades visitadas apresentaram predomínio de avicultura com mão de obra familiar, de baixo investimento em tecnologia, ausência de assistência técnica e produção voltada principalmente para consumo próprio e de forma semiextensiva.

Mais da metade das propriedades relataram fazer uso da vacinação e de vermifugação. Entretanto, casos de alta mortalidade foram relatados em algumas propriedades, principalmente durante o período chuvoso.

As enfermidades relatadas com maior ocorrência foram Boubá aviária, Tifo/Salmonelose e Verminose. Já o sinal clínico relatado com maior frequência foi o gogo.

É necessária a conscientização dos produtores quanto a importância do uso de alguns itens básicos que contribuam diretamente com a melhoria no manejo sanitário, como por exemplo, cortina, enfermaria, cama de aviário, campânula, círculo de proteção e pedilúvio.

O uso de medicamentos caseiros e/ou plantas medicinais foi predominante nas propriedades visitadas, o que demonstra em partes uma contribuição com o fortalecimento de práticas agroecológicas na sanidade das aves caipiras.

As informações deste trabalho são importantes para contribuir na elaboração de programa de manejo sanitário de aves caipiras para a região do sudeste paraense.

AGRADECIMENTOS

Ao Instituto Federal do Pará, Campus Rural de Marabá (IFPA CRMB) pela oportunidade de desenvolver este trabalho. À Vale S.A. por contribuir no apoio financeiro das atividades do projeto “Manejo sanitário de frangos caipiras em sistemas de produção da agricultura familiar”, ao qual este trabalho está vinculado. Aos líderes de comunidade e aos produtores rurais pela especial atenção nos dada durante as visitas nas propriedades. À Secretaria de Agricultura de Marabá pela contribuição no diálogo com os produtores rurais e participação em visitas de algumas propriedades.

REFERÊNCIAS

ABPA - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PROTEÍNA ANIMAL. 2021. Disponível em: <https://abpa-br.org/mercados/>. Acesso em: 10 out. 2022.



ADEPARÁ – AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO PARÁ. 2019a.

Disponível em: <http://www.adepara.pa.gov.br/artigos/adepara%C3%A1colaborapara-o-desenvolvimento-da-avicultura-do-estado>. Acesso em: 26 out. 2022.

ADEPARÁ - AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO PARÁ. 2019b.

Disponível em: <http://www.adepara.pa.gov.br/programa-de-sanidade-av%C3%ADcola>. Acesso em: 11 nov. 2022.

AGÊNCIA PARÁ. 2020. Disponível em: <https://agenciapara.com.br/noticia/18763/>.

Acesso em: 26 maio 2022.

ALBINO L.F.T. *et al.* **Criação de frango e galinha caipira**: sistemas alternativos de criação de aves. Minas Gerais. Viçosa: Aprenda Fácil, 2014.

ALBUQUERQUE, M. F. *et al.* Produção, custo e bem estar de galinha caipira da linhagem Embrapa 051 na agricultura familiar. **Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**, v. 14, n. 2, p. 121-139, 2021.

ANDREATTI FILHO, R. L. *et al.* Doenças das aves. 3. ed. Campinas: **Fundação APINCO de Ciência e Tecnologia Avícolas**, 2020.

ANUÁRIO DA AVICULTURA INDUSTRIAL. Nº 10, Edição 1314. 2021. Disponível em: <https://www.aviculturaindustrial.com.br/edicao>. Acesso em: 20 out. 2022.

ARAUJO, J. A de *et al.* Avaliação bioclimática para frangos de corte na época das chuvas na região sudeste do estado do Pará. **Revista Agroecossistemas**, v. 9, n. 1, p. 180-188, 2017.

AYRES, M *et al.* **BioEstat: aplicações estatísticas nas áreas das ciências biológicas e médicas**. Belém: Sociedade Civil Mamirauá, MCT-CNPq, 2007.

BARBOSA, F. J. V. *et al.* **Sistema alternativo de criação de galinhas caipiras**.

Teresina: Sistema de produção 04/Embrapa Meio-Norte, 2007. 68 p.



CAMPOS, I. S. *et al.* **Produção familiar de frango colonial**. Rio Branco: Embrapa Acre, junho 2005. (Documentos, 94)

CARVALHO, R. N. *et al.* Caracterização do status sanitário de propriedades rurais criadoras de aves domésticas em sistema extensivo no sudoeste goiano. *In: Anais [...]* Colóquio Estadual de Pesquisa Multidisciplinar. Congresso Nacional de Pesquisa Multidisciplinar. 2021. (ISSN-2527-2500)

DE ANDRADE, G. C. *et al.* Levantamento socioeconômico e da viabilidade de criação de aves caipiras na região de Aquidauana-MS. ANAIS DO 14. SEMEX, n. 9, 2016. Disponível em: <https://anaisonline.uems.br/index.php/semex/article/view/4061>. Acesso em: 14 out. 2022.

GÊMERO, C. G. *et al.* Capacitação continuada como estratégia para formação de avicultores agroecológicos em assentamentos rurais. **Agricultura Familiar: pesquisa, formação e desenvolvimento**. v. 14, n. 1 / jan-jun 2020. ISSN 1414-0810.

GOMES FILHO, V. J. R. *et al.* Pesquisa de *Salmonella* spp. em galinhas criadas em fundo de quintal (*Gallus gallus domesticus*) e ovos comercializados nas feiras livres na cidade de Fortaleza, Ceará. **Semina: Ciências Agrárias**, v. 35, n. 4, p. 1855-1864, 2014.

KUNZLE, M. H. *et al.* Eficiência do uso dos tecidos do pseudocaule da bananeira no controle de verminoses em frangos caipira. **VII Feira de Iniciação Científica e Extensão**. 2016. Disponível em: http://www.camboriu.ifc.edu.br/wp-content/uploads/2017/07/2016_trab0245.pdf. Acesso em: 05 de novembro de 2022.

MACHADO, R. C. Fatores limitantes à criação de galinhas caipiras nos estabelecimentos agrícolas familiares da micro-região de Marabá. **Agricultura Familiar**, n. 9, p. 7-38, 2009.

MILHOMEM, J. P. L. *et al.* A importância da assistência técnica na agricultura familiar: enfoque no assentamento Maringá, Araguatins-TO. *In: 17. Encontro Regional de*



Agroecologia do Nordeste, v. 1 n. 1, 2018. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/era/article/view/5026>. Acesso em: 15 out. 2022.

NASCIMENTO, E. L. L. *et al.* Caracterização da cadeia produtiva de avicultura de corte em Paragominas-PA. *In*: 55. Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Zootecnia (ISSN 2358-2030); 28. Congresso Brasileiro de Zootecnia (ISSN 1983-4357), 2018, Goiânia. Anais [...]. Goiânia: Centro de Convenções da PUC-GO, 2018. Disponível em: <http://www.adaltech.com.br/anais/zootecnia2018/resumos/trab-1357.pdf>. Acesso em: 15 out. 2022.

RODRIGUES, W. O. *et al.* Evolução da avicultura de corte no Brasil. **Enciclopédia Biosfera**, v. 10, n. 18, 2014.

SANTOS, J.A. *et al.* Tipificação dos sistemas de produção de agricultores familiares assentados no sudeste do Pará. **Agricultura Familiar: pesquisa, formação e desenvolvimento**. v. 15, n. 2, jul-dez, 2021. ISSN 1414-0810. E-ISSN 2675-7710.

SAGRILO E. *et al.* **Embrapa Meio-Norte Sistemas de Produção**, 1. ISSN 1678-8818 Versão Eletrônica Jan/2003. Disponível em: <https://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/AgriculturaFamiliar/RegiaoMeioNorteBrasil/autores.htm>. Acesso em: 01 nov. 2022.

SESTI, L. A. C. Biossegurança em um programa de melhoramento genético de aves. **SIMPÓSIO DE SAÚDE AVÍCOLA**, v. 2, 2000.

SILVA, B. C. **Criação de galinha caipira como fonte de renda na agricultura familiar**. 30 f. 2016. (Trabalho de Conclusão de Curso) - Universidade Federal de Rondônia. 2016.

TOSETTO, E. M. *et al.* A importância dos animais nas propriedades familiares rurais agroecológicas. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 8, n. 3, p. 12-25, 2013.

VIEITES, F. *et al.* Bien estar animal em los procesos de producción avícola: experiencias brasileiras. **Revista Colombiana de Zootecnia**, v. 2, n. 3, p.17-22, 2016.



WANZELER, R. T. S. *et al.* Caracterização do potencial agroclimático da cidade de Marabá (PA) para a produção de plantas helicônias. **19. Congresso Brasileiro de Agrometeorologia. Anais [...]**. Lavras, MG, 2015.

ZAMBONIR. *et al.* Estudo retrospectivo de doenças diagnosticadas em galinhas coloniais (*Gallus gallus domesticus*) na região sul do Rio Grande do Sul, em um período de 20 anos (2000 - 2020). **Research, Society and Development**, v. 10, n. 10, 2021. e467101018978.





Agricultura Familiar:

Pesquisa, Formação e Desenvolvimento

RAF. v.17, nº 01 e 02 / jan-dez 2023, ISSN 1414-0810 / E-ISSN 2675-7710

COOPERATIVAS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO PARÁ E BENEFICIAMENTO AGROINDUSTRIAL: ESTRATÉGIAS PARA O FORTALECIMENTO DA PARTICIPAÇÃO NOS MERCADOS

FAMILY FARMING COOPERATIVES IN PARÁ AND AGROINDUSTRIAL PROCESSING: STRATEGIES TO STRENGTHEN MARKET PARTICIPATION

Cleize Gonçalves Dias Ribeiro, Graduanda, UFPA, cleize.dias@gmail.com;

Philippe Jean Louis Sablayrolles, Doutor, UFPA, philippe_Sablayrolles@hotmail.com;

Resumo

Nesta pesquisa, originada de um Trabalho de Conclusão de Curso de Bacharelado em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Pará, objetiva-se identificar as estratégias desenvolvidas por cooperativas da agricultura familiar para o atendimento às demandas dos mercados em termos de qualidade, quantidade e regularidade, mediante a oferta de produtos agroindustrializados. Este estudo é parte de um projeto de pesquisa que investigou 11 cooperativas localizadas nas mesorregiões Nordeste e Sudeste Paraense através de entrevistas semiestruturadas, em 2021. Sete cooperativas foram selecionadas para este estudo pelo critério de oferecerem simultaneamente os serviços de beneficiamento agroindustrial e comercialização aos sócios. Identificou-se que as cooperativas estão inseridas em quatro tipos de mercados, e estes apresentam diferentes exigências em termos de qualidade, quantidade e regularidade. As cooperativas implementam diversos mecanismos de comprovação da qualidade, assim como intervêm na produção dos sócios e/ou compram de fornecedores externos, visando atingir a quantidade e a regularidade demandadas.

Palavras-chave

Amazônia. Agricultura familiar. Mercados. Cooperativas. Agroindústrias.

Abstract

In this research, originated from a Bachelor's Degree Course in Rural Development at the Federal University of Pará, the objective is to identify the strategies developed by family farming cooperatives to meet the demands of the markets in terms of quality, quantity and regularity, through the offer of agro-industrialized products. This study is part of a research project that investigated 11 cooperatives located in the Northeast and Southeast mesoregions of Pará through semi-structured interviews in 2021. Seven cooperatives were selected for this study based on the criterion of simultaneously offering agro-industrial processing and marketing services to their members. It was identified that cooperatives are inserted in four types of markets, and these present different requirements in terms of quality, quantity and regularity. The cooperatives implement several mechanisms to prove quality, as well as intervene in the production of members and/or purchase from external suppliers, in order to achieve the quantity and regularity demanded.

Keywords

Amazon. Family agriculture. Markets. Cooperatives. Agribusiness.

INTRODUÇÃO

A partir da década de 1960, com a consolidação do processo de modernização da agricultura no Brasil, novos padrões de mercados estabeleceram-se, colocando a agricultura familiar em situação de dependência frente a outros agentes na economia mercantil. Isso exigiu do agricultor familiar o aprimoramento e criação de estratégias de produção e comercialização (Silva; Schultz, 2017).

Nas três últimas décadas, políticas públicas direcionadas à agricultura familiar, especialmente as mais recentes, voltadas para a construção de mercados (Grisa; Schneider, 2014), ampliaram as suas possibilidades de comercialização e impulsionaram a criação de organizações formais, como as cooperativas (Silva; Schultz, 2017). No estado do Pará, a criação de cooperativas teve impulso nesse período, e, atualmente, várias delas oferecem os serviços de beneficiamento agroindustrial e comercialização aos sócios (Rocha, 2020).

A agricultura familiar está inserida nos diferentes tipos de mercados (proximidade, locais ou territoriais, institucionais e convencionais), construídos, em alguma medida, pelas interações sociais e diferem entre si por diversos aspectos, especialmente o seu *locus* e os mecanismos de regulação e controle (Schneider, 2016). Frente ao exposto, o objetivo geral deste estudo consiste em identificar as estratégias desenvolvidas por cooperativas da agricultura familiar para atender as demandas dos mercados em termos de qualidade, quantidade e regularidade, mediante a oferta de produtos agroindustrializados. Para isso, adotou-se como objetivos específicos: identificar e caracterizar os mercados acessados pelas cooperativas; caracterizar as agroindústrias; identificar e analisar as políticas de qualidade dos produtos das cooperativas; e identificar e analisar o tipo de relação com os sócios e demais fornecedores com a finalidade de obter quantidade, regularidade e qualidade na oferta de produtos.

Este estudo, por apresentar estratégias desenvolvidas por cooperativas da agricultura familiar para fortalecer a sua participação nos mercados, pode estimular agricultores familiares não associados a aderirem a cooperação e, ainda, incentivar cooperativas a investirem esforços na busca de mecanismos que possibilitem o melhor aproveitamento das oportunidades de mercado. No tocante à relevância teórica, este trabalho visa contribuir com as reflexões sobre o potencial do cooperativismo em inserir e fortalecer a participação da agricultura familiar nos mercados, tomando como exemplos cooperativas da agricultura familiar do estado do Pará.



Esta pesquisa, origina-se de um Trabalho de Conclusão de Curso de Bacharelado em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Pará. Trata-se de um recorte de projeto de pesquisa¹ que investigou 11 cooperativas através de entrevistas semiestruturadas, em 2021. Sete cooperativas foram selecionadas para este estudo por oferecem, ao mesmo tempo, os serviços de agroindustrialização e comercialização aos sócios. Estas estão localizadas nas mesorregiões Nordeste e Sudeste Paraense.

Este trabalho está dividido em cinco seções. A primeira refere-se a esta introdução. Na segunda são apresentados os aspectos teóricos englobando assuntos da temática relacionados à agricultura familiar como mercados acessados, cooperativismo e agroindústrias, além de aspectos da comercialização e agroindustrialização da agricultura familiar no estado do Pará. A terceira seção apresenta os aspectos metodológicos, a quarta apresenta os resultados e discussões e a quinta, as considerações finais.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

AGRICULTURA FAMILIAR E PARTICIPAÇÃO NOS MERCADOS

A partir da década de 1960, com a consolidação do processo de modernização da agricultura no Brasil, novos padrões de mercados estabeleceram-se, colocando a agricultura familiar em dificuldades de inserção e em situação de dependência frente a outros agentes na economia mercantil, o que exigiu do agricultor familiar o aprimoramento e criação de estratégias de produção e comercialização. Todavia, mesmo enfrentando as inúmeras dificuldades, a agricultura familiar participa de forma expressiva na produção agropecuária e na economia do país (Silva; Schultz, 2017).

Um maior protagonismo da agricultura familiar ocorreu nas três últimas décadas, com a criação de políticas públicas, sendo as mais recentes, focadas na construção de mercados, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e mudanças no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), definindo a compra de, no mínimo, 30% de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar (Grisa; Schneider, 2014). Corroborando esses dados, Schneider (2016) afirma que a agricultura familiar está

¹ Este trabalho é parte de uma pesquisa intitulada “Diagnóstico de cooperativas camponesas do Nordeste Paraense e Baixo Tocantins para o beneficiamento e comercialização” realizada entre fevereiro e julho de 2021, no âmbito do projeto de pesquisa “Implantação da certificação participativa de produtos orgânicos da agricultura familiar do Nordeste Paraense”, da Universidade Federal do Pará. A UFPA financiou a pesquisa notadamente disponibilizando uma bolsa PIBIC durante um ano e meio. O Projeto foi financiado pelo CNPq na Chamada CNPq/MCTIC/MDS nº 36/2018 – Tecnologia Social, no período 2018-2021.



inserida em diferentes tipos de mercados, com finalidades de compra e venda.

Os mercados são definidos por Ploeg (2016) como sistemas ou espaços onde se realizam trocas, conectando, de diversas formas, indivíduos que atuam nas duas pontas: produção e consumo. Para o autor, o mercado não se limita a fatores abstratos como preços, ofertas, demandas, mas trata-se, também, da interação entre pessoas por meio de trocas concretas. Nesse sentido, Schneider (2016, p. 118) defende que “todos os mercados são de algum modo socialmente construídos” e as diferentes formas de interação entre os atores estabelecem os mecanismos de regulação e controle de cada mercado.

Schneider (2016) considera quatro tipos genéricos de mercados nos quais os agricultores familiares estão inseridos e os principais canais de comercialização utilizados pelos agricultores para acessá-los: a) *Mercados de proximidade*, onde as trocas são marcadas pela reciprocidade, confiança e interação entre agricultor e consumidor, a partir das vendas diretas (porta a porta, feiras locais, no domicílio); b) *Mercados locais ou territoriais*, onde coexistem aspectos de confiança mútua com a exigência de mecanismos de comprovação da procedência e identidade dos produtos, os principais canais acessados são feiras locais e regionais, lojas especializadas; c) *Mercados convencionais*, regulamentados por contratos, atuam nas esferas nacional e global, seus principais canais são empresas privadas; e d) *Mercados institucionais*, regulamentados por meio de leis e contratos, seus principais canais são PAA e PNAE.

A agricultura familiar comercializa em circuitos curtos, quando agricultor e consumidor possuem vontade mútua de aproximação, em que critérios relacionados à origem e valores simbólicos dos produtos permeiam as relações de trocas (Schneider; Gazolla, 2017) e circuitos longos, nos mercados nacionais e internacionais, produzindo matérias primas destinadas às grandes indústrias de beneficiamento (Maluf, 2004).

Estrategicamente os agricultores familiares associam a comercialização na forma individual e coletiva, sendo esta última por meio das cooperativas, acionadas, principalmente, para fornecer serviços de beneficiamento e comercialização com escala (Chayanov, 2017) e acessar canais de comercialização que valorizam atributos de qualidade dos produtos ou exigem acordos formais de longo prazo (Sablayrolles; Silva, 2021).

A IMPORTÂNCIA DO COOPERATIVISMO E DA AGROINDUSTRIALIZAÇÃO



PARA A AGRICULTURA FAMILIAR

As políticas recentes de fortalecimento da agricultura familiar, especialmente as de incentivo à comercialização, têm estimulado a criação de cooperativas e outras organizações no âmbito dessa categoria social (Silva; Schultz, 2017).

Amodeo (2001, p.123) assevera que, as cooperativas, podem promover ganho de escala aos agricultores que apresentam baixo volume de comercialização. E para além de promover benefícios aos agricultores já inseridos nos mercados, as cooperativas, segundo Fornazier e Waquil (2013), têm a capacidade de reunir e organizar agricultores que se encontram dispersos no meio rural, facilitando sua inserção nos mercados, fornecendo serviços com escala. Chayanov (2017) já expressava a mesma ideia:

As cooperativas camponesas representam uma variante altamente aperfeiçoada de economia camponesa, possibilitando ao pequeno produtor separar do seu plano organizativo aqueles itens cuja produção em larga escala apresenta vantagens indubitáveis em relação à de pequena escala. (Chayanov, 2017, p. 56).

Além dessas vantagens, a associação em cooperativas traz possibilidades de acesso ao crédito, às tecnologias, à informação e à assistência técnica; mediação com os mercados; melhores preços; geração de renda (Silva; Schultz, 2017).

Os empreendimentos cooperativos de menor porte quando começam a acessar as tecnologias e aprimoram suas capacidades tendem a buscar mercados que demandam produtos com valor agregado. E para agregar valor aos produtos em escala são necessários investimentos em estruturas agroindustriais próprias (Schubert; Niederle, 2011)

A agroindústria familiar transforma produtos agropecuários através de processos que resultam em produtos derivados com valor agregado (Pelegriani; Gazolla, 2009). A agregação de valor garante maior vantagem competitiva aos produtos, os quais adquirem uma identidade, para a qual, serão exigidos desempenhos maiores em qualidade. Ou seja, os produtos precisam atingir padrões e obedecer a um conjunto de normas que permitam alcançar os níveis exigidos de qualidade, de forma a atender as demandas do público consumidor (Castro, 2001).

Segundo Batalha, Buainain e Souza Filho (2005), para que o empreendimento agroindustrial possa obter melhores resultados e maior competitividade nos mercados precisa lançar mão de estratégias de gestão apropriadas, aplicando recursos financeiros



e ferramentas adequadas para enfrentar as especificidades da agricultura familiar como sazonalidade, variações da qualidade, perecibilidade da matéria prima, entre outros.

A agroindústria familiar constitui-se em “uma das estratégias de reprodução social da agricultura familiar”, assumindo grande importância econômica e produtiva através da geração de renda, ocupações e empregos. Isso incide na redução do êxodo rural e possibilita às famílias permanecerem no campo trabalhando e produzindo alimentos. (Pelegri; Gazolla, 2009, p. 334).

AGRICULTURA FAMILIAR NO PARÁ: ASPECTOS DA COMERCIALIZAÇÃO E AGROINDUSTRIALIZAÇÃO

O estado do Pará está localizado na Amazônia, uma região marcada pela diversidade de grupos sociais que desenvolvem produção agrícola familiar, combinando variados sistemas de produção como: cultivos de espécies temporárias e perenes, extrativismo vegetal, pequena pecuária (de gado e pequenos animais), entre outros (Hurtienne, 2005). Especificamente no Pará, Hurtienne (2005) identifica formas diferenciadas da produção familiar, desenvolvidas em ecossistemas de várzea, terra firme e estuarinos². Para o autor, a agricultura familiar desse estado, assim como de outros da Amazônia, é diversa, numerosa e integrada aos mercados, desde os locais até os globais.

No início da década de 2000, já havia no Pará uma forte presença de organizações da agricultura familiar como as cooperativas, porém, prevalecendo as feiras locais e, principalmente, os atravessadores, como canais de comercialização mais acessados (Oliveira, 2006). Mais recentemente, Rocha (2020) identificou um número expressivo de cooperativas da agricultura familiar oferecendo os serviços de beneficiamento agroindustrial e comercialização aos sócios, mostrando-se como alternativa de independência em relação ao atravessador.

A agroindustrialização é uma atividade iniciada há milênios na Amazônia, desenvolvida por povos indígenas, especialmente na produção de farinha de mandioca. No estado do Pará, desde o período colonial, diversas experiências utilizando técnicas de beneficiamento artesanais ou semiartesanais foram realizadas. No entanto, somente a partir do final do século XX as agroindústrias com maior incremento tecnológico

2 O estuário é a “região interior de um ambiente costeiro, onde ocorre o encontro das águas fluviais com a do mar transportada pelas correntes de maré, estendendo-se rio acima até o limite da influência da maré” (Miranda; Castro; Kjerfve, 2002, p. 34)



começam a se consolidar, destacando-se os grandes e médios empreendimentos, voltados principalmente para os mercados nacional e internacional (Homma, 2001). Iniciativas de apoio à agroindustrialização na agricultura familiar, com instalação de agroindústrias de beneficiamento de frutas vêm se destacando no estado, principalmente, através de cooperativas, com o intuito de valorizar a fruticultura local (Silva; Cohen; Frazão, 2007).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa desenvolve-se a partir de uma abordagem qualitativa, que segundo Minayo (2011, p.21) “trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”. A finalidade é descritiva, pois “tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno” podendo ainda correlacionar variáveis e “determinar a natureza dessa relação” (Gil, 1991, p. 45)

Este trabalho é parte de uma pesquisa intitulada “Diagnóstico de cooperativas camponesas do Nordeste Paraense e Baixo Tocantins para o beneficiamento e comercialização” realizada entre fevereiro e julho de 2021 no âmbito do projeto de pesquisa “Implantação da certificação participativa de produtos orgânicos da agricultura familiar do Nordeste Paraense”, da Universidade Federal do Pará. A amostra de cooperativas foi construída a partir de uma lista elaborada pelo orientador da pesquisa com ajuda do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP/PA) e da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI/PA) contendo 29 cooperativas, dentre as quais, 23 foram selecionadas pelo critério de estarem localizadas nas mesorregiões próximas à Belém (Nordeste e Sudeste Paraense). A pesquisa ocorreu em 2021, período de isolamento social imposto pela pandemia do Covid-19, isso limitou o contato à grande parte dessas cooperativas que diminuíram fortemente sua atividade no período, e ficaram incomunicáveis.

Das 23, 11 cooperativas responderam através de entrevistas semiestruturadas, que segundo Gil (1991, p. 92) são orientadas “por uma relação de pontos de interesse” explorados pelo entrevistador, o qual “guia-se por algum tipo de roteiro”. Assim, foi elaborado roteiro contendo perguntas sobre o perfil das cooperativas, bem como suas capacidades e estratégias (infraestrutura, gestão de pessoas, gestão socioambiental, gestão econômica, gestão da produção e gestão comercial): o roteiro privilegiou a informação



qualitativa e não procurou identificar as variáveis financeiras (volume e escala, repartição dos benefícios), que exigem uma relação mais consistente com os atores investigados. Devido a impossibilidade de contato presencial causada pela pandemia, as entrevistas foram realizadas através de chamadas telefônicas agendadas e complementadas por mensagens no aplicativo *WhatsApp*, tendo como interlocutores pessoas que ocupavam cargos no setor administrativo das cooperativas. Esta pesquisa contribui, desta forma, na discussão do uso das ferramentas virtuais como método legítimo de investigação, desde que aceitas as limitações do alcance da pesquisa (ver por exemplo Costa, 2018 e Schmidt; Palazzi; Piccinini, 2020).

Dentre as 11 cooperativas entrevistadas, sete foram selecionadas para este estudo, a partir dos critérios de oferecerem, ao mesmo tempo, os serviços de beneficiamento agroindustrial e comercialização aos sócios. São elas: Cooperativa Agropecuária do Salgado Paraense (CASP), Cooperativa Agrícola, Pecuária e Extrativista do Município de Irituia (COAPEMI), Cooperativa Mista dos Agricultores Familiares e Extrativistas do Caetés (COOMAC), Cooperativa dos Produtores Rurais Agricultores Familiares de Nova Esperança do Piriá (COOPARNEP), Cooperativa de Produtores Rurais de Carajás (COOPER), Cooperativa dos Pequenos Produtores Rurais do Uraim e Condomínio Rural de Paragominas (COOPERURAIM) e Cooperativa Agroindustrial e Extrativista das Mulheres do Município de Cametá (COOPMUC).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

CARACTERIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS

Este estudo investigou sete cooperativas da agricultura familiar que oferecem os serviços de beneficiamento agroindustrial e comercialização aos sócios. O Quadro 1 apresenta o perfil dessas organizações.

Quadro 1 – Perfil de 7 cooperativas da agricultura familiar no Pará (2021)

Cooperativas	Ano de fundação	Número de sócios	Localização da sede	Municípios/comunidades envolvidos
Cooper	1997	140	Parauapebas	6 municípios
Coapemi	2000	30	Irituia	5 comunidades
Coopmuc	2004	37	Cametá	6 comunidades
Casp	2010	125	Vigia	6 municípios

Coomac	2010	130	Bragança	5 municípios
Cooperuraim	2011	54	Matriz em Paragominas Filial em Ulianópolis	2 municípios 12 comunidades
Cooparnep	2019	38	Nova Esperança do Piriá	10 comunidades

Fonte: Elaborado pelos autores. Pesquisa de campo, 2021.

Essas cooperativas foram criadas a partir do final década de 1990, coincidindo com o período de maior incentivo governamental à agricultura familiar, por meio de políticas públicas. O número de sócios varia entre 30 e 140. Essas organizações têm uma abrangência local muito expressiva em termos de comunidades e municípios envolvidos, o que mostra o potencial das iniciativas cooperativas no estado do Pará.

MERCADOS ACESSADOS E ESTRUTURAS AGROINDUSTRIAIS

A tipologia de mercados adotada neste estudo é aquela proposta por Schneider (2016). Através dos canais de comercialização utilizados pelas cooperativas foi possível identificar os mercados que acessam. As cooperativas aqui estudadas foram classificadas em dois tipos de acordo com os mercados nos quais estão inseridas. Dessa forma, o tipo 1 acessa os mercados de proximidade, os locais/territoriais e os institucionais, enquanto o tipo 2 acessa, além desses três, os convencionais (Quadro 2).

Quadro 2 – Mercados acessados e canais de comercialização utilizados, estrutura para beneficiamento e principais produtos comercializados pelas cooperativas.

Tipo	Cooperativas	Mercados acessados e canais de comercialização utilizados	Estruturas e equipamentos de beneficiamento	Principais produtos comercializados
------	--------------	---	---	-------------------------------------

Tipo 1	Coapemi	Proximidade e Locais/territoriais (feiras locais), Institucionais (PAA e PNAE)	Três estruturas de despulpamento de frutas de propriedade individual dos sócios, com custos financiados pela cooperativa (despulpadoras, freezers, empacotadoras).	Polpas de frutas, farinha de mandioca, hortaliças, frutas.
	Coopmuc	Proximidade (feiras locais), Locais/territoriais (feiras locais e regionais, loja especializada), Institucionais (PNAE).	Estrutura de despulpamento de frutas (despulpadora, freezer, empacotadora); Minilaboratório de produção de remédios fitoterápicos e cosméticos.	Polpas de frutas, doces, geleias, licores, pães, biscoitos, artesanatos de fibras naturais, remédios, cosméticos.
	Cooparnep	Proximidade (feiras locais), Locais/territoriais (feiras locais, comércio local), Institucionais (PNAE).	Estrutura de despulpamento de frutas: (despulpadora, empacotadora e freezer).	Polpas de frutas, farinha de mandioca, frutas, hortaliças, ovos.
	Cooperuraim	Proximidade e Locais/territoriais (feiras locais) Institucionais (PAA e PNAE).	Estrutura de despulpamento de frutas (despulpadora, liquidificador industrial, máquina de branqueamento, câmara fria, freezer).	Polpa de frutas, hortaliças, frutas.
Tipo 2	Cooper	Convencionais (Restaurantes, lanchonetes), Institucionais (PNAE).	Estrutura de despulpamento de frutas (lavador de frutas, despulpadora, empacotadora, câmara fria); medidor Brix.	Polpas de frutas, doces de frutas e bombons de chocolates com recheio de frutas.
	Coomac	Proximidade (feiras locais), Locais/territoriais (feiras locais e regionais), Convencionais (empresas privadas nacionais e internacionais).	Miniusina de extração de óleos vegetais (estufa, secador com caldeira, quebrador de sementes, triturador de amêndoas, cozedor elétrico de amêndoas, prensa, tanque decantador, filtro-prensa).	Sementes (tucumã e murumuru), óleos (andiroba, coco e buriti), manteiga (tucumã, castanha e bacuri).
	Casp	Proximidade (feiras locais), Locais/territoriais (feiras locais e regionais, loja especializada), Convencionais (supermercados), Institucionais (PAA e PNAE).	Fábrica de laticínios (tanque de refrigeração, desnatadeira, analisador eletrônico de leite, pasteurizador, 6 tanques de armazenamento, 2 embaladores a vácuo, câmara frigorífica, resfriador de água, batedor de manteiga, compressor de ar, máquina de envase de iogurte, materiais para análise da qualidade do leite).	Manteiga, iogurte, queijo, bebida láctea, frutas, hortaliças.

Fonte: Elaborado pelos autores. Pesquisa de campo, 2021.

Caracterização dos mercados acessados

Cada cooperativa acessa mais de um mercado e utiliza diferentes canais de comercialização simultaneamente. Segundo Schneider (2016), os mercados de proximidade e os locais/territoriais têm em comum diversos mecanismos de regulação e controle como o conhecimento mútuo, a confiança e a reciprocidade. Nos mercados locais/territoriais essas relações de confiança recíproca coexistem com instrumentos (formais ou informais) de comprovação da procedência, da identidade e da qualidade dos produtos. Schneider (2016) considera a feira local um canal de comercialização representativo de ambos os mercados.

Os mercados de proximidade e os locais/territoriais são acessados através das feiras locais por seis cooperativas, que as consideram canais importantes por demandarem baixos custos com transporte e recebimento imediato do valor da venda. Além das feiras locais, feiras regionais e lojas especializadas são canais utilizados por essas cooperativas no acesso aos mercados locais/territoriais. As cooperativas consideram que, tanto os mercados de proximidade quanto os locais/territoriais, são pouco exigentes quanto a quantidade, a regularidade e a qualidade normativa. Quando há acordos, são informais, e garantem autonomia às cooperativas.

O quadro 2 mostra que os mercados institucionais são acessados por seis cooperativas através dos canais de comercialização PAA e PNAE. O PAA é utilizado por três cooperativas. Esse programa adquire da agricultura familiar produtos alimentícios tanto na forma *in natura* como agroindustrializados (BRASIL, 2012), estimulando assim, a diversificação da produção. As cooperativas destacam que, a principal vantagem em vender para o PAA é por ele cumprir rigorosamente os contratos de compra, absorvendo todo o volume acordado, possibilitando um planejamento maior da produção. Todavia, os baixos preços pagos pelos produtos, representam sua principal limitação, segundo a maioria das cooperativas. A legislação estabelece que os preços pagos pelo PAA sejam compatíveis com aqueles pagos nos mercados locais ou regionais (BRASIL, 2012).

O quadro 2 mostra, ainda, que todas as seis cooperativas inseridas nos mercados institucionais utilizam o PNAE como canal de comercialização. As compras podem ser feitas de agricultor individual ou de suas organizações, respeitando as especificidades agrícolas da região e priorizando alimentos oriundos de processo de produção agroecológico e orgânico, aos quais pode ser acrescido um percentual de 30% em relação



aos produtos convencionais (BRASIL, 2020). A principal vantagem de fornecer para o PNAE, segundo as cooperativas, são os preços elevados pagos pelos produtos. De acordo com a legislação os preços devem ser definidos com base nos preços médios praticados nos mercados locais, acrescidos os custos com insumos para o fornecimento (BRASIL, 2020). Esses preços justificam a opção da grande maioria das cooperativas em fornecer para o PNAE e os esforços em atender suas demandas. Todavia, segundo a maioria das cooperativas, as Entidades Executoras do PNAE costumam descumprir os contratos e não absorvem o total de volumes contratados.

Os mercados institucionais exigem que os produtos estejam adequados às normas sanitárias estabelecidas na legislação, e valorizam produtos diferenciados agroecológicos e orgânicos pagando por estes, preços superiores aos convencionais (BRASIL, 2012, 2020). Por serem regulamentados por contratos, são exigentes quanto a quantidade e regularidade, penalizando as cooperativas que descumprirem os acordos.

Dentre o total de cooperativas, três acessam os mercados convencionais através de empresas privadas nacionais ou internacionais. Esses mercados, segundo as cooperativas, exigem condições contratuais rígidas em termos de volumes, qualidade sanitária e regularidade; e possuem segmentos que valorizam produtos orgânicos, devidamente certificados. Nota-se que as cooperativas inseridas nesses mercados têm um número de sócios consideravelmente maior que as demais. Isso contribui no atendimento às exigências por quantidade e regularidade na oferta de produtos.

Estruturas agroindustriais e produtos comercializados

A agroindustrialização é um segmento da cadeia produtiva. O quadro 2 mostra que as cooperativas, através das agroindústrias, atuam nas cadeias produtivas de despulpamento de frutas, derivados do leite, extração de óleos vegetais de produtos do extrativismo, fabricação de remédios fitoterápicos e cosméticos. A opção pelo despulpamento de frutas, realizado por cinco cooperativas (Coapemi, Coopmuc, Cooparnep, Cooperuraim e Cooper), deve-se, principalmente, ao objetivo de atender a demanda crescente dos mercados por polpas de frutas, especialmente os institucionais. Destaca-se que a maioria das cooperativas comercializa também produtos alimentícios *in natura* (frutas, hortaliças) e beneficiados pelos sócios em agroindústrias particulares (farinha de mandioca). A diversificação é uma característica da agricultura familiar, e



as cooperativas, mesmo privilegiando determinado produto no beneficiamento, mantêm um nível de diversificação que permite comercializar a diversidade dos produtos dos agricultores.

Observa-se que as estruturas de beneficiamento das cooperativas do tipo 1 são básicas, porém suficientes para as etapas de transformação, embalagem e armazenamento dos produtos. A Coapemi iniciou suas atividades de beneficiamento através de agroindústrias particulares dos sócios. Nesse caso, a cooperativa financia os custos com manutenção e infraestrutura (água, energia) para que os demais sócios possam usar as instalações. A cooperativa intermedeia a comercialização e o sócios realizam as entregas. As demais cooperativas do tipo 1 investiram em estruturas próprias de beneficiamento. Nota-se que, com investimento em estruturas agroindustriais básicas, coletivas ou particulares dos sócios, essas cooperativas conseguem acessar três importantes mercados através de diversos canais de comercialização.

As cooperativas do tipo 2 possuem estruturas de beneficiamento próprias, com maior aparato tecnológico. Além de todos os equipamentos e maquinários necessários para o processo de transformação e armazenamento de grandes volumes, possuem aparelhos e materiais que são utilizados na medição e análise da qualidade dos produtos. Infere-se que, essas cooperativas, por estarem inseridas nos mercados convencionais, além de outros, precisam adequar suas estruturas às exigências mais rígidas em termos de qualidade normativa e volumes de produtos.

ESTRATÉGIAS DE ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DOS MERCADOS EM TERMOS DE QUALIDADE, QUANTIDADE E REGULARIDADE

Os mercados acessados pelas cooperativas apresentam diferentes demandas em termos qualidade, quantidade e regularidade na oferta de produtos. O Quadro 3 apresenta as principais demandas e as estratégias utilizadas pelas cooperativas para atendê-las.

Quadro 3 – Estratégias de atendimento às demandas dos mercados em termos de qualidade, quantidade e regularidade na oferta de produtos.

Tipos de Cooperativas	Mercados acessados e suas principais demandas	Mecanismos de comprovação e adequação aos requisitos de qualidade utilizados pelas cooperativas	Relação com os sócios e demais fornecedores para obter qualidade, quantidade e regularidade
-----------------------	---	---	---

Tipo 1	<p>Proximidade e local/territorial:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Qualidade (origem, procedência). - Pouco exigentes em quantidade e regularidade. 	<ul style="list-style-type: none"> - Selo Artesanal Vegetal da polpa de frutas e farinha de mandioca (Coapemi) - Selo da Agricultura Familiar (Cooperuraim) 	<ul style="list-style-type: none"> - Determinam a produção de acordo com a demanda (Coapemi e Cooperuraim) - Orientam a quantidade a ser produzida (Cooparnep) - Oferece assistência técnica aos sócios (Cooparnep) - Não intervém na produção dos sócios (Coopmuc) - Compram somente de sócios (Cooparnep e Cooperuraim) - Compram de sócios e fornecedores externos (Coapemi e Coopmuc)
	<p>Institucional:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Diferenciação por processo de produção (orgânico e agroecológico) e qualidade sanitária. - Muito exigentes em quantidade e regularidade. 	<ul style="list-style-type: none"> - Produção agroecológica (Coopmuc e Coapemi) - Em busca da certificação orgânica, (Coopmuc e Coapemi) - A Secretaria Municipal de Educação (SEMED) orienta e fiscaliza a produção agroindustrial (Cooparnep) - Segue padrões de qualidade e recebe fiscalização da Agência de Defesa Agropecuária do Pará - Adepará (Coapemi e Cooperuraim) - Recebe fiscalização da ViGilância Sanitária Municipal (Coopmuc) 	
Tipo 2	<p>Proximidade e local/territorial:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Qualidade (origem, procedência). - Pouco exigentes em quantidade e regularidade. 	<p>Selo Nacional da Agricultura Familiar (Casp)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Orientam a produção de acordo com a demanda (Casp e Coomac) - Oferecem assistência técnica aos sócios (Casp e Cooper) - Incentiva os manejos e plantios em Sistema Agroflorestal -SAF (Coomac) - Paga aos sócios maiores preços de acordo com a qualidade dos produtos (Casp) - Compram de sócios e fornecedores externos (Coomac e Cooper) - Compra somente de sócios (Casp)
	<p>Convencional e Institucional:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Diferenciação por processo de produção (orgânico e agroecológico) e qualidade sanitária. - Muito exigentes em quantidade e regularidade. 	<ul style="list-style-type: none"> - Certificação orgânica, (Coomac) - Em busca da certificação orgânica (Casp) - Padronização do teor de açúcar e análise físico-química e bacteriológica das polpas (Cooper) - Análise da qualidade dos produtos em laboratório especializado (Coomac) - Medição dos teores de gordura, acidez e pureza do leite (Casp) - Adequando os equipamentos às exigências da Agência Nacional de ViGilância Sanitária-ANVISA (Coomac) - Segue padrão de qualidade estabelecido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA (Cooper e Casp) - Selo de Inspeção Federal (Cooper) 	

Fonte: Elaborado pelos autores. Pesquisa de campo, 2021.

Atendimento às demandas de qualidade

Segundo Ploeg (2016) a diferenciação de produtos ocorre a partir de diversas dimensões (processo de produção primária, frescor, disponibilidade, qualidade) e esses produtos podem ser comercializados a preços mais elevados em determinados mercados.



O quadro 3 mostra que o processo de produção agroecológico é realizado em duas cooperativas do tipo 1 (Coopmuc e Coapemi) que, por não terem acesso aos dispositivos de certificação, comercializam a preços diferenciados somente em feiras agroecológicas. Essas cooperativas estão em busca da certificação orgânica visando comercializar os produtos a preços mais elevados em outros mercados. No entanto, alegam dificuldades de acesso à essa certificação.

Ainda entre as cooperativas do tipo 1, encontram-se produtos diferenciados pela qualidade. A qualidade de um produto, segundo Cruz e Schneider (2010) pode ser determinada a partir de diversos critérios, dentre eles, os de origem, que remetem à tradição, cultura e saberes dos grupos que os produzem; e os normativos, relacionados às normas sanitárias estabelecidas juridicamente. Com o intuito de dar visibilidade aos atributos de qualidade, essas cooperativas foram em busca de mecanismos de identificação dos produtos que carregam componentes identitários da agricultura familiar. Assim, a Coapemi acessou, para polpa de frutas e farinha de mandioca, o Selo Artesanal Vegetal, emitido pela ADEPARÁ. Esse selo permite a comercialização de produtos confeccionados artesanalmente em todo o território estadual, desde que o estabelecimento esteja adequado às normas sanitárias (PARÁ, 2018). O acesso ao selo indica que a cooperativa atende ambos os requisitos de qualidade (artesanal e sanitário).

Ainda no tipo 1, a Cooperuraim acessa o Selo Nacional da Agricultura Familiar (SENAF). Esse selo identifica a origem familiar e possibilita o rastreamento dos produtos, promovendo maior segurança e potencializando a comercialização (BRASIL, 2022). Com esse selo as cooperativas podem comprovar a procedência dos produtos, atingindo os mercados que valorizam a “marca” agricultura familiar.

No tocante à qualidade sanitária, as cooperativas do tipo 1 recebem fiscalização periódica e buscam adequar-se às normas estabelecidas pelos órgãos competentes estaduais e municipais como ADEPARÁ, SEMED e Vigilância Sanitária Municipal.

Nota-se que as cooperativas do tipo 1 buscam atender as demandas de qualidade relacionadas à identidade e procedência dos produtos, bem como as normas sanitárias estabelecidas na legislação.

Entre as cooperativas do tipo 2, somente a Casp acessa um dispositivo de reconhecimento da qualidade relacionada à origem dos produtos, o SENAF. Essa cooperativa está em busca da certificação orgânica para seus produtos. A Coomac, que faz



extração de óleos vegetais, acessa o selo orgânico para três produtos, adquirido através da certificação por auditoria. A comercialização desses produtos certificados ocorre somente nos mercados convencionais.

Quanto aos requisitos normativos da qualidade, a Cooper realiza a análise físico-química e bacteriológica das polpas de frutas, atendendo a uma exigência do MAPA. A Coomac firmou parceria com o Parque de Ciência e Tecnologia Guamá (PCT Guamá) para a realização das análises da qualidade dos produtos. Além disso, ela está em processo de substituição de todo o seu maquinário por outros em material inox, atendendo a uma exigência da ANVISA. A Casp, que fabrica derivados de leite, segue uma padronização exigida pelo MAPA. Para isso, ela mede os teores de pureza, gordura e acidez do leite.

Analisando os dois tipos de cooperativas, nota-se que, as do tipo 1 buscam mais os mecanismos de comprovação da origem e processo de produção, através de selos e certificações, os quais promovem maior competitividade e melhores preços aos produtos, ainda que este aspecto precise ser melhorado; bem como buscam adequar-se as normas sanitárias estabelecidas. As cooperativas do tipo 2 focam mais em atender aos procedimentos normativos de qualidade obrigatórios, que exigem equipamentos específicos, atendendo os mercados institucionais e, principalmente, os convencionais, muito exigentes nesses requisitos. Nota-se, ainda, que nenhuma cooperativa comercializa produtos de base ecológica a preços diferenciados para os mercados institucionais, por não possuírem os mecanismos de comprovação, perdendo um importante valor que poderia ser acrescido aos produtos.

As cooperativas, de modo geral, mostram um esforço em adequar-se aos parâmetros exigidos ou valorizados por cada mercado. A adequação aos padrões sanitários é fundamental para que o empreendimento cooperativo, receba anuência para funcionar e aumente a confiança do consumidor no processo de produção.

Atendimento às demandas de quantidade, regularidade e qualidade através dos sócios e demais fornecedores

Quando uma cooperativa decide se inserir em determinado mercado, ela precisa viabilizar o fornecimento em qualidade, quantidade e regularidade demandados. Isso é possível através do seu quadro social ou de fornecedores externos (ver Quadro 3).

De modo geral, o quadro social das cooperativas é composto por agricultores



que fazem produção diversificada e alguns especializados em atividades como pecuária leiteira e cultivo de frutas e hortaliças. Os sócios fornecem para as cooperativas produtos para serem comercializados *in natura*, produtos processados individualmente e matérias primas para as agroindústrias.

Uma das estratégias utilizadas pelas cooperativas para atender as demandas dos mercados é a intervenção na produção dos sócios. O Quadro 3 mostra que, no tipo 1, três cooperativas adotam essa estratégia. Assim, Coapemi e Cooperuraim determinam o que os sócios devem produzir, inclusive seguindo cronogramas elaborados a partir dos pedidos feitos pelos mercados institucionais. A Cooparnep somente orienta o que e quanto deve ser produzido e oferece serviço de assistência técnica aos sócios com objetivo principal de aumentar a produtividade. A Coopmuc pratica a intercooperação e, por isso, não interfere na produção dos sócios, pois tem a opção de recorrer às parcerias para suprir uma eventual falta de matéria prima ou produtos necessários para cumprir os contratos. Cooparnep e Cooperuraim conseguem atingir a quantidade demandada somente no seu quadro social, enquanto Coapemi e Coopmuc, precisam comprar de agricultores externos.

Entre as cooperativas do tipo 2, todas intervêm na produção dos sócios de forma semelhante ao tipo 1, com exceção da Coomac que trabalha com produtos do extrativismo vegetal e incentiva os sócios a realizarem manejos na floresta e plantios em sistemas agroflorestais (SAFs). Essa intervenção torna-se fundamental para alcançar maior produtividade e evitar risco de falta de produtos, pois estes são sazonais.

A Casp paga aos sócios valores diferenciados de acordo com a qualidade do leite fornecido. Através dessa medida, a cooperativa zela pela qualidade da matéria prima e garante produtos finais de maior qualidade.

É importante destacar que as decisões sobre o que e quanto produzir, em algumas cooperativas são tomadas em assembleias, em outras, em reuniões específicas onde é apresentado aos sócios aquilo que devem produzir. Em todas as cooperativas onde há intervenções, os sócios respondem positivamente ao que é demandado. Isso possibilita às cooperativas firmarem acordos de venda, tendo garantia de que poderão cumpri-los.

Ainda no tipo 2, a Coomac e a Cooper compram de agricultores externos, pois a quantidade fornecida pelos sócios é insuficiente para atender as demandas. A Casp compra somente de sócios por não haver outros produtores de pecuária leiteira nas proximidades, com isso, já enfrentou escassez de matéria prima e precisou recusar pedidos. Recorrer aos



fornecedores externos é essencial para as cooperativas. Todavia, isso tende a fragilizar as suas políticas de qualidade. Em razão disso, é necessário haver uma seleção rigorosa dos agricultores externos fornecedores.

As cooperativas desenvolvem diferentes estratégias visando garantir quantidade e regularidade através de seu quadro social ou recorrendo à fornecedores externos. Esse empenho se dá, principalmente, em função dos mercados institucionais e convencionais, os quais são vantajosos para as cooperativas e, por serem regulamentados por contratos, podem penalizá-las se falharem no fornecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho foi iniciado a partir do objetivo de identificar as estratégias desenvolvidas por cooperativas da agricultura familiar para o atendimento às demandas dos mercados em termos de qualidade, quantidade e regularidade, mediante a oferta de produtos agroindustrializados. O estudo mostrou que as cooperativas estão inseridas em quatro tipos de mercados (proximidade, locais/territoriais, institucionais e convencionais) através de diversos canais de comercialização. Esses mercados apresentam diferentes exigências em termos de qualidade, quantidade e regularidade na oferta de produtos.

As cooperativas têm acessado diferentes dispositivos que atestam a qualidade dos produtos relacionada a sua origem, identidade, bem como buscam adequar-se às normas sanitárias previstas na legislação. Uma cooperativa acessa o selo de certificação orgânica e várias outras estão em busca desse dispositivo e alegam dificuldades de acesso.

Através da intervenção na produção agropecuária dos sócios e em compras de agricultores externos, as cooperativas buscam atingir os níveis de quantidade e regularidade demandados. Com isso, têm conseguido cumprir os acordos de venda nos mercados em que atuam, fazendo frente aos desafios que se apresentam.

Esta pesquisa foi realizada à distância, método que apresenta diversas limitações, dentre elas, a impossibilidade de observação da realidade que pode ser utilizada para complementar ou confrontar as informações orais. Diante de tais limitações, propõem-se pesquisas futuras, de forma presencial, que se dediquem a investigar de forma mais aprofundada as adequações das cooperativas aos padrões de qualidade. Assim como, pesquisas que se aprofundem na compreensão das dinâmicas dos mercados nos quais os agricultores familiares estão inseridos nos diferentes municípios do estado do Pará,



visto que, segundo Schneider (2016), os mercados podem se desenvolver de formas diferenciadas, a depender do local e atores envolvidos.

REFERÊNCIAS

AMODEO, N. B. P. As cooperativas e os desafios da competitividade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 9, n. 2, p. 119-144, 2001.

BATALHA, M. O.; BUAINAIN, A. M.; SOUZA FILHO, H. M. de. Tecnologia de gestão e agricultura familiar. *In*: BATALHA, M. O.; SOUZA FILHO, H. M. de. (org.). **Gestão Integrada da Agricultura Familiar**. São Carlos: EDUFSCAR, 2005. p. 43-66.

BRASIL. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. **Selo Nacional da Agricultura Familiar**, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/selo-nacional-da-agricultura-familiar>. Acesso em: 24 nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 6, de 8 de maio de 2020**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/13511-resolu%C3%A7%C3%A3o-n%C2%BA-6,-de-08-de-maio-de-2020>. Acesso em: 7 out. 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 7.775 de 4 de julho de 2012**. Regulamenta o art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos, e o Capítulo III da Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7775.htm. Acesso em: 25 out. 2022.

CASTRO, A. M. G. Prospecção de cadeias produtivas e gestão da informação. **Transformação**, v. 13, p. 55-72, 2001.

CHAYANOV, A. **A teoria das cooperativas camponesas**. Tradução Regina Vargas. Porto Alegre: UFRGS, 2017.



COSTA, B. R. L. Bola de neve virtual: o uso das redes sociais virtuais no processo de coleta de dados de uma pesquisa científica. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, [S. l.], v. 7, n. 1, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/rigs/article/view/24649>. Acesso em: 5 fev. 2024.

CRUZ, F. T.; SCHNEIDER, S. Qualidade dos alimentos, escalas de produção e valorização de produtos tradicionais. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v.5, n.2, p. 22-38, 2010.

FORNAZIER, A.; WAQUIL, P. D. A importância do cooperativismo na inserção de pequenos produtores nos mercados: o caso da produção de maçã na serra catarinense. *In*: CONTERATO M. A. *et al.* (org.). **Mercados e agricultura familiar: interfaces, conexões e conflitos**. Porto Alegre: Via Sapiens, 2013. p. 61-77.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1991.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **Revista de economia e sociologia rural**, Piracicaba, v. 52, p. 109-130, 2014.

HOMMA, A. K. O. O desenvolvimento da agroindústria no estado do Pará. **Saber. Ciências exatas e tecnologia**. Belém, v.3, p. 49-76, 2001.

HURTIENNE, T. P. Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável na Amazônia. **Novos cadernos NAEA**, v. 8, n. 1, p. 19-71, 2005.

MALUF, R. S. Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 299-322, 2004.

MINAYO, M. C. S. O desafio da pesquisa social. *In*: MINAYO M. C. S. (org); DESLANDES, S. F.; GOMES, R. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Edição digital.



Petrópolis: Vozes, 2011, p. 9-30. *E-book*. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=PtUbBAAAQBAJ&pg=PA5&dq>. Acesso em: 6 nov. 2022.

MIRANDA, L. B.; CASTRO, B. M.; KJERFVE, B. **Princípios de Oceanografia Física de Estuários**. São Paulo: Edusp, 2002.

OLIVEIRA, J. S. R. et al. **Uso do território, experiências inovadoras e sustentabilidade: um estudo em unidades de produção familiares de agricultores/as na área de abrangência do Programa PROAMBIENTE, Nordeste Paraense**. Belém, 2006. 116 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) - Universidade federal do Pará, 2006.

PARÁ. Agência de Defesa Agropecuária do estado do Pará. Certificação artesanal vegetal da Adepará agrega valor a produtos paraenses. 2018. Disponível em: <http://www.adepara.pa.gov.br/artigos/certifica%C3%A7%C3%A3o-artesanal-vegetal-da-adepar%C3%A1-agrega-valor-produtos-paraenses>. Acesso em: 7 nov. 2022.

PELEGRINI, G.; GAZOLLA, M. A agroindustrialização como estratégia de reprodução social da agricultura familiar. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 332-378, 2009.

PLOEG, J. D. Mercados aninhados recém-criados: uma introdução teórica. In: MARQUES, F.C.; CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S. (org.) **Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural**. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2016. p. 21-52.

ROCHA, A. C. de O. **Trajetórias e concepções do cooperativismo camponês no nordeste paraense**. Belém, 2020. 116 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal do Pará, 2020.

SABLAYROLLES, P. J. S.; SILVA, C. P. P. da. Estratégia de comercialização de uma organização da agricultura familiar: a cooperativas D'Irituia. **Raízes: Revista de Ciências**



Sociais e Econômicas, Belém, v. 41, n. 1, p. 44-61, 2021.

SCHMIDT, B.; PALAZZI, A.; PICCININI, C. A. Entrevistas online: potencialidades e desafios para coleta de dados no contexto da pandemia de COVID-19. **Revista Família, Ciclos de Vida e Saúde no Contexto Social**, Universidade Federal do Triângulo Mineiro, v. 8, n. 4, p. 960-966, 2020.

SCHNEIDER, S. Mercados e agricultura familiar. *In*: MARQUES, F.C.; CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S. (org.) **Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural**. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2016. p. 93-140.

SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M (org.). Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas. *In*: **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2017 p. 09-24.

SCHUBERT, M. N.; NIEDERLE, P. A. A competitividade do cooperativismo de pequeno porte no sistema agroindustrial do leite no oeste catarinense. **Revista Ideas**, v. 5, n. 1, p. 188-216, 2011.

SILVA, C. M. V.; SCHULTZ, G. Acesso a mercados e gestão de cooperativas da agricultura familiar no Brasil. **Revista Espacios**, v. 38, n. 44, p. 23-40, 2017.

SILVA, L. G. T.; COHEN, K. de O.; FRAZÃO, R. N. Agregação de valor aos produtos da agricultura familiar no sudeste paraense. *In*: Congresso Brasileiro de Sistemas de Produção, 7, 2007, Fortaleza. **Agricultura familiar, políticas públicas e inclusão social: anais**. Fortaleza: Embrapa Agroindústria Tropical, 2007.





Agricultura Familiar:

Pesquisa, Formação e Desenvolvimento

RAF. v.17, nº 01 e 02 / jan-dez 2023, ISSN 1414-0810 / E-ISSN 2675-7710

O AGENTE DE DESENVOLVIMENTO RURAL NO MERCADO DE TRABALHO NA AMAZÔNIA ORIENTAL

Perspectivas de inserção profissional dos Bachareis em Desenvolvimento Rural

THE RURAL DEVELOPMENT AGENT IN THE LABOR MARKET IN THE EASTERN AMAZON

Professional prospects for Rural Development graduates

Adrya Rayssa Chaves Paixão, Mestranda, UFPR, adryachaves79@gmail.com;

Philippe Jean Louis Sablayrolles, Doutor, UFPA, philippe_sablayrolles@hotmail.com;

Resumo

A dinâmica desenvolvimentista do meio rural no Brasil é marcada por importantes momentos que apontam diferentes ideologias e maneiras de promoção do desenvolvimento rural. Essa dinâmica é refletida diretamente nas condições e no modo de operação do mercado de trabalho para os agentes de desenvolvimento rural. Logo, este artigo, originado de um projeto de pesquisa e de um Trabalho de Conclusão de Curso de Bacharelado em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Pará, busca apresentar as instituições (públicas)/entidades (privadas) deste mercado de trabalho, e identificar as competências e habilidades demandadas para os profissionais atuantes nos processos de desenvolvimento rural. A metodologia utilizada foi a aplicação de questionários por meio de entrevistas realizadas com representantes das instituições/entidades selecionadas para a pesquisa. Constatou-se que há uma divergência nas formas de atuação e promoção do desenvolvimento rural entre o setor público e o setor privado, além de registrar as competências e habilidades necessárias para trabalhar com o desenvolvimento rural.

Palavras-chave

Desenvolvimento rural. Mercado de trabalho. Competências.

Abstract

The dynamics of rural development in Brazil are marked by important moments that point to different ideologies and ways of promoting rural development. This dynamic is directly reflected in the conditions and mode of operation of the labor market for rural development agents. Therefore, this article, which is the result of a research project and a Course Conclusion Paper for a Bachelor's Degree in Rural Development at the Federal University of Pará, seeks to present the (public) institutions / (private) entities in this job market, and to identify the skills and abilities required of professionals working in rural development processes. The methodology used was the application of questionnaires through interviews with representatives of the institutions/entities selected for the research. It was found that there is a divergence in the ways in which the public and private sectors work and promote rural development, as well as registering the competencies and skills needed to work in rural development.

Keywords

Rural development. Labor market. Skills.

INTRODUÇÃO

Ao longo do tempo, a percepção do espaço rural brasileiro vem se transformando e apontando significativas perspectivas que transcendem o caráter reducionista do desenvolvimento rural pautado em dinâmicas exclusivamente agrícolas. Tais transformações promovem uma concepção sistêmica que abrange, além da dimensão produtiva, as facetas sociais, culturais, ambientais e econômicas do meio rural, a qual diverge da ideologia proposta na Revolução Verde (RV) (Navarro, 2001; Schneider, 2004, 2010).

No início do século XXI, as reconfigurações na noção de desenvolvimento rural (DR) tornaram-se bastante evidentes, uma vez que o Estado se aproximou mais da diversidade do espaço rural, principalmente no que diz respeito às particularidades da agricultura familiar. Essa aproximação se deu através da adoção de políticas públicas de valorização dos atores sociais e de seu sistema produtivo, o que, conseqüentemente, exigiria uma reestruturação nas formas de atuação dos profissionais que operam no meio rural visando desenvolvê-lo: os agentes de desenvolvimento rural (Albaladejo *et al.*, 2007).

Mesmo com a evolução das visões e dos conceitos sobre desenvolvimento rural, ainda se tem uma disposição ambígua e em disputa do espaço rural, por conta da diversidade dos tipos de uso do meio rural e os interesses presentes. Isso é refletido diretamente na heterogeneidade das formações profissionais em parcial consonância com as demandas do mercado de trabalho.

Dentre as formações que trabalham com a articulação e gestão de processos voltados para o desenvolvimento rural, com uma perspectiva mais integradora e multi/interdisciplinar, está o curso¹ de Bacharelado em Desenvolvimento Rural (BDR), oferecido pelo Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares (INEAF), na Universidade Federal do Pará (UFPA), no campus de Belém-PA.

O curso, iniciado em 2018 se apresenta como uma nova proposta no contexto formativo interdisciplinar, diferenciando-se dos cursos clássicos da área das ciências agrárias (engenharias agrária, florestal, ambiental), e tendo como norte a noção de

1 Existem outros cursos semelhantes pelo Brasil que tendem a satisfazer as demandas do mercado de trabalho que atuam com a articulação e gestão de processos voltados para o desenvolvimento rural, sendo eles, o Bacharelado em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), O Curso de Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), e o curso de Bacharelado em Desenvolvimento Rural (PLAGEDER) na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.



desenvolvimento rural que compreende a sinergia entre os agentes do espaço rural, formando profissionais que atuem através de uma “perspectiva interdisciplinar inovadora e crítica, em diversas realidades produtivas e socioculturais, nas distintas escalas territoriais, amazônica e global.” (FACDES, 2021)

Como trata de um curso relativamente novo na região norte do Brasil — os primeiros 19 egressos se formaram no momento da publicação deste artigo —, ainda não goza de um espaço consolidado no mundo profissional. Nesse cenário, os estudantes do curso de graduação possuem indagações voltadas, principalmente, para sua inserção no mercado e as funções que irão assumir. Para atender essa demanda e responder tais indagações, docentes e discentes da Faculdade de Desenvolvimento Rural (FACDES) criaram um projeto intitulado “O agente de desenvolvimento rural no mercado de trabalho na Amazônia Oriental” para estudar e pesquisar as condições e as demandas das instituições de mercado.

Portanto, este artigo, originado de um Trabalho de Conclusão de Curso de Bacharelado em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Pará, objetiva apresentar uma amostra de instituições do mercado de trabalho na Amazônia Oriental, ligadas ao Desenvolvimento Rural (DR), e identificar as competências e habilidades demandadas pelas tais.

Para além desta introdução, este artigo comporta mais quatro seções. Na primeira seção faz-se um resgate teórico sobre conceitos de desenvolvimento rural, agente de desenvolvimento rural e competências que estão intrínsecos na problemática apontada. Na sequência, são tratadas as escolhas metodológicas e os instrumentos utilizados para a obtenção dos resultados da pesquisa. No terceiro momento discute-se estes resultados, trazendo uma análise das instituições/entidades entrevistadas relativa ao desenvolvimento rural e sua demanda de competências, relacionando com uma revisão da bibliografia. E, por fim, apresentam-se conclusões contendo considerações sobre os resultados obtidos e sua adequação (ou não) para responder ao problema de pesquisa.

REFERENCIAL TEÓRICO: NOÇÕES E CONCEITO DESENVOLVIMENTO RURAL

As ideologias progressistas e modernistas, que embasam as estratégias de desenvolvimento dos atores e do Estado, se apoiam em distintos interesses. A



dinâmica global está, intimamente, ligada ao modelo capitalista que norteia as ações desenvolvimentistas (Oliveira, 2012).

Contudo, como se caracteriza o desenvolvimento pautado pela ideologia dominante? Para Singer (2004, p. 10, 11) “[...] As decisões sobre o desenvolvimento capitalista sempre visam à maximização do retorno sobre o capital investido na atividade econômica [...]. Mas o desenvolvimento capitalista é seletivo, tanto social como geograficamente.” Assim, analisa-se que pensar e promover o almejado desenvolvimento, principalmente, econômico, quando atrelado a um conceito hegemônico, tem caráter reducionista e, dessa forma, as dinâmicas socioambientais, bem como as diversas realidades e especificidades encontradas nas dinâmicas territoriais rurais, se constroem subordinadas.

Quando se trata do DR não é diferente, a conjuntura política e histórica do Brasil é pautada em tal modelo regido pelo grande capital. O espaço rural no país era considerado atrasado, disfuncional, e nesse sentido, o Estado apoiou-se e orientou-se pela estratégia proposta pela Revolução Verde, a qual buscava a industrialização e modernização do setor agrícola. Voltada para médios e grandes produtores, a RV caracterizava-se pela introdução de inovações técnicas, maquinário e de insumos químicos, criando um movimento circular de mercado e promovendo uma transformação do meio ambiente. As políticas privilegiavam a produtividade do setor agrícola, num sentido restrito: a produção por unidade de área, sem consideração dos outros aspectos do rural. Consequentemente, o chamado desenvolvimento rural guiava-se a partir de determinantes macroestruturais e externos ao ambiente rural (Navarro, 2001). A agricultura “modernizada”, consumidora de insumos e equipamentos industriais, integrada às cadeias agroindustriais, promovida pelas políticas públicas setorializadas, tornou-se funcional ao modelo de industrialização nacional.

Nos anos 1970, a noção de desenvolvimento rural que permeia no Brasil era embasada na disseminação do padrão de agricultura capitalista e, como o país tem grande parte de sua economia agrícola baseada na exportação de matéria-prima e *commodities*, criou-se o que Tolentino (2016, p.98) chamou de “mecanismo de dependência”² dessa concepção de DR.

Traçando um caminho que se inicia na Revolução Verde pode-se notar que, ao

2 Esse mecanismo de dependência se dá por conta da subordinação do Brasil à economia exportadora, apoiando-se nas exigências do mercado externo e na noção do modelo hegemônico.



longo do tempo, os conceitos de DR atravessaram diferentes cenários. Nos anos 1990, a noção de DR tomou outra conotação, principalmente pela visibilidade da agricultura familiar (AF) enquanto ator social, considerando suas diferentes identidades (assentados, ribeirinhos, povos e comunidades tradicionais, extrativistas, pescadores artesanais, etc) e que traz consigo a noção de capital social atrelado ao conceito de desenvolvimento rural. Os mecanismos identificados a partir da agricultura familiar e do capital social quebram o limite da esfera unicamente agrícola. A visão do meio rural passa a ser muito mais complexa, ou seja, passa a ser visualizado como um território detentor de raízes históricas, de distintas identidades socioculturais e de um importante tecido social (Navarro, 2001; Abramovay, 2000). Isso significa dizer que o capital social desenvolvido pela AF utiliza “as estruturas sociais como recursos, paralelamente ao capital que os indivíduos podem dispor” (Abramovay, 2000, p. 4), no âmbito de um espaço geográfico cerne da elaboração histórica de sua identidade, o território³.

Com a mudança da percepção do território, seguida de uma nova interpretação de DR, as percepções das dinâmicas socioambientais e territoriais rurais deixam de ser subordinadas ao modelo clássico e passam a compor, como peças importantes, o novo paradigma de desenvolvimento (Abramovay, 2000).

Destarte, trabalhar DR fundamentado na dimensão territorial diverge da abordagem na dimensão meramente econômica. A dinâmica não emerge somente da racionalidade e estratégia operacional do desenvolvimento agrícola produtivista, mas também por meio da valorização dos “atributos endógenos aos territórios” (Oliveira, 2012, p. 34), levando em consideração a “configuração heterogênea e transversal que engloba as relações entre atores sociais e as características regionais” (Navarro, 2001, p.92).

Tal contextualização evidencia duas diferentes visões de desenvolvimento rural. Ambas estão presentes atualmente e seguem em disputa, visto que, dependem da cena política e dos interesses vigentes do Estado.

Na prática, Schneider propõe seis mudanças gerais nas abordagens políticas de DR:

[...] o crescente inter-relacionamento da agricultura com a sociedade, fazendo com que esta perceba que o rural pode fornecer muito mais do

3 Haesbaert (2004) ressalta que o conceito de território está conectado com as relações de poder e apropriação, que norteiam a ocupação da terra, não somente o poder político ou econômico, mas, também, num sentido muito mais simbólico. Dessa maneira, a formação de um território é indissociável do sentido de territorialidade onde dota-se de significado o modo como usa-se a terra e as formas de organização no espaço que são intrínsecas às relações sociais.



que alimentos e matérias-primas. Segundo, uma necessidade urgente em definir um novo modelo agrícola que seja capaz de valorizar as sinergias e a coesão no meio rural, entre atividades agrícolas e não-agrícolas, entre ecossistemas locais e regionais, permitindo a convivência de iniciativas e atividades diversificadas. Terceiro, um desenvolvimento rural capaz de redefinir as relações entre indivíduos, famílias e suas identidades, atribuindo-se um novo papel aos centros urbanos e à combinação de atividades multiocupacionais, com claro estímulo à pluriatividade. Quarto, um modelo que redefine o sentido da comunidade rural e as relações entre os atores locais, sejam eles os agricultores ou os novos usuários (proprietários de sítios de lazer, moradias secundárias, empresas, condomínios, etc.). Quinto, um desenvolvimento rural que leve em conta a necessidade de novas ações de políticas públicas e o papel das instituições, que não podem ser mais exclusivamente direcionados à agricultura. Sexto, e último, levar em consideração as múltiplas facetas ambientais, buscando garantir o uso sustentável e o manejo adequado dos recursos. (Schneider, 2004, p.95 - 96)

Tais mudanças enaltecem uma concepção do desenvolvimento pensado a partir de atores, de suas estratégias, um jogo de cooperação e conflitos e não mais como produto mecânico da alocação de fatores (crédito, assistência técnica, insumos e equipamentos industriais) dispostos no padrão da RV (Schneider, 2004).

O AGENTE DE DESENVOLVIMENTO RURAL

Após o levantamento das noções que qualificam o desenvolvimento rural, faz-se necessário compreender como o DR é implementado, na prática, pelos profissionais responsáveis diretos pelo apoio e estímulo a processos de DR, e as características da formação dos agentes de desenvolvimento rural.

Segundo Simões (2016), a mudança no cenário político do Brasil acarretou a aproximação entre Estado e agricultura familiar. Todavia, para abranger e prestar o devido apoio a todos os atores sociais que estão inseridos no conjunto diversificado do espaço rural, não dever-se-ia impor uma reestruturação das bases metodológicas e pedagógicas das formações profissionais?

Se for considerado o ponto de vista de que a formação clássica dos agrônomos e/ou técnicos de desenvolvimento rural preza, no melhor dos casos, por abordagens agroeconômicas, que não levam em conta as interfaces sociais e cujo trabalho é marcado



pela potencial manipulação da comunidade rural em detrimento de uma visão conjunta e integrada, então a resposta para o questionamento acima seria sim. Dessa forma, faz-se necessário uma mudança de paradigma, substituindo a formação da academia clássica por uma perspectiva construtiva, utilizando novos instrumentos para a compreensão da realidade e propagando a nova visão de desenvolvimento rural (Simões, 2016; Albaladejo *et al.*, 2007)

Nessa nova forma de pensar DR é primordial promover um desenvolvimento participativo que preconiza o envolvimento dos atores sociais rurais na construção do almejado desenvolvimento, fazendo uso de métodos descentralizados de representação de interesses, de poderes e de interações políticas, e desconstruindo a hierarquia desenvolvimentista puramente acadêmica. Isto posto, os agentes de desenvolvimento devem estar capacitados dentro dessa nova concepção (Albaladejo *et al.*, 2007).

Neto e Oliveira (2019, p.5) apontam que a missão do agente de DR é compreender e analisar “[...] as articulações de atores sociais e territoriais, instituições, redes, sistemas e processos que o produzem e o põem em funcionamento”. Assim, será capaz de se posicionar mediante os distintos aspectos inerentes ao meio rural, desmantelando a predominância absoluta da técnica.

Nesse sentido, os mesmos autores apresentam um novo tipo de formação profissional dissociado do projeto pedagógico dos cursos clássicos que, como aponta uma investigação e reflexão feita por Simões (2016), restringem o âmbito rural ao seu valor produtivista.

O Bacharelado em Desenvolvimento Rural da FACDES/INEAF/UFPA é um curso que preconiza a formação de profissionais especialistas nas abordagens construtivistas e integradas, uma vez que constrói uma identidade socioprofissional por meio do processo circular entre as áreas de conhecimento, modificando as competências clássicas e tradicionalmente instituídas, e empregando novas, criadas na conexão interdisciplinar, que discutem as facetas complexas, e com a relação objetiva com o ambiente rural (Neto, Oliveira, 2019; FACDES, 2017).

No campo da ação, o agente de DR atua como “mediador, construtor e articulador de processos, formador, analista, projetista, entre outros papéis relacionados” (Neto, Oliveira, 2019, p. 5 e 7; FACDES, 2017). As funções citadas exigem um conhecimento prévio e competências especializadas que desencadeiam a excelência do profissional.



AS COMPETÊNCIAS DO AGENTE DE DESENVOLVIMENTO RURAL

Para a formação de um profissional especializado capaz de atuar nos processos relacionados à promoção do desenvolvimento rural é importante que este disponha de importantes atributos cognitivos, acadêmicos e de vivência que o auxiliem na sua atuação no espaço rural com vistas a solucionar problemas. Logo, o agente de DR precisa desenvolver uma gama de capacidades e competências estabelecidas ao longo de sua formação acadêmica, a nível tecnológico, da graduação ou pós-graduação, as quais o qualificam e o valorizam como profissional. Podemos imaginar uma carreira de profissionais de DR, onde os egressos da formação superior poderiam contribuir na capacitação dos discentes de nível técnico e tecnológico.

As competências são construídas por meio de convergências entre o conhecimento acadêmico, habilidades e atitudes humanas aprimoradas no exercício intelectual. Tais competências são evidenciadas através da qualidade do seu desempenho profissional e na harmonia de sua estratégia com o contexto trabalhado (Brandão, Bahry, 2005).

O enfoque interdisciplinar desenvolve competências imprescindíveis para a performance desses agentes, pois, é capaz de relacionar os conhecimentos das ciências (técnicas, econômicas, sociais, ambientais) e dispor de metodologias capazes de permitir a compreensão das complexas dinâmicas características do meio rural, utilizando-se do tripé “analisar-planejar-agir” (Neto, Oliveira, 2019, p.5; Santos, Teixeira, 2015).

Dentro das competências atreladas ao sistema interdisciplinar encontra-se o enfoque sistêmico, o qual é de incontestável relevância para o desenvolvimento rural. Neto e Oliveira (2019) discorrem sobre aspectos que fazem parte da formação de um agente de DR e que culminam na visão sistêmica: “[...]construir uma nova relação urbano-rural, articular atores e sistemas na escala local e regional preferencialmente, estimular processos participativos, analisar cadeias produtivas e contextos, valorizar os aspectos socioambientais da produção, a inclusão social [...]” (UNILA, 2014 apud Neto, Oliveira, 2019, p.6; FACDES, 2017).

Conforme Silva e Rocha (2015) os termos mediador e articulador, competências norteadoras do agente de DR, estão relacionados com a capacidade do profissional de facilitar as transações entre atores e criar uma ponte entre os distintos e desconectados sujeitos em uma estrutura social heterogênea, além de ter aptidão para reunir os demais profissionais (técnico, agrônomo, advogados, administradores, etc.) da área de articulação



do DR e mobilizar os conhecimentos especializados.

O ato de mediar, articular, animar e formar está intimamente relacionado ao novo paradigma de DR, uma vez que esse modelo contempla os atores sociais como peças estratégicas e importantes para efetivação do desenvolvimento rural. Ou seja, as competências acima dão métodos para viabilizar a participação dos atores, protagonizando o conhecimento empírico (já abordado anteriormente no âmbito do desenvolvimento participativo) e desconstruem a hierarquia e o preconceito atrelados à visão clássica restritiva do DR.

No campo de intervenção do agente de DR tem-se uma interligação com competências genéricas, mas, também, com o espaço geográfico de análise. No bioma amazônico, por exemplo, há uma variedade de visões e relações com o ambiente rural, sendo a mais instigante e marginalizada aquela dos atores que utilizam o meio e seus recursos naturais como meios para subsistência, estabelecem uma relação com a floresta e com a natureza de uma maneira geral, que leva em conta e respeita os ciclos naturais, e procuram adotar práticas que possibilitem a manutenção e regeneração dos elementos naturais. Ou seja, procuram manter um certo equilíbrio. Assim, os agentes de DR devem promover um desenvolvimento que seja condizente com a estrutura ambiental, social e cultural das populações com as quais trabalham, e não somente com a estrutura estritamente econômica, ou puramente técnica pensada sem uma interação suficiente com os sujeitos do campo.

É necessário então mobilizar as capacidades de análise crítica das ciências humanas para fazer os profissionais do desenvolvimento compreenderem que a participação na Amazônia passa pela experiência recíproca de uma parceria de longa duração entre pesquisadores e atores do mundo rural (Albaladejo *et al.*, 2007, p. 314)

Portanto, este trabalho relaciona a nova concepção do desenvolvimento rural com as características do profissional que trabalha o DR, e as competências relacionadas. Dessa maneira, busca-se compreender as características das instituições/entidades selecionadas, as quais operam diretamente no DR, afim de analisar se a noção de DR colocada está em consonância com suas práticas efetivas no DR, e se inclui o espaço rural como um todo, contemplando sua complexidade.



METODOLOGIA

Os passos metodológicos desenvolvidos visam alcançar os objetivos definidos para a realização do projeto de pesquisa “O agente de desenvolvimento rural no mercado de trabalho na Amazônia Oriental”, desenvolvido a partir de 2021 pelo INEAF. A equipe do projeto foi formada pelos docentes do curso de Bacharelado em Desenvolvimento Rural/FACDES/INEAF/UFGA, Philippe J. L. Sablayrolles (coordenação), Monique Medeiros, Myriam Cyntia Cesar de Oliveira, Thomas Ludewigs e Fábio Halmenschlager; e pelos discentes do mesmo curso Adrya Rayssa Chaves Paixão, Deise Cristina Lima de Oliveira, Adson Diego Teles da Silva, Jose Felipe Rodrigues Da Costa, Marcus Vinicius Ferreira Bezerra, Izabelli Galvão Costa, Giovanni Dias De Moraes, Yngrid Maia Pereira.

Apresenta-se a maneira de construir a amostra das instituições e entidades entrevistadas, assim como a estrutura do roteiro utilizado nas entrevistas, a partir de uma estratégia metodológica clássica de ciência social⁴. Nos resultados alcançados pela pesquisa são caracterizadas e analisadas as instituições/entidades, a partir de sua missão e concepção de DR, das modalidades de sua atuação efetiva a campo, e das competências e habilidades do agente de DR que são demandadas. Partindo dessa análise, busca-se investigar qualitativamente as condições do mercado de trabalho tomando como referência as entrevistas realizadas.

Esta pesquisa inicia-se com o levantamento de uma amostra não probabilística de instituições/entidades que atuam na Amazônia Oriental, onde se categorizou diferentes categorias de instituições “públicas” (no âmbito federal, estadual e municipal) e “privadas” (organizações não governamentais — ONG’s, empresas, cooperativas e movimentos sociais). Posteriormente, a seleção de 14 instituições se deu por conveniência, o que significa dizer que se privilegiou instituições às quais os docentes do INEAF já possuísem um conhecimento prévio e uma relação de confiança estabelecida com pessoas ligadas a estas instituições, de modo a garantir a qualidade e consistência das informações.

Desse modo, foram feitas entrevistas com representantes da amostra selecionada de 14 instituições, metade setor público, metade setor privado/terceiro setor, sendo

4 Tal metodologia fundamenta-se na investigação social fazendo associação entre “níveis de conhecimento científico: universo de pesquisa, sistema tecnológico (métodos e técnicas de pesquisa), sistema teórico (hipóteses, conceitos, esquemas conceituais e teorias) e metateórico (fundamentos lógicos, epistemológicos e ontológicos da ciência social).” (Filho, 1976, p.268)



elas: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Pará (EMATER-PA), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares (INEAF-UFPA), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Secretaria de Educação do Município de Salvaterra (SEDUC Salvaterra), Instituto de Terras do Pará (ITERPA), Cooperativa Agropecuária do Salgado Paraense (CASP), Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará (Malungu), The Nature Conservancy (TNC), Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Pará (FETAGRI-PA), Natura, Instituto PEABIRÚ.

Como foram escolhidos um ou alguns responsáveis de cada instituição/entidade para las representar, esta pesquisa reconhece a subjetividade dos entrevistados e a particularidade das visões sobre a instituição/entidade que é refletida em suas respostas. Por esse motivo, frisa-se a importância da análise de coerência das respostas que foi realizada posteriormente como forma de limitar esse efeito de subjetividade.

As entrevistas foram realizadas no período de julho a outubro de 2021, a maioria por telefone, devido ao contexto de pandemia. O quadro de entrevistadores foi formado por grupos de dois discentes e um docente vinculado ao projeto de pesquisa. As entrevistas eram gravadas para, em seguida, a relatoria e sistematização dos dados serem realizadas pelos discentes a partir de uma ficha padrão.

A ficha/roteiro das entrevistas foi estruturada da seguinte forma: I – Caracterização da entidade enquanto catalisadora do desenvolvimento rural; II – Caracterização das competências e habilidades demandadas pela entidade; III – Perspectivas de evolução da instituição em termos de competências / habilidades. Cada tópico possui questões objetivas e subjetivas para conduzir a entrevista.

Após a etapa de entrevistas e fichamentos, o segundo momento da pesquisa consistiu numa análise mais elaborada e detalhada de cada entrevista usando o método “Ad Hoc”⁵. Esta segunda etapa foi o objeto do TCC da discente Adrya Rayssa Chaves Paixão.

Dessa maneira, organizou-se uma tabela comparativa, utilizando o *software* MS Excel: 1.

5 Foram analisadas as respostas das instituições: (a) visando estabelecer sua coerência entre os três temas principais do roteiro: concepção de DR, dispositivo de atuação a campo, competências demandadas; (b) comparadas as respostas das instituições para cada um dos 3 temas.



Posicionamento e funções/concepções assumidas da instituição no desenvolvimento rural (concepção do DR; posicionamento — como atua —; público prioritário); 2. Dimensão da instituição e sua estrutura a campo (número de pessoas, geografia de atuação, faturamento; quais setores da instituição atuam a campo?); 3. Tipos de profissionais e competências / habilidades demandadas para atuar no desenvolvimento rural (critérios de seleção dos profissionais; tipos de empregos ofertados para o DR —condições, responsabilidades —; competências e habilidades).

Com as informações destrinchadas e verificada a coerência das respostas (entre concepção do desenvolvimento rural, formas de atuação, estrutura de atuação no campo, competências e habilidades) partiu-se para a definição de uma tipologia, constituída por instituições e suas demandas por determinadas competências e habilidades, além de caracterizar e listar quais as principais competências e habilidades que o futuro profissional deve dominar.

Os dados provenientes das análises foram tratados na plataforma MS Office (Excel, PowerPoint e Word) fazendo uso de planilhas, relatórios e quadros que apresentam a sistematização e análise de dados da pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A primeira tabela mostra o posicionamento relativo ao DR de cada instituição, de maneira sintética, atentando à especificidade de cada uma para fins de visualização e posterior comparação.

Quadro 1: Caracterização da amostra e dos resultados

Instituições públicas	Posicionamento Funções/ Concepções de DR	Setores voltados para DR/Dispositivo à campo	Competências Habilidades
EMA-TER	-É uma instituição de abrangência estadual; -DR compreende as múltiplas dimensões do meio rural; -Divulga inovações e tecnologias no âmbito de sua prática de extensão rural; -Os públicos atendidos são agricultores familiares, quilombolas e médios produtores.	-12 escritórios regionais e 144 escritórios locais; -Extensionistas municipais trabalham diretamente com a sociedade rural.	-Realizar diagnósticos e projetos; -Trabalho a campo e em equipe; -Visão multidisciplinar; -Mobilizar conhecimentos técnicos especializados.

SEBRAE	<ul style="list-style-type: none"> -É uma instituição de abrangência federal; -DR é incentivar o empreendedorismo; - Foco em micro e pequenas empresas, voltado para o empreendedorismo; 	<ul style="list-style-type: none"> -26 regionais no PA em municípios no meio rural; -Trabalham no campo por meio de consultoria para o produtor. 	<ul style="list-style-type: none"> -Diversas (porém mais voltadas para empreendedorismo e inovação); -Visão sistêmica do estabelecimento agrícola.
EMBRA-PA	<ul style="list-style-type: none"> -A Embrapa tem atuação em todo território nacional; -DR é acrescentar algo no meio rural; -Tem por missão gerar, por meio de pesquisas, conhecimento e tecnologia para o meio rural; -As iniciativas de DR são direcionadas pelas demandas do agente financiador (posicionamento flexível); -Os principais públicos atendidos são agricultores de pequeno, médio e grande porte, quilombolas, ribeirinhos e indígenas; 	<ul style="list-style-type: none"> -Possui Núcleos de Apoio à Pesquisa e Transferência de Tecnologias espalhados em todas as regiões do estado do Pará; -O setor de difusão de tecnologia faz parte do trabalho no campo. 	<ul style="list-style-type: none"> -Visão crítica, global, inter-disciplinar do meio rural; -Domínio do método científico; -Conhecimentos técnicos especializados; -Trabalho em equipe, liderança e capacidade de gerir projetos.
ITERPA	<ul style="list-style-type: none"> -É uma instituição de abrangência estadual; -DR é centrado na garantia de acesso à terra e regularização fundiária, ou seja, sua finalidade como instituição; -As ações são principalmente voltadas para o produtor rural (pequeno, médio e grande). 	<ul style="list-style-type: none"> -Gerências para públicos-alvos; -Os técnicos operam no campo para o levantamento de informações para a titulação de terra. 	<ul style="list-style-type: none"> -Conhecimentos técnicos especializados; -Visão multidisciplinar; -Elaboração de relatórios técnicos e de mapas.
INCRA	<ul style="list-style-type: none"> -É uma instituição de abrangência federal; - Sensibilidade ambiental; -Atua no planejamento, implementação e administração de assentamentos rurais, redistribuição fundiária, regularização ambiental, assistência técnica, acesso à políticas públicas -Públicos atendidos: agricultores familiares e quilombolas. 	<ul style="list-style-type: none"> -Unidades regionais, locais e avançadas; -Poucos funcionários operam no campo (40 de 110 na Superintendência do PA). 	<ul style="list-style-type: none"> -Sem especificação (contrato por formação); -Tendência a terceirizar o trabalho de campo.
INEAF/UFPA	<ul style="list-style-type: none"> -Instituição de porte federal; -DR com foco no fortalecimento da agricultura familiar paraense (englobando agricultores familiares, quilombolas, ribeirinhos); -Funções: produção de conhecimento e formação de recursos humanos. 	<ul style="list-style-type: none"> -Formações universitárias, projetos de pesquisa e extensão (voltadas para o meio rural); 	<ul style="list-style-type: none"> -Visão sistêmica, crítica e interdisciplinar do meio rural; -Mobilizar conhecimentos especializados; -Diferentes métodos científicos; -Trabalhar em equipe e num ambiente participativo.

SEDUC Salva- terra	-Instituição de abrangência municipal; -O DR é visto como uma forma de fomentar os valores do desenvolvimento educacional; -Apoio ao acesso do público atendido a políticas públicas e realização de projetos de âmbito social; -O público atendido são agricultores familiares, quilombolas e estudantes urbanos.	-Novas coordenações que tratam as questões pedagógicas e sociais, porém são trabalhos mais burocráticos do que no campo.	-Estar inserido na realidade amazônica; -Visão multidisciplinar; -Mobilizar conhecimentos especializados; - Ter conhecimento de processos participativos.
--------------------------	---	--	--

Entidades privadas	Posicionamento Funções/ Concepções de DR	Setores voltados para DR/Dispositivo à campo	Competências Habilidades
PEABIRU	-DR é a reivindicação e garantia dos direitos básicos da comunidade rural; -É uma ONG que atua com assistência técnica fornecida às populações, incentivo à construção de mercados de comercialização baseado em estratégias coletivas e apoio ao acesso à políticas públicas; -Público alvo: agricultores familiares e povos e comunidades tradicionais.	-Um escritório no meio rural; -Trabalho no campo depende dos projetos vigentes.	-Estar inserido na realidade amazônica; -Realizar diagnósticos e ter conhecimento sobre gestão de recursos naturais territoriais; -Visão multidisciplinar.
Natura	-DR tem foco na qualidade de vida das populações amazônicas, via capacitação de atores locais. -A Natura, que é uma empresa internacional de grande porte, promove o desenvolvimento das cadeias da sociobiodiversidade e incentiva a transformação e agregação de valor dos produtos comercializados. -Atua por meio de programas com populações tradicionais, ribeirinhos, indígenas, extrativistas, etc.	-Setor de suprimentos: responsável pelo fornecimento da matéria prima (inserido no campo).	-Estar inserido na realidade amazônica; -Conhecimentos específicos em cadeias produtivas, manejo florestal, extensão rural; -Prática e habilidades no campo; -Saber criar e cultivar diálogos com agricultores; -Visão multidisciplinar; -Diagnóstico ambiental.
Malungo	- É uma ONG que atende ao público quilombola; -Sua concepção de DR está intimamente ligada à garantia de acesso à regularização da terra para defesa dos territórios e, conseqüentemente, à defesa de autonomia e independência das comunidades quilombolas; -Portanto, atua como instituição de assessoramento jurídico	-Trabalham nas comunidades quilombolas numa perspectiva de empoderamento; -Funcionários responsáveis pela implementação de projetos.	- Ser quilombola (prioridade no contrato); -Conhecimentos técnicos especializados; -Visão multidisciplinar; -Elaboração de projetos.

TNC	<ul style="list-style-type: none"> -Visão de DR focada no agricultor e necessidade de reforço às políticas agrárias e ambientais; -TNC é uma ONG ambientalista internacional de grande porte que promove a agricultura sustentável apoiada nos mercados sustentáveis, o fortalecimento e apoio ao agricultor ao acesso à assistência técnica, regularização fundiária, crédito rural e insumos (germoplasma); - Busca beneficiar todos os tipos de agricultores. 	<ul style="list-style-type: none"> -Projetos de campo nos polos de atuação. 	<ul style="list-style-type: none"> -Estar inserido na realidade amazônica; - C o n h e c i m e n t o s técnicos especializados; -Prática e habilidades no campo; -Saber criar e cultivar diálogos com agricultores; - E n f o q u e multidisciplinar; -Diagnóstico ambiental.
IEB	<ul style="list-style-type: none"> -DR é fortalecer e empoderar atores sociais; -O IEB é uma ONG e atua no fortalecimento e capacitação dos povos contemplados pelos projetos da instituição; -Público-alvo: agricultores familiares e povos e comunidades tradicionais, indígenas, mulheres. 	<ul style="list-style-type: none"> -3 escritórios distribuídos em capitais amazônicas e no meio rural; -Trabalham no campo através de projetos locais. 	<ul style="list-style-type: none"> -Preferência por profissionais inseridos na realidade amazônica; -Trabalho em rede (articulando com vários setores); -Visão global e crítica do rural; -Elaboração de relatórios.
CASP	<ul style="list-style-type: none"> -DR é a melhoria das condições de vida dos produtores cooperados; -Os públicos atendidos são agricultores familiares e quilombolas; -A cooperativa atua na comercialização, assistência técnica e formação, acesso às políticas públicas e realização de projetos. 	<ul style="list-style-type: none"> -A cooperativa está inserida no meio rural. 	<ul style="list-style-type: none"> -Profissionais locais; -Qualidades humanas de relacionamento (respeito, diálogo, etc.); -Conhecimentos técnicos especializados.
FETA-GRI	<ul style="list-style-type: none"> -DR é defender os direitos humanos, a qualidade de vida, segurança alimentar, gestão ambiental, conhecimento para o agricultor, empoderamento da juventude, questão de gênero via o acesso à políticas públicas; -Os principais públicos atendidos pela instituição são agricultores familiares, quilombolas, ribeirinhos e indígenas; 	<ul style="list-style-type: none"> - Além de 10 escritórios regionais, está presente em todos os municípios do PA; -Trabalham no campo através de projetos locais e apoio à classe trabalhadora rural. 	<ul style="list-style-type: none"> -Estar inserido na realidade amazônica; -Trabalho a campo; -Conhecer políticas públicas; -Elaboração de relatórios; -Conhecimentos técnicos especializados.

Fonte: Elaborado pelos autores

Partindo da descrição minuciosa de cada instituição/entidade, conseguiu-se caracterizá-las e chegar a resultados que expressam seus atributos fundamentais e as concepções de DR que orientam suas missões e funções.



Nas instituições públicas, de maneira geral, o aspecto privilegiado ao DR está relacionado com as finalidades executivas das instituições (segurança jurídica da terra e acesso a políticas públicas, assistência técnica e uso de tecnologias, produção de conhecimento e tecnologias, formação de recursos humanos ao nível superior, empreendedorismo), além de incluírem nos seus discursos a importância da construção de um planejamento baseado nas demandas das comunidades rurais e na integração de todas as dimensões do meio rural.

Como são, na sua maior parte, instituições de grande porte, com abrangência federal e atuação estadual, interpreta-se que as iniciativas de DR são pautadas em decisões de tipo hierárquico, “de cima para baixo”, de modo que os atores sociais atendidos estão no terceiro nível na pirâmide de tomada de decisão, ou seja, considerados aqueles que recebem o desenvolvimento, e não os que o constroem. Assim, não há uma abordagem descentralizada, tal como discutida na essência do desenvolvimento participativo por Albaladejo *et al.* (2007), e a relação com o capital social disponível estudado por Abramovay (2000) é fragilizada.

Tal interpretação se reafirma na atuação de algumas instituições no campo, visto que o trabalho é mais centrado no escritório do que na inserção direta no campo. Mediante esta constatação pode-se questionar: será que essa certa distância de relações entre instituição e sociedade permite que as reais necessidades das comunidades rurais sejam correspondidas?

A seleção dos profissionais se dá por sua formação superior (a área de formação consta no edital de seleção), exigida em concursos públicos, mesmo que essa formação não desenvolva em sua metodologia pedagógica ferramentas de compreensão das inúmeras realidades rurais do Brasil. De acordo com os entrevistados, os editais de concursos públicos da área, no caso do estado do Pará, contemplam cursos clássicos como Engenharia Florestal, Agronomia, Técnico em Agropecuária, Veterinário, Zootecnista, entre outros, e esses são responsáveis pelas ações de DR nas instituições.

Embora o objetivo desta pesquisa não foca a qualidade das formações profissionais para exercer o papel de agente de DR, autores como Albaladejo *et al.* (2007) e Simões (2016) refletem sobre as formações clássicas na perspectiva da mudança de paradigma do DR e reiteram a importância de uma abordagem que transforme as relações, entre agentes de DR e atores sociais, e o método de profissionalização dos ofícios voltados para



o desenvolvimento. Nesse sentido, através da análise dos resultados e do embasamento teórico da pesquisa, lembra-se que os cursos citados acima não estão integrando completamente a proposta de inclusão social e diferenciação metodológica, que agregue a heterogeneidade rural posta por Navarro (2001).

Em contrapartida, as entidades privadas e/ou do terceiro setor dispõem de uma outra concepção do DR atrelada, principalmente, ao acesso aos direitos básicos e qualidade de vida da população rural, que é o impulso inicial para garantir e defender os territórios e as territorialidades. Essa posição das entidades se dá por conta da diversidade em termos de público atendido, que predominantemente são atores rurais anteriormente marginalizados.

Na amostra pesquisada do setor privado, destacam-se as ONG's que, na análise do Quadro 01, atuam a partir de estratégias coletivas, na qual os atores e seu conhecimento são posicionados como sujeitos essenciais na estruturação e efetivação do DR, fortalecendo-os e empoderando-os. Destarte, é possível observar a concepção do que Albaladejo *et al.* (2007) consideram como desenvolvimento participativo.

Diferentemente das instituições públicas, as entidades privadas possuem uma atuação relativa mais efetiva no campo através, principalmente, de projetos locais, o que leva a crer que seus profissionais se encontram bem mais integrados ao espaço rural. Além do mais, todas as entidades privilegiam profissionais que estão introduzidos e conhecem “por dentro” a região amazônica.

Nessas entidades⁶ a formação ao nível superior é importante, porém, como a incorporação de novos profissionais não é regida por um sistema de concursos e editais, o critério mais significativo e observado no processo de contratação de profissionais é a qualidade do trabalho e a capacidade do funcionário em demonstrar determinadas competências e habilidades, quando demandadas. Ou seja, a forma de atuação do profissional é mais priorizada que a sua formação acadêmica.

Logo, observa-se que as particularidades dessa amostra segregam particularmente os setores públicos e privados, evidenciando a heterogeneidade do mercado de trabalho tratando do desenvolvimento rural.

6 Importante reconhecer, entretanto, que a escala de atuação das entidades privadas, por ser local, possui menor capilaridade e capacidade de atendimento ao público efetivo da agricultura familiar, quando comparada ao setor público e, pelo mesmo motivo, constituem oferta de trabalho a profissionais de desenvolvimento rural significativamente menor que a constituída por organizações do setor público.



Depois de caracterizar as instituições/entidades e analisá-las, comparando os setores público e privado, elaborou-se uma lista das competências e habilidades principais, dispostas no Quadro 02. Qualificou-se “competências” como algo que é adquirido no curso superior com o conjunto dos elementos pedagógicos e considerou-se “habilidades” as características que os discentes já possuem e que irão ser ressaltadas e aprimoradas no decorrer do curso, notadamente em atividades práticas. Identifica-se cinco competências e cinco habilidades exigidas pelo mercado de trabalho para o DR.

Quadro 2: principais competências, habilidades demandadas pelo mercado de trabalho

Competências	Habilidades
Capacidade de recorrer a conhecimentos técnicos especializados. - Profissional que tem capacidade de convocar técnicos específicos em determinada área.	Trabalho a campo. - Ter aptidão e experiência com as situações encontradas a campo.
Visão multidisciplinar e sistêmica, visão global e crítica do rural. - Compreensão das escalas (local, regional, global), das dinâmicas e das dimensões do meio rural.	Processos participativos. - Capacidade de condução dos processos participativos; animador; mediador
Conhecer políticas públicas da agricultura familiar. - Conhecimento dos benefícios que podem ser alcançados pela população rural através do acesso a políticas públicas	Trabalho no ambiente de organizações, em rede. - Prática em trabalhar em diferentes setores e com distintos atores.
Domínio de metodologias participativas. - Metodologias essas que estão atreladas a construção do desenvolvimento participativo, já comentado.	Trabalho em equipe, qualidades humanas de relacionamento. - Respeito ao próximo e à diversidade.
Domínio do método científico. - Método acadêmico.	Capacidade de comunicação. - Saber articular-se em todos os ambientes.

Fonte: Elaborado pelo autor

O conjunto de competências e habilidades induz o domínio do profissional sobre determinadas ferramentas e metodologias práticas, como diagnósticos agrários, que descrevem os atributos e as análises feitas pelo agente de DR na localidade; planejamento, elaboração e avaliação dos projetos; redigir relatórios técnicos e científicos; desenvolver estudos e pesquisas; saber empregar e manusear dispositivos e materiais de animação e formação; conhecer instrumentos que competem à gestão dos recursos naturais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, conclui-se que as instituições/entidades do mercado de trabalho destoam, principalmente, entre as formas de atuação do setor público e do setor privado.

No caso das instituições públicas depara-se com uma contradição quando se constata que no discurso utilizam o paradigma de DR guiado por estratégias que levam em consideração as interfaces entre todas as dimensões do rural, porém, na análise de seu posicionamento, onde somente repercutem os seus interesses e necessidades como instituição, e na situação do trabalho de campo, marcado pela distância do profissional com o ambiente social, fragilizam a visão construtiva do novo paradigma de DR emanada em seu próprio discurso.

Já no caso das entidades privadas consegue-se observar a interligação de suas práticas com a concepção de DR citada acima, rompendo a ideia “de cima para baixo” na atuação dos agentes de DR. Tal colocação, atrelada à diversidade dos públicos atendidos, transmite a importância que essas entidades dão para os atores sociais rurais para construir seus próprios processos de DR, mediante uma ação amplamente territorializada. A mesma reflexão se aplica a estrutura do curso na Universidade, sediado em Belém. Alternativas existem para aproximar mais a formação da realidade do campo — turmas em campi da UFPA no interior, PRONERA —, desde que meios adicionais possam ser alocados.

Para responder ao problema inicial da pesquisa, obteve-se resultados satisfatórios em geral. Não se alcançaram resultados suficientes para determinar quais tipos de emprego os estudantes do curso BDR poderiam assumir, contudo, tem-se o suficiente para afirmar que o egresso do curso teria as competências e habilidades fundamentais para assumir o papel de agente de DR nas instituições/entidades, algumas mais e outras menos. Dessa forma, a pesquisa do mercado de trabalho do DR, representado pela amostra, se mostrou globalmente congruente com a proposta de ensino trazida pelo curso de Bacharelado em Desenvolvimento Rural (BDR).

Para complementar essa pesquisa, é necessário entender como as principais competências e habilidades estão sendo construídas ao longo do curso de BDR, através de um levantamento junto aos discentes e docentes do curso.

A amostra de 14 organizações entrevistadas, que embora (aparentemente) representativa do universo encontrado no estado do Pará/Amazônia Oriental, ilustra bem



a sua diversidade, mas não contempla a todas elas. Logo, trata-se de pesquisa qualitativa que envolve interpretação das atuações e demandas profissionais das organizações entrevistadas, seja pelos entrevistados, seja pela necessidade de síntese dos pesquisadores, e que, portanto, não está isenta de subjetividades.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia aplicada**, v. 4, n. 2, p. 379-397, 2000.

ALBALADEJO, Christophe *et al.* Novas competências para os atores do desenvolvimento rural na Amazônia. **Área de Informação da Sede-Artigo em periódico indexado (ALICE)**, 2007.

BRANDÃO, Hugo Pena; BAHRY, Carla Patricia. Gestão por competências: métodos e técnicas para mapeamento de competências. **Revista do Serviço Público**, v. 56, n. 2, p. 179-194, 2005.

FACDES. **Faculdade de Desenvolvimento Rural**. 2021. Disponível em: <https://facdes.ufpa.br/>.

FACDES. **Projeto político-pedagógico do curso de Bacharelado em Desenvolvimento Rural**. Belém: INEAF-UFPA, 2017.

HAESBAERT, Rogério. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre, 2004.

MORAES, Ciro Dandolini de; DAQUINO, Carla de Abreu. **Avaliação de impacto ambiental: uma revisão da literatura sobre as principais metodologias**. 2016.

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos avançados**, v. 15, p. 83-100, 2001.



OLIVEIRA FILHO, José Jeremias. Reconstruções metodológicas de processos de investigação social. **Revista de História**, v. 54, n. 107, p. 263-276, 1976.

OLIVEIRA, Maria Neuza da Silva. **A formação de técnicos e extensionistas rurais no contexto do desenvolvimento rural sustentável e da política nacional de assistência técnica e extensão rural**. 2012.

QUEIROZ NETO, Exzolvildres; DE OLIVEIRA, Gilson Batista. Fronteiras e limites na produção de novos campos profissionais para o espaço rural: o curso de bacharelado em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar da Universidade Federal da Integração Latino Americana (UNILA) em Foz do Iguaçu, Paraná-Brasil. **Revista Atlante: Cuadernos de Educación y Desarrollo**, 2019.

SANTOS, Luciano; TEIXEIRA, Renato. Interdisciplinaridade como campo de diversidade. **Enciclopedia Biosfera**, v. 11, n. 20, 2015.

SCHNEIDER, Sergio. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**, p. 88-125, 2004.

SCHNEIDER, Sergio. **Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate**. 2010.

SILVA, Marcelo Kunrath; ROCHA, Ana Georgina. Mediação nas instituições participativas: articuladores territoriais e participação na política de desenvolvimento territorial. **Interseções: Revista de Estudos Interdisciplinares**, v. 17, n. 1, 2015.

SIMÕES, A. Refletindo sobre a formação do agrônomo: a experiência da Universidade Federal do Pará. **Revista Brasileira de Agroecologia**, p. 81-92, 2016.

SINGER, Paul. Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. **Estudos avançados**, v. 18, p. 7-22, 2004.

TOLENTINO, Michell Leonard Duarte. Da revolução verde ao discurso do PRONAF: a representação do desenvolvimento nas políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil. *Cerrados*, v. 14, n. 2, p. 93-124, 2016.





Agricultura Familiar:

Pesquisa, Formação e Desenvolvimento

RAF. v.17, nº 01 e 02 / jan-dez 2023, ISSN 1414-0810 / E-ISSN 2675-7710

AÇÕES COLETIVAS E PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS NA AGRICULTURA FAMILIAR: EXPERIÊNCIAS NO NORDESTE PARAENSE

COLLECTIVE ACTION AND SUSTAINABLE PRACTICES IN FAMILY FARMING: EXPERIENCES IN NORTHEAST PARAENSE

Ludmila da Rocha Nogueira, Graduada, UFPA, luddmilarn@gmail.com

Resumo

Este relato de experiência explora a importância das ações coletivas no Nordeste Paraense para o uso de práticas sustentáveis entre agricultores familiares. O estudo baseia-se em observação de campo e relatos de agricultores visitados durante uma viagem de campo da disciplina de Agroecologia e Sistemas Agroflorestais da UFPA, nos municípios de Irituia, São Domingos do Capim e Tomé-Açu. Destacou-se a importância da organização social para fortalecer a agricultura familiar, facilitar a adoção de práticas sustentáveis como a agricultura orgânica e os sistemas agroflorestais e impulsionar a economia local. Somado a isso, a união dos agricultores permitiu parcerias com instituições de pesquisa, assistência técnica e acesso a políticas públicas, evidenciando que esse processo é crucial para o desenvolvimento sustentável do meio rural.

Palavras-chave

Organização Social. Agricultura Familiar. Práticas Sustentáveis de Produção.

Abstract

This experience report explores the importance of collective action in the northeast of Pará for the use of sustainable practices among family farmers. The study is based on field observations and reports from farmers visited during a field trip for the Agroecology and Agroforestry Systems course at UFPA, in the municipalities of Irituia, São Domingos do Capim and Tomé-Açu. It highlighted the importance of social organization in strengthening family farming, facilitating the adoption of sustainable practices such as organic farming and agroforestry systems and boosting the local economy. In addition, the union of farmers has enabled partnerships with research institutions, technical assistance and access to public policies, showing that this process is crucial for the sustainable development of rural areas.

Keywords

Social Organization. Family Farming. Sustainable Production Practices.

INTRODUÇÃO

A região do Nordeste Paraense, uma das áreas mais antigas de colonização no estado do Pará, passou por mudanças significativas no uso da terra e nas práticas agrícolas, isso incluiu a expansão das pastagens e a expansão de maquinário, levando os agricultores familiares a adotar cultivos sazonais em substituição às tradicionais roças devido à pressão por produção. Como resposta a essas mudanças, os agricultores locais diversificaram seus sistemas de produção, incluindo culturas perenes, criação de pequenos animais e atividades de extração vegetal e pecuária, essa transição gradualmente os levou a adotar práticas sustentáveis com base nos princípios da agroecologia (Cordeiro; Arbage; Schwartz, 2017).

A ação coletiva é essencial para impulsionar a transição para práticas sustentáveis de produção, pois agrega valor aos produtos e capacita os agricultores a organizarem-se em projetos que respeitem seus interesses e valores compartilhados. Essa abordagem não apenas ajuda a enfrentar a marginalização econômica, mas também, promove o reconhecimento social e fortalece a resistência à homogeneização produtiva, proporcionando o desenvolvimento equitativo e sustentável para as comunidades rurais. (Costabeber; Moyano, 2000). Por esse motivo, o trabalho tem como objetivo explorar a importância das ações coletivas no Nordeste Paraense para incentivar o uso de práticas sustentáveis entre agricultores familiares e impulsionar o desenvolvimento rural local.

METODOLOGIA

O estudo foi realizado a partir de relatos de experiências de agricultores visitados durante uma viagem de campo referente à disciplina de Agroecologia e Sistemas Agroflorestais oferecida pelo Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Familiares (PPGAA) da Universidade Federal do Pará (UFPA), realizada em três municípios do Nordeste Paraense: Irituia, São Domingos do Capim e Tomé-Açu e que envolveram oito produtores, predominantemente, agricultores familiares em transição agroecológica.

Durante a viagem de campo, foram visitados agricultores pertencentes a quatro organizações sociais, são elas: a Associação de Produtores Rurais da Agricultura Familiar no Município de Tomé-Açu (APRAFAMTA); a Associação dos Pequenos Produtores Rurais Extrativistas e Pescadores Artesanais (APEPA); a Cooperativa Mista de Tomé-Açu (CAMTA) e a Cooperativa D'Irituia.



A pesquisa foi conduzida por meio de conversas informais com os agricultores e observação direta durante as visitas de campo, o que permitiu estabelecer uma conexão entre as iniciativas coletivas e a adoção de práticas sustentáveis de produção, visto que, todos os agricultores visitados estão engajados em alguma forma de organização coletiva e também implementam práticas de manejo sustentável em suas áreas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Associações e cooperativas são iniciativas coletivas essenciais para a agricultura familiar, ajudando a atender necessidades de produção, superar limitações de recursos e alcançar objetivos comuns, são alternativas viáveis para conquistar mercados, aumentar a renda e garantir a permanência dos agricultores em suas atividades rurais (Kuchak, 2019).

Durante uma viagem, foram visitadas duas associações, onde alguns associados compartilharam suas experiências com o uso de práticas mais sustentáveis de produção. A primeira associação visitada foi a Associação dos Pequenos Produtores Rurais Extrativistas e Pescadores Artesanais (APEPA) em São Domingos do Capim. Uma das fundadoras da APEPA, dona de um dos Sistemas Agroflorestais (SAFs) mais destacados do município, relatou que a partir dos anos 2000, a comunidade reconheceu a importância de se unir a outros agricultores para fortalecer a organização social, adquirir conhecimentos sobre práticas agrícolas mais eficazes e oferecer cursos de capacitação.

Esta união permitiu enfrentar e superar desafios, possibilitando a interação com pesquisadores e o estabelecimento de parcerias com universidades e instituições, que expandiram os canais de comercialização, aproximaram o conhecimento científico dos agricultores e facilitaram a implantação de práticas sustentáveis, como SAFs e agricultura orgânica entre os associados.

A segunda associação visitada foi a Associação de Produtores Rurais da Agricultura Familiar no Município de Tomé-Açu (APRAFAMTA), localizada em Santa Luzia, Tomé-Açu. Criada em 2005 para solucionar dificuldades enfrentadas pelos agricultores locais, como a agregação de valor dos produtos e a inserção no mercado, a APRAFAMTA estabeleceu parcerias com instituições públicas e privadas, como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) e BERACA. Essas parcerias possibilitaram a realização de cursos de capacitação em práticas sustentáveis, como a agricultura orgânica, o corte e trituração,



prática que evita a queima da vegetação para abertura de novas áreas, e os SAFs.

Além disso, com a criação da associação foi possível acessar políticas públicas, como o programa Pará Rural, que financiou a construção da fábrica de beneficiamento de polpas da comunidade, que agregou valor aos produtos produzidos nos SAFs. E também possibilitou a venda dos produtos para programas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

A primeira cooperativa visitada foi a Cooperativa Mista Agrícola de Tomé-Açu (CAMTA), fundada por imigrantes japoneses em 1949. A CAMTA tornou-se um destaque na produção e comercialização agrícola, oferecendo serviços desde a produção de mudas até assistência técnica e processamento da produção. Parcerias com instituições de pesquisa como a Embrapa e a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), além de práticas orgânicas, contribuíram para a promoção social e melhoria das condições de vida dos agricultores cooperados.

A partir da CAMTA surgiram os Sistemas Agroflorestais de Tomé-Açu (SAFTA), reconhecidos internacionalmente por promoverem a sustentabilidade ecológica e a diversificação de culturas, uma alternativa frente a crise da fusariose, doença que dizimou os pimentais da região, que era a principal fonte de renda dos agricultores do município. Com os SAFs, a diversidade dos produtos expandiu e os sócios passaram a produzir diferentes tipos de produtos que são vendidos diretamente para a cooperativa, mantendo um canal de comercialização seguro entre os cooperados e assistência técnica para o manejo dos SAFs.

A última cooperativa visitada foi a Cooperativa D'Irituia, no município de Irituia. Inicialmente, a prática agrícola predominante era o método de derruba e queima, seguido pelo cultivo de mandioca. No entanto, devido ao empobrecimento do solo, foi necessário adotar modelos de produção mais diversificados, como os SAFs. Fundada em 2011, a cooperativa ajudou agricultores a expandirem suas atividades com o apoio de políticas estaduais e municipais. Atualmente, a maioria dos cooperados adota práticas de produção orgânica, e a cooperativa possui parcerias para beneficiar o caroço de tucumã, resultado de uma colaboração com a empresa Natura, essas parcerias também contribuíram para aprimorar métodos de produção e canais de comercialização.

Essas ações sociais coletivas são estratégias essenciais para fortalecer a agricultura familiar, promovendo a união, a autonomia econômica dos agricultores e a adoção de



práticas produtivas sustentáveis. Elas facilitam o acesso ao mercado, fortalecem o poder econômico e político dos agricultores, permitindo-lhes mediar relações comerciais e institucionais, além de ampliar suas oportunidades no campo (Sangalli *et al.*, 2015).

CONCLUSÃO

A análise das associações e cooperativas visitadas destaca a importância dessas iniciativas para fortalecer a agricultura familiar. Associações como a APEPA e a APRAFAMTA, e cooperativas como a CAMTA e a Cooperativa D'Irituia, mostram que a organização social e a colaboração são essenciais para superar desafios. Essas entidades não apenas fornecem suporte técnico e acesso a recursos, mas também, facilitam parcerias com instituições de pesquisa, empresas e órgãos públicos, promovendo a adoção de técnicas agrícolas sustentáveis, fundamentais para a transição agroecológica, além de fornecerem canais de comercialização, agregando valor aos produtos e garantindo renda aos agricultores.

Por esse motivo, é crucial que as formas de organização social no campo, como associações e cooperativas, sejam incentivadas através de programas governamentais, especialmente, para alcançar agricultores familiares e comunidades tradicionais, que são as mais vulneráveis e frequentemente invisibilizadas no meio rural, afim de garantir a sustentabilidade ambiental, social e econômica dessas famílias.

REFERÊNCIAS

CORDEIRO, I. M. C. C.; ARBAGE, Marcelo José Cunha; SCHWARTZ, Gustavo. Nordeste do Pará: configuração atual e aspectos identitários. *In*: CORDEIRO, I. M. C. C.; RANGEL-VASCONCELOS, L. G. T.; SCHWARTZ, G.; OLIVEIRA, F. de A. (org.). **Nordeste Paraense: panorama geral e uso sustentável das florestas secundárias**. Belém: EDUFRA, 2017. p. 19-58.

COSTABEBER, José Antônio; MOYANO, Eduardo. Transição agroecológica e ação social coletiva. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, v. 1, n. 4, p. 50-60, 2000.

KUCHAK, M. L. *et al.* O associativismo como estratégia de reprodução social da



agricultura familiar. **Tópicos em Ciências Agrárias**, Belo Horizonte, v. 2, n. 1, p. 27-40, dez./2019.

SANGALLI, Adriana Rita *et al.* Associativismo na agricultura familiar: contribuições para o estudo do desenvolvimento no assentamento rural lagoa grande, em Dourados (MS), Brasil. **Organizações Rurais e Agroindustriais**, v. 17, n. 2, p. 225-238, 2015.





Agricultura Familiar:

Pesquisa, Formação e Desenvolvimento

RAF. v.17, nº 01 e 02 / jan-dez 2023, ISSN 1414-0810 / E-ISSN 2675-7710

UM SEMEADOR NA FLORESTA DAS LETRAS¹

Gutemberg Armando Diniz Guerra

VIEIRA, Paulo. **Tao Te Xingu**. Belém: Mezanino Editorial, 2024

A inserção de Paulo Vieira no Xingu lhe potencializou com a energia do grande e mágico rio, dos infinitos igarapés afluentes que correm sobre pedras preciosas e abrigam fauna e flora ricas em variedades de espécies e cores muitas. Ali ele encontrou um filão de quilate elevado para incrustar em sua criatividade que se espraia pela literatura, música, teatralização e animações na forma de vídeos que vão enriquecendo sua obra e, muito mais do que isso, ele vai partilhando essa experiência existencial com seus alunos e parceiros de poesia e aprendizado como um semeador generoso. Ele tem uma personalidade e formação multifacetada, com trajetória acadêmica paraense que vai de uma graduação em Engenharia Florestal na Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), passa para um mestrado em Agriculturas Familiares Amazônicas na Universidade Federal do Pará (INEAF/UFPA) com uma dissertação que trata sobre a biodiversidade de áreas de capoeira e se amplia indo para a Universidade de São Paulo (USP) onde investe em um doutorado em literatura defendendo uma tese sobre a obra do poeta Max Martins.

Sobrevivendo originalmente de consultorias ligadas à sua graduação, finda por fazer um concurso para professor universitário e se aloca no Campus da Universidade Federal do Pará em Altamira, onde passa a atuar cobrindo cursos como o de Educação do Campo, Letras e outros que lhe abram as portas para versejar nas ondas do aprendizado da vida e dessa nossa rica Língua Portuguesa abasileirada.

O fato é que o engenheiro florestal virou um fauno a ensinar e aprender nos caminhos da mata e dos rios, o ritmo dos versos rebeldes e livres, do melhor padrão estético, associando elementos que fazem dos ambientes que frequenta territórios imantados de luz e boas energias que induze à crítica e sustentabilidade.

Esse livro em poemas que agora me cai nas mãos em junho como um verdadeiro presente de aniversário, suscita não apenas essa resenha, mas prolonga um diálogo interminável com o escritor que, se medido o tempo de nossa amizade e interação

¹ Submetida a Revista Agricultura Familiar em julho de 2024 e encaminhada para ser feita uma versão em espanhol para uma Revista da Colômbia.

acadêmico literária, vai aí para mais de duas décadas.

No dia do lançamento de *Tao Te Xingu* pude estar presente na Livraria Travessia com um seleto grupo de amigos comuns. Cheguei ainda a tempo de ouvir Daniel da Rocha Leite a mediar indagações dos presentes e presenciar o Paulo Vieira radiante a fazer sua performance. Ele trajava indumentária preparada para a ocasião por Alcimara Braga, uma estilista sensível ao modelo que o poeta pode ser. Pude ouvir seus convidados a fazer leitura declamada de versos escolhidos para celebrar o nascimento desse sexto (nunca bissexto) livro de poesias do bardo. Saí de lá com a alma plena de poesia embora com a tarefa de apaziguar o filho a me ralhar por lhe ter feito esperar tanto naquele parto de livro de gente grande, madura e feliz por se encontrar em noite de luz no porão. Apesar do desconforto temporário do pequeno, foi um evento inesquecível também para ele, que viu uma performance cuja memória lhe fará esquecer a fome e lhe dará mais apetite para os versos e as representações de nosso mundo amazônico.

Lendo os versos na calma do aposento como quem degusta iguarias regionais, encontrei a alma do engenheiro florestal em troncos, cascas, folhas, flores, sementes, rios, pedras, concretos, araras, piuns, cheiros, imagens, ruídos, gostos e toques de muitos seres e cenários que povoam a região. Ele se inspira e dele transpiram ritmos no seu palavreado de animal humano integrado à ambiência que lhe faz vibrar.

Justamente no meio do livro, entre as páginas 29 e 33 desabrocha um erotismo ora fino, zen, a revelar a musa disfarçada de acaso cuja graça é seu encantar o que vem muito bem dito nas estrofes que cito:

versos mortos
sem alfabeto

dia sem sol
deserto

na hora
do poema
do nada
pensei em ti
(acaso/coincidência?)

pouso o verso
nos teus olhos
de madeira e mel



e nem ousar falar
dos contornos

dessa tua
boca

nem dos teus ombros
de orquídea
louca.

O erotismo não se cristaliza ali no meio, não se acomoda e, às vezes se adianta e se arrisca em quase pornografia por conta da intensidade que alguma (ou serão algumas?) musa (ou musas?) lhe instigam a explicitar seu desejo de fricção e ato sexual selvagem em palavras quase gestos. É a poesia explodindo em gozos deleitosos, tentando mascarar o impossível arrebatamento da paixão.

O livro todo é um caminhar descalço e nu em cima de um terreno celeremente devastado, ora em brasa, ora úmido, por um movimento de transformações em que impera a violência do homem contra tudo e todos, inclusive contra si mesmo, em nome do lucro disfarçado de progresso, ou de progresso fantasiado de lucro, ou os dois de mãos dadas a rir da desgraça alheia. O verso de Paulo Vieira é resistência, soa dissonante e não se sabe até quando será tolerado pois que incomoda, incita, excita, arrebanha, recruta e propõe sublevações da ordem e de vereditos autoritários e castradores que se fizeram esqueleto da sociedade brasileira e amazônica.

A obra de Paulo Vieira é toda madura, ou maturada, no seu exercício ousado de dizer o não dito, de revelar o velado pelo medo, ameaça e arremedo. De sua lavra esse sexto livro de poesia não é mais nem menos poético do que os outros que expôs em prosa e menos ou mais ainda do que suas performances, nem sempre registradas em veículos físicos, de professor, ator, compositor, cantor, facilitador, abridor de mentes e corações.

Essa resenha pede que se indique, desse paraense nascido em São Miguel do Guamá e cidadão do mundo, os livros anteriores, a maioria premiada em certames pelo país: *Infância vegetal* (Prêmio IAP, 2004), *Orquídeas anarquistas* (Prêmio IAP, 2007), *Livro para pescaria com linha de horizonte* (Prêmio CCMQ, em tinta e braile, 2008), *Livro para distração na tragédia* (Prêmio FCP, 2008), *Retruque* (Prêmio FUNARTE, 2010), *Peso Vero* (conto e poesia com Daniel da Rocha Leite, Prêmio BASA, 2011), *Pablo no*



mundo das nuvens (Prêmio FCP, 2016), *Arte, Erotismo, Natureza e Amizade – Os diários de Max Martins* (2017), *Belebrada* (2019) e *Vieiranembeira – Poemas escolhidos pelo autor*, 2022).

Qualquer que seja o que caia sob os olhos do leitor, haverá faíscas e promessas de um diálogo proveitoso e instigante como o poema que segue encerrando a coletânea na página 77:

quando penso em desistir
vem aquele silêncio
de quem não quer partir
vem aquela coragem
com a faca entre os dentes
vem qualquer alegria
besta inconsequente
vem você
com seu sorriso
de ipê

Confirmam, tomem coragem e manifestem-se.





Agricultura Familiar:

Pesquisa, Formação e Desenvolvimento

RAF. v.17, nº 01 e 02 / jan-dez 2023, ISSN 1414-0810 / E-ISSN 2675-7710

RESUMOS DE DISSERTAÇÕES DEFENDIDAS NO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRICULTURAS AMAZÔNICAS, UFPA

ASSOCIAÇÃO AGROEXTRATIVISTA DOS MORADORES DO AJÓ: UMA NOVIDADE ORGANIZACIONAL PROTAGONIZADA POR MULHERES DA REGIÃO DO BAIXO TOCANTINS/PA

ELLEN PATRICIA MARQUES DO CARMO

Essa dissertação tem como lócus de análise a comunidade rural do Ajó, zona rural do município de Cametá, região do Baixo Tocantins, no estado do Pará, onde uma organização essencialmente feminina tem se consolidado: a Associação Agroextrativista dos Moradores do Ajó – AMA. Com o olhar direcionado a essa associação, este trabalho objetiva analisar a relação entre o surgimento da AMA e a mudança de práticas produtivas e organizacionais das mulheres associadas, bem como de suas famílias. De modo específico, propõe-se: a) investigar a trajetória de construção e fortalecimento da AMA; b) identificar as transformações socioprodutivas desencadeadas na vida das mulheres associadas a partir de seu vínculo com a AMA; e c) verificar as principais mudanças organizacionais suscitadas pela emergência da associação, bem como as mais significativas dificuldades de consolidação da AMA. Para o alcance desses objetivos, com base em uma pesquisa de cunho qualitativo, do tipo estudo de caso focado na AMA, realizou-se, entre os meses de julho a agosto de 2022, entrevistas semiestruturadas direcionadas a 11 agricultoras associadas à AMA, assim como a observação participante no âmbito da associação e os diários de campo. Como fonte de dados para posterior análise utilizou-se, o calendário histórico que possibilitou conhecer as experiências, fatos e mudanças que influenciaram no processo de construção e fortalecimento da AMA, o Diagrama de Veen, que oportunizou visualizar os atores sociais que estão correlacionados a associação, o fluxo de comercialização, por meio do qual foram citados todos os produtos comercializados pela AMA, e a matriz de uso do tempo que permitiu conhecer as atividades desenvolvidas diariamente pelas agricultoras associadas à AMA. À luz, sobretudo, da Novelty Production (Ploeg, 2004; Oostindie; Broekhuizen, 2008) e da Construção do conhecimento contextual (Oostindie; Broekhuizen, 2008; Cotrim, 2013), realizou-se a análise. De acordo com

a primeira perspectiva teórica, a novidade é uma nova prática, um novo modo de pensar ou fazer, uma modificação dentro de uma prática existente ou constitui-se em uma nova prática. De acordo com a segunda perspectiva teórica, a construção do conhecimento contextual é originada pelo acúmulo de habilidades e capacidades desses atores, sendo esse conhecimento uma fonte importante de produção de novidades. Como resultados, a dissertação evidencia que a trajetória de construção e fortalecimento da AMA se alicerçam em trocas de experiências e construção de conhecimentos, bem como nas relações mantidas com os atores sociais envolvidos com a AMA. A partir da participação dessas mulheres na AMA, verificou-se mudanças no âmbito familiar delas, como a divisão das tarefas da casa, essas agricultoras puderam vislumbrar outros modos possíveis de vida, aumentando a sua sociabilidade, conquistaram a sua autonomia pessoal, financeira e administrativa. Referente às principais dificuldades que assolam à consolidação da AMA destacam-se a centralização de informações acerca de políticas públicas em apenas algumas mulheres associadas, além disso, a logística da entrega dos produtos comercializados pela AMA. Em conclusão, espera-se que esta análise contribua para as discussões sobre agricultura familiar, valorizando o papel das mulheres como componentes fundamentais, e não apenas complementares, nos espaços de produção rural.

Palavras-Chaves: Conhecimento agroecológico. Produção de Novidades. Protagonismo feminino. AMA.

Nome do orientador:

Dra. Monique Medeiros

Data da Defesa: 31/08/2023

A EXPANSÃO ESPACIAL DOS AÇAIZAIS NATIVOS NO ESTUÁRIO AMAZÔNICO

OMAR MACHADO DE VASCONCELOS

O fruto de açaí, é hoje, um dos alimentos mais procurados no mercado de produtos de natureza vegetal produzido em áreas de várzeas no estuário amazônico, essa demanda por uma produção cada vez maior, tem promovido a expansão espacial dos açaizais nas regiões de várzea que o produz, com destaque para o Baixo Tocantins - PA, justamente por ser



este, atualmente, o maior produtor nacional deste fruto. Neste cenário, foi feito o recorte espacial do município de Limoeiro do Ajuru, cujos batedores de açaí da zona urbana, dez no total, participaram da fase inicial da pesquisa, Artigo I, na qual foram realizadas entrevistas não diretivas para a coleta de informações sobre as suas realidades de trabalho bem como sobre a origem da sua matéria prima, objetivando identificar as principais áreas não alagáveis produtoras de açaí deste município. Em um segundo momento da pesquisa, Artigo II, foram abordados os efeitos da dinâmica expansionista do açaí de várzea sobre as práticas de cultivo mediante o tipo de área utilizada, bem como o seu processo histórico, com o objetivo de compreender melhor o ocorrido nos últimos vinte anos de atividades com o açaí de várzea, para isso, foram mobilizados como métodos de pesquisa 40 questionários e 08 entrevistas históricas com produtores ribeirinhos, além de entrevistas com entidades públicas locais como EMATER, INCRA, Secretaria Municipal de Agricultura, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Colônia de Pescadores, realizando-se ao final, uma tipologia das práticas de cultivos e análise de produção de fruto. No terceiro e último momento da pesquisa, Artigo III, foi analisado o processo de expansão espacial propriamente dito, tentando responder: como, quando e por que ocorre, e também, como se dá os efeitos dessa expansão sobre o sistema de produção ribeirinho, para isso, foram usados como métodos de pesquisa 40 questionários aplicados a agricultores familiares ribeirinhos, 08 entrevistas históricas e visitas específicas a lotes para acompanhamento das atividades desenvolvidas nos açazais. Ao final, concluiu-se que, no Artigo I, foi possível identificar algumas das principais áreas produtoras de açaí do município, suas localizações e condições físicas, alagáveis e não alagáveis, bem como sua importância no que diz respeito ao fornecimento de frutos para o comércio local, e ainda, enfatizou a importância da atividade de batedor de açaí como trabalho essencialmente familiar. No Artigo II, foram identificadas três tipologias de manejos, sendo elas, o Manejo Consuetudinário, o Manejo Tecnológico e o Manejo Híbrido, bem como as suas variações de produção e de práticas de acordo com o tipo de áreas de cultivo, alagáveis e não alagáveis, ressaltando, a importância da produção das áreas não alagáveis em períodos específicos da entressafra. No Artigo III, foi possível identificar que o processo de expansão espacial dos açazais de várzea ocorre, inicialmente, nos menores lotes, entre 15 ha e 20 ha, de lotes marginais a grandes rios para lotes marginais a pequenos rios ou igarapés, gerando alterações no sistema de produção ribeirinho cujo mesmo tem demonstrado um desequilíbrio na produção vegetal entre as cultura que normalmente sempre foram produzidas (milho, arroz, cacau e açaí); no que diz respeito à produção animal, houve um aumento significativo da maioria das espécies que compõem este sistema de produção (peixe, pato e frango), significando,



dessa forma, uma inversão entre a produção vegetal e a produção animal do sistema de produção como um todo.

Palavras-Chaves: Várzea. Áreas alagáveis e não alagáveis. Ribeirinho. Práticas. Sistema de produção.

Nome do orientador:

Dra. Livia de Freitas Navegantes

Data da Defesa: 04/05/2023

MOBILIZAÇÃO DE CONHECIMENTOS TRADICIONAIS NA PRODUÇÃO DE AGROBIODIVERSIDADES NO ESPAÇO-TEMPO DA AGRICULTURA FAMILIAR DA TRAVESSA DO NOVE, BRAGANÇA-PA

MAIRON DE SOUSA FURTADO

Na organização e na produção da agrobiodiversidade no território da agricultura familiar da Travessa do Nove, são mobilizados conhecimentos tradicionais que demonstram o domínio do tempo e do espaço. A pesquisa objetivou analisar a produção de agrobiodiversidade das roças por meio da organização do calendário agrícola da agricultura familiar, situada na comunidade da Travessa do Nove, do município de Bragança, Pará. Para tal propósito, a pesquisa se valeu do método autoetnográfico e das técnicas: observação, entrevista e mapeamento, cujos dados foram submetidos à análise de conteúdo. Os resultados mostram que há duas lógicas de produção: a roça de toco, onde são produzidas diversidades agrícolas, e a roça gradeada, com produção apenas das variedades de mandioca. Sobre estes espaços sociais, há os tempos que fundam e abolem determinado evento. O início das chuvas de inverno de dezembro a janeiro funda o ciclo das diversidades agrícolas, onde as sementes ficam maduras de março a junho-agosto. Já as variedades de manivas, que iniciam o ciclo do verãozinho de dezembro a fevereiro e no verão, entre junho a agosto-setembro, produzem mandiocas com oito a doze meses. Estes tempos estão associados à produção da roça: o plantio das manivas nas roças do verão é realizado entre junho a setembro; já na roça de inverno, o cultivo das diversidades agrícolas da roça ocorre entre dezembro e fevereiro. Dentre estas, o milho e o arroz são colhidos



logo que secar a palha entre abril e agosto, que é o mesmo prazo da mandioca nas roças do verão e de outubro a dezembro são arrancadas as mandiocas na roça de inverno. Da associação entre os ciclos conceituais e os ciclos de atividades da roça fica materializado o calendário tradicional, por meio do qual acontece a produção de agrobiodiversidades. Portanto, a organização do calendário agrícola permite aos agricultores produzirem roças com diversidades agrícolas. Além do conhecimento do espaço, é imprescindível entender as estações para estabelecer previsibilidade acerca dos eventos ao longo do ano e das espécies agrícola, para definir as condições ambientais ótimas à produção dos territórios de agrobiodiversidades.

Palavras-Chaves: Conhecimentos locais. Agriculturas amazônicas. Nordeste paraense. Calendário agrícola.

Nome do orientador:

Dr. Gustavo Goulart Moreira Moura

Data da Defesa: 30/08/2023

A PESCA ARTESANAL DO AVIÚ (*ACETES MARINUS*) E A
CONSTRUÇÃO DE SABERES E PRÁTICAS ALIMENTARES
NO COTIDIANO DE UMA COMUNIDADE RIBEIRINHA NA
AMAZÔNIA PARAENSE

LÍLIAN LOPES GUEDES

Esta pesquisa estudou a pesca artesanal do aviú (*Acetes marinus*) e a construção de saberes e práticas alimentares no cotidiano de uma comunidade ribeirinha na Amazônia paraense. A pesca artesanal do Aviú é uma das principais atividades produtivas da região. Assim, a pesquisa parte dos aspectos culturais no que consiste os saberes e práticas alimentares, bem como das práticas de captura dos crustáceos. Para a coleta de dados foram utilizadas metodologias como observação participante, entrevistas não diretivas e aplicação de questionários semi-estruturados. Os resultados alcançados demonstram que os pescadores e pescadoras artesanais possuem muitos conhecimentos e saberes a respeito das práticas de pesca e práticas alimentares. Apresentam o pano de filó como o apetre-



cho adequado para a realização de uma pesca bem-sucedida, bem como conhecimentos de marés, uma vez que, identificam a vazante e as noites escuras como adequadas à sua prática. Mesmo com as mudanças de hábitos, principalmente entre as novas gerações, as práticas tradicionais de alimentação permanecem entre muitas famílias, o que destaca a identidade cultural dessas pessoas, ou seja, o cozinhar no fogão a lenha, e o ato de comer com as mãos, são exemplos de práticas que persiste até os dias atuais. Todos esses conhecimentos e saberes são obtidos cotidianamente, principalmente por meio da relação que possuem com a natureza. Essas são características passadas de geração a geração, e adaptadas de acordo com as necessidades dos pescadores diante sociedade. A pesca artesanal, os conhecimentos, saberes e práticas alimentares relacionadas a esta atividade são de muita importância tanto para as famílias que dependem da pesca, quanto para a comunidade geral, devido a geração de renda e acessibilidade dos alimentos.

Palavras-Chaves: Pesca Artesanal. Aviú (*Acetes marinus*). Práticas alimentares. Amazônia paraense.

Nome do orientador:

Dr. Flávio Bezerra Barros

Data da Defesa: 07/07/2023

AS PRÁTICAS AGRÍCOLAS DAS ROÇAS DE MANDIOCA E SUAS TRANSFORMAÇÕES PROTAGONIZADAS POR AGRICULTORES FAMILIARES DO MUNICÍPIO DE IRITUIA-PA.

RAUL TEIXEIRA DE ANDRADE

Esta dissertação trata das práticas agrícolas das roças de mandioca e suas transformações, fala sobre as trajetórias do sistema de corte e queima, protagonizada por agricultores familiares no município de Irituia-PA. A mandioca é uma espécie originária da América do Sul, já era cultivada por indígenas antes dos colonizadores chegarem à região, e depois foi espalhada pelos portugueses principalmente pelo continente africano, em muitos países deixou de ser uma cultura de subsistência e passou a ser produto de exportação, de acordo com dados da FAO. O Brasil está entre os grandes produtores, o Pará é o maior



produtor de mandioca do país. O estudo foi realizado no município de Irituia, localizado na mesorregião Nordeste Paraense, onde se localiza os municípios que são os maiores produtores do Estado e do Brasil. As roças de corte e queima no município de Irituia, é o principal sistema de produção de mandioca e outras culturas anuais consorciadas, como o arroz, feijão, milho, melancia, abóbora e outras. A cultura principal é a mandioca, comumente cultivada para o consumo e comercialização, já outras culturas costumam ser para a subsistência, para alimentação da família e de animais. A presente pesquisa tem como pergunta de partida: Quais transformações ocorridas nas roças de mandioca e como elas se processaram, no município de Irituia-PA? O objetivo geral foi analisar as práticas empregadas nas roças de mandioca e suas transformações ao longo do tempo, no município de Irituia, PA. A metodologia utilizada foi com abordagem sistêmica, com análise da paisagem e dos Agroecossistemas, em uma escala do maior para o menor, aplicou questionários semi estruturados nas propriedades entrevistadas Históricas com lideranças e pessoas chaves, e em algumas propriedades selecionadas, cada uma com representando uma tipologia diferente, aplicou se uma entrevista retrospectiva, que faz uma análise da história da propriedade da família, traçou se a trajetória até o momento atual. Obteve se os seguintes resultados na pesquisa: O cultivo mandioca continua sendo uma das principais atividades econômicas do município, é cultivada principalmente por agricultores familiares e o sistema de corte e queima é o sistema predominante de cultivo. Entretanto passa por transformações, principalmente: diminuição do tamanho das roças e da produção, menor tempo de pousio, menor número de pessoas da família trabalhando na propriedade. Cresceu o número de agricultores trabalhando com sistemas agroflorestais Safs., para diversificar as atividades e aumentar a renda, inclusive em algumas propriedades agricultores tem adotado o plantio da mandioca dentro dos Safs. Destaca se as principais transformações nas roças: a diminuição das áreas e dos tempos de pousio, a adoção de mecanização nas áreas já abertas e já cultivadas por alguns anos no sistema de corte e queima, a implantação de roças em áreas já cultivadas, fazendo a limpeza da área com capina manual, com roçadeiras ou com herbicidas químicos, entretanto sobre o uso de herbicidas, na pesquisa os agricultores não declaram abertamente que usam, mas muitos relataram sem citar nomes, que é utilizado. Conclui se que o cultivo da mandioca, continua ser uma das principais atividades da agricultura familiar, juntamente com a extração de açaí, mas passa pelas transformações relatadas.

Palavras-Chaves: Mandioca. Roças. Corte e queima. Agricultura familiar. Sistemas de produção. Trajetórias.



Nome do orientador:

Dra. Livia de Freitas Navegantes

Data da Defesa: 11/12/2023

O CULTIVO DA MANDIOCA (*MANIHOT ESCULENTA* CRANTZ.) E OS PRINCÍPIOS AGROECOLÓGICOS: REFLETINDO SOBRE A SUSTENTABILIDADE DOS AGROECOSSISTEMAS FAMILIARES COM CERTIFICAÇÃO DE INDICAÇÃO GEOGRÁFICA (IG), EM BRAGANÇA – PA.

MAURA CARDOSO DE SOUSA

Esta dissertação teve como foco a análise da sustentabilidade e o manejo de roças tradicionais em agroecossistema que aderiram à Identificação Geográfica da Farinha Bragança Pará. A produção brasileira de mandioca fica a cargo da Região onde a produção é baseada em lógicas familiares de produção, que objetivam atender principalmente o consumo familiar e, em um segundo plano, ao mercado, o plantio de mandioca é realizado através do corte e queima, o qual exige um período de pousio para que a vegetação se recupere entre um corte e outro, quando esse período de pousio é reduzido, o sistema corte-queima perde, progressivamente, sua capacidade produtiva. No município de Bragança (Pará), foi a aquisição de um selo de Identificação Geográfica (IG) para a fabricação tradicional farinha de Bragança, oportunizando acesso e expansão para novos mercados cativos para famílias locais. Porém, não se tem estudos que analisam os impactos da IG sobre o cultivo de mandioca e a IG valoriza a produção de dentro de princípios agroecológicos, limitando a IG aos processos pós-colheita. Com base nos elementos expostos acima, lança-se uma questão central para o desenvolvimento desta pesquisa: Como a aquisição da IG/IP Farinha de Bragança apoia a manutenção das formas tradicionais de cultivo e produção de mandioca junto à agricultura familiar? Com o objetivo geral: Analisar o manejo do cultivo da mandioca e a sustentabilidade de agroecossistemas familiares certificados com a identificação geográfica da farinha, na comunidade Quilombola Tipitinga em Santa Luzia do Pará e objetivos específicos: 1- Caracterizar agroecossistemas familiares da comunidade Tipitinga, que aderiram a IG, identificando os tipos de manejo utilizados por esses agricultores. 2- Avaliar o estado da sustentabilidade de agroecossistemas com IG, considerando, princípios agroecológicos adotados pelas famílias e pela IG. 3- Identificar



e descrever relações entre práticas de manejo de roças de mandioca e a IG Farinha de Bragança. A pesquisa é do tipo exploratória, especificamente se trata de um estudo de caso de caráter participativo e análise dos dados qualitativos e quantitativos, por meio de indicadores de sustentabilidade, obedecendo às etapas metodológicas do instrumento a ser utilizado para caracterizar; avaliar e comparar o estado atual de sustentabilidade dos agroecossistemas familiares terá como base um questionário adaptado a partir do MESMIS, que propõe uma avaliação multidimensional com base em indicadores. Resultados e discussões identificou-se três tipos de manejo 1 (famílias envolvidas com a produção orgânica), 2.1 (famílias que priorizam a comercialização da farinha em escala) e 2.2 (Tipo 2.2 famílias com forte renda não agrícola) baseados nos níveis dos indicadores do MESMIS, nota-se que o agroecossistemas do tipo 1 foram os que mais se destacaram dentre os demais, concluindo que mesmo envolvidos com a IG, constata-se que os agroecossistemas podem ser agrupados em duas lógicas distintas, onde no tipo 1 prioriza o manejo baseado em princípios agroecológicos, já 2.1 e 2.2 encontram-se distantes do que preconizam os princípios do registro da IG, especialmente no que tange a valorização das boas práticas agroecológicas e os saberes tradicionais, portanto, pode ser notado que o estado atual da sustentabilidade na comunidade do Tipitinga se mostra fragilizado considerando o manejo adotado, por vir se baseando na tecnificação do plantio de roças com maior intuito comercial, o qual utiliza diferentes insumo externos como: agrotóxicos, maquinário, entre outros, onde estes causam desequilíbrio entre homem e natureza.

Palavras-Chaves: Princípios Agroecológicos. MESMIS. Identificação Geográfica. Farinha de Bragança Pará.

Nome do orientador:

Dr. Luis Mauro Santos Silva

Data da Defesa: 18/08/2023

“EUNÃO ME BAIXO, EUNÃO ENTREGO OS PONTOS, EU SAIO, EU VOU À LUTA”: PROCESSOS DE EMANCIPAÇÃO DE MULHERES RURAIS DA COOPERATIVA D’IRITUIA, PARÁ

EDUARDO JUSTINO SANTANA



Na sociedade em que vivemos, as mulheres estão sob opressão regulamentada e normalizada pelas relações de poder que a construção de gênero possibilita. O trabalho das mulheres rurais também, vêm sendo invisibilizado quando comparado ao trabalho dos homens, as mulheres do campo têm os quintais como um dos principais agroecossistemas de produção. Local onde elas são as principais protagonistas da implantação ao manejo, esses agroecossistemas são importantes tanto para a renda quanto para a segurança alimentar das famílias – no entanto, assim como o trabalho das mulheres, são espaços inviabilizados. Trabalhos desenvolvidos pelos sujeitos que constroem a agroecologia têm proporcionado mudanças nesse pensar sobre os quintais e o trabalho das mulheres. Assim como as mulheres vêm se organizando em coletivos (cooperativismo) para reforçar e fazer o seu trabalho ser valorizado. Criando assim, espaços de emancipação. Com base nessas informações, objetivou-se com este trabalho compreender como as mulheres agricultoras da cooperativa D’Irituia criam ferramentas de emancipação a partir dos quintais agroflorestais e do cooperativismo. Partimos de um estudo de caso, estruturado a partir de observações diretas, entrevistas semiestruturadas e pesquisa documental para buscarmos responder o objetivo proposto. Trabalhamos com doze (12) mulheres que são cooperadas da cooperativa D’Irituia, localizada em Irituia, Pará, Amazônia. No primeiro artigo intitulado: “Depois que faz parte da cooperativa, você não para mais de estudar”: um olhar sobre as mulheres da cooperativa D’Irituia, apresentamos as mulheres da cooperativa e suas relações políticas e comerciais na cooperativa; conhecemos a idade e escolaridade das mulheres; fonte de renda; situação fundiária, acesso a crédito e assistência técnica. Concluímos que os quintais, assim como o cooperativismo são importantes para a geração de renda para as mulheres e, em Irituia, os quintais são tidos como importantes agroecossistemas e as mulheres trabalham nos quintais juntamente com os familiares. No segundo artigo, trabalhamos com o título: “Eu não me baixo, eu não entrego os pontos, eu saio, eu vou à luta”: emancipação das mulheres da cooperativa D’Irituia. Observamos que os quintais são espaços importantes de formação política para as mulheres, os quintais também, colabora para a formação da cooperativa. Essa insere as mulheres nos movimentos sociais nacionais. Dessa forma, tanto os quintais, a cooperativa e os movimentos sociais são espaços importantes para a emancipação das mulheres, por mais que exista muitas contradições nesse processo. Há constantes imposições do mercado capitalista, que impõe as relações de cooperativismo de mercado.

Palavras-Chaves: Mulheres. Quintais agroflorestais. Cooperativismo. Emancipação. Agroecologia.



Nome do orientador:

Dr. Heribert Schmitz

Data da Defesa: 27/02/2023

ENTRE RETIROS E ROÇAS QUILOMBOLAS: A AGROBIODIVERSIDADE NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE PORTO ALEGRE, NA AMAZÔNIA TOCANTINA (PARÁ).

HILTON LUCAS GONÇALVES DURÃO

As comunidades quilombolas desenvolvem atividades produtivas que são cruciais para a garantia dos modos de vida, da soberania alimentar e fortalecimento da identidade cultural. Dessa maneira, o presente trabalho investiga como se configura a agrobiodiversidade nos sistemas agrícolas da comunidade quilombola de Porto Alegre, município de Cametá, Pará, compreendendo sua correlação com os saberes locais mais expressivos e seu papel nas estratégias econômicas. Metodologicamente, a pesquisa contou com o método da observação participante que esteve diretamente relacionado ao pertencimento do autor com referida comunidade. Em seguida foram aplicadas vinte e cinco entrevistas semiestruturadas durante o segundo semestre de 2021, junto aos agricultores quilombolas, os quais foram selecionados a partir da técnica snowball, com isso, as perguntas versavam sobre aspectos socioeconômicos, produtivos e culturais da comunidade. Os dados obtidos foram analisados mediante a interpretação das entrevistas, das anotações, gravações, fotografias e percepções em campo, e as informações foram sistematizadas e organizadas por meio do programa Microsoft Office Excel® (2010). Como resultado da investigação foi possível constatar que a configuração da agrobiodiversidade dos sistemas produtivos está fortemente atrelada aos aspectos socioculturais e às estratégias econômicas e alimentares. Dentre os espaços produtivos mais significativos destacam-se as roças de derruba e queima que contam com 27 etnovarietades de mandioca, os quintais agroflorestais que possuem mais de 60 espécies vegetais manejadas, e os espaços denominados de retiros, no qual identificou-se a expressividade dos cultivos de açaí e pimenta-do-reino. Desse modo, pode-se concluir que as práticas produtivas tradicionais estão diretamente relacionadas à cultura quilombola local, que são desenvolvidas em função da agrobiodiversidade, expressas pelo cotidiano que promove relações de reciprocidade e diferentes lógicas



familiares. Tornando-se evidente a emergência de ações que promovam o fortalecimento e proteção dos conhecimentos tradicionais associados aos recursos genéticos detidos pelos agricultores quilombolas de Porto Alegre.

Palavras-Chaves: Práticas Tradicionais. Mandioca. Quilombo. Saberes Locais.

Nome do orientador:

Dra. Angela May Steward

Data da Defesa: 30/01/2023

PRÁTICAS TRADICIONAIS DE CURA E SUAS INFLUÊNCIAS NA MANUTENÇÃO DA BIODIVERSIDADE NA COMUNIDADE RIO ITAMIMBUCA, IGARAPÉ MIRI, PARÁ

RENATA DE ANDRADE SANTOS

Esta pesquisa é um convite para adentrar nos mistérios das práticas de cura presentes em comunidades amazônicas. Formada a partir da contribuição de atores e atrizes de diferentes gerações, as práticas de cura revelam conhecimentos materiais e simbólicos que resistem às estruturas estabelecidas pela medicina convencional, agregando bens da natureza e suas lendas como forma de expressão de sua cultura e de continuidade dos saberes tradicionais. A biodiversidade presente na Floresta Amazônica se constitui importante fonte de conhecimento desde tempos imemoriais, remetendo, portanto, a um saber vindo da memória biocultural ancestral. Nesse sentido, a relação dos seres humanos com outros seres presentes na natureza, como as espécies animais e plantas, foi fundamental para a formação das sociedades. O aproveitamento de elementos naturais possibilitou maior autonomia para as comunidades tradicionais e influenciou suas formas de uso e manejo da biodiversidade, visando a conservação dos sistemas ecológicos. Dentre as formas de uso dos bens da natureza está sua inclusão nos sistemas tradicionais de cura, como na zooterapia, fitoterapia e etnoveterinária que podem contribuir para a continuidade dos saberes e ajudar a proteger as florestas, promovendo o desenvolvimento sustentável nas comunidades. A comunidade Rio Itamimbuca está localizada na região do Baixo Tocantins, especificamente no município de Igarapé Miri, próximo à Vila do Suspiro, apresentando um ecossistema de floresta tropical característico de várzeas amazônicas e a formação



de seu modo de vida está ligada intimamente à dinâmica dos rios. A presente pesquisa analisou o uso e manejo de bens da natureza nas práticas tradicionais de cura, assim como sua influência na manutenção da biodiversidade e a forma de transmissão desses conhecimentos entre as gerações na comunidade ribeirinha Rio Itamimbuca, no município de Igarapé Miri, Pará. Para sua estruturação foi realizado levantamento de espécies animais e vegetais utilizadas em tratamentos na saúde humana e animal. A análise foi baseada em conceitos etnobotânicos, etnozoológicos e etnoveterinários. A metodologia adotada foi a quali-quantitativa, priorizando a abordagem etnográfica. As técnicas utilizadas para obtenção de dados foram observação participante, técnica da bola de neve (snowball), entrevistas abertas e semiestruturadas, lista livre (free listing), visita guiada, atividades escolares grupais e o registro fotográfico. Os resultados obtidos foram o levantamento de 90 plantas medicinais e 21 animais medicinais, a partir das entrevistas com 15 colaboradores especialistas em práticas de cura, dos desenhos de plantas e animais medicinais de estudantes da escola Caetano Correa Leão, de um ensaio de história oral com uma jovem da comunidade Rio Itamimbuca, da apresentação de lendas e encantaria, e de uma cartilha de plantas medicinais. Conclui-se que as práticas de cura são fundamentais no processo de manutenção da biodiversidade, pois os bens da natureza empregados para a produção de remédios caseiros utilizados nestas atividades são conservados e cultivados, garantindo sua disponibilidade e propagando os conhecimentos sobre sua utilização.

Palavras-Chaves: Etnociências. Biodiversidade. Zooterapia. Fitoterapia. Comunidade ribeirinha.

Nome do orientador:

Dr. Didac Santos Fita

Data da Defesa: 28/08/2023

FAZENDO HORTA E MARCANDO ESPAÇO: A GESTÃO TERRITORIAL QUILOMBOLA NA ILHA DO MARAJÓ.

ANDREY MENDONÇA DE SOUZA

Essa pesquisa teve como compromisso estudar as questões que circundam o “Projeto



Conversando com a mãe terra: Convidado solidário no Quilombo Vila União/Campina, Marajó, Brasil”; com foco voltado para as questões de gestão territorial e as relações sociais da comunidade com a terra. O trabalho traz uma abordagem conceitual que estabelece interlocução entre dois conceitos principais: gestão territorial e etnodesenvolvimento. Levamos em consideração temas importantes para entender essa relação comunitária quilombola, como território e etnodesenvolvimento, assim como os objetivos do projeto estudado, enfatizamos a soberania alimentar, pandemia do COVID19, políticas afirmativas voltas para democratização do acesso ao ensino superior e o destaque fundamental para a importante participação das mulheres nas lutas e movimentos na comunidade. A pesquisa se deu por meio de entrevistas virtuais semiestruturadas, com criação de roteiro guiado posteriormente na comunidade, levantamento bibliográfico, observação participante e o método de indução não-específica com a utilização de palavras chaves. Os resultados se mostraram de extrema importância para o combate a falta de soberania alimentar, principalmente durante a pandemia, assim como a geração de renda e fortalecimento dos laços da comunidade. Nesse sentido, este projeto marcou um recomeço para as relações sociais dentro da comunidade e pela busca de fazer a gestão de seu território, ameaçado por agentes externos. A mobilização social e política da comunidade é um instrumento fundamental para tal processo, haja visto que a dinâmica da gestão territorial é marcada por um processo profundo de compreensão comunitária, para justificar e fortalecer a própria gestão.

Palavras-Chaves: Quilombo. Agricultura. Comunidade. Gestão territorial.

Nome do orientador:

Dr. Carlos Valério Aguiar Gomes

Data da Defesa: 29/09/2023



RESUMOS DE TESES
DEFENDIDAS NO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM AGRICULTURAS AMAZÔNICAS, UFPA

O COTIDIANO DE TRABALHADORES RURAIS PÓS-TRABALHO ASSALARIADO NA DENDEICULTURA NO MUNICÍPIO DO ACARÁ/NORDESTE PARAENSE.

LAIANE BEZERRA RIBEIRO

O objetivo desta tese é analisar o cotidiano de trabalhadores rurais pós-trabalho assalariado na dendeicultura na vila rural de Belenzinho/Acará, no Nordeste Paraense. Essa região é considerada o epicentro da dendeicultura que se expande nos últimos 20 anos a partir de programas federais de incentivo à produção de combustíveis considerados limpos. A dendeicultura ocasiona na região onde se instala uma dinamização da economia, supostamente por gerar trabalho de forma direta e indireta em diversas áreas. A mão de obra utilizada no cultivo é, especialmente, de agricultores familiares que residem em vilas rurais que, geralmente, se encontram nas proximidades dos cultivos. A partir de tal contexto, minha pergunta de pesquisa é: como se configura o cotidiano de trabalhadores rurais pós-trabalho assalariado na dendeicultura em vila rural de Belenzinho/Acará no Nordeste Paraense? A fundamentação teórica desta tese abrange o debate sobre: trabalho, trabalho rural, trabalho na dendeicultura e cotidiano. Os procedimentos metodológicos inserem-se na abordagem qualitativa, com um estudo de caso no município do Acará e na vila rural de Belenzinho/Acará, no Nordeste Paraense. Dentro do estudo de caso, utilizo os métodos das entrevistas semi estruturadas, não diretivas, e observação direta com 18 trabalhadores rurais que viviam o pós-trabalho assalariado na dendeicultura e com representantes locais e lideranças sindicais do município do Acará. A pesquisa foi realizada entre os anos de 2020 e 2023. A tese está organizada em dez partes, sendo três estruturadas em formato de artigo. As principais conclusões mostram que a dinâmica agrária no município do Acará está estruturada em atividades agroextrativistas e teve pelo menos três períodos bem demarcados, iniciando com o extrativismo de madeiras de lei e o cultivo agrícola em sítios e fazendas. Posteriormente, ocorre a chegada de imigrantes e migrantes à região, dinamizando a agricultura e a pecuária local. No último período ocorre a expansão da dendeicultura com a contratação de diversos trabalhadores rurais. Nesse contexto, destaco que



o trabalhador assalariado na dendeicultura tem uma alta rotatividade quando comparado a outros setores, que é explicada pela necessidade da empresa em possuir trabalhadores jovens e saudáveis. No estudo de caso, constatei que esse trabalhador rural é originário da agricultura familiar, e suas primeiras atividades foram “ajudando” os pais na roça. Posteriormente, desenvolvem seus próprios cultivos e em alguns casos se assalariam fora da vila. Com a expansão da dendeicultura, os que estavam fora da vila retornam, e os demais se assalariam neste monocultivo. No pós-trabalho assalariado buscam novos trabalhos agrícolas, por meio do cultivo de espécies frutíferas como açaí e cupuaçu, e trabalhos não agrícolas por meio do assalariamento fora da vila rural. No pós-trabalho assalariado na dendeicultura, o cotidiano desse trabalhador rural intensifica os momentos vividos em família e em comunidades. No pós-trabalho assalariado na dendeicultura, os trabalhadores rurais assumem e reassumem táticas e estratégias relacionadas ao seu trabalho como agricultor familiar e aliam os conhecimentos adquiridos na dendeicultura como forma de permanecer em seu local de origem e de obter possíveis retornos financeiros, bem como usufruir mais intensamente de uma vida familiar e comunitária.

Palavras-Chaves: Trabalho assalariado rural. Dendê. Trajetória de trabalho. Agricultura familiar.

Nome do orientador:

Dra. Dalva Maria da Mota

Data da Defesa: 11/12/2023

A AGRICULTURA FAMILIAR NA AMAZÔNIA PARAENSE: A FORMAÇÃO SOCIOPRODUTIVA, AS DEMANDAS DO CAMPO E A FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS.

LUIZ CARLOS NEVES DA FONSECA

É urgente que a agricultura familiar amazônica seja compreendida a partir da diversidade existente em sua constituição. Esta tese analisa a agricultura familiar na Amazônia Paraense, considerando a formação socioprodutiva, as demandas de organizações coletivas e instituições públicas no campo e a formulação das Políticas Públicas. Para isso, a pesquisa de campo foi realizada, entre novembro de 2022 e março de 2023, por meio de entre-



vistas semiestruturadas com participantes-chave que atuam em organizações coletivas e/ou instituições públicas localizadas em diferentes territórios do estado do Pará. Também, houve pesquisa documental a partir do levantamento e seleção de documentos (programas públicos) dos Planos Plurianuais do Pará, referente ao planejamento de 2000 até 2023, recorrendo-se, ainda, ao método de Análise de Conteúdo e pesquisa bibliográfica. A agricultura familiar paraense é constituída por diversificação de grupos sociais, atividades produtivas e demandas, diárias e urgentes, relacionadas, em geral, a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), Políticas Públicas e produção familiar, entre outras. Além disso, a agricultura familiar na agenda pública em nível estadual está associada tanto ao princípio da diversificação, que estimula a autonomia das famílias no campo, quanto a especialização, voltada à dependência do mercado. Portanto, a agricultura familiar na Amazônia paraense, marcada por complexidade e diversidade, deve ser tratada com ênfase, cada vez maior, aos elementos de diversificação e autonomia no campo e na formulação de Políticas Públicas perenes, com abordagem territorial, para agricultura familiar na Amazônia paraense. Deste modo, esta tese contribui para maior visibilidade a constituição da agricultura familiar no campo paraense, para a condução de pesquisas acadêmicas e para o planejamento (e realização) da agenda pública em nível estadual, buscando a compreensão do campo como lugar de vida e não somente produção.

Palavras-Chaves: Agricultura familiar. Diversidade. Políticas Públicas. Amazônia paraense.

Nome do orientador:

Dr. Luis Mauro Santos Silva

Data da Defesa: 27/11/2023

